

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Eliane Grazielle Estevão

**CRISE POLÍTICA, *IMPEACHMENT* E ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016:
um estudo de textos opinativos e informativos do portal Folha de S. Paulo**

Belo Horizonte
2018

Eliane Grazielle Estevão

**CRISE POLÍTICA, *IMPEACHMENT* E ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016:
um estudo de textos opinativos e informativos do portal Folha de S. Paulo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Comunicação Social.

Área de concentração: Interações Midiáticas.

Linha de pesquisa: Linguagem e Mediação Sociotécnica.

Orientadora: Prof. Dra. Teresinha Maria Cruz Pires.

Belo Horizonte

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

E79c	<p>Estevão, Eliane Grazielle</p> <p>Crise política, <i>impeachment</i> e eleições municipais 2016: um estudo de textos opinativos e informativos do portal Folha de S. Paulo / Eliane Grazielle Estevão. Belo Horizonte, 2018.</p> <p>187 f.: il.</p> <p>Orientadora: Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social</p> <p>1. Crise política. 2. Rousseff, Dilma, 1947- - Impeachment. 3. Eleições municipais. 4. Política e governo. 5. Jornalismo – Editoração. I. Pires, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. III. Título.</p> <p>SIB PUC MINAS</p> <p>CDU: 328.161</p>
------	---

Ficha catalográfica elaborada por Rosane Alves Martins da Silva – CRB 6/2971.

Eliane Grazielle Estevão

**CRISE POLÍTICA, *IMPEACHMENT* E ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016:
um estudo de textos opinativos e informativos do portal Folha de S. Paulo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Comunicação Social.

Área de concentração: Interações Midiáticas.

Prof^a. Dr^a. Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires – PUC Minas (Orientadora)

Prof. Dr. Carlos Alberto de Carvalho – UFMG (Banca Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Maria Ângela Mattos – PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2018.

Aos meus pais, irmãos e sobrinhos.

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer a todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização deste sonho.

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida, por me proporcionar todas as oportunidades ao longo desta caminhada, por me fortalecer, me guiar, me iluminar e me abençoar sempre.

À minha mãe Solange, meu porto seguro, minha maior incentivadora, que sempre fez e faz o possível para me ajudar em busca de meus objetivos, que me apoia em cada passo. Ao meu pai Luiz e meu padrasto Oirton (ambos *in memoriam*), mesmo distantes, serviram de motivação e exemplo.

Meus irmãos Elaine e Luiz Carlos, que também sempre me apoiam em minhas decisões e buscas por meus ideais. Meus sobrinhos, Jhennifer, Marco Túlio e Karen que, mesmo sem entenderem, sempre me incentivaram e que, tantas vezes, não pude dar a devida atenção em função dos meus projetos de vida. Extensivo aos meus cunhados, Diotílio e Danaísa, grandes amigos que me incentivam constantemente.

Tia Lourdes e Imaculada, que não medem esforços para nos ajudar em todas as situações, principalmente com as orações tão fervorosas. Madrinha Eunice, obrigada também pelo incentivo e constantes preces a meu favor.

Aos meus amigos, são tantos, em especial alguns que, desde a conquista na aprovação do processo seletivo para o tão sonhado mestrado, vibraram comigo e torceram por mim. Em especial destaque: Isaac (Xu, uma fonte de inspiração), Jordana e Flaviane (nunca vou esquecer tudo o que fizeram e fazem por mim, até hoje guardadas as mensagens de felicitações quando aprovada no mestrado), Paulo César (PC), Cleidiane, Lorena Santos, Lorena Silva, Célia, Gerlaine, Patrícia, Nayara, Sandra e aos demais amigos que sempre me apoiaram.

Aos meus colegas da turma 2016: Carlos Vinícios, Caroline Fernandes, Graziela Vaz, Juliane Reis, Júnia Campos, Nathalia Bettoni, Nívia Rodrigues e demais colegas que se juntaram à nossa turma por uma temporada, todos se tornaram grandes amigos, estarão sempre em minha

memória e no meu coração. À Érica Anita pelas valiosas contribuições de mudanças na minha pesquisa.

Aos professores do PPGCOM da PUC Minas, por compartilharem tão ricamente seus conhecimentos e contribuírem com minha formação acadêmica. Aproveito para agradecer a duas professoras da graduação, que me incentivaram a me aventurar pelos caminhos da pesquisa, Filomena Bomfim e Françoise Imbroisi.

Para realizar este sonho, contei com o apoio e acolhida de pessoas tão especiais, quando me mudei para Belo Horizonte, Madrinha Sirlene e prima Marlene. Também por me acolherem Madrinha Regina, Padrinho Elson e Virgínia! Obrigada por abrirem as portas de suas casas para me receberem durante esse percurso. Serei eternamente grata.

Aos amigos Antônio (Toninho) e Rogerlan, do SAAEMG, bem como aos demais amigos que ali fiz, ao me acolherem no quadro de colaboradores, contribuíram decisivamente para que eu pudesse conseguir esta conquista, ao me aceitarem no sindicato, mesmo que por tão pouco tempo, e por me compreenderem em minhas decisões.

Agradeço aos professores Carlos Alberto de Carvalho, Maria Ângela Mattos e Silvana Seabra Hooper por aceitarem tão prontamente o convite para comporem a minha banca, tanto na qualificação quanto na banca final, com leitura tão minuciosa ao meu trabalho e pelas riquíssimas contribuições.

E um agradecimento especial à minha orientadora, Prof^a. Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires, um presente que Deus me deu durante este mestrado. Obrigada por tanta atenção, dedicação, consideração e compreensão em tantos momentos de ansiedade, preocupação e outras situações que surgiram ao longo do caminho. Sempre com sábias palavras, com um jeito amigo e amável, nunca vou me esquecer tudo o que fez por mim ao longo desses dois anos! Você se tornou mais do que uma orientadora, uma amiga para a vida inteira, um espelho. Deus lhe dará a recompensa por tudo! Obrigada também ao Sérgio, pelo carinho.

À CAPES por me conceder a bolsa de estudo que foi essencial para a minha formação.

Essa conquista é nossa!

Os meios de comunicação de massa revolucionaram
nossa forma de estar no mundo. Desde a imprensa
até a internet, passando pelo rádio e pela televisão,
a mídia transformou os fluxos de informações
e produziu novos rituais da vida diária.

Na política, a influência midiática é
particularmente sensível,
não apenas no Brasil,
mas no mundo todo.

Flávia Biroli e
Luís Felipe Miguel
(2017).

RESUMO

O ano eleitoral de 2016 foi bastante singular, pois o Brasil vivenciou uma das mais graves crises políticas que culminou no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Esses assuntos foram pautas diárias dos principais veículos de comunicação do país. Além do conteúdo noticioso, as temáticas, como não poderia deixar de ser, também dominaram as colunas e artigos de opinião na grande mídia. Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar o(s) enquadramento(s) adotado(s) pelo portal Folha de S. Paulo em textos publicados no mês de agosto de 2016. Partiu-se da seguinte problematização: como o portal Folha de S. Paulo enquadrava suas coberturas das eleições municipais 2016, crise política nacional e *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e, desse modo, revelou seu posicionamento editorial? Por meio de uma análise de enquadramento de sete textos opinativos e nove informativos, constatou-se o entrelaçamento de tais contextos referenciados e que os textos opinativos complementaram e/ou atravessaram os textos informativos. Concluiu-se, também, que o portal enquadrava as notícias de forma a enfatizar o declínio do PT nas eleições municipais 2016, devido ao afastamento de outros partidos que eram aliados, à crise interna na legenda, às consequências da crise na política brasileira e da destituição de Dilma Rousseff, dentre outros fatores. Assim, identificou-se um posicionamento editorial favorável ao *impeachment* e antipetista.

Palavras-chave: Crise política. *Impeachment* de Dilma Rousseff. Eleições municipais 2016. Portal Folha de S. Paulo. Posicionamento editorial.

ABSTRACT

The electoral year of 2016 was quite singular, as Brazil experienced one of the most serious political crises that culminated in the *impeachment* of former president Dilma Rousseff (PT – Labor Party). These subjects were dailies agendas of the country's main communication vehicles. In addition to the news content, the thematics, as it could not be no longer, also dominated the columns and opinion articles in the mainstream media. The main purpose of this research was to investigate the framework(s) adopted by Folha de S. Paulo's portal in texts published in August 2016. It started from the following question: How did Folha de S. Paulo's portal frame its covers of the municipal elections 2016, national political crisis and *impeachment* of former president Dilma Rousseff (PT – Labor Party) and thus revealed its editorial positioning? Through a framing analysis of seven opinionated and nine informative texts, the interweaving of such contexts was observed and that the opinionated texts complemented and/or went through the informative texts. It was also concluded that the portal framed the news to emphasize the decline of PT (Labor Party) in municipal elections 2016, due to the removal of other parties that were allied, to the internal crisis in the legend, to the consequences of the crisis in Brazilian politics and the demise of Dilma Rousseff, among other factors. Thus, an editorial positioning favorable to *impeachment* and anti-labor party was identified.

Key words: Political crisis. Dilma Rousseff's *impeachment*. Municipal elections 2016. Folha de S. Paulo's portal. Editorial positioning.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Página inicial do portal Folha de S. Paulo.....	62
FIGURA 2 - Página da editoria de Poder do portal Folha de S. Paulo.....	64
Figura 3 - Ferramenta de busca do portal Folha de S. Paulo.....	64
FIGURA 4 - Página que mostra a restrição de reportagens no portal Folha de S. Paulo.....	65

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Textos opinativos filtrados na busca do portal Folha de S. Paulo.....	71
QUADRO 2 – Textos informativos filtrados na busca do portal Folha de S. Paulo.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Contexto político das eleições municipais em 2016.....	84
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 MÍDIA, POLÍTICA E ELEIÇÕES: O PLEITO MUNICIPAL DE 2016 EM UM CENÁRIO DE CRISE POLÍTICA E <i>IMPEACHMENT</i>	17
2.1 Interface entre mídia, política e eleições municipais.....	17
2.1.1 Politização da mídia x midiaticização da política.....	19
2.1.1.1 A internet no processo de politização e midiaticização.....	25
2.1.1.2 Midiaticização e mediação enquanto processos sociais.....	27
2.2. Jornalismo, pluralidade, posicionamento editorial e enquadramento.....	32
2.3 Crise política nacional 2016.....	40
2.4 O <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff.....	43
2.5 As eleições municipais de 2016: um cenário político atípico.....	49
3 JORNALISMO DE PORTAL: CARACTERIZAÇÃO DO PORTAL FOLHA DE S. PAULO.....	53
3.1 Jornalismo de portal: histórico e singularidades.....	53
3.2 Portal Folha de S. Paulo.....	61
4 CRISE POLÍTICA E <i>IMPEACHMENT</i>: O POSICIONAMENTO EDITORIAL DO PORTAL FOLHA DE S. PAULO NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016.....	69
4.1 Considerações metodológicas.....	69
4.1.1 Análise de enquadramento e teoria do agendamento.....	76
4.2 Agosto de 2016: cenário político e eleitoral.....	82
4.3 O princípio da pluralidade do portal Folha de S. Paulo posto em questão: análise dos textos opinativos e informativos.....	85
4.3.1 O desafio da pluralidade na perspectiva da ombudsman.....	85
4.3.2 Conservadores X progressistas no âmbito do opinativo.....	90
4.3.2.1 “O PT vai rachar?”.....	91
4.3.2.2 É chegada a hora de pensar no longo prazo.....	95
4.3.2.3 Fora do tempo.....	98
4.3.2.4 Embaralhando as cartas.....	100

4.3.2.5 Sem campanha, conseguimos fazer das eleições uma pantomima.....	105
4.3.2.6 Ajuste fiscal do governo Temer tornou-se encenação.....	109
4.3.3 Eleições municipais 2016, crise política e <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff no âmbito do informativo.....	114
4.3.3.1 Crise quebra alianças, e PT fica isolado nas eleições das capitais.....	114
4.3.3.2 PC do B se alia a partidos pró- <i>impeachment</i> nas eleições municipais.....	119
4.3.3.3 PT diz em nota que não abandonou Dilma Rousseff.....	122
4.3.3.4 Perto da eleição, políticos trocam de lado em São Paulo.....	125
4.3.3.5 Eleição em Fortaleza vai opor PT e governador petista.....	129
4.3.3.6 Petistas do Nordeste insistem em ter Dilma na campanha.....	131
4.3.3.7 Lula pede união do PT para reconstruir partido pós- <i>impeachment</i>	133
4.3.3.8 Na zona leste com Lula, Haddad diz que processo contra Dilma é golpe.....	135
4.3.3.9 Confira a repercussão do <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff.....	138
4.3.3.10 Alguns apontamentos.....	141
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 143
 REFERÊNCIAS.....	 147
 ANEXOS.....	 161

1 INTRODUÇÃO

Um cenário político conturbado e polarizado marcou o ano eleitoral de 2016, em decorrência de uma das mais graves crises políticas do Brasil, impactada pelo processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Esse momento singular na política brasileira também foi caracterizado por inúmeras denúncias de corrupção no país, bem como cassações de mandatos, escândalos e prisões de influentes líderes políticos.

Diante desse panorama, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar o(s) enquadramento(s) adotado(s)¹ pelo portal Folha de S. Paulo em textos opinativos e informativos, publicados no mês de agosto de 2016, que estabeleçam uma correlação entre os contextos da crise política nacional, do *impeachment* de Dilma Rousseff e das eleições municipais 2016.

Para tanto, o trabalho apresenta os seguintes objetivos específicos: aprofundar o estudo sobre a interface entre mídia, política e eleições municipais, de forma a apreender como se estabelece essa relação; elaborar um estado da arte que estabeleça um imbricamento entre jornalismo, pluralidade, posicionamento editorial e enquadramento; contextualizar o cenário da crise política e do *impeachment* em que transcorreram as eleições municipais 2016; caracterizar jornalismo de portal, bem como o portal Folha de S. Paulo; mapear em que momentos os termos “crise política” e “*impeachment* de Dilma Rousseff (PT)” comparecem nos textos opinativos e informativos selecionados do portal Folha de S. Paulo em correlação com as eleições municipais; por fim, refletir, com base no(s) enquadramento(s) identificado(s), sobre o posicionamento editorial do portal Folha de S. Paulo na cobertura das eleições municipais 2016, da crise política e do *impeachment* da ex-presidente.

Trata-se de um momento de interseção, em que houve uma sobreposição de agendas políticas bastante expressivas. O primeiro turno das eleições municipais 2016 ocorreu no dia 2 de outubro, ou seja, exatamente 32 dias após o julgamento final do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff no Senado, encerrado no dia 31 de agosto. Em paralelo, os casos de corrupção no governo federal, como consequência da Operação Lava Jato², ganhavam cada

¹ O uso do singular/plural é no intuito de identificar, por meio das análises, se há apenas um ou vários enquadramentos nas matérias que constituem o *corpus* da pesquisa.

² A Operação Lava Jato é uma investigação de corrupção e lavagem de dinheiro realizada no Brasil, com estimativa de desvio de bilhões de reais dos cofres da Petrobras, maior estatal do país. A operação teve início em março de 2014 e ainda estava em andamento até a conclusão desta pesquisa. O nome “Lava Jato” decorre de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis usada para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas, mesmo abrangendo outras organizações o nome permaneceu. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2014).

vez mais repercussão, com novos acontecimentos e cada vez mais pessoas envolvidas, o que acirrava ainda mais a crise política, econômica e social no país. Diversos trabalhos já foram realizados sobre a cobertura das eleições municipais 2016, do *impeachment* de Dilma Rousseff e da mais recente crise nacional, porém, a articulação desses contextos reforça a particularidade deste estudo.

A escolha pelo portal Folha de S. Paulo deve-se ao fato de estar vinculado a um dos maiores conglomerados midiáticos do país, pela representatividade e papel de destaque no cenário nacional, bem como por se configurar como jornalismo de referência³. Para se ter uma dimensão em termos de poderio e audiência, o Grupo Folha figura entre os principais controladores de mídia no Brasil. Conforme a pesquisa MOM-Brasil de 2017⁴, dois dos veículos editados pelo Grupo Folha lideram o ranking: o UOL, que é o portal de notícias mais acessado do Brasil em termos de visitantes únicos e o segundo em número total de visitas no mês, e o jornal Folha de S. Paulo, diário de maior tiragem no país e apontado como o mais influente. (MOM-BRASIL, 2017)⁵. Vale considerar que o conteúdo publicado tanto no portal UOL quanto no jornal impresso do grupo é divulgado praticamente na íntegra no portal Folha de S. Paulo e vice-versa.

Justifica-se a opção pelo portal em detrimento do jornal impresso que leva o mesmo nome por entender que a internet apresenta especificidades que enriquecem a investigação e por se enquadrar em uma nova categoria que é o jornalismo de portal, devido à sua relevância na atualidade, tendo em vista a crise econômica dos jornais impressos e, também, devido à lacuna de pesquisas sobre portais de notícias.

Vale ressaltar que, inicialmente, a proposta era analisar apenas o conteúdo noticioso, entretanto, por meio de uma análise de enquadramento no portal Folha de S. Paulo, constatou-se um grande número de textos de opinião que entrelaçavam os contextos pesquisados (crise política, *impeachment* e eleições municipais), o que despertou o interesse por investigar,

³ O jornalismo de referência também é chamado de tradicional ou sério e caracteriza a prática jornalística baseada no modelo americano do fim do século XIX e início do século XX, que desembarcou no Brasil na década de 1950. Outras nomenclaturas são adotadas para se referir ao jornalismo de referência, como jornalismo de elite, jornalismo de prestígio e jornalismo de qualidade, ou seja, aquele praticado por grandes veículos consagrados econômica e politicamente. (VIGGIANO, 2010).

⁴ O Media Ownership Monitor (MOM) foi criado para servir de ferramenta a mapeamentos que gerem uma base de dados acessível publicamente e atualizada constantemente sobre os proprietários dos meios de comunicação relevantes de um país (mídia impressa, rádio, televisão e on-line). O MOM pretende lançar luz sobre os riscos que a concentração da propriedade representa para o pluralismo da mídia.

⁵ Pesquisa divulgada pelo MOM-Brasil, em 31/10/2017, com o título “Quem controla a mídia no Brasil?” – Media Ownership Monitor Brasil. O MOM-Brasil mapeia os veículos de maior audiência – que têm o potencial de influenciar a opinião pública – e os grupos que os controlam. No Brasil, a pesquisa foi realizada pelo Interozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

também, a opinião jornalística sobre a temática, uma vez que os textos opinativos complementam e/ou atravessam os textos informativos, também adquirem centralidade em termos dos processos de formação da opinião pública.

Em um panorama de turbulências no cenário político nacional, as eleições municipais praticamente foram relegadas a segundo plano. Devido às manifestações de milhares de brasileiros, que tomaram as ruas do país em vários momentos, aumentou ainda mais o clima de insatisfação com o governo federal e, também, a polarização política. Os protestos foram intensificados a partir das manifestações denominadas Jornada de Junho, em 2013, marcaram as eleições presidenciais de 2014, se estenderam ao longo de 2015 e repercutiram no pleito municipal de 2016.

Lavareda et al (2016) fizeram alguns prognósticos em relação às eleições municipais daquele ano, os quais se confirmaram: (1) menos reeleição, (2) maior fragmentação e (3) remoção do PT dos grandes centros. Essa contextualização do cenário político e os prognósticos serão explicitados no capítulo a seguir.

Diante ao exposto, propõe-se a seguinte questão norteadora: como o portal Folha de S. Paulo enquadra suas coberturas das eleições municipais 2016, crise política nacional e *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e, desse modo, revela seu posicionamento editorial? Para tanto, recorreu-se à análise de enquadramento como metodologia. O *corpus* da pesquisa é composto por sete textos de opinião publicados na seção Colunas e nove matérias publicadas na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo (folha.uol.com.br), conforme detalhado nas considerações metodológicas, no último capítulo.

Além da introdução e das considerações finais, o estudo conta com três capítulos. O segundo apresenta um referencial teórico sobre a interface entre mídia, política e eleições municipais; um breve estado da arte sobre jornalismo, pluralidade, posicionamento editorial e enquadramento, bem como a contextualização da crise política nacional, do *impeachment* de Dilma Rousseff e das eleições municipais 2016. No terceiro capítulo, é abordado sobre o jornalismo de portal e feita uma caracterização do portal Folha de S. Paulo. O quarto capítulo traz as considerações metodológicas, a caracterização do cenário político e eleitoral em agosto de 2016, a descrição das matérias que compõem o *corpus* da pesquisa e as análises propriamente ditas dos textos opinativos e informativos, sob a ótica do(s) enquadramento(s) dado(s) às coberturas da crise política, *impeachment* de Dilma Rousseff e eleições municipais 2016.

2 MÍDIA, POLÍTICA E ELEIÇÕES: O PLEITO MUNICIPAL DE 2016 EM UM CENÁRIO DE CRISE POLÍTICA E *IMPEACHMENT*

Este capítulo apresenta um estado da arte sobre a interface entre mídia, política e eleições municipais, com ênfase no papel, poder e influência da mídia no contexto político, em especial no período eleitoral. Nessa perspectiva, também apresenta uma reflexão e/ou conceituação sobre jornalismo, pluralidade, posicionamento editorial, como forma de auxiliar no entendimento da relação entre a mídia e a política, bem como uma discussão conceitual acerca do enquadramento, que traz perspectivas teóricas e sua articulação com o campo do jornalismo. Além disso, apresenta uma contextualização da crise política nacional, do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e das eleições municipais 2016, acontecimentos que se sobrepõem e caracterizam um momento específico da política brasileira.

2.1 Interface entre mídia, política e eleições municipais

Estudar o papel da mídia⁶ na cobertura das eleições, sejam elas no âmbito nacional ou municipal, em um contexto de crise política, implica um investimento teórico na articulação de estudos realizados tanto no campo da política como no campo comunicacional. Um dos objetivos propostos é aprofundar o estudo sobre a interface entre mídia e política, de forma a apreender como se estabelece essa relação no contexto das eleições municipais 2016.

Segundo Biroli e Miguel (2017), os estudos brasileiros que tratam da relação entre mídia e política tiveram início a partir da eleição presidencial de 1989. Antes, eram poucas as pesquisas, entretanto, estas passaram a integrar um campo interdisciplinar, em especial quando se trata dos períodos eleitorais como objeto de estudo. Ainda de acordo com os autores, grande parte das pesquisas nessa interface se concentra em duas problemáticas: (1) a agenda definida pela “grande imprensa”, ou seja, os temas e enquadramentos predominantes e (2) a adesão a um ou outro candidato pela mídia, isto é, a visibilidade a temas e enquadramentos relativos a determinados candidatos, partidos ou governos no poder.

No caso específico desta pesquisa, privilegia-se o exame da primeira problemática, qual seja, o modo como a mídia deu destaque, isto é, agendou e/ou enquadrou, os contextos

⁶ A pesquisa considera a seguinte definição de mídia: “grafia aportuguesada da palavra *media*, conforme é pronunciada em inglês. Alguns dicionários preferem a forma *média*. *Media* é plural de *médium* (palavra latina que significa “meio”). Designa meios (ou o conjunto dos meios) de comunicação: jornais, revistas, tv, rádio, cinema etc.” – inclui-se aqui a internet. (RABAÇA; BARBOSA, 2003).

da crise política e do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) durante a cobertura das eleições municipais 2016.

Ressalta-se que “o tema da relação entre eleição e mídia aparece hoje, sem dúvida, como um dos mais significativos para a compreensão das novas configurações assumidas pela política na contemporaneidade, inclusive brasileira, concebida como Idade Mídia.” (RUBIM, 2002, p. 40). Segundo o autor, há uma interação entre a comunicação e os embates eleitorais.

Com a expansão e consolidação das eleições como procedimento e rito imprescindível à política na modernidade esse imbricamento se tornou ainda mais relevante. No mundo contemporâneo, o surgimento e desenvolvimento de uma nova modalidade de comunicação, aqui nomeada de midiática, e a conformação de uma sociabilidade estruturada e ambientada pela mídia recolocam em intensa evidência a temática do relacionamento entre política e comunicação e, em especial, da interação entre mídia e eleições, pois eles re-significam em profundidade os termos envolvidos na relação, alterando de modo significativo as configurações dos processos eleitorais no mundo e no Brasil contemporâneos. (RUBIM, 2002, p. 40).

Assim, o estudo com foco na interface entre essas duas áreas é “um registro de horizonte compreensivo mais afinado para elucidar as mutações em curso na comunicação e na política.” (RUBIM, 2002, p. 41). O autor destaca a necessidade de compreender, de forma mais abrangente, as conexões contemporâneas que são essenciais entre esses dois campos e enfatiza que a percepção desse enlace ajuda a desvelar as mutações originadas da interpenetração entre eles.

Chaia (2004, p. 8) explica que “a comunicação política é uma área em crescimento dentro das Ciências Sociais e envolve, necessariamente, estudos interdisciplinares”. De acordo com a autora, a preocupação principal desses estudos é analisar os processos políticos, como as eleições, com o intuito de compreender a construção das imagens de realidades políticas, dos partidos e candidatos, assim como as ações comunicativas inerentes às campanhas políticas, como debates e propaganda eleitoral. Dentre outras investigações no contexto político, são desenvolvidas pesquisas que analisam a mediação das mensagens midiáticas e, ainda, a cobertura jornalística, como se propõe neste estudo.

Esse entrelaçamento entre as áreas tem grande importância pois, como atesta Braga (2012), uma das consequências significativas da crescente midiatização na sociedade contemporânea é o que ele chama de atravessamento dos campos sociais estabelecidos de forma a permitir situações indeterminadas e experimentações correlatas. Nesse sentido, constitui-se esse imbricamento entre as áreas da comunicação e da política, abordadas no presente estudo.

É perceptível que a mídia tem um papel preponderante no que diz respeito às questões relacionadas à política, afinal, é por meio dela que os acontecimentos no âmbito político (mundial, nacional, estadual, regional ou local) são divulgados e ganham repercussão junto à sociedade. Mais especificamente no contexto eleitoral, a mídia é responsável por veicular informações sobre os candidatos e partidos políticos, bem como as propostas por eles apresentadas, ações, projetos e, também, fatos em que estejam envolvidos. Dessa forma, ajuda o público/eleitor a formar a própria opinião e a decidir o voto, tanto nas eleições presidenciais quanto nas municipais.

Biroli e Miguel (2017, p. 53) descrevem que:

Qualquer análise da relação entre mídia e política deve partir da compreensão de que o ambiente em que as preferências políticas são produzidas é multifacetado. Grande imprensa, discurso político-partidário, comunicação dos agentes do Estado, mídia local, novas tecnologias, redes discursivas tradicionais: todas essas instâncias estabelecem relações complexas entre si. Não é possível determinar a priori o peso de cada uma, já que suas posições mudam de acordo com as conjunturas e, além disso, diferentes segmentos do público são diferentemente suscetíveis a cada uma delas.

Conforme os autores, desde o surgimento dos primeiros estudos da relação entre mídia e política houve muitas mudanças. Uma delas é o novo cenário político-partidário, a partir da pulverização e conseqüente polarização partidária, principalmente entre PT e PSDB, a transformação do Partido dos Trabalhadores para um contexto centrista e a afirmação do Partido da Social Democracia Brasileira como direitista, sem contar a grave crise em ambas as legendas, o que caminha para mais uma reconfiguração. A presente pesquisa busca um aprofundamento dessa interface, por meio de diversas reflexões, como se verá a seguir.

2.1.1 Politização da mídia x midiaticização da política

Entende-se que o papel da mídia no processo político tem se tornado cada vez mais inquestionável. Silverstone (2002, p. 9) ressalta que a centralidade da mídia é inerente à experiência humana, tanto na vida cotidiana quanto em relação ao exercício do poder, bem como à criação de cultura, uma vez que, para ele, “vivemos num mundo intensivamente midiaticizado” e ainda afirma: “não podemos escapar à mídia. Ela está presente em todos os aspectos da vida cotidiana.”

A mídia tem sua própria política, a qual precisa ser compreendida, e ela exerce um forte poder de persuasão sobre as pessoas, o que também necessita de uma melhor

compreensão. Nesse sentido, o autor destaca o poder da mídia em estabelecer agendas; em destruir alguém; em influenciar e até mesmo mudar o processo político; o poder de mudar o equilíbrio de forças, por exemplo, entre Estado e cidadão. Ele também enfatiza “o poder que lhe é negado: pelo Estado, pelo mercado e pela audiência, cidadãos, consumidores opositores ou resistentes.” (SILVERSTONE, 2002, p. 263). O autor enfatiza outros poderes da mídia, a saber: o poder de “criar e sustentar significados; de persuadir, endossar, reforçar. O poder de minar e reassegurar. Trata-se de alcance. E de representação: a habilidade de apresentar, revelar, explicar; assim como a habilidade de conceder acesso e participação.” (SILVERSTONE, 2002, p. 263).

O estudo da mídia se faz necessário, entre tantos motivos, para se compreender o quanto ela é poderosa na vida cotidiana, por isso, é necessário conhecer a nova política da mídia, bem como a política da nova mídia. No passado, pensava-se que a mídia tinha um papel político dominado, “mais ou menos exclusivamente, pelos ideais de uma imprensa livre e de uma radiodifusão de serviço público”. (SILVERSTONE, 2002, p. 264). Segundo o autor, hoje, a situação não é a mesma, devido a diversos fatores. Entre eles, o autor aponta a fragmentação e faturamento do espaço midiático, a liberalização dos mercados midiáticos, dentre outros. Para ele, a política já não pode mais ser pensada fora da estrutura midiática.

Para fundamentar sobre a nova política da mídia e a política da nova mídia, o autor apresenta várias suposições. A primeira delas é que as tecnologias da mídia têm o social embutido nelas e aparecem como “objetos materiais e simbólicos e catalisadores de ações, sendo essas ações políticas.” (SILVERSTONE, 2002, p. 267-268). A segunda é que a mídia é também política, entre vários fatores, ela “sujeita a conflitos em torno de acesso e participação; em torno de direito de propriedade e representação”. A terceira é que “a mídia sempre foi uma parte crucial do processo político, em democracias mas também em tiranias” (SILVERSTONE, 2002, p.268).

A quarta suposição é referente à constante mudança pela qual a mídia passa, assim como em suas relações com as sociedades. Uma delas é o aparecimento da mídia eletrônica, com a possibilidade de “referendos eletrônicos, com e-mails para líderes políticos e fóruns online geradores de políticas”. (SILVERSTONE, 2002, p. 268). Por fim, a quinta suposição é o mundo plural em que se vive na atualidade, uma vez que as pessoas compartilham seu mundo com os outros. Nesse sentido, “nenhuma política midiática eficiente pode se dar ao luxo de ignorar esse pluralismo” assim como “nenhuma política nacional ou global pode se dar ao luxo de ignorar a mídia.” (SILVERSTONE, 2002, p. 268-269). Para o autor, tais suposições reforçam a necessidade de reavaliar a relação entre a mídia e o processo político.

Por meio dessas e outras reflexões de Silverstone (2002), pode-se constatar que, além de a mídia ter uma política própria de atuação, conforme o posicionamento editorial e até mesmo político de cada veículo, como uma forma de reproduzir a maneira de pensar as temáticas abordadas e preferências, a mídia também exerce, de fato, um forte poder sobre as questões políticas. Nessa perspectiva, mais do que falar em midiatização da política é preciso se atentar para a politização da mídia. Se, por um lado, a política está midiatizada, pela forma como o processo político perpassa pela esfera midiática, por outro lado, em maior escala, a mídia está politizada, no sentido de ser vista como partidária, apontada, inclusive, como um partido político de oposição.

Essa visão da mídia enquanto partido político de oposição ou como o partido da mídia tem sido cada vez mais difundida por diversos autores, cientistas políticos e profissionais da área de comunicação. Alguns exemplos são Abramo (2006), Lima (2006; 2010), Gomes (2004), Aldé, Mendes e Figueiredo (2007), Sader (2016), Motta (2014), dentre outros.

Os veículos de comunicação se constituíram em novas entidades, as quais se assemelham a um tipo específico de instituições sociais, no caso, os partidos políticos. “Se os órgãos não são partidos políticos na acepção rigorosa do termo, são, pelo menos, agentes partidários, entidades para-partidárias, únicas, *sui generis*. Comportam-se e agem como partidos políticos.” (ABRAMO, 2006, p.15). Assim, continua o autor, deixam de pertencer à sociedade civil para fazer parte da sociedade política e mais: “procuram representar – mesmo sem mandato real ou delegação explícita e consciente – valores e interesses de segmentos da sociedade. E tentam fazer a intermediação entre a sociedade civil e o Estado, o Poder.” (ABRAMO, 2006, p. 15-16).

Além disso, os meios de comunicação recriam a realidade ao seu modo e conforme os interesses político-partidários próprios, além disso, tornam os leitores prisioneiros dessa realidade que defendem e exercem poder sobre eles, como argumenta Abramo (2006) que, já naquela época (2006), previa três planos como principais transformações da sociedade diante dos órgãos de comunicação: (1) as classes politicamente dominadas tenderiam a desmistificar o jornalismo e a imprensa. Não teriam motivos para acreditar ou confiar na imprensa e seguir suas orientações. Passariam a intensificar sua postura crítica, sua análise de conteúdo e forma, diante dos órgãos de comunicação; (2) as classes dominadas tenderiam a “tratar os órgãos como eles se apresentam e se comportam: isto é, como entes político-partidários, e não como instituições de informação e conhecimento, acima do Bem e do Mal, acima da luta de classes e distantes da disputa do Poder”; (3) as classes dominadas lutariam “pela transformação da própria natureza dos meios de comunicação” [...] a parte dominada da sociedade passaria “a

questionar o regime de propriedade privada dos órgãos de comunicação.” (ABRAMO, 2006, p. 17-18).

Costa (2013) reuniu alguns trabalhos que tratam sobre a partidarização da mídia e, com base nesse conjunto de estudos, concluiu que a mídia não é isenta e nem parcial em relação à cobertura das eleições e, para além disso, retrata seu partidarismo. Segundo ele, é melhor uma imprensa partidária e que não finja ser isenta e imparcial, que defenda os próprios interesses, do que simular ser uma mídia com isenção e neutralidade. Para o autor, uma parcela representativa do público leitor sabe distinguir o que é manipulação, informação, imparcialidade e isenção, o que vai ao encontro do que previa Abramo (2006) e do que defendem outros estudiosos da mídia.

Ainda no que tange à partidarização e/ou politização da mídia, Aldé, Mendes e Figueiredo (2007, p. 170), fundamentam que:

A politização da imprensa não é, em si, condenável ou louvável. O posicionamento em relação a temas e projetos da pauta pública contribui para alimentar o repertório disponível aos cidadãos para que formem opiniões e tomem decisões. No entanto, o democrático é que haja uma pluralidade de informações e opiniões à disposição do público. Este pluralismo pode ser interno – quando cada veículo pretende trazer todas as versões e interpretações para as notícias – ou externo, quando várias empresas jornalísticas dividem o público de acordo com as suas opiniões políticas, oferecendo linhas editoriais explicitamente diferentes.

Essa argumentação mostra como os veículos de comunicação, em especial aqueles considerados da categoria “jornalismo de referência”, os quais ajudam a formar a opinião pública, deveriam se comportar diante do público, ou seja, serem plurais, levarem informação de qualidade e de forma mais neutra possível, para que os leitores pudessem tirar as próprias conclusões.

Aldé, Mendes e Figueiredo (2007, p. 153) retratam o comportamento da mídia em 2006, com um “cenário anterior de escândalo político, em que os próprios veículos estudados protagonizaram grande campanha anticorrupção, tratando de investigar, denunciar e responsabilizar, por um lado, o governo e seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT).” A pesquisa constatou que “o clima editorial brasileiro foi desfavorável para o [então] Presidente e candidato Lula durante o ano eleitoral de 2006”, além de demonstrar o posicionamento político dos veículos de comunicação de forma negativa ao governo petista, o que reforça a influência da mídia nos processos eleitorais. Apesar de que, mesmo diante desse contexto, o petista foi reeleito, ou seja, “Lula teria ganhado ‘contra e apesar da mídia’”. (ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007, p. 171). No contexto político de 2016 a situação foi outra.

Em um artigo publicado no site Teoria e Debate, Lima (2006) narra alguns episódios em que a mídia tentou interferir no processo eleitoral, como “as polêmicas causadas pela atuação da Rede Globo em episódios relativos às eleições para governador do Rio de Janeiro em 1982; à campanha das Diretas Já, em 1984; e ao segundo turno das eleições presidenciais de 1989.”

Ainda conforme o autor, nas eleições de 2006, com base em um acompanhamento da cobertura feita pela grande mídia em relação aos candidatos a presidente da República naquele ano, constatou-se que “houve flagrante desequilíbrio na cobertura e o maior número de matérias positivas favoreceu o PSDB.” (LIMA, 2006). Isso porque, às vésperas do primeiro turno, houve a divulgação de fotos do dinheiro apreendido para pagamento do chamado “dossiê Vedoin”⁷ e um delegado da Polícia Federal convocou jornalistas para relatar o fato, que dominou o noticiário. A partir disso, reportagens da revista Carta Capital denunciaram “uma ‘trama’ para levar as eleições ao segundo turno. Essas reportagens tiveram grande repercussão, sobretudo em blogs e sites na internet, obrigando a grande mídia a se explicar publicamente.” (LIMA, 2006).

Em outro artigo, Lima (2010) relata: “a mídia detém um enorme poder de controle da agenda pública de debate e, mais do que isso, a hegemonia na construção das representações sociais, incluindo a imagem pública de políticos, de partidos e da própria política.” Segundo ele, muitas são as circunstâncias para que a grande mídia, tanto impressa quanto eletrônica, se torne cada vez mais partidarizada.

Desde a crise política de 2005 e o processo eleitoral de 2006, há inúmeros exemplos de que tanto o governo do presidente Lula como o PT enfrentam uma má vontade generalizada da grande mídia, expressa em editoriais, artigos de opinião, omissões e em uma cobertura que não consegue mais disfarçar sua hostilidade. (LIMA, 2010).

Esse cenário se confirmou nos pleitos posteriores a 2006, não apenas nas disputas presidenciais. Nas eleições municipais de 2016, como se verá adiante, mais uma vez, a grande mídia causou interferências no processo, ao nacionalizar a disputa eleitoral, com ênfase nos contextos da crise política e socioeconômica que o Brasil enfrentava e, principalmente, acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff (PT). Tais assuntos estavam mais em pauta do que o próprio pleito em curso e estavam em constante articulação nas pautas eleitorais, o que é alvo de investigação neste estudo.

⁷ Trata-se de um escândalo envolvendo a tentativa de compra, por petistas, de documentos e de uma entrevista do empresário Luiz Antônio Vedoin, dono da Planam e chefe da máfia das ambulâncias superfaturadas, supostamente comprometedores para os tucanos, que atingiu a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição e acabou blindando o PSDB. (EXPEDITO FILHO; TOSTA; CIOCCARI, 2006).

A própria mídia tem reconhecido esse papel de partido político, como demonstra a afirmação de Judith Brito, diretora-superintendente da empresa Folha de S. Paulo, quando ela ocupava a posição de presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Na ocasião, em 2010, ela declarou: “na situação atual, em que os partidos de oposição estão muito fracos, cabe a nós dos jornais exercer o papel dos partidos. Por isso estamos fazendo.” A então presidente da ANJ ainda argumentou sobre a liberdade de expressão: “o jornalismo sério num país democrático precisa ser livre, porque sem liberdade não há investigação, nem opinião. Deve também ser pluralista. Esse papel da imprensa é exercido igualmente em relação ao governo e à oposição.”⁸

Tais declarações repercutiram de diversas formas, em notícias nos veículos de comunicação, artigos publicados em blogs e colunas de opinião assinados por jornalistas, cientistas políticos e escritores, bem como em observatórios de mídia como, por exemplo, Observatório da Imprensa⁹. A afirmação de Judite Brito foi criticada, entre outros, por Sader (2016) como “extremamente grave para a democracia brasileira – afetando tanto o papel dos partidos, quanto da mídia e, especialmente, o processo de formação da opinião pública.” O cientista político, colunista do Brasil 247¹⁰, ainda argumentou:

É verdade que há uma crise generalizada de representação dos partidos, processo para o qual a própria mídia colabora cotidianamente, ao desqualificar a política, os políticos, os governos e os próprios partidos e, promover, de forma implícita ou explícita, os mercados. Uma crise que é generalizada praticamente em todos os países, porque as formas de fazer política se esgotaram, dado o caráter extremamente formal das formas de representação mas, sobretudo, pela perversão que o poder do dinheiro introduz cotidianamente na política, nas eleições, nos próprios governos. (SADER, 2016).

Acrescenta o autor: “a mesma mídia que promove diariamente o desprestígio da política se vale disso para – como declarou a própria executiva da Folha – substituir os partidos”. No entender dele, isso traz reflexos negativos para a democracia: “enfraquece as formas tradicionais de representação, fundadas no voto popular, e deforma profundamente o

⁸ As declarações foram proferidas em março de 2010, durante a participação da ex-presidente da ANJ em um evento realizado em São Paulo, cujo objetivo foi discutir o plano de direitos humanos. Ela fez essas afirmações ao rebater críticas feitas à atuação da imprensa. Judith Brito foi presidente na gestão 2008-2012. (FOLHA DE S. PAULO, 2010).

⁹ A própria Folha de S. Paulo chegou a noticiar sobre as declarações de Judith Brito, além de portais como O Globo, Vermelho, Brasil de Fato, Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Jornal GGN, dentre outros sites e blogs.

¹⁰ De acordo com o site: O Brasil 247, criado em março de 2011 pelo jornalista Leonardo Attuch, é um dos principais sites de notícias do Brasil, com foco em política, economia e temas de interesse nacional. São mais de 40 milhões de páginas visitadas por mês e mais de 800 mil fãs no Facebook.

papel da mídia, ao fazer com que ela assuma o papel de partido de oposição”. (SADER, 2016).

Em um artigo publicado no Observatório da Imprensa, Motta (2014) enfatiza que “o Brasil está dividido em dois partidos políticos: o partido da mídia e os outros”. Segundo o autor, “nada separa tanto a sociedade brasileira hoje quanto a imprensa. Ela se transformou em um partido político autônomo que se dá o direito de intervir diretamente na política”. Entre os motivos elencados pelo autor, estão o fato de a mídia ter conquistado uma autonomia financeira, além de ter “metas ideológicas explícitas, planos de ação de curto prazo conforme a conjuntura, e um projeto ideológico de longo prazo: o acúmulo do maior capital político (poder) possível”. Além disso, ressalta que “nenhum outro grupo detém hoje tamanha autonomia de ação, e tanto poder de intervenção no debate público” quanto a mídia. (MOTTA, 2014). Toda essa discussão está em articulação com a questão da centralidade da mídia, que agenda o que a sociedade discute. Ao se posicionar partidariamente e/ou politicamente, a mídia produz enquadramentos conforme os próprios interesses e, dessa forma, demonstra uma parcialidade na informação, tanto no conteúdo noticioso quanto no opinativo.

2.1.1.1 A internet no processo de politização e midiaticização

Diversas mudanças ocorreram na configuração da mídia ao longo dos anos. Nessa perspectiva, a internet tem sido fundamental, por se constituir como novo espaço midiático que permite essas transformações, principalmente na forma de como a sociedade se relaciona com a mídia. Assim, “a Internet instaura um novo tipo de relação entre a esfera da conversação e da informação.” (CARDON, 2012, p. 3). A interatividade, em especial por meio das mídias sociais, é um dos fatores que auxiliam na evolução da mídia. Na contemporaneidade, as pessoas têm cada vez mais voz ativa e, assim, expressam as opiniões próprias de diversas formas, por meio de diferentes dispositivos, principalmente no ambiente virtual.

Miguel e Biroli (2017a, p. 7) ressaltam as mudanças advindas da evolução da mídia e da interferência que ela exerce na vida das pessoas e, nesse sentido, afirmam o seguinte: “desde a imprensa, no século XVII, até a internet, hoje, passando centralmente pelo rádio e pela televisão, a mídia transformou os fluxos de informações, produziu novos rituais da vida diária, proporcionou uma quantidade antes inimaginável de vivências vicárias.”

A internet é uma mídia diferente das outras, seria a evolução das mídias de massa, devido ao processo de convergência dos diferentes formatos (texto, imagem, som). Ela é mais desafiadora do que os meios de comunicação tradicionais. Nessa perspectiva, Cardon (2012, p. 2) complementa que “a *Web* não se deixa domesticar facilmente. Ela apresenta desafios temíveis aos produtores de informação, aos detentores de propriedade intelectual. Às políticas de comunicação das empresas, às instituições e aos partidos.”

Ainda segundo Cardon (2012, p. 1), à internet atribui-se todo tipo de inconsciente político, assim, “tentar atribuir-lhe um lugar específico no jogo político é inútil: sua forma é inclassificável. Entretanto, seu desenvolvimento altera nossa concepção e nossa prática de democracia”, uma vez que a internet é vista como princípio da democracia. Assim, para o autor, a internet constitui-se em um laboratório de atuação da democracia representativa.

Interrogar sobre a forma política da Internet não quer dizer fazer coro com aqueles que criticam os mecanismos da representação tradicional. Ocorre que, na era digital, a democracia mudou de aparência. A Internet não permite somente comunicar mais e melhor e mais rápido; ela alarga formidavelmente o espaço público e transforma a própria natureza da democracia. Essa revolução que vem acontecendo diante de nossos olhos e uma dádiva na medida em que aprofunda e torna complexo o regime democrático. (CARDON, 2012, p. 2).

Ainda conforme o autor, a internet amplia o espaço público, estimula a expressão pessoal dos internautas, reabilita formas de participação, apresenta agendas diferentes das mídias tradicionais, produz conhecimento, define os temas que deseja debater, organiza-se, encarna o futuro da democracia ao evocar uma democracia de ativos, dentre outras características.

Deve-se considerar que, “com a crescente presença da internet no cotidiano de milhares de pessoas, além das outras mídias de massa, a imagem consolida-se como principal preocupação da classe política”, sendo grande a preocupação de como o candidato é mostrado na mídia. (PAIVA; RIBEIRO; BEZERRA, 2011, p. 329). Cada veículo de comunicação constrói e apresenta a imagem dos candidatos de acordo com os próprios interesses, ou seja, conforme quer que o público os veja e/ou os interprete.

A internet, assim como os demais meios de comunicação de massa, tem um impacto social, em especial sobre as formas do conflito político na contemporaneidade. Biroli (2017) salienta que os conflitos políticos e político-partidários estão presentes no noticiário da “grande imprensa”, inclui-se também o que é divulgado em sites e blogs vinculados aos veículos de comunicação, produzidos por jornalistas que têm uma posição de destaque na mídia brasileira. A autora enfatiza que quando a atividade jornalística se confunde com a

atividade política de um partido ou facção política, pode-se dizer que o jornalismo atua como partido. Nesse caso, conforme a autora, há uma institucionalização do jornalismo.

Conforme Miguel e Biroli (2017b, p. 211), “um olhar atento às formas assumidas pelo conflito e pela contestação da sociedade precisa incorporar o problema de como os fluxos de comunicação se definem, de forma certamente hierárquica, mas também disputada.” Percebe-se que, ao reproduzir esses conflitos, a mídia demonstra seus interesses político-partidários, bem como seus posicionamentos.

Sodré (2002, p. 28)) aponta que a mídia mais restringe do que amplia a liberdade de expressão, isso em função da manipulação que exerce e afirma que: “a própria mídia, especialmente em sua nova configuração de plena realidade virtual, já é uma forma de consciência coletiva, com um modo específico de produzir efeitos.” Entre esses, os efeitos políticos. Assim, as pessoas fazem escolhas durante o processo eleitoral com base no cenário que a mídia cria por meio de notícias editadas de forma conveniente a cada veículo, o que o autor chama de agenda sub-reptícia. A mídia legitima o candidato pelo regime hegemônico de visibilidade. O slogan da Internet – ‘o que não está na Internet simplesmente não existe’ – aplica-se igualmente à mídia tradicional.” (SODRÉ, 2002, p. 29).

Com base no exposto, fica evidente que a internet é uma ferramenta fundamental para a evolução da mídia, em especial nos processos de politização e de midiaticização uma vez que a internet instaura novos tipos de relações entre as esferas da conversação e da informação. A seguir, serão abordados sobre os processos de midiaticização e mediação, tão essenciais ao exercício da política e da democracia.

2.1.1.2 Midiaticização e mediação enquanto processos sociais

Percebe-se um grande impacto da mídia em relação aos processos sociais. Braga (2009) destaca que tais processos sempre existiram sem a presença da mídia e as interações se estabeleciam fora da interferência midiática, porém, eles passaram a ser midiaticizados. Assim ocorre com as eleições, um processo democrático que ganhou visibilidade e, hoje, está sob o olhar midiático, perpassa por essa instância, inclusive com a divulgação do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) que é determinante para dar amplitude aos candidatos e suas propostas, além de servir para pautar a divulgação das campanhas políticas em outros meios de comunicação, como a internet.

A mediação da política pode ser inserida nesse contexto, pois constitui-se em um pré-requisito necessário para que ocorra a midiaticização nesse campo. Para uma melhor

compreensão, é válido ressaltar que “a comunicação se tornou para nós questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos mas de reconhecimento.” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 16).

Para o autor, a vida política da nação é geralmente a da "grande política", ou seja, se constitui de fatos marcantes e das grandes personalidades, raramente é a vida política que leva em conta pequenos fatos e oriundos da cultura política das classes populares. Ainda de acordo com Martin-Barbero (1997, p. 258), “o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais.”

Assim, no contexto da mediação, a mídia exerce efeito global nas sociedades contemporâneas e influencia nos processos sociais e políticos. Entende-se que, se esses processos são midiaticizados, a exemplo das eleições, eles perpassam por diversas mediações até chegarem a seus destinatários. Os próprios veículos de comunicação seriam mediadores, assim como os jornalistas, articulistas e colunistas de opinião. O processo de mediação nesse caso começaria pela definição das pautas; a escolha das fontes, que são as vozes a serem acionadas; os enquadramentos e até mesmo os posicionamentos editoriais e/ou políticos de cada veículo, elementos os quais compõem a produção e a circulação do sentido da mensagem que se deseja transmitir. Percebe-se que as mediações trazem reflexos para o conteúdo divulgado e repercutem, também, na formação da opinião pública.

Mattos et al. (2013, p. 13) enfatizam que, na concepção de Braga, “a midiaticização representa a principal mediação de todos os processos sociais” e complementam que, nesse sentido, “a mediação comunicativa vista pelo ângulo da sociedade contribui para retomar e atualizar uma antiga discussão sobre a centralidade da comunicação na vida social, só que com uma visão mais holística e multidimensional.” Para os autores, os meios e as mediações socioculturais se configuram como processos constitutivos da midiaticização, mas não são suficientes para que se compreenda as novas dinâmicas da comunicação nas sociedades atuais.

De acordo com Carvalho e Lage (2012, p. 246), a midiaticização se apresenta “como dinâmica interacional ainda incompleta, lacunar, mas geradora de novas possibilidades sociais.” Eles destacam o papel imprescindível da tecnologia no fenômeno da midiaticização uma vez que, como complementam, “a tecnologia tanto se apoia nos avanços tecnológicos quanto os desencadeia. Está à montante e à jusante do processo”, o que caracterizam como a tecnologização dos processos sociais e das formas de interação.

Os autores comungam da opinião de que “as mediações ocupam o centro dos processos de midiática”, acrescentam que isso ocorre em condições de reflexividade social e envolvem os operadores midiáticos, em especial os operadores jornalísticos, segundo eles, mediadores por excelência dos acontecimentos. Carvalho e Lage (2012, p. 247) afirmam que “as mediações levadas a cabo pelos operadores jornalísticos se dão com as fontes ouvidas na produção noticiosa, com os fruidores potenciais intuídos quando da produção das narrativas, enfim, com todos os atores sociais implicados no acontecimento noticiado.”

Bastos (2012, p. 66) destaca a comparação feita por Strömbäck (2008)¹¹ sobre os conceitos de mediação e midiática na esfera política. Na visão de Strömbäck, são processos diferentes, ao passo que a mediação avalia se os meios de comunicação são canais essenciais para o intercâmbio de comunicação entre pessoas e instituições, já a midiática está relacionada a teorias e métodos de pesquisa que incluem tanto a mediação quanto outras teorias, como o efeito dos media, *agenda-setting*¹², estudos de recepção, dentre outras.

Sodré (2002, p. 34) aborda sobre a chamada “despolítica midiática ou tecnológica”, que é resultante do “enfraquecimento ético-político das antigas mediações e do fortalecimento da midiática. Sob a égide da produção informacional da realidade, a tecnointeração¹³ toma o lugar da mediação, desviando os atores políticos da prática representativa concreta”. Em outras palavras, os atores políticos são envolvidos em uma conjuntura político-social, em que os valores midiáticos são preponderantes. Conforme o autor, é um erro estabelecer relações de causa e efeito entre a midiática e as transformações contemporâneas relacionadas à política. Segundo Sodré (2002, p. 35), a centralidade da política no espaço público, ou seja, “a coincidência entre as dimensões do espaço público e do espaço político”, estaria chegando ao fim, devido às mudanças nas formas clássicas de socialização e participação social.

Para Braga (2012), a mídia já não pode ser considerada como um corpo estranho na sociedade. Os processos interacionais definem padrões de comunicação e lógicas inferenciais, os quais organizam a sociedade e se deslocam para modos mais complexos, de forma que engloba a diversidade crescente da midiática.

¹¹ STRÖMBÄCK, J. Four Phases of Mediatization: An Analysis of the Mediatization of Politics. *The International Journal of Press/Politics*, v. 13, n. 3, p. 228-246, Jul. 2008.

¹² O modelo de agenda-setting destaca-se como uma das principais linhas investigatórias sobre os efeitos cognitivos dos meios de comunicação de massa. FORMIGA (2006).

¹³ Trata-se de “uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação”. (SODRÉ, 2002, p. 21).

Em relação à cobertura das eleições, percebe-se a passagem dessa sociedade que era considerada massificada para uma sociedade mediada pelos processos informativos, uma vez que as informações chegam a cada dia com mais intensidade e velocidade, o que permite aos cidadãos deixarem de ser meros receptores passivos para terem uma participação ativa, principalmente por meio da crescente interatividade entre a sociedade e os meios de comunicação, facilitada pelas mídias digitais. Em um portal de notícias, que é objeto deste estudo, essas características são bastante explícitas e refletem diretamente na mediação dos meios com a sociedade. Essas argumentações são reforçadas pela seguinte afirmação:

A luta pela enunciação das propostas políticas concorrentes se objetiva em espetáculos que, como se exige a democracia, devem ser assistidos pelo maior número de espectadores. Da observação empírico-sensorial direta no *Ágora* ateniense aos novos espaços públicos, surge progressivamente a necessidade de mediações. (BARROS FILHO; PRAÇA, 2002, p. 27).

Essas mediações ocorrem diuturnamente e refletem diretamente no relacionamento entre a mídia e a sociedade. Sodré (2009) afirma que:

[...]o efeito SIG (simultaneidade, instantaneidade e globalidade) da mídia não implica, em princípio, afirmar a sua capacidade de mudança profunda da vida das pessoas ou do rumo da sociedade. Implica, sim, sustentar que a aceleração temporal, por intervenção tecnológica nas coordenadas do espaço-tempo, altera modos de percepção e práticas correntes na mídia tradicional, logo, altera comportamentos e atitudes na esfera dos costumes, normalmente pautados pela mídia.

Diante do exposto, constata-se que são diversas as definições e especificidades da mediação e da midiaticização. Relacionar tais conceitos ao contexto político não é algo tão simples quanto parece, é desafiador. É necessário entender a amplitude de tais processos e suas influências. Com base nos autores mencionados, fica evidente como os processos sociais se desenvolvem segundo as lógicas da mídia. Trata-se do que os autores contemporâneos, como Braga, chamam de “midiaticização da própria sociedade”. No que diz respeito à midiaticização política, constitui-se em um processo diferente da mediação, sendo esta última a fase inicial do processo.

Se a midiaticização diz respeito à força da presença da mídia na sociedade, essa influência é visível no que tange às informações políticas, que ajudam a formar a opinião pública. O campo político, por estar sempre em evidência e estar relacionado aos processos sociais, não tem como se dissociar dos efeitos da mediação e da midiaticização em uma sociedade que cada vez mais interage entre si e com os meios de comunicação. Desta forma,

entende-se que a política constitui-se um dos grandes alvos da midiaticização e que, além de ser um processo midiaticizado, a disputa eleitoral e a própria cobertura da mídia sobre o processo se configuram como produtos da mediação.

Pode-se constatar como o processo de midiaticização influencia no cenário eleitoral e que a forma como é mediada a disputa política traz reflexos para os resultados das eleições. A mídia adota estratégias para que esses processos se estabeleçam de forma natural e alcancem os resultados esperados. Porém, diante do contexto apresentado e da intrínseca relação entre a mídia e a política, não resta dúvidas de que a politização da mídia, no sentido estrito de partidarização, é preponderante à própria midiaticização da política, isso porque, a mídia sempre foi politizada. Strömbäck (2014) confirma que, nos casos em que a mídia é vista como subordinada ao sistema político, “é mais relevante falar de uma politização da mídia do que de uma midiaticização da política”.

Cabe ressaltar que os processos de mediação e de midiaticização podem ser observados no cenário político de 2016, em particular na cobertura das eleições municipais. Pode-se constatar que, além de ser um processo midiaticizado, a disputa eleitoral depende de uma mediação dos meios de comunicação e do próprio campo político, por meio dos atores políticos envolvidos.

A influência da mídia é um dos temas centrais nas pesquisas sobre comunicação política, por isso, não poderia deixar de ser abordado. Segundo Fuks e Cervi (2003, p. 39), “essa influência pode ser devido à mudança global da experiência política por parte dos meios de comunicação de massa e, também, pela repercussão sobre os mecanismos de persuasão política em processos eleitorais.” Tal influência é exercida em relação a todos os atores sociais envolvidos no processo, desde a produção à recepção do conteúdo divulgado.

Strömbäck (2014) exemplifica que políticos usam e, ao mesmo tempo, são afetados pelos veículos de comunicação. Esses atores sociais dependem da mídia, ao passo que a mídia também depende deles. Ainda segundo o autor, a mídia pode ser entendida como uma instituição, uma vez que diferentes mídias seguem práticas similares de produção e disseminação de notícias, além de a prática jornalística ser quase padronizada.

Mediante essas explicações, pode-se questionar se, no âmbito da política, a mídia se torna partidária e parcial, conforme os interesses político-econômicos/partidários. Pode-se indagar, ainda, se existe, de fato, jornalismo apartidário e/ou independente, como apregoam, por vezes, determinados veículos, como o portal Folha de S. Paulo que assim se apresenta.

Azevedo (2003) apresenta duas premissas sobre o jornalismo apartidário. A primeira é o mercado de informação competitivo, uma vez que há uma competição comercial entre os

veículos. Estes disputam verbas publicitárias em um ambiente de acirrada concorrência pela audiência em que se busca constantemente um produto competitivo, no caso, a notícia, que tem a capacidade de ampliar a audiência. A outra premissa é um subsistema partidário do tipo poliárquico (poliarquia eleitoral)¹⁴. Trata-se de um sistema competitivo, do ponto de vista eleitoral, e participativo, do ponto de vista da representação. Esse sistema enseja o controle recíproco dos atores políticos, sendo este o ponto crucial na noção de poliarquia eleitoral.

Diante do contexto exposto nesta seção, cabe investigar o papel da mídia e as contribuições trazidas para a sociedade. Em sua obra, Azevedo (2003) questiona: como se dá a cobertura eleitoral na imprensa brasileira? Por meio de uma revisão de literatura, ele aponta que a pergunta tem sido respondida de maneira crítica. Para ele, a mídia é geralmente parcial em suas coberturas e com frequência favorece candidatos ou grupos políticos e/ou econômicos dominantes. Diante desse contexto, pretende-se investigar como o portal Folha de S. Paulo enquadrava as coberturas das eleições municipais 2016, da crise política nacional e do *impeachment* de Dilma Rousseff e, desse modo, revelou posicionamentos editoriais e/ou políticos. A seguir, serão feitas algumas caracterizações para melhor compressão desse cenário.

2.2. Jornalismo, pluralidade, posicionamento editorial e enquadramento

Nesta seção, apresenta-se um breve estado da arte sobre o jornalismo e sua relação com a pluralidade, bem como um imbricamento com os conceitos de posicionamento editorial e enquadramento. Conforme Miguel e Biroli (2017a), ao se discutir sobre a mídia, no âmbito dos estudos de comunicação e política, pensa-se primeiro em jornalismo. Para França (1998, p. 34, grifo da autora), “o jornalismo é analisado enquanto ‘ramo’ da mídia”.

A começar pelas definições sobre jornalismo, França (1998, p. 26) destaca que “pode-se dizer que o jornalismo está enraizado no terreno da palavra humana” uma vez que, segundo a autora, ele “nasce da pulsão de falar o mundo, falar o outro, falar ao outro; da atração pela diferença, pela novidade, pelo distante; do enraizamento no mesmo, no próximo e em si que marcam a palavra humana desde sempre. Em síntese, o jornalismo faz parte do dizer social.”

Conforme Sevckenko (2003, p. 42), “o jornalismo nasceu como um instrumento, uma ferramenta destinada a ser utilizada no processo de luta política na difusão doutrinária e

¹⁴ Poliarquia eleitoral é um termo usado para caracterizar uma situação real (conceito instrumental) que possibilita a elaboração de modelos comparativos entre sistemas competitivos e não-competitivos e o grau de democracia entre os sistemas competitivos. (SARTORI, 1987).

ideológica.” França (1998, p. 27) ressalta sobre as funções ou papéis do jornalismo no contexto social, o qual é entendido como “submetido à lógica do poder e da dominação”, uma vez que “atende a necessidades básicas e desempenha múltiplos papéis na cena social.” Nesse aspecto, a autora destaca:

A imprensa tem um papel central que é a informação, mas responderia ainda por várias outras funções: integração social, função recreativa, função psicoterápica, expressão de opiniões, formação da opinião pública, denúncia, democratização da informação (e da cultura), mobilização e outras mais. [...] Se podemos falar da particularidade do jornalismo, enquanto uma ‘forma’ específica, não existe, no entanto, um jornalismo único e universal. [...] quando falamos das funções que ele cumpre, do seu papel, referimo-nos às relações que ele estabelece com seu meio e de seu enraizamento social. [...] O jornalismo não se realiza sempre da mesma maneira nem exerce em todo lugar as mesmas funções. (FRANÇA, 1998, p. 35, grifo da autora).

Como características da informação jornalística são apresentadas pela autora a objetividade, a singularidade e a atualidade. “A informação jornalística traz as marcas de seu tempo, que é o presente, ou a atualidade. [...] Ao mesmo tempo, a atualidade é o reino do efêmero; a duração da informação é a duração de seu consumo”. (FRANÇA, 1998, p. 33). Segundo Melo (2003), a atualidade é a essência do jornalismo.

A respeito dos principais ou valores do jornalismo que estariam presentes em todos os tipos de mídia, inclusive na internet, ou seja, também nos portais de notícias, Miguel e Biroli (2017a, p. 9) destacam que “os ideais clássicos de imparcialidade, neutralidade e objetividade podem ter sido desafiados por percepções mais complexas dos processos de produção das notícias, mas continuam ocupando posição central na autoimagem dos jornalistas”. Conforme os autores, outro valor perseguido pelo jornalismo é o pluralismo que se tornou, na segunda metade do século XX, uma espécie de “índice” de democracia. Esse pluralismo representaria as múltiplas vozes que deveriam compor o noticiário.

Nas democracias liberais, conforme apontam Biroli e Miguel (2017, p. 10), evidenciam-se os limites de uma visão de pluralidade em que “diferentes vozes devem estar representadas, mas vozes consideradas dissidentes ou desviantes de um consenso básico não precisam ser levadas em conta”. Os autores destacam que:

Muitas vezes, o pluralismo na cobertura é entendido como a necessidade de refletir o sistema partidário: são as posições dos principais partidos que precisam estar representadas. Na medida em que, como a pesquisa da ciência mostrou, a disputa partidária tende a puxar as principais legendas para o centro, o debate na mídia pode incorporar apenas uma fatia bastante limitada do espectro de posições presentes na sociedade. Além disso, outras formas de atuação política, assim como as visões de mundo que mobilizam, não correspondem em grande medida à própria concepção da

política e dos conflitos políticos que o jornalismo chancela. (BIROLI; MIGUEL, 2017, p.10).

Ainda no que diz respeito à pluralidade no campo jornalístico, Miguel e Biroli (2017a) apresentam algumas conclusões preliminares:

(1) O ocultamento da posição de enunciação do jornalismo, que ocorre graças a seu discurso universal/imparcial, funda a legitimidade e credibilidade de sua intervenção no espaço público. O discurso jornalístico se coloca como transcendendo os conflitos sobre os quais fala. Ele seria um discurso imparcial porque reconstrói o todo incorporando as diferentes partes. [...]

(2) O que o jornalismo produz, ao procurar uma representação objetiva das diferentes vozes sem escapar de sua perspectiva situada, é um simulacro da pluralidade. Convergem para tanto a afirmação de critérios profissionais tecnicamente orientados, e a crença de que o jornalismo *reflete* a realidade que o circunda. Indivíduos e grupos em posições sociais de prestígio e mando teriam visibilidade maior (e diferenciada) porque essa vantagem corresponderia à realidade social.

(3) O jornalismo assume a posição de fiador do pluralismo político. Da sua posição, determina os limites desse pluralismo de forma que é entendido como desdobramento direto do que está fora dele ou como julgamento legítimo, porque decolado das disputas políticas e dos interesses em conflito. [...] O campo político e os interesses empresariais exercem influência, mas, no cotidiano das redações, a escolha imediata das personagens que compõem o noticiário é uma prerrogativa dos jornalistas. (MIGUEL; BIROLI, 2017a, p. 14-15, grifo dos autores).

Em relação ao primeiro item dessas discussões, ou seja, o ocultamento da posição de enunciação do jornalismo, os autores citam o exemplo de uma posição tomada ao lado de determinada parte no conflito. “Como o jornalismo brasileiro, em sua quase totalidade, fez ao longo da disputa entre os governos do Partido dos Trabalhadores e a oposição conservadora” (MIGUEL; BIROLI, 2017a, p. 14-15, isso ocorreu em função de valores como a honestidade com a coisa pública e a gestão da economia de forma positiva.

Esse exemplo vai ao encontro do que é analisado nesta pesquisa, uma vez que o PT é apontado pela mídia hegemônica como o protagonista da crise política. No entendimento de Miguel e Biroli (2017a, p. 16), para que haja um ambiente democrático de informação, a pluralidade deve ser uma marca, de um modo geral, como forma de prezar pela ética profissional.

Quando se pensa na categoria dos portais de notícias, objeto deste estudo, trata-se de um espaço que permite ao leitor/internauta interagir com o veículo e, ao mesmo tempo, com o público, por meio de comentários sobre o conteúdo publicado, compartilhamento dos textos e, ao fazer isso, permite mostrar a visão de cada um sobre o fato noticiado, desta forma, ajuda a formar a opinião pública. Assim, as mudanças nas formas de atuação da mídia implicam modificações na sociedade e vice-versa, bem como na própria forma de exercer a democracia.

Picard (2009) argumenta que, embora a imprensa contribua de forma importante para os processos democráticos, na atualidade, o jornalismo seria uma ameaça à democracia. Deve-se considerar que a democracia pressupõe pluralidade de pensamentos, ou seja, uma diversidade de opiniões. O autor previa mais mudanças nas funções dos órgãos de imprensa, principalmente quando migram para novas plataformas digitais. Atualmente, não só os jornalistas produzem notícias, as pessoas alheias aos órgãos de comunicação, de alguma forma, acabam por pautar a imprensa ou, pelo menos, ajudam a direcionar os conteúdos que querem ter acesso, assim, criam caminhos para notícias personalizadas.

Ainda segundo Picard (2009), blogs e fóruns de discussão têm se apresentado ao público como novas maneiras de buscar informações, de interação e de debate, em substituição à autoridade que detinham editores e colunistas devido às restrições na mídia. Assim, as novas práticas midiáticas se constituem em novas maneiras de fomentar a democracia e, ao mesmo tempo, de combater o midiacentrismo, ou seja, “não colocar as mídias como ‘força motriz’ de todas as mudanças ocorridas na sociedade”, uma vez que não seria prudente “colocar as mídias como o centro em torno do qual todas as demais esferas humanas gravitam, em relação de dependência e subordinação.” (CARVALHO, 2016).

Devido às transformações ocorridas principalmente pelo jornalismo praticado na internet, as pessoas têm formas particulares de ler e entender o conteúdo impresso e *on-line*, devido às especificidades dos meios e à forma que o cérebro processa as informações, se conecta com as diferentes formas de percepção e funcionamento da memória. Assim, a própria distribuição de informações no meio digital tem mudado não só o conteúdo, de uma maneira geral, como, também, o próprio papel da imprensa na sociedade. (PICARD, 2009).

Por sua vez, Aldé, Mendes e Figueiredo (2007, p. 155), ressaltam a seguinte questão: “uma imprensa plural e dinâmica é fundamental para a saúde da democracia, justificando investigações, pesquisas e monitoramentos que contribuam para aumentar a compreensão do comportamento da imprensa nacional”, principalmente quanto ao noticiário político.

Aldé, Mendes e Figueiredo (2007, p. 170) ressaltam que a grande imprensa brasileira adota discurso ético de autoqualificação diante dos leitores, assim, apresenta-se como plural, eles complementam que, entretanto, o que se vê “são diferenças no tratamento conferido aos candidatos, de amplificação de certos temas”, conforme interesses político-partidários. Isso é inerente ao posicionamento ou linha editorial, que representa a opinião de um veículo de comunicação ou de um conglomerado jornalístico.

Ressalta-se que o posicionamento editorial “pode encampar as ideias de um grupo de pressão e fazê-la prevalecer dentro da construção de uma notícia. Ou seja, na construção da

pauta e/ou do texto, o jornal pode dar mais voz ao grupo X em detrimento do grupo Y.” (VENANCIO, 2009, p. 21). A delimitação de uma linha editorial determina todo o processo jornalístico, como bem pontua Carvalho (2009, p. 3):

A concretização das ações do jornalismo como ator social em interação com os demais atores com os quais tem que se haver acontece não somente a partir da definição de uma linha editorial, própria a cada veículo, e em função da qual serão feitas as escolhas dos acontecimentos que comporão um determinado noticiário. Ela está relacionada a uma série de procedimentos técnicos que, em certa medida, são comuns a todas as organizações que têm a notícia como foco. No entanto, a engrenagem envolvida na produção jornalística está longe de reduzir-se a um conjunto de técnicas que darão forma e conteúdo a narrativas noticiosas. Ela envolve aspectos mais sofisticados que são, em última instância, os definidores dos modos mesmo como o jornalismo seleciona acontecimentos e apresenta-os sob a forma de narrativas que não apenas refletem a realidade, mas trazem uma perspectiva particular sobre cada aspecto divulgado do real.

Dessa forma, pode-se constatar que o jornalismo interfere nos processos, tanto políticos quanto sociais. Essas interferências surgem a partir dos posicionamentos adotados pela mídia e de como refletem no noticiário. Não basta apenas considerar que o veículo apurou os dois lados ou os vários lados da notícia, mas sim o espaço concedido a cada lado. Assim, pode-se estabelecer uma intrínseca relação com o pluralismo. Miguel e Biroli (2017a, p. 16) ressaltam que “a pluralidade necessária é a pluralidade de vozes sociais, que ainda precisa ser construída no espaço público.”

A presente pesquisa também tem o intuito de identificar as vozes que falam no noticiário do portal Folha de S. Paulo, bem como os atores sociais envolvidos, além de problematizar, a partir da análise de textos de opinião publicados no portal, o que é caracterizado no novo projeto editorial do Grupo Folha como princípio de pluralidade.

Devido à essa visão e essas vozes a serem identificadas no conteúdo informativo e opinativo do portal Folha de S. Paulo, é importante ressaltar que, conforme Chaia (2004), a mídia tem um importante papel no que diz respeito à divulgação e entendimento dos temas pautados na agenda política, tanto na esfera federal quanto municipal. Há uma relação complementar entre as esferas da política e da mídia, em especial o jornalismo. Por outro lado, existe um certo clima de tensão entre a imprensa e a classe política, de forma que um possa prejudicar o outro em determinados momentos. Há, de certa maneira, uma disputa entre os políticos e os meios de comunicação na tentativa de imposição de uma agenda específica.

Miguel e Biroli (2017a, p. 8) enfatizam o seguinte:

O jornalismo, entendido como o sistema que reúne, seleciona, hierarquiza, organiza e vende informações sobre a atualidade, possui um impacto político muito direto. É

a ele, em primeiro lugar, que se dirigem os formadores de opinião e candidatos à liderança política, é dele que o público retira o material que contribui de maneira mais ostensiva para seu entendimento das alternativas políticas existentes a cada momento. É dele, também, que as novas formas de sociabilidade, como as redes sociais, retiram a maior parte do material que discutem e reinterpretem em seus respectivos espaços.

Os autores também estabelecem uma relação entre o jornalismo e a pluralidade:

[...] se ser plural é espelhar as posições ao campo político tal e qual ele se conforma em um dado momento, outras posições, que têm importância na sociedade, mas dificuldade de chegar às instituições políticas, podem ficar de fora. O debate público que ocorre nos meios de comunicação permanecerá fechado a elas. (MIGUEL; BIROLI, 2017a, p. 11).

Nessa direção, entende-se que o jornalismo, de fato, tem um papel preponderante junto à opinião pública, considerando-se o contexto democrático, ainda mais em tempos em que a comunicação tem ampliado seus campos e formas de atuação, em uma era que as pessoas são mais ativas politicamente e usufruem, cada dia mais, do direito de expressar as próprias opiniões, por meio de diversas ferramentas, como as mídias sociais, e manifestam as posições adotadas, inclusive político-partidárias. Assim, o jornalismo ganha uma nova configuração e uma maior dimensão, cujos limites não podem ser mensurados em sua plenitude.

Uma abordagem interessante de Biroli e Miguel (2017) é sobre os meios de comunicação, preferências políticas e voto no Brasil. Os autores descrevem criticamente como a eleição de Fernando Collor de Melo inaugurou uma nova era para os estudos brasileiros sobre mídia e política, em específico em períodos eleitorais, conforme foi discutido nas seções anteriores. Isso porque o caso Collor teria sido uma “demonstração quase caricata da midiaticização da política e do poder dos meios para moldar uma disputa eleitoral. (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 23-24).

Conforme esses autores, Collor era um político ainda sem expressão nacional e, em 1986, foi governador do estado de Alagoas. Naquela ocasião, o PMDB, partido ao qual se filiou meses antes do pleito, conseguiu eleger 22 dos 23 governadores lançados na disputa, em função do apoio popular referente ao plano de estabilização econômica. Essa eleição é considerada como uma expressão da influência da mídia junto aos eleitores. Collor migrou para um micropartido, o Partido da Juventude, que ele mesmo rebatizou como Partido da Reconstrução da República. Mesmo em uma disputa nacional, com muitos caciques poderosos, ele conseguiu chegar à Presidência da República.

Ainda segundo Biroli e Miguel (2017), os meios de comunicação tiveram um papel central nesse processo e foram essenciais para darem visibilidade a Collor durante a

campanha eleitoral para a Presidência da República. No decorrer dos anos, a própria mídia levou à tona uma série de denúncias que culminaram no *impeachment* de Collor, em 1992, comprovando o que muitos autores fundamentam que a mídia faz e desfaz um presidente.

Entende-se que, além do grande poder da mídia em pautar os costumes, ela também tem uma forte capacidade de influenciar na opinião e na vida das pessoas. Com relação à política, isso fica muito evidente por meio das coberturas jornalísticas, como no caso das eleições. A mídia pode construir, mudar ou destruir a imagem de políticos e de partidos, mostrar enquadramentos das campanhas políticas que podem modificar a visão do público e ditar os rumos do futuro da sociedade. Isso pode ser percebido principalmente nas eleições municipais, em que o público está mais próximo tanto dos candidatos e partidos quanto dos órgãos de comunicação.

Não há como questionar o papel preponderante da mídia em relação às eleições, principalmente como canal de veiculação das campanhas políticas. A internet é um canal potencial e em constante expansão, principalmente por propiciar a convergência midiática, ou seja, a tendência praticada pelos meios de comunicação para se adaptarem à internet, de forma a usá-la como canal para a distribuição de seus produtos, em diversos formatos.

A divulgação por parte da mídia não repercute apenas durante a campanha eleitoral, pois o período de pré-campanha, aquele que antecede a veiculação da propaganda eleitoral gratuita, também é decisivo. É justamente nesse momento que a mídia começa a se dedicar mais a assuntos da área, nas editorias de política. Segundo Telles, Lourenço e Storni (2011), a mídia é a principal fonte de informações dos leitores e alimenta a agenda sobre as eleições. Além da exposição dos candidatos, é válido analisar o modo como eles são referenciados, se positivamente ou negativamente.

Mesmo que não se possa afirmar que a cobertura da mídia afeta o comportamento do eleitor, o enquadramento das notícias pode nos apresentar pistas sobre como os cenários são construídos pela imprensa. O conceito de enquadramento supõe que as notícias difundidas podem criar um panorama que orienta a leitura sobre um tema, o que pode vir a beneficiar alguns grupos vinculados àquela agenda. (TELLES; LOURENÇO; STORNI, 2011, p. 94).

Com relação ao enquadramento (*framing*), esse conceito foi atrelado à mídia, mais especificamente ao jornalismo, a partir dos anos 1980, abordado por autores como Erving Goffman, Gaye Tuchman, Todd Gitlin, dentre outros. Conforme Carvalho (2009), o conceito foi introduzido por Goffman (2006), não com o intuito de simplesmente pensar na

organização da experiência social e sim para a compreensão de como os indivíduos organizam as próprias experiências na vida social.

Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; *enquadramento* é a palavra que eu uso para referir-se a um destes elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. Esta é minha definição de *enquadramento*. Minha expressão análise do *enquadramento* é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame da organização da experiência. (GOFFMAN, 2006, p. 11, com grifos do autor).

Ao transpor o conceito de *enquadramento* para o campo do jornalismo, nesse caso considerado “como um ator social em interação com outros atores sociais, ele não pode ser tomado como uma atividade exercida sem levar em conta sujeitos que tomarão contato com as notícias.” (CARVALHO, 2009, p. 3). Conforme o autor, ocorre o contrário, pois, ao se disseminar uma informação, esta pode levar os consumidores a diferentes interpretações e correlações inerentes ao que foi noticiado. Isso acontece porque implica uma visão pessoal e conhecimento particular do mundo e da realidade de cada indivíduo.

O *enquadramento* está relacionado ao modo como a notícia é tratada, ou seja, resulta “de escolhas isoladas, ou marcadamente institucionais – no sentido de estarem submetidas unilateralmente às políticas editoriais dos veículos – que jornalistas e veículos fazem do tratamento dado a um determinado acontecimento transformado em narrativa noticiosa.” (CARVALHO, 2009, p. 2). Dessa forma, o *enquadramento* é atrelado às políticas e ideologias dos veículos. Ressalta-se que a questão das políticas editoriais (posicionamentos).

Conforme Strömbäck (2014), presume-se que grande parte dos efeitos midiáticos surge do teor das mensagens da própria mídia.

Se as pessoas são guiadas por suas construções sociais da realidade, então estas construções sociais são gravemente modeladas pela construção social da mídia. Ampla evidência disso pode ser encontrada em pesquisas sobre a habilidade da mídia em influenciar audiência através, por exemplo, dos processos de definição de agenda, *enquadramento*, tratamento de imagem e cultivo. (STRÖMBÄCK, 2014).

Quanto à noção de *enquadramento*, o conceito e sua operacionalização serão retomados nas considerações metodológicas, no último capítulo, com a descrição sobre a análise de *enquadramento*, metodologia adotada neste estudo.

2.3 Crise política nacional em 2016

A palavra crise “vem do grego *krisis* e *krinein* que significam, respectivamente, discriminação e decisão (com exame)”. (MENDES, 2005, p. 766). Em termos conceituais é, sobretudo, “um fenômeno perceptivo desenvolvido por terceiros sobre um agente que se vê/está envolvido num acontecimento ou ação imprevisível que tem um potencial destrutivo ou de ruptura sobre um sistema social instalado e de referência.” (MENDES, 2005, p. 767). O autor acrescenta que “crise é uma realidade pública que implica a interpretação por parte de terceiros mediada pelos media”.

Conforme Pasquino (1998, p. 305):

Chama-se Crise a um momento de ruptura no funcionamento de um sistema, a uma mudança no funcionamento de um sistema, a uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame. As Crises são habitualmente caracterizadas por três elementos. Antes de tudo, pelo caráter de subitaneidade e por vezes de imprevisibilidade. Em segundo lugar, pela sua duração normalmente limitada. E, finalmente, pela sua incidência no funcionamento do sistema.

Pasquino (1998) complementa que três fases são consideradas para que seja possível compreender uma crise: (1) a fase que a precede; (2) o momento da crise propriamente dita e (3) o pós-crise. Existem vários tipos de crise, dentre elas a crise política, um dos temas centrais de análise deste estudo. Para Mendes (2005, p. 768), “uma crise política não se centra nos agentes envolvidos mas na natureza da violação/transgressão ocorrida nos princípios fundacionais da esfera política”. No campo político, uma crise é encarada “como a percepção de responsabilidade de violação/transgressão dos princípios da legitimidade e representatividade acima aludidos, que recai sobre um agente político”. (MENDES, 2005, p. 768)

Conforme o autor, a expressão “crise política” tem se vulgarizado no cotidiano e tem sido constantemente utilizada, principalmente por analistas e comentaristas não estritamente políticos, além de estar diariamente no discurso midiático. No contexto político contemporâneo brasileiro, especificamente a partir da crise política de 2005 (Mensalão) aos dias atuais, esse termo tem sido a tônica das notícias divulgadas pela mídia, com seus inúmeros desdobramentos e consequências.

Pasquino (1998) enfatiza que as crises políticas estão interligadas às crises econômicas, tanto de forma positiva, ou seja, quando a solução de uma delas beneficia a

outra, quanto de modo negativo, isto é, em situações em que a falta de solução de uma das crises reflete sobre a outra. Segundo o autor, há crises de vários tipos: podem ser internas ou externas ao sistema; genéticas ou funcionais; fisiológicas ou patológicas, dentre outras derivações. Foi justamente essa forma negativa que se viu com a crise política nacional no cenário das eleições municipais 2016.

Ainda segundo Pasquino (1998), uma crise pode ser acalmada, retraída e, depois, manifestar-se novamente, como uma fase sucessiva. É isso que tem ocorrido em relação à mais recente crise brasileira, que tem repercutido, ininterruptamente e se agravando a cada dia. O autor destaca que, além de uma crise atingir um auge, existe a “crise na crise”, de forma que uma crise intensa pode sobrepor-se a uma nova crise ainda mais intensificada.

Pasquino (1998, p. 305-306) conclui que “toda crise é um momento de ruptura inesperada no normal funcionamento de um sistema, ela requer respostas rápidas”, assim, para o autor, “toda Crise pode ser superada por um sistema que disponha de uma pluralidade de fontes de informação, de capacidade de escolher entre vários fluxos e de adotar novos módulos de funcionamento sem perder suas características essenciais”.

Durante palestra sob democracia, Boaventura de Sousa Santos ressaltou que, vive-se, na atualidade, em um tempo dominado pelo conceito de crise, conforme proferido no trecho a seguir:

Na perspectiva da origem da palavra, crise é um ponto problemático em um sistema que nos dá a possibilidade de cura. Portanto, as crises têm algo de positivo em si mesmo, que deve ser acolhido pela nossa sociedade. A menos que a crise deixe de ser transitória e passe a ser permanente. E a mudança neste ponto é que a crise transitória é explicável. Quando a crise é permanente ela não tem que ser explicada, mas passa a explicar tudo. Cortou os funcionários? É a crise. Privatiza-se a educação? É a crise. Privatiza-se a saúde? É a crise. Terceiriza-se toda a economia para evitar os direitos sociais? É a crise. É a crise política. Essa crise é perigosa porque não deixa oportunidades e permite que muitas coisas aconteçam com uma certa naturalidade. A crise deixa de ser uma variável dependente para ser uma variável independente. (informação verbal).¹⁵

O cenário político atual representa bem essa descrição. Ainda segundo Santos, trata-se de um tempo de transição complexa, considerando-se, inclusive, os contextos financeiro e social, uma vez que o capital financeiro pode destruir o país de uma hora para outra, como a queda do PIB (Produto Interno Bruto), dívida financeira, alto índice de desemprego, aumento das taxas de juros, o que ocasiona problemas nas áreas da saúde, educação pública, assistência social, dentre outras consequências negativas. Chega a ser uma crise na democracia

¹⁵ Palestra proferida por Boaventura de Sousa Santos na “Aula Magna: democracia em tempos incertos”, Belo Horizonte, 26 abr. 2017.

representativa liberal. Certamente, essa situação reflete nas disputas eleitorais e na forma como a sociedade reage diante o que é contextualizado pela mídia.

Entende-se que, no contexto da profunda crise nacional brasileira, que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff (MARQUES; ANDRADE, 2016), foi uma crise produzida, principalmente pelos meios de comunicação, considerando-se que a crise, em certos casos, tem artificialidades. A crise política que permeou as eleições presidenciais de 2006 “não existiria se não fosse *na e pela* mídia.” (LIMA, 2006, p. 13, grifos do autor). Pode-se afirmar o mesmo por ocasião da crise política que permeou as eleições municipais de 2016.

Segundo Marques e Andrade (2016), a apertada reeleição da ex-presidente, em 2014, além do conservadorismo do Congresso, dificultaram o cenário para que a crise fosse superada. Fatores como a Operação Lava Jato e a “avassaladora campanha” midiática contra o governo petista complicaram a situação. Assim, percebe-se que surgiram várias crises dentro de uma, além de diferentes denominações, como crise política, crise econômica, crise social, crise judicial, crise do *impeachment*, crise da Lava Jato, crise de credibilidade, dentre outras nomenclaturas.

Para contextualizar a crise política que impactou as eleições municipais 2016, vale enfatizar que o início dela pode ser considerado em 2005, quando estava em curso a “crise do Mensalão”; ou 2013, com as Jornadas de Junho, devido ao auge da insatisfação popular, ou, ainda, 2014, ocasião em que aumentaram as apostas de derrota da então presidente-candidata nas eleições daquele ano, o que não ocorreu, pois Dilma Rousseff (PT) foi reeleita. (MIGUEL; BIROLI, 2017b).

A crise política gerou e ainda tem gerado inquietação e insatisfação na sociedade, trouxe uma série de consequências e problemas que afetaram não só a economia do país como provocou mudanças culturais, de forma a alterar, inclusive, os hábitos dos brasileiros, que passaram a criar alternativas para driblar a crise.

Paralelo a esse contexto, a situação econômica do país piorou ainda mais e surgiram outros agravantes, como a Agenda Brasil e a Reforma ministerial, a qual permitiu a transferência de poder ao PMDB, sem contar o rebaixamento da nota de grau de investimento do país e o parecer desfavorável do Tribunal de Contas da União (TCU) referente às contas de 2014, dentre outros fatores. (MARQUES; ANDRADE, 2016).

Para Casseb e Mello (2016) a crise é oriunda de uma sucessão de decisões políticas as quais influenciaram o desequilíbrio das contas do governo e da balança de pagamentos, assim, a crise atual tem “raízes estruturais”. Ainda nesse ambiente polarizado, tem se destacado na mídia a Operação Lava Jato, as diversas prisões de líderes políticos influentes do alto escalão

federal, além de cassações de mandatos. Percebe-se que todo esse contexto tem aumentado o descrédito e pessimismo por parte da população em relação à classe e às instituições políticas, em especial o Partido dos Trabalhadores, o que refletiu diretamente na cobertura das eleições municipais 2016.

Não se pode desconsiderar a influência da mídia sobre as eleições. Ao mesmo tempo, a crise política, que se tornou aguda a partir de 2015, tem os meios de comunicação empresariais como atores centrais, enquanto expõe os efeitos – limitados – da internet na organização política de movimentos e manifestações da sociedade civil. (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 54).

Dessa forma, “a crise brasileira que culminou no golpe parlamentar de 2016, quando foi destituída a presidente Dilma Rousseff, contribuiu para reafirmar a centralidade dos meios de comunicação de massa na disputa política.” (MIGUEL; BIROLI, 2017b, p. 199). Observa-se que os autores adotaram o termo golpe. Esse uso dos termos *impeachment* ou golpe também é objeto de observação nas notícias analisadas, como forma de identificar o posicionamento editorial do portal Folha de S. Paulo.

Para além disso, a cobertura da crise política nacional, com as múltiplas crises inseridas, analisada sob a ótica do(s) enquadramento(s) adotado(s) pelo objeto investigado, tem o intuito de identificar como a crise e o *impeachment* de Dilma Rousseff se correlacionam no contexto deste trabalho, uma vez que percebe-se uma constante articulação entre os termos em um cenário eleitoral. A seguir, apresenta-se a caracterização do *impeachment* de Dilma Rousseff para complementar a contextualização do panorama político estudado.

2.4 O *impeachment* de Dilma Rousseff

A principal marca no cenário político brasileiro em 2016 foi o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT). Pela quarta vez na história do país, um presidente da República foi destituído do cargo. (WESTIN, 2016)¹⁶. O *impeachment* é “o processo mediante o qual se promove a apuração e o julgamento dos crimes de responsabilidade.” (BARROSO, 1998, p. 162). Segundo o autor, no Brasil, conforme a Constituição e o direito comum (CF, 1988, art. 52,

¹⁶ De acordo com Westin (2016), em 1955, sofreram *impeachment* os ex-presidentes Carlos Luz e Café Filho. Em 1992, aconteceu o famoso caso do afastamento de Fernando Collor de Mello. Em 2016, no seu segundo mandato, foi destituída a ex-presidente Dilma Rousseff.

parágrafo único; Lei nº 1.079, de 1950, artigos 2º, 33 e 34)¹⁷, o *impeachment* é passível de duas penas: (1) perda do cargo e (2) inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.

O termo *impeachment* é de origem anglicana, traduzido para o português seria o mesmo que impedimento. Entretanto, não se trata exatamente do impedimento de quem ocupa o cargo de Presidente da República e sim do processo que implica a respectiva sanção. “Com isso, afirma-se que o *impeachment* é o processo. O impedimento, por sua vez, é a consequência do julgamento procedente ao final deste conjunto de atos. *Impeachment* e impedimento, portanto, não são sinônimos”. (SALES, 2017, p. 59).

Conforme o autor, “o *impeachment* tem motivações políticas, desdobramentos políticos, provocações políticas, julgamentos políticos, o que não quer dizer que seja inteiramente arbitrário ou seja inconstitucional” (SALES, 2017, p. 75-76), ele complementa que “o *impeachment* tanto pode ser um instrumento garantidor da democracia na medida em que permite a responsabilização dos donos do poder como pode ser instrumento de abuso, quando realizado sem fundamento jurídico”.

Vale salientar que cada uma das etapas do processo de *impeachment* se torna um acontecimento amplamente divulgado pela mídia, inclusive algumas fases são vistas como “espetáculos midiáticos”, como ocorreu com as votações na Câmara Federal e no Senado, no caso de Dilma Rousseff.

Lima (2006, p. 12) trata a cobertura da mídia em casos de crise e *impeachment* como escândalos políticos midiáticos assim, relata que “a publicação de escândalos tornou-se uma prática que reforça e realimenta a imagem que os jornalistas têm de si mesmos”. Segundo o autor, os escândalos midiáticos surgem em decorrência do jornalismo investigativo, somado à ampliação da mídia de massa e das novas tecnologias.

Escândalo político midiático, portanto, é o evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de ocorrências posteriores. [...] Passa a prevalecer uma lógica parecida com a que preside a cobertura jornalística das disputas eleitorais e que já foi comparada às corridas de cavalo: o que importa é saber qual jornalista e/ou empresa de mídia está à frente da outra, qual consegue “esticar um pouco mais a corda” e avançar com novas denúncias. (LIMA, 2006, p. 13, grifo do autor).

¹⁷ A Lei do *Impeachment* (Lei 1079/50) define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Essa lei elenca as punições para os envolvidos nos crimes nela definidos, ainda que simplesmente tentados. (BRASIL, 1950).

Essa argumentação representa o que ocorreu no contexto político em 2016, com os escândalos e casos de corrupção¹⁸ da Lava Jato, os quais acentuaram a crise política no país e influenciaram decisivamente no *impeachment* de Dilma Rousseff, conforme abordado neste estudo.

A ex-presidente ganhou visibilidade na mídia durante a campanha eleitoral em 2010, teve destaque por ser a primeira mulher eleita presidente da República, alcançou ampla divulgação pelo trabalho desempenhado no primeiro mandato e, no segundo mandato, passou a ser alvo constante de críticas e denúncias, até ser afastada do cargo e, posteriormente, ser destituída da função.

Como ressaltado por Biroli e Miguel (2017), devido à centralidade da mídia na vida cotidiana, a crise tem a capacidade de influenciar na opinião das pessoas e, conseqüentemente, na decisão dos eleitores durante uma campanha política. Isso pode ser percebido no caso das eleições municipais de 2016, pois percebe-se que os temas agendados pela mídia trouxeram conseqüências para os resultados da disputa eleitoral.

Apesar disso, Biroli e Miguel (2017, p. 25) ressaltam que nem sempre essa lógica prevaleceu, como se pode atestar no caso da eleição do ex-presidente Luís Inácio da Silva: “em 2006 os estudiosos de mídia e política se viram jogados num doloroso universo paralelo, em que os eleitores votavam num candidato que não era apoiado pelos grandes conglomerados de comunicação.” Naquele momento, em 2006, a crise política resultante dos casos de corrupção não influenciou diretamente nas eleições presidenciais, pois, embora o governo do PT fosse alvo diário da mídia, ininterruptamente durante 16 meses, com as notícias de denúncias do Mensalão, Lula foi reeleito.

Entende-se que isso aconteceu, principalmente, em função de a crise ter sido mais política do que financeira, de forma que não foi sentida de perto pelos brasileiros, ou seja, não pesou tanto no bolso, não gerou um maior índice de desemprego, insatisfação popular e outras conseqüências negativas para a sociedade. Exatamente dez anos depois, em 2016, viu-se outro contexto, com uma acentuada crise tanto política quanto financeira, inclusive social, que o brasileiro sentiu de perto, em especial no bolso. Houve, assim, um resultado bem diferente em razão de novas denúncias de corrupção, nesse caso referentes à Operação Lava Jato.

¹⁸ “Frequentemente, escândalos e corrupção são confundidos, porém, constituem fenômenos distintos e a relação entre os dois é variável”. Escândalos dizem respeito a acontecimentos que implicam transgressões que são levadas a conhecimento público e provocam resposta da sociedade. Corrupção é decorrente de infração, violação de regras, convenções ou leis denunciadas por terceiros. “Corrupção pode se transformar em um escândalo, mas nem todo escândalo envolve corrupção”. (CHAIA, 2004).

Ressalta-se que, em 2014, o PT repetiu a vitória alcançada em 2006, embora os principais veículos de comunicação apoiassem o candidato José Serra (PSDB). Assim, a “campanha cerrada da mídia” não conseguiu impedir a reeleição de Dilma (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 26). O que se viu foi o seguinte:

Os meios de comunicação prosseguiram em sua oposição ao governo, desempenhando papel fundamental na construção do golpe parlamentar de 2016, que derrubou a presidente escolhida pelas urnas. Mas fica claro que seu peso na orientação do voto popular não foi suficiente para evitar a vitória de candidaturas que desejavam derrotar. (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 26).

Diante desse contexto, os autores relatam que tais resultados despertam novos questionamentos em relação aos estudos sobre mídia e política. Assim, admitem que o discurso da mídia em períodos eleitorais influencia na orientação das disputas e na definição do voto, o que foi vivenciado recentemente.

Na definição do sentido do voto, boa parte das análises desconsidera que (1) os eleitores podem dispor de informações *diferentes* daquelas de que dispõem os estudiosos; (2) os eleitores podem mobilizar as informações [...] em narrativas que não reproduzem os enquadramentos hegemônicos na grande mídia [...] (3) o conflito entre informações e representações antagônicas. (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 30, grifo do autor).

Enfatiza-se que a influência midiática sobre o voto não é sempre positiva, como os exemplos apresentados nos pleitos em 2006, 2010 e 2014, quando os votos em Lula e Dilma ocorreram em um contexto em que a grande mídia debatia diariamente sobre os casos de corrupção no governo e, mesmo assim, os candidatos petistas saíram vitoriosos. “Nesse caso, o voto teria sido um *desvio* em pelo menos dois sentidos: não sofreu o impacto da cobertura da grande imprensa, de um lado, e de outro revelou uma conduta moral desviante, sobretudo do eleitorado pobre”. (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 32, grifo do autor).

Para os autores, esse sentido do voto teria influenciado no afastamento de Dilma Rousseff, em 2016, pois teria sido usado “o voto como desvio”, por um lado e, por outro, as campanhas eleitorais teriam encoberto a realidade dos fatos, assim o voto teria sido “desinformado”. Esse contexto reforça a ideia de que os acontecimentos do cenário nacional repercutem no âmbito local, pois os reflexos foram percebidos nas eleições municipais.

Também é preciso considerar como os meios de comunicação empresariais têm atuado politicamente e como os discursos jornalísticos têm sido propagados, além de se pensar em uma escala que vai da manipulação à imparcialidade. Os pesquisadores ainda fazem uma comparação entre a crise política da década de 1950, que culminou no suicídio de Getúlio

Vargas, em 1954, até chegar ao Golpe de 1964, e a crise recente, que resultou no *impeachment* [para muitos golpe] de Dilma Rousseff. Naquela ocasião, “a centralidade da corrupção no noticiário da ampla maioria dos jornais empresariais (com exceção do Última Hora) permitiu que os antagonismos políticos fossem representados sem que os interesses distintos que estavam em disputa fossem expostos” (MIGUEL; BIROLI (2017b, p. 201) e acrescentam que, na mais recente crise, “os escândalos de corrupção também dominaram o noticiário, alimentados pelos vazamentos seletivos de policiais, procuradores e juízes ligados à Operação Lava Jato”.

Vale considerar que antes mesmo de Dilma Rousseff ser reeleita, órgãos da grande imprensa já falavam em *impeachment*. (MIGUEL; BIROLI, 2017b). Desde as chamadas Jornadas de Junho, a mídia deu destaque aos desdobramentos de uma crescente polarização política. As manifestações, realizadas em diversas ocasiões, reuniram milhares de brasileiros que protestaram de diversas formas, por meio de movimentos nas ruas e nas redes sociais, contra os escândalos e denúncias envolvendo a classe política. O caso do *impeachment*¹⁹ se intensificou logo que Dilma Rousseff foi reeleita, em outubro de 2014. Em fevereiro de 2015, a Petrobras se tornou alvo da Operação Lava Jato e teve início uma série de denúncias de corrupção, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os desvios na estatal.

No dia 15 de março de 2015, entre 1 milhão e 1,4 milhão de brasileiros foram às ruas para manifestarem seu descontentamento com os rumos da economia no país e reivindicaram o *impeachment* da ex-presidente da República. Tal manifestação foi vista pelo governo Dilma “como ‘um terceiro turno’ eleitoral – um golpe na democracia – mais uma tentativa de reversão por parte do PSDB, de Aécio Neves e de sua militância, do resultado obtido nas urnas”. (PIRES, 2016, p. 189, grifo da autora).

No mês de maio de 2015, um pedido de *impeachment* foi protocolado na Câmara dos Deputados por Integrantes do Movimento Brasil Livre. Em junho do mesmo ano, as contas do governo apresentaram indícios de irregularidades e o Tribunal de Contas da União (TCU) concedeu prazo para Dilma Rousseff explicar os casos identificados como “pedaladas fiscais²⁰”. Enquanto isso, as denúncias na Operação Lava Jato, como propina, crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, aumentavam e envolviam novos líderes políticos de diferentes partidos, com as primeiras prisões.

¹⁹ As informações da cronologia do *impeachment* nesta seção foram extraídas do Portal GI.

²⁰ Conforme o site do Senado, pedaladas fiscais é o apelido dado a um tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas.

Uma pesquisa do Datafolha, divulgada no dia 6 agosto de 2015, mostrou que 71% dos entrevistados reprovavam o governo Dilma, considerada a pior taxa da história da pesquisa, superior aos 68% de reprovação ('ruim' e 'péssimo') registrados em 1992 pelo governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Essa notícia teve ampla divulgação na imprensa, assim como as manifestações posteriores que pediam o fim da corrupção, a renúncia ou *impeachment* de Dilma Rousseff.

No mês de outubro de 2015, foi reaberta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma ação do PSDB para a impugnação dos mandatos de Dilma e do então vice-presidente da República, Michel Temer, sob acusação de suposto abuso de poder nas eleições de 2014. Além disso, o TCU recomendou que o Congresso reprovasse as contas do governo de 2014, devido às irregularidades apontadas. Ainda naquele mês, parlamentares de oposição ao governo entregaram à presidência da Câmara dos Deputados mais um pedido de *impeachment*.

Assim, em dezembro de 2015, foi autorizada a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Após divergências e embates no cenário político nacional, em março de 2016, Dilma e o ex-presidente Lula foram denunciados na Operação Lava Jato por suposto envolvimento no esquema da Petrobrás.

As tramitações continuaram e, em março de 2016, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protocolou, na Câmara dos Deputados, o 12º pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Em abril de 2016, dois novos pedidos de *impeachment* foram enviados à Câmara pelo então vice-presidente Michel Temer. De 15 a 17 de abril de 2016, os deputados julgaram, em uma sessão caracterizada como espetáculo midiático, a abertura do processo de *impeachment*, com o resultado de 367 votos a favor e 137 contrários.

O processo de *impeachment* seguiu para o Senado e foi instaurado em maio de 2016, quando aprovou-se o afastamento de Dilma Rousseff por 180 dias. Michel Temer assumiu a Presidência da República. No período de 27 a 31 de agosto de 2016, os senadores julgaram o afastamento definitivo de Dilma Rousseff. No dia 29 de agosto, a ex-presidente esteve no plenário do Senado para se defender, porém, em vão. O *impeachment* se confirmou no dia 31 de agosto, por 61 votos a favor e 20 contra.

Essa cronologia e caracterização do processo de *impeachment* servirá como embasamento para as análises dos textos noticiosos e opinativos do portal Folha de S. Paulo, uma vez que ajudarão a entender o que estava em pauta quando da publicação de cada notícia e/ou texto de opinião. Diante do que foi exposto, é possível apreender que as eleições municipais 2016 disputaram espaço com tantos acontecimentos polêmicos, em um período

conturbado do processo de *impeachment* da ex-presidente petista, cenário dominado por uma série de questões políticas que se acentuaram em meio ao processo eleitoral. É preciso considerar os antecedentes políticos tanto da crise quanto do *impeachment* de Dilma Rousseff e a articulação desses contextos. A seguir, encontra-se uma caracterização sobre as eleições municipais 2016.

2.5 As eleições municipais de 2016: um cenário político atípico

Uma das abordagens centrais deste estudo é entender e/ou investigar a cobertura sobre a dinâmica do processo das eleições municipais 2016, marcado por um contexto político mais amplo que envolve a crise política e o *impeachment* de Dilma Rousseff. Para uma melhor compreensão da produção jornalística sobre esse momento eleitoral, torna-se necessário fazer uma caracterização das eleições que ocorrem para a escolha de prefeitos em todo o país.

Mattos (2003) fundamenta que “a política é compreendida como um tempo específico – a eleição – e como um espaço social – o partido, os lugares do Poder – dos quais as pessoas se sentem excluídas ou se excluem, embora possam tentar fazer uso deles, a seu modo.” (MATTOS, 2003, p. 207-208) Assim, para a autora, a política torna-se um espaço em que as pessoas nele inseridas, como os candidatos no período eleitoral, geralmente negam o pertencimento e cada um participa de uma maneira do jogo da política.

Rubim (2002, p. 41) aponta as eleições como um dispositivo quase naturalizado da política, constituem “um momento e um procedimento ritualizado, periódico e legitimado – de escolha e investidura de dirigentes (representativos) para o exercício de poder(es) na sociedade”. Segundo o autor, as eleições são realizadas para a escolha dos governantes, de quem vai ocupar os lugares de direção no exercício do poder, nas esferas executiva ou legislativa, no caso do Brasil, ou no judiciário, em alguns países, ou ainda na sociedade civil em casos menos comuns.

Conforme Rodrigues (2002), o período eleitoral, que elege os representantes no governo da *polis*, se constituiria no ponto de convergência privilegiado para a composição da tribuna democrática em que ocorre o debate público do Estado com a sociedade, uma vez que é o momento em que os diversos grupos sociais poderiam designar os porta-vozes para representarem os interesses coletivos.

A escolha dos dirigentes não assegura a permanência deles no poder de governar. Isso devido ao tempo determinado do mandato, além disso, os escolhidos são colocados em lugar privilegiado para iniciar o governo, mas não garante a manutenção no poder sem alterações

até o fim do mandato. Pode ocorrer, por exemplo, afastamento, renúncia, cassação, intervenção parcial e integral e, inclusive, *impeachment* dos mandatários. (RUBIM, 2002).

Ainda segundo o autor:

[...] o ato de governar implica necessariamente em uma disputa cotidiana acerca do poder de governar. A governabilidade, entendida como conjunto de condições políticas para governar deve ser pensada como perpassada por um constante embate entre os ocupantes do governo e as oposições, sejam elas: partidos, políticos profissionais e/ou cidadãos. A dialética governo e oposição emerge assim como imprescindível para a realização de uma dinâmica democrática de disputa permanente do poder de governar. (RUBIM, 2002, p. 42).

Assim, no contexto do regime democrático, os cidadãos também detêm parte do poder, o qual se encontra pulverizado perante a sociedade. Esse poder é expresso por meio do voto. Segundo Rubim (2002), as eleições são um rito público, um mecanismo para legitimar a representação dos governantes. Também se constituem um momento singular da política, em vários contextos. O autor complementa que as eleições acontecem periodicamente, um momento esperado pela sociedade e previamente agendado no âmbito do sistema político, com um caráter eminentemente público e publicizado, que amplia a visibilidade da política, além de ser traduzido como um episódio de cerimônia, festa e/ou solenidade, ou seja, um momento político especial.

[...] toda e qualquer eleição, desde o instante em que os direitos e cidadania foram conquistados no mundo moderno, assume esse caráter de disputa comunicacional, mesmo quando inexitem mídias em perspectiva relevante, a intensa requisição da comunicação em uma situação viral da política, como acontece com as eleições, propicia assim uma conjuntura especialmente privilegiada para o estudo da comunicação e de suas relações com a política. Nesse momento singular, política e comunicação estão potencializados (sic) e suas conexões se tornam bem mais expressivas e relevantes que aquelas realizadas em situações ordinárias da política. (RUBIM, 2002, p. 47).

Isso pode ser notado tanto em relação às disputas para presidente da República quanto para prefeito, mas há algumas singularidades entre os dois tipos de pleito. Ao relatar sobre as principais marcas das eleições municipais brasileiras, Lavareda (2011) ressaltou que diversos significados são inerentes à leitura dos resultados das eleições para prefeito que ocorrem, simultaneamente, em todo o país.

Em 2016, o primeiro turno do pleito ocorreu no dia 2 de outubro, em 5.568 municípios do país; 55 cidades brasileiras tiveram o segundo turno, no dia 30 de outubro. Chamadas de “eleições intermediárias”, ocorrem justamente na metade dos mandatos dos cargos majoritários nacionais e estaduais. Nas eleições municipais, os números são convocados “para

uma tentativa de diálogo com as duas outras dimensões da política”. (LAVAREDA, 2011, p. 11).

Conforme Lavareda (2011), embora a política econômica não seja propriamente um item das agendas municipais afeta as eleições nessa esfera, uma vez que está relacionada ao clima positivo, de otimismo, satisfação, contentamento e entusiasmo da população com relação aos partidos que estão no poder. Lavareda e Telles (2016, p. 7) reforçam que “a performance dos mandatários e dos respectivos partidos se relaciona de perto com o desempenho da economia, ambas ditando as chances de continuidade, ou não, do partido no poder”.

Embora no Brasil a maioria dos eleitores não apresente vínculo ou preferência partidária, as disputas têm sido bipolarizadas entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). (LAVAREDA; TELLES, 2016). Os autores apontam que as análises são centralizadas em dois fatores que estão diretamente associados, o voto retrospectivo e o voto econômico.

No Brasil, de frágil partidarismo, as campanhas podem ser de grande valia, principalmente a de vereadores e prefeitos. Elas são um universo completo onde, além da temática nacional, dizem presente muitas peculiaridades, como a relevância de elementos herdados da dominação tradicional, em termos weberianos; o prestígio das lideranças locais; a força dos governadores; os temas provincianos; o compadrio; e até mesmo as miúdas relações entre as pessoas e as instituições contaminadas por todo tipo de laços sociais e afetivos. Fatores que não raro se sobrepõem aos aspectos um pouco mais ideológicos e às relações impessoais e “racionais” que se encontram mais presentes nas eleições nacionais. (LAVAREDA; TELLES, 2016, p. 8).

Percebe-se que as eleições municipais, embora sejam vistas como secundárias, têm grande importância e contribuem para as eleições federais, inclusive as campanhas locais são utilizadas para testar novos modelos e novas regras eleitorais que, conforme os resultados, são implantadas no pleito nacional. No pleito de 2016, por exemplo, vigorou uma nova legislação que estabeleceu mudanças nos prazos para as convenções partidárias, filiação partidária e no tempo de campanha eleitoral, que foi reduzido de 90 para 45 dias, além de proibir o financiamento eleitoral por pessoas jurídicas, dentre outras mudanças estabelecidas pela Lei nº 13.165/2015, conhecida como Reforma Eleitoral 2015. (TSE, 2016). Tais regras foram testadas já pensando nas eleições presidenciais de 2018.

A lógica dos eleitores nem sempre foi vinculada aos temas nacionais, embora deve-se considerar a influência dos laços dos candidatos a prefeito com o governo federal. Nas últimas eleições municipais, o cenário político foi se configurando e apresentou divergências.

Também deve-se considerar o contexto em que se desenvolvem as eleições com destaque aos aspectos institucionais, como as ofertas partidárias. Além disso, o surgimento de pequenos partidos e os resultados que eles têm conquistado, a influência dos governadores, bem como a configuração das câmaras municipais são fatores que têm contribuído com esse novo cenário político. (LAVAREDA; TELLES, 2016).

Segundo esses autores, em 2008, o pleito foi marcado pelo partidarismo e pela ideologia entre as opções dos eleitores para escolherem os prefeitos. Em 2012, já se registrava uma grande insatisfação com as administrações e com os candidatos a prefeito. Como resultado, houve maior fragmentação dos legislativos municipais e alto índice de renovação no executivo nas cidades do país. Na mesma direção, nas eleições municipais 2016 tiveram peso elementos como variáveis mais tradicionais para a escolha do voto, o antipetismo, a influência do local de moradia, o uso de novas tecnologias e a percepção da corrupção no voto para prefeito e vereadores. A questão partidária também foi levada em consideração, pois o que ocorria no cenário nacional influenciou na esfera local e, conseqüentemente, nas urnas.

As questões abordadas neste capítulo embasarão as análises que feitas no presente estudo. O objeto empírico é o portal Folha de S. Paulo. Dessa maneira, no capítulo seguinte, será tratado sobre jornalismo de portal e feita a caracterização do portal investigado.

3 JORNALISMO DE PORTAL: CARACTERIZAÇÃO DO PORTAL FOLHA DE S. PAULO

Neste capítulo, serão apresentados conceitos, características e especificidades do jornalismo de portal, uma vez que o objeto empírico é o portal Folha de S. Paulo e sua cobertura por ocasião das eleições municipais 2016 em articulação com os contextos da crise política nacional e do *impeachment* de Dilma Rousseff. Também é feita a caracterização do portal e das seções em que são publicados os textos que compõem o *corpus* da pesquisa, além de uma descrição do novo projeto editorial do Grupo Folha.

3.1 Jornalismo de portal: histórico e singularidades

A tendência de que os grandes jornais migrassem para o ambiente virtual já era esperada. Inicialmente, apenas faziam a transposição dos conteúdos das edições impressas para a versão *on-line*. Depois, passou-se a produzir material específico para a internet, considerando-se as peculiaridades desse ambiente e a necessidade de novos processos produtivos e de circulação dos conteúdos (BARBOSA, 2002).

Essa nova forma de se praticar o jornalismo teve início, em 1970, com a digitalização da informação e, ao longo dos anos, ganhou características próprias e diversos formatos, como ressalta Barbosa (2002, p. 10):

[...] o jornalismo, na cibercultura, se apresenta sob um novo suporte - o digital - o qual permite que uma nova modalidade dessa forma de conhecimento do presente, criadora de sentido e de interpretação do real, possa ser veiculado e acessado por meio de computadores, celulares, assistentes pessoais, entre outros equipamentos. É com a digitalização da informação, processo iniciado na década de 70 e, logo depois com a informatização das redações, que o jornalismo adquire a possibilidade de construção narrativa congregando em um único suporte o texto, o som e a imagem.

Com o surgimento do *World Wild Web* (WWW) ou simplesmente *Web*, em 1991, houve grande revolução na internet. Trata-se de “um método de criar e trocar documentos com gráficos e fotos via internet, criado pelo físico Tim Bebers-Lee, em Genebra, Suíça, em meados da década de 1980. A partir daí, surgiram os primeiros jornais *on-line*.” (RAMADAN, 2002, p. 116). De acordo com esse autor, em 1994, foram criados os primeiros sites, até então sem muito movimento ou *links*. Teve início, nesse momento, o processo de convergência de mídias, com a estreia do rádio na internet. Foi o prenúncio da multimídia, ou

seja, a capacidade de reunir, em uma só plataforma, informações em diversos formatos, como som, imagem e texto.

Conforme a literatura existente que trata da origem dos portais de notícias no Brasil, percebe-se que não há um consenso sobre o pioneirismo do jornalismo de portal no país²¹. Conforme Silva Júnior (2000), o Jornal do Comércio, de Recife, teria sido o primeiro jornal brasileiro consolidado a disponibilizar material de forma contínua por algum dispositivo da internet, ação iniciada em dezembro de 1994, por meio do Gopher da Emprtel (Empresa Municipal de Processamento Eletrônico), quando a primeira página da versão impressa do referido jornal foi veiculada na rede; os cadernos de informática e meio ambiente eram atualizados semanalmente.

Entretanto, segundo Silva Júnior (2000, p. 213), “a primeira experiência relatada de um jornal brasileiro consolidado utilizando a rede para algum serviço de disponibilização de informação, mas sem continuidade diária, se deu em junho de 1994”, quando, em função da Copa do Mundo nos Estados Unidos, o jornal O Estado de S. Paulo começou a disponibilizar o material produzido pelos repórteres de Los Angeles, via BBS²².

Barbosa (2001) relata que o Grupo Estado teria sido o primeiro a perceber o potencial da rede, com a operação de serviços informativos pela *Web*, pelo *link* com a *World News*, de Washington, em fevereiro de 1995. Entretanto, quem teria lançado a primeira edição completa na *Web* seria o Jornal do Brasil, em 28 de maio de 1995.

O fato é que, com o advento da internet comercial no país, teve início o processo de migração dos jornais brasileiros para o ciberespaço, para se fazer presente nesse novo ambiente e como estratégia para adquirir visibilidade. “Entre 1995 e 1997, os principais jornais brasileiros migraram para a rede. Ao ponto de, em fins de 1996, quase todo jornal com mais de vinte mil exemplares de tiragem, tinha o seu equivalente *online*”. (SILVA JUNIOR, 2000, p. 215).

De acordo com Barbosa (2001), foram os americanos quem criaram e batizaram os sites de “portais”. Esse modelo foi adotado no Brasil em 1998, “para além das edições dos jornais com similares impressos, gratuitos e diários” (BARBOSA, 2003, p. 29). Segundo Silva Júnior (2000), “a diferença de portal para site reside em elementos de análise muito subjetivos, já que um portal é também um site”. Conforme salienta, em um portal, concentra-

²¹ A primeira edição completa de um jornal digital foi lançada em 1992, com o The Chicago Tribune, por meio da rede do provedor América *On-Line* (ARMÑANZAS et al., 1996 apud BARBOSA, 2002).

²² *Bulletin Board System*, sistema eletrônico que funciona como uma fonte central de informação, pelo qual é possível a troca de mensagens com outros utilizadores. (DICIONÁRIO INFOPEIDIA, 2003).

se um determinado núcleo temático, com a prestação de serviços e informações paralelas ao núcleo e, no site, essa não é condição preponderante.

Para uma melhor compreensão, torna-se essencial conceituar o termo portal.

A palavra Portal tem uma conotação mística, como porta de passagem, como canal que nos abriria a outros mundos, a novos universos possíveis e impossíveis. O que está acontecendo agora não é a abertura ao imprevisível, ao excessivo e ao desmesurado, mas fechamento ao mesmo, à nossa limitação ignóbil que só busca a certeza, a segurança e a repetição. (LEMOS, 2000).

Em seu texto “Morte aos Portais”, Lemos (2000) faz uma crítica ao que chama de “Portais-currais”, que ele considera como “febre da rede e paliativo contra o suposto excesso de informação” e que “nos tratam como bois digitais forçados a passar por suas cercas para serem aprisionados em seus calabouços interativos”. O autor continua a crítica enfatizando que “os Portais, sob a balela de nos ajudar a não nos perdermos nesse mar de dados, nos aprisionam e limitam nossa visão da rede (do mundo?)”.

Lemos (2000) caracteriza os portais como “prisão eletrônica” e questiona o fato de que eles “estão tentando nos fazer *coach-potatoes* digitais que se acham felizes por encontrar aquilo que procuram e que pensam em se manter na segurança de suas limitações, não estando dispostos à perdição do imprevisto”. Por isso, declara: “pela sobrevivência da vida e da emissão irrestrita no ciberespaço, deve-se gritar a morte simbólica dos Portais-currais que tratam o que é excessivo de forma moralizante, desviante, improdutiva ou dispersiva.” Entretanto, essa morte não ocorreu, pelo contrário, percebe-se uma proliferação dos portais de lá para cá. Os portais de notícias causam impactos na vida das pessoas, como pode ser comprovado no trecho a seguir:

[...] para o jornalismo, que é o que nos interessa, eles de fato causaram impacto, criando mesmo uma nova categoria para o jornalismo *online*: o jornalismo de portal, o qual, a despeito da divisão mimética dos assuntos por editorias (ou canais) tal qual no jornal impresso, emprega as características concernentes ao jornalismo online (interatividade, hipertextualidade, multimídia, customização de conteúdo, atualização constante) e ao ambiente digital na produção da informação (BARBOSA, 2001, p. 9).

Essas características fazem com que os portais tenham um jeito peculiar de informar, de forma mais dinâmica, ágil e agradável ao leitor-internauta, pois facilita o processo de busca pelas notícias que são do interesse de cada um. Conforme Ziller e Moura (2011, p, 190). “a publicação de conteúdo deixa de seguir o modelo linear da cadeia industrial”. As autoras apontam que as especificidades do jornalismo de portal influenciam no comportamento dos

usuários e, se ocorre essa mudança, deve-se pensar, também, em como esse jornalismo se modifica para atender a esse público.

Silva (2002, p. 109) enfatiza que “na internet, tudo deve circular. Cada internauta deve comunicar, navegar, gozar, deslocar-se, flutuar-se, lincar, percorrer páginas, aventurar-se, confessar-se”. Apesar de os termos serem usados como sinônimos, existe uma diferença entre internet e *Web*: “na internet temos computadores conectados por cabos e, na *Web*, documentos, sons, fotos e vídeos conectados por *links* em hipertexto. A *Web* está centrada em programas que se comunicam pelos computadores”, assim, ficam disponíveis os serviços e informações para o usuário, o que possibilita a manipulação multimídia, assim, “tudo o que está na teia é produto *on-line* e tem por objetivo a Comunicação” (RAMADAN, 2002, p. 117).

A navegação na internet é feita por meio de hipertexto, um mecanismo que tem como característica a forma não sequencial de escrita ou mensagens que podem ser esticadas ou encolhidas conforme a ação do usuário, ou seja, o documento apresenta *links* que são ligações com outros conteúdos. (RAMADAN, 2002).

Ziller e Moura (2011, p. 196) salientam que tais características da internet são inerentes ao jornalismo de portal e destacam que “o caráter múltiplo, a possibilidade de acesso não linear e alheio a um ordenamento pré-estabelecido” são características centrais da rede. Conforme as autoras, os percursos próprios tornam-se possíveis pela presença de *links* que podem estar presentes tanto ao longo do texto quanto em uma lista de notícias relacionadas ao assunto tratado, geralmente conteúdo da mesma editoria.

Esse recurso nem sempre é explorado nos portais de notícias, nota-se, principalmente, ausência de *links* no decorrer dos textos, o que “prejudica fortemente a multiplicidade de versões da mesma informação, a possibilidade de que o internauta opte por um caminho próprio”. (ZILLER; MOURA, 2011, p. 197). Ainda de acordo com as pesquisadoras, os *links* nem sempre conduzem a notícias complementares, às vezes, há um desvio em relação à notícia inicial. Para elas, o crescente número de matérias sem *links* é resultado da priorização da velocidade na produção de informações o que, muitas vezes, se sobressai em relação às outras características do jornalismo de portal. Deve-se considerar que uma das características do jornalismo é a pluralidade, conforme foi demonstrado no capítulo anterior (PASQUINO, 1998; LIMA, 2006; MIGUEL; BIROLI, 2017).

Mielniczuk (2001) relata que a história do jornalismo no meio digital pode ser classificada em três grandes momentos: (1) quando os portais de notícias apenas reproduziam matérias dos jornais impressos (mera transposição); (2) quando os conteúdos passaram a ser

aprofundados, devido ao uso da tecnologia, por meio de hipertextos e *links* com materiais relacionados a um mesmo fato e (3) o momento em que surgiram editoriais exclusivos para a internet.

Diante desse contexto, o jornalismo de portal se configurou como a associação entre a informação noticiosa e o formato portal, em função dos elementos e/ou recursos que caracterizam o novo fazer jornalístico no ambiente digital, assim:

a memória, no caso das “últimas notícias”, é imediata, possibilitada pelo espaço ilimitado para armazenamento, sendo cumulativa: a atualização contínua, permitindo a veiculação mais ágil e instantânea; a hipertextualidade, estabelecendo a ligação através dos *links* entre as matérias ou blocos de texto relacionados e favorecendo o aprofundamento de fato; a interatividade entre a publicação e seu leitor/usuário, que pode e deve participar da produção dos conteúdos; e a disponibilização do áudio de entrevistas ou mesmo de gráficos, simulações ou vídeos (multimedialidade). (BARBOSA, 2003, p. 171).

A referida autora também salienta que o jornalismo de portal consolida uma característica intrínseca ao ambiente digital, que é a atualização contínua e em fluxo, além de alterar o formato da notícia, com textos mais fragmentados o que, conseqüentemente, modifica o conceito de notícia. Nesse aspecto, ainda destaca-se o fato de o jornalismo de portal se caracterizar por um maior uso dos recursos multimídia para veicular conteúdos diversificados; por ser alimentado por diferentes fontes de informação, como agências de notícias e sites parceiros; bem como por apresentar uma nova compartimentação de informações, por meio de “canais”. Outro fator importante é que as notícias são listadas em ordem cronológica, geralmente com o horário de postagem, para demarcar o tempo de atualização. (BARBOSA, 2003).

Além dessas características apresentadas, Barbosa (2001, p. 4-5) faz referência a outras duas, a saber: (1) “a customização ou personalização do conteúdo” e (2) “a possibilidade de formação de comunidades, a contribuição para a criação de uma memória coletiva [...] e a atualização constante”. Ressalta-se que essas características, em sua maioria, são encontradas no portal Folha de S. Paulo.

A customização de conteúdo se dá através do próprio percurso escolhido pelo usuário para ler as informações, sendo uma característica ligada propriamente à relação com os leitores-usuários, pois lhes assegura também a possibilidade de personalizar os conteúdos através do recebimento de informações sobre determinados assuntos do seu interesse. Ou seja, pode ter um produto jornalístico ajustado às suas necessidades de informação. (BARBOSA, 2001, p. 5).

Assim, o usuário pode customizar sua navegação, personalizar a leitura conforme o que lhe for mais conveniente e o que busca encontrar para se manter informado. Deve-se ressaltar que a agilidade e a instantaneidade ajudam a manter o leitor por mais tempo no portal, por isso estão entre as características mais essenciais desse novo formato de jornalismo.

De acordo com Ziller e Moura (2011), no Brasil, os grupos jornalísticos têm buscado se adequar às lógicas próprias dos ambientes virtuais. Além disso, apontam que as alterações no processo produtivo de conteúdo para essas novas plataformas devem ser amparadas por discussões teóricas e por técnicas profissionais. Ao investigar portais de notícias, é possível analisar “como seu conteúdo reflete o entendimento da relação entre o jornalismo e as características específicas dos meios digitais” (ZILLER; MOURA, 2011, p. 189).

Entre essas características, são incorporadas as possibilidades de participação e a convergência de recursos específicos da hipermídia (texto, som, vídeo, fotografia, infografia), dentre outras, que mostram como se dá a relação do jornalismo com a internet. Barbosa (2001) ressalta que uma nova fase do jornalismo foi instaurada a partir da digitalização da informação, com mudanças desde o sistema de produção até a distribuição de conteúdos, passando por um novo fazer jornalístico voltado para a internet com suas especificidades.

Ressalta-se que “os portais, boa parte deles como instâncias digitais de uma lógica nascida anteriormente à digitalização, frequentemente assumem o lugar de emissores falando para receptores por meio de um canal, uma atitude que remete à lógica transmissiva”. (ZILLER; MOURA, 2011, p. 191).

A relação espaço-tempo também deve ser considerada no que tange aos portais de notícias, uma vez que a internet tem um caráter ilimitado, em um espaço infinito e em tempo real. “No meio eletrônico-digital, a atualização dos conteúdos acontece de maneira constante, não há *dead line* estabelecido. Em qualquer momento, na medida em que novas informações ou acontecimentos vão sendo produzidos, pode-se disponibilizar algo novo” (BARBOSA, 2001, p. 6).

Deve-se ressaltar que os principais portais jornalísticos no país são integrantes de grandes grupos de mídias analógicas. Por isso, torna-se interessante analisar se as informações veiculadas nos portais de notícias se adequam às singularidades da internet. Nesse sentido, Ziller e Moura (2011, p. 191, afirmam que “a adequação às características específicas do suporte é um dos pontos frágeis da produção de conteúdo nos portais jornalísticos brasileiros”. Conforme as autoras, embora tenham ocorrido alguns avanços, ainda não há um aproveitamento adequado dos recursos próprios da hipermídia. Geralmente, as possibilidades

de diálogos são limitadas ao envio de conteúdo colaborativo e à interatividade por meio das redes sociais.

Ainda conforme Ziller e Moura (2011), outro fator a ser considerado é o ritmo acelerado das redações dos veículos que atuam na área de jornalismo de portal, se comparada aos meios de comunicação tradicionais, o que acaba por dificultar um melhor aproveitamento dos recursos específicos da internet. Além disso, em geral, os jornalistas não são treinados para lidar com os recursos dessas plataformas e suas particularidades. Assim, muitas vezes, os profissionais apenas são instruídos a incluírem equipamentos digitais durante a prática jornalística, sem a devida capacitação e sem saber ao certo como explorar melhor as potencialidades da convergência de tais recursos.

Outro ponto destacado é a necessidade de qualificar o acesso às notícias, ou seja, se qualquer usuário pode acessar o conteúdo ou apenas assinantes, o que influencia nos índices de acesso. Alguns portais de notícias oferecem conteúdo integralmente grátis; em outros, o acesso é parcialmente gratuito, com seções pagas, e há aqueles restritos para assinantes. Isso também influencia muito na busca por parte do usuário. Geralmente, quando o leitor assina o jornal ele tem acesso ao conteúdo digital, que costuma ser diferente do impresso. Assim, passa a ter um pacote (jornal impresso/jornal na versão digital/portal). Na maioria dos portais, como é o caso do Folha de S. Paulo, são disponibilizadas as versões impressas para leitura no meio digital e conteúdo específico para o portal, em tempo real.

Mais uma característica e que, de certa forma, desapareceu dos portais de notícias, é se existe a obrigatoriedade de clicar em outro *link*, como um subportal, para ter acesso às notícias. Isso porque o uso de páginas de passagem também restringe o acesso e contradiz o que é uma das marcas da internet: a velocidade, uma das características centrais no noticiário *on-line*, vista como um valor tradicional no jornalismo. “Passar por uma página intermediária exige do usuário tempo extra, o que pode potencializar suas insatisfações com o portal.” (ZILLER; MOURA, 2011, p. 194).

Segundo as autoras, é crescente nos portais brasileiros o uso de enquetes, o que permite aos usuários expressarem suas opiniões sobre determinado assunto. Também tem se tornado comum em noticiários de portal a inclusão de *blogs* feitos por profissionais contratados, muitas vezes abertos a comentários, mesmo que mediados. Ziller e Moura (2011) concluem que os *blogs* se aproveitam mais das características específicas da internet, como a convergência de formatos e recursos, bem como a participação de visitantes.

Os portais disponibilizam, em geral, conteúdo próprio, produzido por equipes de jornalistas, muitos oriundos da mídia impressa. Entretanto, também compartilham materiais

de agências de notícias, textos de colunistas ou, ainda, de parceiros. “A ideia de portal da Internet visa basicamente agregar o maior número possível de conteúdos dentro do mesmo sistema de navegação. Assim o usuário teria em um só ambiente ‘tudo’ o que necessitasse na Internet [...]. (SILVA JUNIOR, 2000, p. 171).

Um dos diferenciais do jornalismo de portal, segundo Barbosa (2003), é a diversificação de conteúdos de caráter jornalístico em um mesmo espaço. Os portais contam com canais de notícias e incorporam recursos audiovisuais. Assim, “constitui-se numa poderosa variante de publicização de conteúdo na Internet, no sentido de ao mesmo tempo procurar uma maior permanência do usuário dentro de determinado site” (SILVA JUNIOR, 2000, p. 80). Nesse ambiente, os leitores/internautas encontram, além de informações em diferentes formatos, diversas opções de navegação.

Devido à essa gama de possibilidades oferecida pelo meio virtual, uma questão que é constantemente debatida é se o jornalismo digital substituirá o impresso. Manrich, Diniz e Sandes-Guimarães (2013, p. 5) apresentam as especificidades de cada formato: “o jornal impresso é utilizado em momentos de tempo livre, para entretenimento e leitura aprofundada sobre os assuntos, enquanto o *online* atende necessidades de quem procura informações específicas e atualizadas”. Conforme os autores, “o meio *online* é utilizado nestes casos, pois oferece funcionalidades que o meio impresso não é capaz de oferecer, como atualização em tempo real e busca por conteúdo.” Eles defendem que o jornal impresso e o digital são dependentes entre si e ambos contribuem para a sobrevivência dos veículos.

Quanto à personalização, a maior parte dos sites dos jornais deixa a desejar, segundo Manrich, Diniz e Sandes-Guimarães (2013), pois poucos apresentam essa opção, mesmo assim, quando a disponibilizam é com funções básicas como, por exemplo, a lista de últimas notícias que consta aquelas que o usuário ainda não leu. Os autores concluíram em seu estudo que a presença *on-line* dos jornais originalmente impressos é ampla, pois grande parte dos jornais tem um site correspondente na internet e que não há uniformidade quanto às estratégias adotadas pelos veículos quando atuam no ambiente digital.

Segundo Costa (2003, p. 119), o que mais faz diferença no jornalismo de portal, que ele denomina como jornalismo de internet, é “a nova capacidade que passamos a ter de poder buscar a notícia que se deseja, na hora em que se quer e nas fontes em que se confia.” Para o autor, mesmo no formato de portal, deve-se cumprir todos os princípios do bom jornalismo. Ele afirma que a internet não apenas abraça todas as mídias, ela é “a” mídia. Serva (2003) comunga da opinião de que o jornalismo *on-line*, como ele se apropria, é o mesmo jornalismo,

apenas em outro suporte, que resultou em uma nova gama de usos e “mensagens”, uma vez que, parafraseando o intelectual canadense Marshall McLuhan, “o meio é a mensagem”.

Vale ressaltar que o portal Folha de S. Paulo, objeto empírico deste estudo, ele se origina da versão impressa, porém tem atualizações constantes. No caso, tem o jornal impresso, a versão digital do jornal e o portal de notícias com o mesmo nome. Na seção seguinte, apresenta-se uma caracterização do portal investigado.

3.2 Portal Folha de S. Paulo

No dia 9 de julho de 1995, entrou no ar o FolhaWeb, pertencente ao Grupo Folha. Conforme Silva Junior (2000), o projeto FolhaWeb era desenvolvido desde o final de 1994, com o intuito de disponibilizar os jornais do grupo na internet, inicialmente, com a estratégia de transpor o material da versão impressa. Depois, o FolhaWeb passou a agregar novas publicações e serviços; em maio de 1996, uniu-se com a editora Abril, quando surgiu o Universo *Online* (UOL), empresa brasileira de conteúdo, produtos e serviços de internet do conglomerado Grupo Folha e que se tornou, também, um provedor de acesso.

Segundo o histórico do grupo, a Folha foi “o primeiro jornal no Brasil a adotar novo modelo de negócios para o jornalismo digital, o *paywall* poroso²³, em que o acesso ao noticiário *on-line* é gratuito até um certo limite de textos”. No portal Folha de S. Paulo, disponível no endereço eletrônico folha.uol.com.br, o conteúdo na íntegra, sem restrições, pode ser acessado apenas por assinantes.

No que diz respeito às características do portal Folha de S. Paulo (FIG. 1)²⁴, no cabeçalho, junto ao logotipo, apresenta-se o slogan: “Um jornal a serviço do Brasil”, o que comprova que o portal é vinculado ao jornal impresso. Também informa o dia da semana, data e horário, uma forma de mostrar a atualidade do conteúdo. Ao lado esquerdo do logotipo, encontra-se o fac-símile da versão impressa do jornal, com a capa do dia, e os itens *Login/Logout*, *Assine a Folha*, *Atendimento* e *Acervo Folha*. No topo da página, em uma barra acima do cabeçalho, apresentam-se os tópicos *UOL Host*, *Pagseguro*, *Cursos* e *UOL Resolve* (reforça o vínculo com o portal UOL, que é o principal do Grupo Folha e o mais

²³ Nome do sistema de pagamento pelo conteúdo digital, o qual permite limitar o número de textos lidos por mês e liberar todo o conteúdo da plataforma apenas para os assinantes, com o intuito de conquistar recursos para custear as operações da redação e manter o jornalismo de qualidade. (ADNEWS, 2014).

²⁴ Constatou-se que, ao longo da pesquisa, ocorreram diversas alterações no *layout* da página inicial do portal. Assim, a caracterização do portal foi atualizada quando do fechamento da dissertação, em janeiro de 2018.

acessado do país conforme a pesquisa MOM-Brasil de 2017)²⁵, além de apresentar os ícones para busca, bate-papo e e-mail.

As editorias do portal Folha de S. Paulo constam em uma barra de opções abaixo do cabeçalho, a saber: Opinião, Poder, Mundo, Economia, Cotidiano, Esporte, Cultura, F5 e Sobre Tudo. Ainda nessa barra, existe o *link* para conferir as condições climáticas por cidade e o *menu* expandido das seções. Abaixo dessa barra com as editorias, estão as manchetes em destaque e mais algumas editorias (ilustrada, sua folha, tv folha, equilíbrio e saúde, memória, empreendedor social, esporte, mundo, alalaô, salão de Detroit e sobre tudo).

Figura 1 - Página inicial do portal Folha de S. Paulo

The screenshot shows the homepage of Folha de S. Paulo. At the top, there's a navigation bar with categories like 'Seções', 'Opinião', 'Poder', 'Mundo', 'Economia', 'Cotidiano', 'Esporte', 'Cultura', 'F5', and 'Sobre Tudo'. The main headline is 'OMS inclui todo o Estado de SP em área de risco de febre amarela'. Below this, there's a sub-headline: 'Governo antecipa a campanha emergencial de vacinação contra a doença do dia 3 de fevereiro para 29 deste mês em 53 cidades paulistas que estão em áreas de risco'. To the right, there's a 'painel do leitor' section with a photo of a man and the text 'Ciro Gomes deveria se preocupar menos com polêmicas, diz leitor'. Below that is a 'colunistas' section with three columns of text and small photos of the authors: Cláudia Collucci, Joel Pinheiro da Fonseca, and Nabil Bonduki. At the bottom of the article, there's a photo of a crocodile with its mouth open.

Fonte: Elaborada pela autora.

Ao lado direito das manchetes, encontram-se as seguintes seções: painel do leitor (com as opções Comente/ Fale com a Folha/ Envie sua notícia), colunistas (128 ativos, 87 convidados e 104 ex-colunistas)²⁶, blogs (55 – dos mais variados gêneros), estúdio folha, seminários folha, um quadro com a relação/*links* para as notícias + Lidas, + Comentadas, + Enviadas e Últimas, e continua com editoriais, folha internacional, notícias por e-mail (o

²⁵ As informações sobre a pesquisa MOM-Brasil constam na introdução.

²⁶ Os números das seções de colunas e blogs foram atualizados no fechamento da pesquisa, em janeiro de 2018.

internauta pode escolher o tipo de conteúdo que deseja receber), fotos e audiência da folha²⁷. As colunas e blogs são hospedados em uma página específica (folha.uol.com.br/colunaseblogs/), ou seja, quando se clica em uma das duas seções, o internauta é direcionado para essa página de opinião. Ao final da *home page*, podem ser vistas as obras em destaque na Livraria da Folha e Publifolha (ofertas do dia). Por fim, encontra-se o mapa do site e um rodapé com a inscrição “Acesse o aplicativo para tablets e smartphones”.

O conteúdo do portal Folha de S. Paulo é parcialmente gratuito. Para acessar a versão impressa no meio digital é necessário ser assinante, assim como para comentar nas matérias e demais textos do portal, acessar alguns serviços e/ou seções, como, por exemplo, o Acervo Folha, conteúdo exclusivo e acesso ilimitado, descontos em produtos Folha, dentre outros.

As notícias de política do portal Folha de S. Paulo são postadas na editoria Poder (FIG. 2). Na barra com o nome da editoria encontram-se duas seções: governo encurralado (que direciona para a página folha.uol.com.br/especial/2014/petrolao/, sobre a Lava Jato) e *impeachment* (com direcionamento para a página folha.uol.com.br/especial/2015/brasil-em-crise/, quando se percebe a relação estabelecida entre o *impeachment* e a crise política). Além das manchetes em destaque, a editoria Poder apresenta a lista das notícias e textos de opinião referentes à política internacional, nacional, regional e local, em ordem cronológica. Também tem um quadro que lista as matérias + Lidas, + Comentadas, + Enviadas e Últimas (em Poder), bem como algumas seções de reportagens especiais, por exemplo, Folha explica a Operação Lava Jato.

²⁷ A última atualização de audiência apresentada, quando do fechamento da dissertação, foi referente a dezembro de 2017, que apontou o total de 159.777.489 páginas vistas no portal e 28.181.099 visitantes únicos, conforme o Google Analytics.

Figura 2 - Página da editoria de Poder do portal Folha de S. Paulo

Fonte: Elaborada pela autora.

No sistema de busca do portal Folha de S. Paulo, é possível filtrar as notícias por editoria, por meio do assunto pesquisado, bem como inserir a data inicial e final para a consulta (FIG. 3). Assim, procedeu-se à busca na editoria Poder pelos temas centrais desta pesquisa (eleições municipais 2016, crise política e *impeachment*), referente às matérias do mês de agosto de 2016, conforme descrito na metodologia.

Figura 3 – Ferramenta de busca do portal Folha de S. Paulo

Fonte: Elaborada pela autora.

Devido ao fato de ter conteúdo restrito a assinantes e controlado por meio do sistema *paywall* poroso, o usuário que não é assinante e nem mesmo cadastrado recebe um aviso quando atinge o limite mensal de reportagens, sendo orientado a assinar a Folha Digital para ter acesso ilimitado a todo o conteúdo (FIG. 4). O leitor que não é cadastrado tem acesso gratuito a cinco reportagens por mês; se tiver cadastro pode ler dez textos mensais gratuitamente. Para acesso irrestrito, somente se for assinante.

Figura 4 - Página que mostra a restrição de reportagens no portal Folha de S. Paulo



Fonte: Elaborada pela autora.

O portal Folha de S. Paulo apresenta amplo conteúdo institucional do grupo, com histórico, reportagens especiais sobre os veículos do conglomerado midiático e as versões dos projetos gráficos, sendo a última de março de 2017. O Grupo Folha defende, em seu projeto editorial, que pratica um jornalismo “crítico, apartidário e pluralista”. Os veículos (jornal/portais) sempre passam por reformas editoriais e gráficas, um dos destaques dessas mudanças tem sido o pluralismo.

Conforme Venancio (2009), a Folha (jornal e portal), juntamente com outros veículos brasileiros, sofreu críticas com o rótulo de “imprensa golpista”, o chamado PIG (Partido da

Imprensa Golpista), nomenclatura criada pelo jornalista Paulo Henrique Amorim²⁸ e que engloba os conglomerados Globo, Folha e Estadão.

Abramo (2006, p. 14) afirma que “os órgãos de comunicação se transformaram em novos órgãos de poder, em órgãos político-partidários, e é por isso que eles precisam recriar a realidade onde exercer esse poder”. Ao mencionar essa expressão, o autor estaria se referindo ao processo de confronto entre a mídia e os partidos políticos pela representatividade dos anseios populares.

O novo projeto editorial tem como título “Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância”²⁹ e “atualiza compromissos da Folha em uma era de mudança de hábitos dos leitores”. Ressalta o diálogo pluralista em contraponto à intolerância presente nas redes sociais devido à onda de “populismo nacionalista ultraconservador”. Assim estabelece: “existe público expressivo disposto a pagar por assinaturas digitais de veículos jornalísticos, e a ampliação de um contingente populacional cada vez mais educado, conectado e exigente em matéria de conhecimentos sugere um caminho promissor a ser percorrido”. Ainda salienta que conglomerados midiáticos “exploram operações comerciais muito mais vultosas e têm dado mostras de docilidade política diante de governos que não toleram crítica”. (FOLHA, 2017).

O documento também apresenta em destaque “Sua Excelência, o consumidor de notícias” e menciona o que caracteriza como manifestações públicas de dimensões inéditas, a transição para o governo Michel Temer (PMDB) que “aplica uma receita de reformas liberalizantes e disciplina do gasto público”. Ainda faz referência à Operação Lava Jato, “conduzida no âmbito da Justiça Federal, em que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, secundados pela imprensa, desvendaram escândalo de corrupção de proporções inauditas” (FOLHA, 2017), comprometendo o PT, o PMDB e PSDB, entre outros partidos e empresas privadas, como empreiteiras.

Diante desse cenário, o projeto editorial destaca a polarização política que se alastrou, principalmente, em função das redes sociais. Tal conjuntura submete aspectos programáticos do posicionamento editorial (pluralismo, independência crítica e apartidarismo). Além de apontar a necessidade de vigilância para uma imprensa livre.

Quanto ao portal, o projeto editorial descreve que “a audiência *online*, por sua vez, mede-se em dezenas de milhões de visitantes ao mês, dada a possibilidade de acesso individual gratuito a um número determinado de textos jornalísticos”. Ainda complementa

²⁸ O jornalista edita o blog *Conversa Afiada* (<https://www.conversaafiada.com.br/pig>) em que apresenta críticas aos veículos do chamado PIG.

²⁹ No novo projeto editorial, a Folha declara que entende por “jornalismo profissional aquele que segue regras técnicas e padrões de conduta que garantem relatos fidedignos de fatos relevantes”. (FOLHA, 2017).

que “na esfera digital, o jornalista não se envolve só na produção de conteúdo; também participa da publicação e da distribuição do material produzido e tem responsabilidade na obtenção de audiência”. (FOLHA, 2017). Os princípios estipulados no projeto editorial valem para o que o documento denominou “conjunto dos veículos semelhantes à Folha”, ou seja, as mídias que integram o grupo, entre eles o portal Folha de S. Paulo.

No que diz respeito ao posicionamento editorial e/ou político, o Grupo Folha “defende mecanismos que aumentem a transparência e a fiscalização por parte da sociedade.” Além disso enfatiza: “no que respeita a necessidade de uma reforma, pressão contínua pela melhoria da cultura política tende a ser mais efetiva que propostas mágicas” (FOLHA, 2017), assim, endossa diversos pontos, como as reformas políticas propostas pelo governo Temer.

Embora o Grupo Folha se apresente como apartidário, desde o golpe de 1964, foi demarcada uma posição política. A Folha apoiou o movimento das Diretas Já, quando ganhou papel de destaque no país que garantiu-lhe a liderança até hoje mantida no cenário nacional em relação às mídias hegemônicas. (CAPELATO, 2003). De acordo com Singer (2003), em 1974, a Folha decidiu ser competitiva quanto à influência acerca da opinião pública, momento em que se iniciava a abertura política que o Brasil viveu até 1984, ou seja, a fase de transição iniciada pelos militares, quando houve a passagem para a democracia. A partir daí, firmou-se como uma mídia de opinião, segundo Singer (2003), por não ter compromissos com o governo que impedissem a independência editorial. Embora o objeto de estudo seja o portal Folha de S. Paulo, essa contextualização histórica ajuda a compreender o posicionamento editorial e/ou político que é o mesmo adotado no jornal e no portal.

O novo projeto do Grupo Folha contempla 12 princípios que sintetizam os compromissos editoriais, políticos e éticos, “sob o pressuposto de que a difusão de informações confiáveis e opiniões qualificadas estimula o exercício da cidadania e contribui para o desenvolvimento das ideias e da sociedade.” (FOLHA, 2017). Entre os princípios apresentados, destacam-se alguns que vão ao encontro do que propõe esta pesquisa:

- [...] 6. Cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controvertida ou inconclusa [...]
- 8. Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão [...]
- 10. Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo [...]. (FOLHA, 2017).

O documento também estabelece que “a edição impressa é tomada como versão de referência do último ciclo noticioso, enquanto a plataforma digital se renova no decorrer do dia.” Além disso, “o jornal mantém uma perspectiva liberal diante da economia, da política e dos costumes. Reitera que procura praticar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. E salienta a dimensão analítica, interpretativa e opinativa capaz de iluminar os fatos”, o que se propõe também para o portal Folha de S. Paulo.

Para enfrentar o desafio em seu discurso de pluralidade, o Grupo Folha abre espaço para múltiplas vozes, profissionais de diversos segmentos que expressam suas opiniões cotidianamente, sobre os mais diversos assuntos, principalmente sobre as questões políticas. Assim, propaga que “a diversidade se manifesta também no amplo espectro ideológico do corpo de colunistas, que abriga as correntes de opinião mais representativas da sociedade e faz da Folha um desaguadouro natural de ideias e posições em conflito.” (FOLHA, 2017). O novo projeto editorial também ressalta que mesmo com “um espectro denso e variado de opiniões assinadas” não se exime de emitir a própria opinião.

Para o grupo, “a expansão das oportunidades a um número cada vez maior de pessoas e a própria manutenção da democracia como forma de convivência civilizada dependem de um espaço público aberto, vigoroso e sustentado pelo debate racional das opções.” (FOLHA, 2017). Nesse aspecto, alguns recursos são utilizados diante desse desafio da pluralidade, como ter entre os colunistas e articulistas pessoas de diversas ideologias, diferentes posicionamentos políticos, como de esquerda e de direita³⁰, e as mais variadas opiniões sobre os assuntos em pauta. Outra tática bastante utilizada nos textos de opinião é o emprego de aspas nas falas de personagens/fontes, com o intuito de mostrar, também, o ideal de objetividade defendido, dentre outras estratégias discursivas.

Para encerrar este capítulo, é importante destacar que o portal Folha de S. Paulo apresenta diversas características relatadas na seção sobre o jornalismo de portal. Algumas podem ser percebidas em maior ou menor escala. Durante a análise dos textos selecionados, no próximo capítulo, essas singularidades poderão ser melhor observadas e apontadas.

³⁰ Conforme Bobbio (1995, p. 31), “‘direita’ e ‘esquerda’ são termos antitéticos [...] empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas [...] reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos.” Ainda segundo ele, esquerda-direita poder ser substituída por progressistas-conservadores. Para Bobbio, uma diferença é que a esquerda defende ideais de promoção da justiça social e a direita busca a liberdade individual. Tal distinção se acentuou no Brasil a partir da ditadura militar, pois aqueles que apoiaram o golpe eram apontados como de direita e os defensores do regime socialista eram considerados de esquerda. Fausto (2017, p. 46) assim destaca: “já na época da ditadura, a direita tinha seus representantes intelectuais, hoje ela tem todo um grupo de porta vozes que atua na mídia escrita ou falada, empenhando numa verdadeira ofensiva contra a esquerda [...] um número importante dos seus representantes veio da esquerda ou da extrema esquerda.”

4 CRISE POLÍTICA E *IMPEACHMENT*: O POSICIONAMENTO EDITORIAL DO PORTAL FOLHA DE S. PAULO NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016

Este capítulo apresenta, em um primeiro momento, a metodologia adotada na pesquisa, a saber: análise de enquadramento, além de abordar sobre a teoria do agendamento, com o intuito de auxiliar nas análises dos textos do portal Folha de S. Paulo sobre a crise política e o *impeachment* de Dilma Rousseff no contexto das eleições municipais 2016. Em um segundo momento, contextualiza o período de análise: o mês de agosto de 2016. Por fim, são examinados os textos opinativos e informativos do portal Folha de S. Paulo, tendo como eixo a discussão sobre o princípio da pluralidade e, na sequência, são feitos alguns apontamentos.

4.1 Considerações metodológicas

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa exploratória no portal Folha de S. Paulo (folha.uol.com.br), que compreendeu o período de 1º de julho de 2016, fase da pré-campanha eleitoral, que abrange o prazo de início das convenções partidárias e quando a mídia divulga com frequência as movimentações políticas para o pleito, ao dia 3 de outubro, que engloba a ocasião da campanha eleitoral propriamente dita e o resultado do primeiro turno das eleições municipais 2016.

Por meio de tal expediente, foi constatado um elevado número de textos opinativos e informativos publicados nesse recorte temporal. Assim, foram feitos levantamentos pelo sistema de busca nas seções de Colunas e Poder do portal Folha de S. Paulo. Nessa fase da pesquisa exploratória, foi possível definir a data inicial e final da consulta, além de ter um local específico para inserir os termos buscados, a fim de facilitar o filtro dos textos. A pesquisa demandou, também, uma cuidadosa busca manual, por meio da leitura de textos opinativos e informativos que deveriam ser incluídos ou excluídos por não atenderem especificamente à proposta desta pesquisa.

Como um dos objetivos da pesquisa foi mapear e analisar em que contexto apareciam os termos “crise política” e “*impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT)” em correlação com o pleito municipal de 2016, procedeu-se a buscas pelas seguintes expressões: “crise/eleições”; “crise/eleições municipais”; “*impeachment*/eleições” e

“*impeachment*/eleições municipais”. Também recorreu-se à busca pelos termos isoladamente: “eleições”; “*impeachment*” e “crise”³¹.

Durante o levantamento no portal, percebeu-se que, na correlação entre os termos pesquisados, muitas vezes, eles se sobrepunham e eram usados, inclusive, como sinônimos, assim: crise = *impeachment* = Dilma = PT, no que diz respeito à produção e circulação de sentidos, como buscou-se demonstrar nas análises.

Tal pesquisa exploratória no portal Folha de S. Paulo possibilitou a definição de categorias de análise. Dessa forma, para a análise dos textos, foi definida a seguinte categorização: (1) crise político-partidária; (2) o uso do termo “*impeachment*” e não “golpe”; (3) antipetismo, uma vez que, segundo foi observado: crise política = *impeachment* = PT = corrupção (Operação Lava Jato), além de ser percebido um enquadramento recorrente com relação ao declínio do PT. Esses contextos se articularam, mas, para uma maior clareza da exposição da análise realizada, foram examinados separadamente. Como metodologia, recorreu-se à análise de enquadramento, conceituada na próxima seção, bem como a teoria do agendamento.

Após o levantamento no portal e constatado um número elevado de textos de opinião e de matérias que atendiam à categorização definida, tornou-se necessário delimitar um período específico para as análises. Tendo em vista o foco da pesquisa, ou seja, a articulação entre as eleições municipais 2016 e os contextos do *impeachment* de Dilma Rousseff e da crise política, verificou-se uma maior concentração do conteúdo em agosto de 2016, uma vez que foi o mês da votação final do *impeachment* no Senado (27 a 31/08) e da destituição da ex-presidente, como mostrado no segundo capítulo, seção 2.4, momento que pode ser considerado o auge da crise política nacional, detalhada no item 2.3.

Assim, o recorte temporal foi delimitado de 01 a 31 de agosto de 2016, quando encontrou-se o resultado apresentado nos Quadros 1 e 2. No tópico 4.2 deste capítulo, apresenta-se o cenário político e eleitoral em agosto de 2016,

³¹ Havia, naquele momento, uma interseção de agendas e debates sobre a antecipação das eleições presidenciais e sobre as eleições municipais (ver seção 4.2). Por isso, foi necessário fazer esse filtro de forma a distinguir se o contexto abordado era da antecipação das eleições presidenciais ou referente ao pleito municipal.

Quadro 1 – Textos opinativos filtrados na busca do portal Folha de S. Paulo

Data		Título	Tema		Autoria	Observação
			<i>Crise/ eleições</i>	<i>Impeachment/ Eleições</i>		<i>Os dados dos autores constam no portal Folha.</i>
1	08/08/2016	O PT vai rachar?	X	X	Celso Rocha de Barros	Doutor em sociologia pela Universidade de Oxford, com tese sobre as desigualdades sociais após o colapso de regimes socialistas no Leste Europeu. É analista do Banco Central. Escreve às segundas.
2	10/08/2016	Fora do tempo		X	Bernardo Mello Franco ³²	Jornalista, assina a coluna Brasília. Na Folha, foi correspondente em Londres e editor interino do 'Painel'. Escreve de terça a sexta e aos domingos.
3	17/08/2016	Embaralhando as cartas		X		
4	26/08/2016	É chegada a hora de pensar no longo prazo		X	Claudia Costin	Professora da FGV e professora-visitante de Harvard. Foi diretora de Educação do Bird, secretária de Educação do Rio e ministra da Administração. Escreve às sextas-feiras.
5	26/08/2016	Sem campanha, conseguimos fazer das eleições uma pantomima		X	Vladimir Safatle	Professor livre-docente do Departamento de filosofia da USP (Universidade de São Paulo). Escreve às sextas.
6	27/08/2016	Ajuste fiscal do governo Temer tornou-se encenação		X	Ronaldo Caiado	Senador pelo DEM-GO. Escreve aos sábados, a cada duas semanas.
7	28/08/2016	Frente ao desafio das eleições, jornal enfrentará 'paradoxo da pluralidade'		X	Paula Cesarino Costa	Ombudsman. Está na Folha desde 1987. Foi Secretária de Redação e editora de Política, Negócios e Especiais. Chefiou a Sucursal do Rio até janeiro de 2016. Escreve aos domingos.

Fonte: Elaborado pela autora.

³² Quando do fechamento da pesquisa, em janeiro de 2018, Bernardo Mello Franco deixou o quadro de colunistas, conforme será detalhado ao final das análises dos textos do jornalista, no capítulo 4.

Uma vez localizados esses textos, procedeu-se a uma pré-análise, a fim de verificar aqueles que tratavam dos contextos especificados: crise política, *impeachment* de Dilma Rousseff e eleições municipais 2016. Com base no quadro acima, identificou-se a seguinte configuração: há colunistas e articulistas com diferentes posicionamentos políticos (de esquerda e de direita), além de jornalistas alinhados com o posicionamento editorial do portal Folha de S. Paulo.

Como o intuito da investigação no âmbito do opinativo era entender o princípio da pluralidade, foram definidos, entre os textos filtrados, sete deles para compor o *corpus* (QUADRO 1)³³. A coluna da ombudsman da Folha, Paula Cesarino Costa, ressalta o desafio da pluralidade enfrentado durante a cobertura das eleições municipais 2016, portanto, servirá como ponto de partida para as análises. Os artigos de Celso Rocha Barros e Claudia Costin apontam um alinhamento de posições conservadoras. As colunas de Bernardo Mello Franco têm um alinhamento com o posicionamento editorial do portal (Grupo Folha). Por fim, os artigos de Vladimir Safatle e Ronaldo Caiado representam uma tentativa de contraposição de posições políticas (um progressista e outro conservador).

Para colocar em prática o princípio da pluralidade ao qual defende, o Grupo Folha conta com um variado grupo de colunistas e articulistas de opinião, para complementar a informação jornalística. Conforme a pesquisa MOM-Brasil (2017) mencionada na introdução, “apesar de afirmar ter como objetivo a pluralidade, há um enorme desequilíbrio entre o número de colunistas progressistas e o de colunistas conservadores nos artigos e espaços de opinião”, uma vez que o último grupo é a grande maioria. Por aí se percebe o alinhamento entre o posicionamento editorial do veículo e os colunistas e/ou articulistas conservadores.

Os textos de opinião na esfera jornalística são, geralmente, escritos por jornalistas contratados por um veículo X, publicados no mesmo veículo X, em seções fixas e com periodicidade também fixa. (ALVES FILHO, 2005). Também, podem ser escritos por pessoas externas ao veículo, geralmente convidadas para que se apresente uma opinião diversificada, sob vários pontos de vista e diferentes linhas de pensamento e ideologias, por profissionais de distintos segmentos.

Ressalta-se que, dentro desse gênero, existem algumas modalidades de textos, como editorial, crônica, comentário, resenha, carta de leitor, coluna e artigo de opinião, cada um

³³ Durante o levantamento, foram identificados 11 textos, mas 4 deles não foram selecionados para compor o *corpus* pelos seguintes motivos: os textos do senador Aécio Neves e do jornalista Leão Serva são mais específicos sobre as eleições municipais 2016, mencionam sucintamente a crise, sem aprofundar na relação entre os contextos; o artigo de Kim Kataguiri, coordenador do Movimento Brasil Livre, tem como enfoque a crise econômica; já a coluna da jornalista Mônica Bergamo é um compilado de várias notas sobre diversos assuntos, que não estão diretamente relacionados.

com suas especificidades. Para efeitos deste estudo, serão considerados os artigos e as colunas de opinião do portal Folha de S. Paulo.

Alves Filho (2015, p. 111) designa como coluna de opinião assinada aquela que “tenta capturar as seguintes características: texto com finalidades opinativas, autoria de um jornalista, circulação e publicação em seção (coluna) fixa”. Em outras palavras, a coluna tem, geralmente, autoria interna, na figura de um jornalista contratado, o qual tem uma atuação mais dependente e de acordo com a linha editorial do veículo.

Quanto ao artigo de opinião, conforme Alves Filho (2015, p. 121), a autoria é externa, “recebe a assinatura de um ‘homem da polis’ de prestígio social”, ou seja, na figura de um colaborador sem vínculos empregatícios e com menor dependência em relação à linha editorial. De acordo com o autor, ambos os textos mantêm uma grande proximidade:

À exceção da concepção de autor, a coluna de opinião assinada apresenta também as mesmas particularidades do artigo de opinião, além de uma relação indissolúvel entre seu aparato verbal e seu valor social. Do mesmo modo como a coluna, também o artigo é pouco padronizado, seja porque permite variação composicional seja porque faz uso de outros gêneros intercalados. (ALVES FILHO, 2005, p. 126).³⁴

Conforme Rodrigues (2001), no que diz respeito aos artigos, o autor mantém uma relação dialógica, isto é, fenômeno intrínseco ao discurso de todas as esferas, por meio de outras posições valorativas e outras vozes, das quais se aproxima ou se afasta, conforme o que quer dizer ou, ainda, pela perspectiva do leitor, com base na reação-resposta ativa. Assim também é o funcionamento dialógico das colunas de opinião.

Como consequência, também nos dois gêneros, a interação promovida com o leitor é vertical e hierarquizada e a própria empresa jornalística funciona como um autor interposto. No caso do artigo a interposição é reiteradamente realizada a cada novo convite para publicação e a cada texto selecionado (ou não) para publicação enquanto no caso das colunas tal interposição se dá *a priori* no momento em que a empresa seleciona os seus articulistas (fixos). (ALVES FILHO, 2005, p. 127).

No caso do portal Folha de S. Paulo, foi percebido que o veículo não faz a distinção entre colunistas e articulistas, são enquadrados em uma mesma categoria, ou seja, no portal, todos são tratados como colunistas. Entretanto, conforme a diferenciação feita por Rodrigues (2001) e por Alves Filho (2005), constata-se que os gêneros estão intercalados. Embora todos os autores que constam no Quadro 1 tenham uma periodicidade fixa nas publicações, seja ela

³⁴ A noção de gênero intercalado foi introduzida por Bakhtin. Gêneros intercalados ocorrem quando a estrutura composicional de um certo gênero é mantida e, no interior dele, se introduzem outros gêneros. (ALVES FILHO, 2005, p. 126).

diária, semanal ou quinzenal, alguns, no caso os jornalistas, têm um certo vínculo com as empresas do Grupo Folha, por isso são considerados os colunistas, no âmbito dessa pesquisa. Outros se enquadram como articulistas, por serem externos aos veículos do grupo, nesse quadro, encontram-se políticos e professores.

De modo a legitimar seu discurso de pluralidade, o Grupo Folha assim afirma: “a diversidade se manifesta também no amplo espectro ideológico do corpo de colunistas, que abriga as correntes de opinião mais representativas da sociedade e faz da Folha um desaguadouro natural de ideias e posições em conflito”. O novo projeto editorial desse conglomerado ressalta que mesmo com “um espectro denso e variado de opiniões assinadas” não exige o grupo midiático de emitir a própria opinião. (FOLHA, 2017).

Em complemento, ainda afirma que “a expansão das oportunidades a um número cada vez maior de pessoas e a própria manutenção da democracia como forma de convivência civilizada dependem de um espaço público aberto, vigoroso e sustentado pelo debate racional das opções.” (FOLHA, 2017). Nesse sentido, alguns recursos são utilizados diante desse desafio da pluralidade, como ter entre os colunistas e articulistas pessoas de diversas ideologias, diferentes posicionamentos políticos, como de esquerda e de direita, e uma diversidade de opiniões sobre os assuntos em pauta. Examinar em que medida esse discurso se concretiza é o objetivo das análises dos textos selecionados.

Em relação ao conteúdo noticioso, foram definidas nove matérias para análise que estão listadas no Quadro 2 a seguir, selecionadas por meio de uma amostra intencional, conforme o potencial heurístico delas e pela forma em que exploram os três contextos mencionados.³⁵

³⁵ No levantamento, foram filtradas 22 matérias na ferramenta de busca do portal, as quais articulam os contextos crise política, *impeachment* de Dilma Rousseff e eleições municipais 2016. Ao se proceder à leitura de cada texto, constatou-se que alguns deles apresentavam uma abordagem superficial sobre essa correlação, devido a isso, nove matérias foram selecionados para compor o *corpus*, por se adequarem melhor à proposta da pesquisa.

Quadro 2 – Textos informativos filtrados na busca do portal Folha de S. Paulo

Data	Título	Tema		Autoria	Observação	
		<i>Crise/ eleições</i>	<i>Impeachment/ Eleições</i>		<i>Detalhes das matérias</i>	
1	01/08/2016	Crise quebra alianças, e PT fica isolado nas eleições das capitais	X	X	João Pedro Pitombo (Salvador) Felipe Bächtold (São Paulo)	Matéria com <i>hiperlinks</i> . Apresenta um mapa das capitais com candidatos pelo PT, destacando a cidade, o nome e a chapa. Mostra “A situação em algumas capitais”, com fotos dos candidatos pelo PT. Quadro “Eleições 2016” com <i>links</i> .
2	01/08/2016	PC do B se alia a partidos pró-impeachment nas eleições municipais		X	João Pedro Pitombo (Salvador) Felipe Bächtold (São Paulo)	Matéria com <i>hiperlinks</i> para outras notícias.
3	02/08/2016	PT diz em nota que não abandonou Dilma Rousseff		X	Catia Seabra (São Paulo)	Matéria com <i>hiperlinks</i> para outras notícias. Foto de Dilma Rousseff durante entrevista dada à Folha no fim de maio.
4	07/08/2016	Perto da eleição, políticos trocam de lado em São Paulo		X	Catia Seabra Giba Bergamim Jr. Bruno Fávero (São Paulo)	Matéria com <i>hiperlinks</i> . Faz parte de uma seção especial: “eleições 2016”, que se apresenta como um blog, com subseções e <i>links</i> para outras matérias. Foto de Cândido Vaccarezza (PT), apoiador de Celso Russomanno (PRB).
5	08/08/2016	Eleição em Fortaleza vai opor PT e governador petista	X		João Pedro Pitombo (Salvador)	Matéria com <i>hiperlink</i> . Fotos da ex-prefeita Luiziane Lins (PT) e do prefeito Roberto Cláudio (PDT), apoiado pelo governador do PT.
6	10/08/2016	Petistas do Nordeste insistem em ter Dilma na campanha		X	Catia Seabra (São Paulo)	Foto do ex-prefeito de Recife João Paulo.
7	10/08/2016	Lula pede união do PT para reconstruir partido pós-impeachment		X	Marina Dias (Brasília)	Matéria com <i>hiperlink</i> . Foto do ex-presidente Lula em lançamento de campanha.
8	13/08/2016	Na zona leste com Lula, Haddad diz		X	Giba Bergamim Jr.	Matéria com <i>hiperlinks</i> .

		que processo contra Dilma é golpe			(São Paulo)	
9	31/08/2016	Confira a repercussão do impeachment de Dilma Rousseff	X	X	De São Paulo	Matéria com <i>hiperlink</i> . Faz parte de uma seção especial: “o <i>impeachment</i> ”, que se apresenta como um blog, com subseções, <i>links</i> para outras matérias, galeria de fotos de Dilma no discurso de defesa no Senado e quadro com o voto dos senadores.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Apresentados os percursos traçados na pesquisa e a composição do *corpus*, será feita, a seguir, uma conceituação acerca da análise de enquadramento e da teoria do agendamento, que embasarão as análises dos 16 textos selecionados. A opção foi privilegiar a inclusão dos *hiperlinks* em complemento às análises, tendo em vista sua singularidade como texto de portal. As fotos não serão objeto específico de análise, uma vez que o *corpus* ficaria bastante extenso e a intenção foi analisar o(s) enquadramento(s) dos textos, embora, em certos momentos, dada a relevância, foram feitas menções a imagens publicadas nas matérias.

4.1.1 Análise de enquadramento e teoria do agendamento

Com o objetivo principal de investigar o(s) enquadramento(s) adotado(s) pelo portal Folha de S. Paulo em textos opinativos e informativos, publicados no mês de agosto de 2016, que estabeleçam uma correlação entre os contextos da crise política nacional, do *impeachment* de Dilma Rousseff e das eleições municipais 2016, torna-se necessário conceituar e caracterizar a análise de enquadramento, metodologia adotada neste estudo.

Um enfoque teórico que tem sido recorrente nas pesquisas que buscam refletir sobre o papel da mídia em processos políticos é o conceito de enquadramento (*framing*³⁶). Nesse sentido, a proposta é, com base EM Porto (2002), examinar os enquadramentos noticiosos, ou seja, que são “padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos”, o mesmo que o “ângulo da notícia”, o enfoque dado ao texto, e os enquadramentos interpretativos, os quais são definidos como “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de

³⁶ Trata-se do impacto das formas de veiculações de notícias nas atribuições de responsabilidade do público sobre temas e eventos. (FORMIGA, 2006).

problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc.” (PORTO, 2002, p.15).

Os enquadramentos noticiosos “são resultado de escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato das matérias, escolhas estas que têm como consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida.” (PORTO, 2002, p. 15). Quanto aos enquadramentos interpretativos:

[...] operam em um nível mais específico e possuem uma independência relativa em relação aos jornalistas que os relatam. [...] Estas interpretações são promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais, etc. Apesar do fato que jornalistas também contribuem com seus próprios enquadramentos interpretativos ao produzir notícias, este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalista (sic). Trata-se aqui de interpretações oriundas de um contexto mais amplo que podem ser incorporadas ou não pela mídia.” (PORTO, 2002, p. 15).

Segundo o autor, uma distinção essencial entre esses dois tipos de enquadramento diz respeito à fonte. Os enquadramentos noticiosos são produzidos por jornalistas, já os interpretativos são originados por atores políticos e sociais. “Jornalistas tendem a apresentar seus próprios enquadramentos interpretativos em colunas de opinião ou matérias de cunho analítico.” (PORTO, 2002, p. 15).

Ponte (2005) salienta que os jornalistas trazem uma bagagem de outros “fóruns”, geralmente parafraseiam ou citam essas fontes e, ao mesmo tempo em que contribuem com os próprios enquadramentos, inventam frases-chave particulares, as quais querem partilhar com o público leitor.

Analisando as relações entre o discurso dos media e a opinião pública, e baseando-se nos quadros interacionistas de Goffman e do seu conceito de enquadramento, Gamson e Modigliani acentuam a componente interactiva entre o discurso dos media e a opinião pública: para cada questão política há *empacotamentos* públicos concorrentes ou mesmo divergentes e contributos dos indivíduos, com as suas próprias histórias, interacções e predisposições psicológicas. Por isso, será de encarar o discurso público como discurso plural, ocorrendo em diferentes *fóruns*, um deles media. (PONTE, 2005, p. 137, grifos da autora).

No que tange aos enquadramentos interpretativos, os jornalistas inserem as suas visões de mundo na produção do conteúdo noticiado. Para a autora, o discurso jornalístico se apresenta como “pacotes interpretativos”. Assim, conforme Ponte (2005), os jornalistas compõem comunidades interpretativas, ou seja, reúnem um leque de acontecimentos do passado que refletem nas ações do presente, além disso, eles têm em comum representações

ideológicas que tendem a legitimizar e causar reconhecimento social às práticas de intervenção e de interpretação da realidade que lhes são inerentes.

Fundamentado em estudos do campo da psicologia, Porto (2002) caracteriza os enquadramentos como importantes instrumentos de poder. Segundo o autor, no que diz respeito aos estudos do campo da comunicação, a primeira aplicação de maior relevância a respeito de enquadramento teria sido o livro da socióloga Gaye Tuchman (1978)³⁷, intitulado *Making News*. A socióloga se embasou em Goffman (1974) para argumentar que o enquadramento dado às notícias define e constrói a realidade. (PORTO, 2002, p. 6).

Segundo Goffman (2006), os enquadramentos são vistos como marcos interpretativos de forma generalizada e construídos socialmente, de modo a facilitar o sentido dos eventos e das situações sociais. O autor apresenta a definição de quadros de referência a partir dos quais busca tornar o mundo à sua volta compreensível, como ainda “encena” para uma plateia a partir da construção de uma determinada moldura. Assim, os quadros primários constituem estruturas cognitivas fundamentais para perceber e transitar as diferentes realidades sociais.

Quando um indivíduo em nossa sociedade ocidental reconhece um determinado acontecimento, faça o que fizer, tende a envolver em sua resposta (e mesmo a usar) um ou mais quadros de referência ou esquemas interpretativos de um tipo que chamamos de primário. Digo primário porque a principal aplicação desse quadro de referência ou perspectiva, por aqueles que o aplicam, são considerados como não dependentes – ou não remetem – a nenhuma interpretação anterior ou “original”; um quadro de referência primário é aquele que se considera que converte em algo que tem sentido o que de outra maneira seria um aspecto sem sentido da cena. (GOFFMAN, 2006, p. 23, grifos do autor).

Nesse sentido, entende-se que os quadros primários são essenciais para refletirem a forma que são enquadradas as cenas desenvolvidas diante de cada um. Os quadros de referência são acionados para que seja interpretada uma determinada situação. No contexto jornalístico, esses quadros ajudam a compor os enquadramentos das notícias.

A noção de quadros primários, tal como Goffman os apresenta, possui um limite conceitual claro, uma vez que o autor não ultrapassa a descrição deles como as referências primeiras que acionamos, sem a identificação de qualquer outra realidade que os explicita. Desse modo, parece-nos necessário buscar conceituações que esclareçam as próprias probabilidades de constituição dos quadros primários de referência, sob o risco de tomar os enquadramentos como dados por referências cognitivas apenas indicadas como enraizadas no social, sem perceber tais enraizamentos como construções humanossociais, que podem ser localizadas em suas origens, evolução e superação. (CARVALHO, 2008, p 10).

³⁷ TUCHMAN, Gaye. (1972). Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of Objectivity. *American Journal of Sociology*, Vol. 77, n. 4, pp. 660-679.

O autor complementa que os enquadramentos são fundamentais para compreender como o jornalismo, em seu processo de interação e negociação com diversos atores sociais, enquadra os acontecimentos que são noticiados cotidianamente. Assim, “em outros termos, a noção de enquadramentos é esclarecedora para compreendermos que, no processo de construção das narrativas jornalísticas, são acionados quadros de referência” (CARVALHO, 2009, p. 13), os quais auxiliam para dar inteligibilidade ao que é transformado em narrativas noticiosas e conduzem os atores na disputa pelos sentidos ali atribuídos.

Conforme Mendonça e Simões (2012, p. 188), a noção de enquadramento (ou enquadre) foi originalmente proposta pelo biólogo e antropólogo Gregory Bateson, em 1954, no artigo “*A theory of play and fantasy*”, quando o autor “busca explicar como as interações ancoram-se em quadros de sentido que moldam as interpretações e ações dos atores envolvidos. Segundo Ponte (2005, p. 103), o conceito de Bateson foi operado por Erving Goffman, em 1974, conforme as definições já mencionadas. A autora também apresenta a designação de enquadramento como “esquemas básicos de interpretação (*frameworks*) que intervêm na leitura de um evento”. Conforme Ponte (2005), Goffman distingue esquemas de interpretação naturais ou primários e esquemas de interpretação sociais:

Nos esquemas primários, destaca o determinismo e o acaso, a ausência de agentes e de interpretações anteriores, oferecendo apenas uma aproximação. Por seu lado, os esquemas de interpretação secundária constituem-se com informação que permite dar conta da intervenção de agentes e de motivos e constituem um elemento central da cultura de um dado grupo social, na medida em que a compreensão emerge de classes de organização fundamentais. (PONTE, 2005, p. 103).

A autora destaca que esses dois esquemas de Goffman são geralmente imbricados e que, em um quadro de interpretação natural, qualquer segmento social pode ser parcialmente analisado. Para Goffman (2016, p. 27), durante uma análise de como as experiências são enquadradas interpretativamente, poderia-se “tentar formar uma imagem do enquadramento global de esquemas de interpretação de um grupo, o seu sistema de crenças, a sua cosmologia [também designada como recursos cognitivos]”.

Segundo Mundim e Bezerra (2016), descobriu-se que há outros efeitos midiáticos importantes além da formação da agenda, uma vez que a maneira como se apresentam os temas também traz influências de diferentes formas na opinião das pessoas. O conceito de enquadramento, nesse sentido, tornou-se um instrumento eficaz nas pesquisas de comunicação política para lidar com questões dessa natureza.

Liedtke (2006, p. 4), em sua pesquisa doutoral, utilizou as teorias do agendamento e do enquadramento no intuito de “compreender os recíprocos poderes da mídia sobre o campo político”. Assim, no plano teórico e empírico, testou essas teorias em episódios relatados no decorrer do primeiro mandato do governo Lula, quando “mídia e governo interagiram na tematização de conteúdos e no ordenamento de ações políticas, verificando a ação e reação do governo e da mídia a partir de determinados temas em destaque no jornalismo nacional”. (LIEDTKE, 2006, p. 6).

Para tanto, com base em diversos autores, mostrou a relação entre as duas teorias e constatou que “o enquadramento é uma consequência do agendamento.” (LIEDTKE, 2006, p. 70-71). Os teóricos do enquadramento partem do pressuposto de que “não basta admitir que a mídia influencia na repercussão de determinados acontecimentos sociais, mas principalmente verificar como ela interfere na política, justamente pela forma como os fatos são enquadrados na realidade nacional.” (LIEDTKE, 2006, p. 9).

De acordo com o autor, a partir da evolução dos estudos sobre o agendamento, os pesquisadores passaram a introduzir análises de enquadramento, isso porque não bastava apenas identificar a influência ou não da mídia na opinião pública, mas sim como essa influência acontece por meio dos enfoques no conteúdo informativo. Conforme Liedtke (2006), ao acionar teorias como o agendamento e enquadramento, de forma a interpretar os principais fatos políticos em pauta no noticiário nacional, pode-se compreender como as notícias são produzidas para apresentar hipóteses sobre os efeitos causados na sociedade, em especial no contexto da política. Para o autor, há um agendamento mútuo, por meio da tematização de alguns setores midiáticos. Assim, a mídia agenda temas que são discutidos em todas as esferas da sociedade, ao mesmo tempo em que é pautada por setores da opinião pública.

Baptista (2017) cita os estágios do processo de agendamento elencados por Vreese (2005)³⁸: (1) a construção – engloba fatores que interferem na estrutura dos enquadramentos, por exemplo, como os profissionais e as empresas enquadram as questões; (2) a configuração – interação entre os quadros, o conhecimento e as pré-disposições do público e (3) as consequências individuais e sociais – os efeitos, como os enquadramentos afetam na interpretação dos indivíduos em relação aos acontecimentos.

Com base em outros autores, Porto (2002) mostra como o conceito de enquadramento permite examinar empiricamente o papel da mídia na construção da hegemonia e ressalta,

³⁸ Vreese, C. H. **News Framing**: theory and typology. *Information Design Journal + Document Design*, 13, 48-59, 2005.

também, que não há um consenso sobre a definição de enquadramentos da mídia, mas que é possível identificar os principais aspectos por meio dos estudos existentes.

Mendonça e Simões (2012) apresentam diferentes operacionalizações analíticas referentes ao conceito de enquadramento. Uma das principais abordagens nesse sentido é a análise de enquadramento, já adotada em estudos de diversos objetos, como campanhas políticas, *reality shows*, eventos públicos, movimentos sociais e até mesmo conversas informais. Ainda segundo os autores, os tipos de análises apresentam as seguintes vertentes: estudos que enfocam e analisam a situação comunicativa, pesquisas que adotam o enquadramento para realizar análises de conteúdo discursivo e estudos de *frame effects*³⁹ produzidos pela adoção estratégica de discursos. Essas três abordagens têm privilegiado os discursos midiáticos como objeto de pesquisa para análises.

Na sequência, apresenta-se a definição de enquadramento adotada neste estudo, escolhida pelo fato de ser considerada, conforme Porto (2002), como a mais clara e sistemática:

Os enquadramentos da *mídia* ... organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. *Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira.* (GITLIN, 1980 apud PORTO, 2002, p. 6; itálicos no original; tradução do autor)⁴⁰.

Segundo Porto (2002), conforme essa definição de Gitlin (1980), os enquadramentos são percebidos, como recursos que organizam o discurso por meio de algumas práticas específicas, como, por exemplo, seleção, ênfase, exclusão, dentre outras, às quais podem influenciar em diversas interpretações dos fatos. Outro ponto abordado é em relação à cobertura de eleições, quando os jornalistas podem dar enfoque a propostas e posições dos candidatos, o que seria o "enquadramento temático". Porém, os jornalistas podem adotar outros enquadramentos, conforme a tendência em determinado momento.

Mendonça e Simões (2012) destacam que o número de estudos de enquadramento que propõem investigações das interfaces entre *media*, sociedade e política tem aumentado a cada dia. Em relação à noção de enquadramento destacam-se os seguintes aspectos:

³⁹ Frame diz respeito ao conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles (GOFFMAN, 2006).

⁴⁰ GITLIN, Todd (1980). **The Whole World is Watching**, Berkeley: University of California Press.

O enquadramento envolve essencialmente *seleção* e *saliência*. Enquadrar significa *selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento* para o item descrito. (ENTMAN, 1994 apud PORTO, 2002; itálicos no original; tradução do autor).⁴¹

Os conceitos de enquadramento apresentados e suas especificidades auxiliam no entendimento de como a mídia define o enfoque adotado em sua cobertura jornalística diária. Mendonça e Simões (2012) destacam que os enquadramentos têm uma dimensão política, uma vez que são capazes de atuar na definição de problemas, em diagnósticos de causas, julgamentos morais e em suas soluções.

Na cobertura política, percebe-se isso de maneira evidente, uma vez que envolve, também, o posicionamento dos meios de comunicação, uma questão “partidária”, às vezes explícita, outras de maneira implícita. Conforme Baptista (2017), nos aspectos internos do jornalismo que ajudam a definir os enquadramentos estão os interesses, a linha editorial e o posicionamento político dos veículos de comunicação.

Ao definir os “recortes” de cada notícia, os jornalistas, muitas vezes induzidos pelos proprietários dos veículos de comunicação e suas linhas editoriais, fazem enquadramentos que podem favorecer ou prejudicar candidatos e/ou partidos. Nesse sentido, a intenção foi identificar o(s) enquadramento(s) adotado(s) pelo portal em estudo na cobertura das eleições municipais 2016, considerando a crise política e o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

4.2 Agosto de 2016: cenário político e eleitoral

O mês de agosto é visto como o “tempo da política”. Conforme Telles, Lourenço e Storni (2011, p. 94), o “tempo da política” coincide com o início do HGPE. É a designação dada a partir da percepção de eleitores de quando a política é realizada, o que corresponde ao período eleitoral, quando as campanhas são veiculadas e inicia-se a persuasão em busca de votos por parte dos candidatos em todos os níveis. Nesse momento ocorre o seguinte:

O eleitor fica mais atento aos candidatos e às notícias políticas, e a imprensa divulga com destaque os eventos de campanha e as pesquisas de opinião relativas às preferências do eleitorado. É nesse período que se intensifica o debate retórico entre os candidatos. Essa disputa ocorre tanto no “corpo a corpo” – a campanha de rua –

⁴¹ ENTMAN, Robert. Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents. *Journal of Communication*, Vol. 41, n. 4, pp 6-27, 1991.

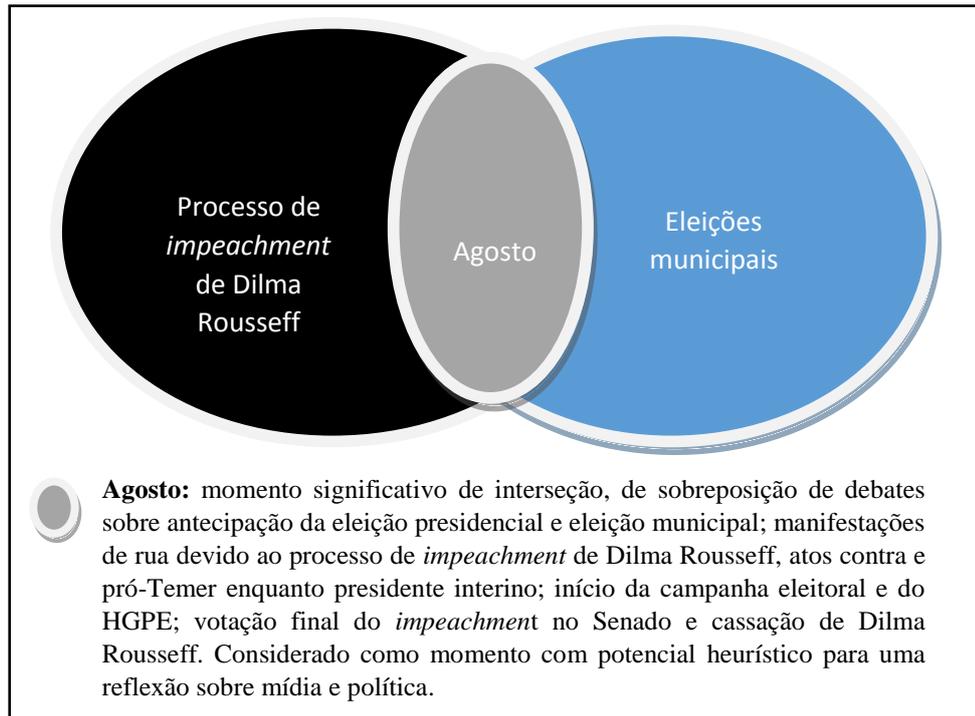
quanto nos programas produzidos para a mídia – rádio, televisão, internet e redes sociais. Os candidatos buscam consolidar seu eleitorado, transformar os indecisos em eleitores e convencer os votantes dos demais candidatos a mudar sua opinião. (TELLES; LOURENÇO; STORNI, 2011, p. 97, grifo dos autores).

Acredita-se que a cobertura feita pela mídia ajuda na decisão por parte dos eleitores em relação aos candidatos, uma vez que ela mostra realidades não abordadas no HGPE, que é um espaço de relativa autonomia dos políticos e marcado pelo discurso de persuasão.

De acordo com o calendário eleitoral para o pleito de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), agosto foi o mês de acontecimentos importantes, dentre eles: prazo final para a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador (05/08); data limite para os partidos políticos e as coligações apresentarem o requerimento de registro de candidaturas (15/08); início da propaganda eleitoral em alto-falante nos comitês eleitorais e nas ruas, comícios, campanha na internet, distribuição de material gráfico, caminhada, carreata, passeata ou carro de som que transite pela cidade divulgando jingles ou mensagens de candidatos (16/08); prazo final para impugnar pedidos de registro de candidatos ou para noticiar inelegibilidade que recaia em candidato (23/08) e início do período da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão (26/08).

Além disso, conforme exposto no Gráfico 1, o mês de agosto foi marcado por debates e movimentações políticas relevantes. Devido a esse importante momento de interseção e sobreposição de agendas, agosto foi definido como o recorte temporal desta pesquisa, pois houve uma concentração de notícias divulgadas envolvendo os temas centrais desta pesquisa.

Gráfico 1 - Contexto político das eleições municipais em 2016



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme matéria publicada no portal Folha de S. Paulo, no dia 1º de agosto de 2016, com o título “Mês de agosto deve selar destino de Dilma, Cunha e Russomanno”, assinada por Rodrigo Vizeu – editor assistente da Editoria Poder, “agosto entrou para o folclore nacional como dado a tempestades políticas”. Ele apresentou vários contextos importantes na política brasileira ocorridos no referido mês, o qual é marcado por superstições.

Como ressaltado na matéria, agosto de 2016 ficou marcado pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e sucessão de Michel Temer, com sua extensa pauta econômica para aprovação no Congresso, além do julgamento do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), réu na Operação Lava Jato, bem como o início da propaganda eleitoral gratuita das eleições municipais 2016, veiculada na TV e no rádio. Além disso, o Brasil sediou, no referido mês, as Olimpíadas.

A seguir, serão feitas as análises dos textos opinativos e informativos selecionados no portal Folha de S. Paulo, publicados no mês de agosto de 2016.

4.3 O princípio da pluralidade do portal Folha de S. Paulo posto em questão: análise dos textos opinativos e informativos

De início, nesta seção, foi analisada a coluna “Frente ao desafio das eleições, jornal enfrentará ‘paradoxo da pluralidade’”⁴², publicado pela ombudsman da Folha, Paula Cesarino Costa, no dia 28 de agosto de 2016. Cabe chamar a atenção para a data de publicação desse texto: três dias antes da votação final do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff no Senado, encerrado no dia 31 de agosto, período que coincide, também, com o início do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral do pleito municipal de 2016, iniciado no dia 26 de agosto.

A análise desse texto justifica-se por seu valor heurístico no sentido de situar como, naquele cenário, a ombudsman, com base nas manifestações dos leitores, avaliava o desafio da Folha (por extensão, todo o grupo midiático ao qual o portal Folha de S. Paulo pertence) quanto ao que ela denominou de “paradoxo da pluralidade”, num momento de eleições municipais. Vale destacar que essa coluna foi de fundamental importância para estabelecer parâmetros de análise dos textos opinativos e informativos examinados na sequência.

4.3.1 O desafio da pluralidade na perspectiva da ombudsman

A coluna de Paula Cesarino Costa, com o título “Frente ao desafio das eleições, jornal enfrentará ‘paradoxo da pluralidade’” (ANEXO 1), publicada no dia 28 de agosto de 2016, já apontava o que o novo projeto editorial do Grupo Folha, divulgado em 30 de março de 2017, reafirmou como suas diretrizes e princípios, entre eles a questão da pluralidade.

Inicialmente, tornou-se necessário apresentar o que o portal Folha de S. Paulo estabelece com relação ao papel de ombudsman: “é uma palavra sueca que significa representante do cidadão. Designa, nos países escandinavos, o ouvidor-geral, função pública criada para canalizar problemas e reclamações da população.” Assim, trata-se de “um profissional dedicado a receber, investigar e encaminhar as queixas dos leitores; realizar a crítica interna do jornal e, uma vez por semana, aos domingos, produzir uma coluna de comentários críticos sobre os meios de comunicação.” (PORTAL FOLHA, 2014). O texto da ombudsman é publicado no jornal impresso todo domingo e na seção de colunas do portal Folha de S. Paulo.

⁴² Os *links* dos textos analisados que compõem o *corpus* da pesquisa e dos textos de *hiperlinks* estão na lista de referências.

O(a) ombudsman é alguém escolhido pelos dirigentes e que deve estar por dentro de todo o conteúdo divulgado para fazer análises e ponderações, mas é uma figura que tem a liberdade para apontar problemas, erros e defender os interesses do público, como um advogado do leitor. No Brasil, o pioneirismo em ter essa figura é atribuído à própria Folha de S. Paulo, com início em 1989. Conforme definido pelo Grupo Folha, o cargo é exercido com independência, o mandato é de um ano e pode ser renovado por três vezes (num total de quatro anos de mandato), sendo que o profissional não pode ser demitido durante esse tempo e goza de estabilidade por mais seis meses após deixar a função.

Sobre esse profissional, o novo projeto editorial da Folha estabelece o seguinte: “é preciso reforçar o sistema interno de freios e contrapesos⁴³ – a obrigação de publicar contestações fundamentadas, a atividade do ombudsman (profissional dedicado a representar direitos do leitor, das fontes e dos personagens do noticiário).” (FOLHA, 2017).

A reflexão da ombudsman na coluna analisada foi produzida naquele contexto eleitoral específico do mês de agosto de 2016. No início do texto, a jornalista apresenta o cenário e as características do pleito municipal, como a campanha eleitoral reduzida, lembrada pela colunista como a mais curta desde a redemocratização. Conforme as novas regras eleitorais aplicadas em 2016, a campanha eleitoral teve a duração de apenas 45 dias (eram 90 dias), além de outras restrições e mudanças, principalmente redução nos gastos dos candidatos e financiamentos. A veiculação dos programas gratuitos de propaganda eleitoral teve início dois dias antes da publicação da coluna, por isso era um assunto que estava em pauta naquele momento.

A partir daquela data, começaram a ser publicadas as primeiras pesquisas de intenção de voto dos candidatos registrados. Era, então, o momento propício para a formação da opinião pública e para o debate sobre o cenário das eleições municipais. Dessa forma, a colunista fez uma articulação entre dois dos contextos especificados para análise neste estudo: “com os desdobramentos esperados do *impeachment* de Dilma Rousseff, a eleição de 2016 tende a acirrar novamente os ânimos de (e)leitores, transferindo para o nível municipal a disputa efervescente da campanha presidencial de 2014”, destacou a ombudsman.

Observa-se que Costa já dava como certa a consolidação do *impeachment* – “com os desdobramentos esperados” –, que veio a se confirmar três dias após a publicação da coluna.

⁴³ A teoria republicana dos freios e contrapesos influenciou decisivamente a constituição do Estado de Direito e a maneira de se pensar a política moderna. Algumas correntes de pensamento, como os Federalistas, denominaram a teoria como freios e contrapesos para controlar os homens detentores de poder – seja o poder do Estado (mais visível), seja o poder da sociedade, através de grupos que se tornam majoritários, sobretudo por suas opiniões. (FONSECA, 2000). Ela diz respeito à limitação do poder político, no caso, a ideia de equilíbrio interno e de balança que a Folha, com a instituição do ombudsman, busca realçar.

O que ela relatava sobre os ânimos acirrados na disputa eleitoral se confirmou, a partir da nacionalização das pautas em um contexto de eleições municipais.

A ombudsman também destacou “o clima de polarização entre tucanos e petistas, direitistas e esquerdistas ou pró e contra o *impeachment*”, assunto que foi amplamente explorado pela mídia e lembrado a todo momento na cobertura do pleito municipal. Nesse cenário polarizado, os jornalistas, na cobertura diária, teriam que enfrentar o que Costa chamou de “paradoxo da pluralidade”.

Etimologicamente, paradoxo vem “do grego: pará (junto de) + doxa (opinião): parádoxon. Do latim: para (contrário, ir de encontro) + doxum (opinião): paradoxum. Do francês, parachute significa ir contra a queda. Parádoxon implica literalmente um conceito contrário ao senso comum (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2008). Em termos conceituais, o Dicionário Michaelis (2015) define paradoxo como (1) opinião ou proposição contrária ao senso comum; contrassenso, disparate; (2) falta de coerência ou de lógica e (3) pensamento ou argumento que contraria os princípios que costumam nortear o pensamento humano ou desafia o conhecimento e a crença da maioria dos seres humanos.

E qual seria o desafio da pluralidade nesse contexto? Com relação a ele, a ombudsman argumentou o seguinte:

A múltipla oferta de conteúdo permitida pelas novas tecnologias trouxe uma proliferação de sites supostamente noticiosos, além de postagens e páginas tendenciosas, muitas das quais criadas e manipuladas por grupos políticos ou serviços contratados por estes.

Esse ambiente belicoso ajuda a despertar em parte expressiva dos (e)leitores o desejo de que o mundo, e, conseqüentemente, os jornais, se limite às suas crenças e convicções, como se o diferente e o antagônico não compusessem ou não devessem compor uma sociedade democrática.

O jornalismo que a **Folha** se propõe exercer, consolidado nos últimos 30 anos sob o lema de crítico, apartidário e pluralista, parece hoje menos compreendido e mais desafiado. Reza o Manual da Redação que “todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas”.

Historicamente, grupos políticos se manifestam, de um lado ou de outro do espectro, em desacordo com as posições da Folha”. (COSTA, 2016, grifos da autora).

Essas afirmações são extensivas ao portal Folha de S. Paulo, objeto investigado, pois representam o que foi estabelecido no projeto editorial do grupo, em relação ao ideal de dar voz a diferentes correntes ideológicas e, dessa forma, exercer a pluralidade e colocar em prática os ideais democráticos.

A ombudsman chamou a atenção para a proliferação de notícias falsas (*fake news*), devido à expansão das novas mídias digitais, bem como páginas tendenciosas criadas por grupos políticos para difundir notícias conforme os próprios interesses. Por isso, segundo a

colunista, os leitores demonstram o desejo de os veículos midiáticos se limitarem “às suas crenças e convicções” e não concederem espaço a outras vozes. Esse seria um dos desafios diante do “paradoxo da pluralidade”: atender os leitores e a pluralidade pretendida. Vale lembrar o sugestivo título do documento da Folha: “Sua excelência, o consumidor de notícias”.⁴⁴

Ao afirmar que “ao longo das décadas, o jornal procurou e obteve relativo sucesso em manter-se equidistante dos agrupamentos no poder, sem abrir mão dos valores jornalísticos que tornaram a Folha o que é”, a ombudsman acaba por sugerir que trata-se de um sucesso parcial esse distanciamento e/ou independência entre o veículo e os grupos no poder, tentativa esta que é extensiva ao portal analisado e demais veículos do conglomerado que seguem a mesma linha editorial. Na prática, o que se pode perceber é uma defesa de determinados interesses e um alinhamento com esses grupos.

A ombudsman se apropriou de uma das principais características do jornalismo de portal que é a interatividade ao apresentar alguns comentários de leitores recebidos pelos canais de comunicação disponíveis ao público.⁴⁵ Alguns questionaram e criticaram o pluralismo que é propagado pelo grupo, como relatou Costa: “o leitor Luiz Groff opinou: ‘Ao colocar em suas páginas vários políticos da direita à esquerda e militantes de diferentes ideologias e sexualidades, a Folha abriu mão do seu principal atributo, a análise crítica simétrica’”. A colunista também enfatizou no texto outras opiniões que recebeu do público-leitor: “alguns veem exagero na dose de pluralismo; outros, mais extremados, apontam capitulação. O leitor Carlos Eduardo Gomes acusou a Folha de exercer um ‘falso pluralismo’ ao abrir espaço para colunista com pensamento contrário ao seu.”

Isso mostrou que os próprios leitores estão atentos às vozes e discursos propagados e, inclusive, eles “têm intensificado críticas, mais do que ao próprio noticiário às páginas de opinião do jornal [também do portal], aquelas que deveriam ser o porto seguro da diversidade de pensamento”, como acrescentou Costa. Em referência às críticas do público ela completou:

⁴⁴ Com relação a ele, vale sublinhar o precioso comentário feito por Sylvia Moretzsohn, publicado pela Folha de S. Paulo, no dia 31 de março, por ocasião da repercussão da divulgação de seu projeto no dia anterior: “É impossível levar a sério as declarações de princípio deste projeto editorial. Que, de ‘novo’, não tem muito. A começar pelo título que parafraseia famosa declaração de Ulysses Guimarães: ‘Sua Excelência’, o leitor, é um’ consumidor de notícias. Se fosse visto como cidadão, quanta diferença”. (Matéria: “Especialistas comentam projeto editorial da Folha”, 31 mar. 2017, p.A-8 poder).

⁴⁵ A ombudsman tem uma seção específica no portal Folha de S. Paulo (<http://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/>) que é atualizada constantemente. Nela, tem um link de contatos, onde são informados o e-mail, o telefone 0800 e endereço para correspondência, além de disponibilizar os textos publicados e informações sobre essa função de crítico/ouvidor do leitor.

Da escolha de colunistas da página 2 a artigos publicados na seção Tendências/Debates, passando pelas charges, muitos leitores demonstram não estar dispostos a aceitar que “seu” jornal traga vozes divergentes da sua ou com posicionamentos que desaprove. (COSTA, 2016, grifo da autora).

Pelo exposto, observa-se o tamanho do desafio: como ser plural sem contrariar os leitores que não querem ler opiniões contrárias às suas? Como lidar diante de pessoas com atuações ideológicas e posições distintas?

Deve-se considerar que os veículos de comunicação têm interesses não só políticos, mas também mercadológicos e que dependem das assinaturas para a garantia de suas receitas, por isso, não podem contrariar o público que os sustentam. Os ricos relatos feitos pela ombudsman sugerem que leitores com posição mais conservadora cobram do jornal um discurso coerente com o que pensam. Por isso, é um desafio em um contexto eleitoral tentar ser plural.

Por meio das argumentações apresentadas, entende-se que, se os leitores querem conteúdos que expressem apenas o que aprovam, o veículo deveria, então, ter seu posicionamento político explícito em seu projeto editorial, mas isso contrariaria o que é estabelecido como um dos principais princípios: a pluralidade. Ao publicar opiniões diversas, com posicionamentos ideológicos e políticos contrários à própria linha editorial, não significa simplesmente que está, assim, cumprindo o princípio da pluralidade. Essa opção ajuda a fomentar o debate de ideias, a liberdade de expressão, mas depende do conjunto de todo o conteúdo divulgado. Deve-se analisar se o conteúdo noticioso vai ao encontro ou de encontro ao conteúdo opinativo. Há um jogo de interesses tanto por parte do veículo como por parte dos colunistas/articulistas na tentativa de influenciar a opinião pública.

A ombudsman citou uma pesquisa divulgada dias antes da publicação da coluna, pelo centro de estudos norte-americano Poynter Institute, que “mostrou como o consumo de relatos políticos opinativos ou tendenciosos afeta a relação dos leitores com órgãos da mídia por meio dos quais deveriam se informar sobre os acontecimentos.” Segundo a colunista, os pesquisadores avaliaram a influência persuasiva de sites com notícias tendenciosas, que levam os usuários a acreditarem em informações distorcidas ou imprecisas.

O estudo também constatou a tendência de que a mídia ideológica “estimula mal-entendidos e aumenta a desconfiança sobre relatos que lhes desagradam.” Em complemento à pesquisa, a colunista apresentou a declaração de Margaret Sullivan, ex-defensora dos leitores do New York Times: “é lamentável que as pessoas pareçam querer ler e ouvir aquilo que elas

já acreditam. Quanto mais se movem em direção aos extremos, mais isso acontece. Por essa razão, o desejo de uma cobertura justa e neutra é menor, e isso prejudica o jornalismo”.

Esses dados do estudo provaram que os leitores não gostam de ler informações que não concordam. A pesquisa serviu para a ombudsman corroborar o que estava dizendo, por meio das declarações que recebeu do público-leitor, que demonstravam a insatisfação deles com o “pluralismo” do veículo.

Ao final da coluna, a ombudsman distinguiu opinativo e informativo. Ela salientou que “opinião é opinião e assim deve vir embalada” e que um veículo plural deve “se esforçar para refletir pontos de vista vários, contraditórios mesmo, em suas páginas de opinião.” Como se verá adiante, o Grupo Folha conta com um quadro de colunistas/articulistas de perfil conservador em maior número do que aqueles que se apresentam como progressistas.

Quanto aos valores informativos, a ombudsman pontuou: “devem embasar a produção do noticiário. Em tempos de redes sociais combativas, o jornalismo torna-se necessário e relevante quanto mais exerce seu papel investigador e analítico de fatos acurados e precisos.” Com isso, ela tentou mostrar como um veículo deve ser e enfatizou que deve buscar uma “cobertura justa e neutra”, o que faria o público reconhecer o esforço para manter a qualidade do conteúdo veiculado.

Nas próximas seções, serão analisados os demais textos opinativos que compõem o *corpus* da pesquisa, considerando-se que a coluna da ombudsman foi essencial para iluminar as outras análises, com o intuito de identificar o(s) enquadramento(s) adotado(s) e, também, verificar como se constitui a pluralidade no portal investigado.

4.3.2 Conservadores X progressistas no âmbito do opinativo

Com base no que foi exposto na seção 4.1, em relação aos autores dos textos opinativos, estes podem ser agrupados por categorias: (1) os colunistas: jornalistas que têm algum vínculo com o portal Folha de S. Paulo, no caso Bernardo Mello Franco e Paula Cesarino Costa (ombudsman) e (2) os articulistas: aqueles que são externos ao portal, como políticos, nesse caso o senador Ronaldo Caiado (DEM), bem como os professores Celso Rocha de Barros, Claudia Costin e Vladimir Safatle.

As análises a seguir consideraram os alinhamentos a determinadas posições ideológicas e políticas dos autores e/ou seus lugares de fala⁴⁶. Com o intuito de problematizar,

⁴⁶ Conforme Braga (2000), uma fala só faz sentido em algum espaço, de acordo com uma ótica, portanto, o “lugar de sentido” é o “lugar de fala”. Este articula fala, textos e situação, refere-se ao lugar sociológico do

a partir do exame de textos opinativos publicados no portal Folha de S. Paulo, o que está estabelecido no novo projeto editorial do Grupo Folha, acerca da importância da diversidade de articulistas e colunistas, de modo a afiançar o princípio da pluralidade, serão analisados em profundidade e de modo comparativo os textos de Celso Rocha de Barros e Cláudia Costin, considerando-se o alinhamento de posições conservadoras; duas colunas de Bernardo Mello Franco, que demonstram um alinhamento com o posicionamento editorial do portal Folha de S. Paulo e, por fim, os artigos de Vladimir Safatle e Ronaldo Caiado, sendo um com viés progressista e outro conservador, na tentativa de observar a pluralidade no portal investigado. Vale enfatizar o que foi exposto no capítulo 2, que a democracia propõe uma questão de pluralidade de pensamentos, ou seja, uma diversidade de opiniões. (PICARD, 2009).

4.3.2.1 O PT vai rachar?

O texto de Celso Rocha de Barros, doutor em sociologia e analista do Banco Central, tem como título “O PT vai rachar?” (ANEXO 2), publicado no dia 8 de agosto de 2016. A articulação com o contexto eleitoral que ele explicita é referente à proposta de antecipação das eleições presidenciais. O artigo foi incluído no *corpus* deste estudo por ser o único entre os textos opinativos filtrados no mês de agosto de 2016 que correlaciona, em paralelo, os contextos da crise política e do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Vale considerar, também, o fato de haver uma interseção de importantes agendas políticas naquele momento e, dentro dessa sobreposição, o debate em torno da antecipação das eleições presidenciais, como foi explicitado no item 4.2. Para além disso, naquele cenário de eleições municipais, abordar sobre o que se configurou como um racha no PT é bastante significativo, uma vez que a política nacional refletiu diretamente na conjuntura das eleições municipais, em especial pelas alianças partidárias. Embora não aborde especificamente o pleito de 2016, o texto de Barros também ajuda a entender melhor o que acontecia em meio à disputa nos municípios e corrobora, também, à ideia de antipetismo e a correlação corrupção = PT = Dilma, conforme apresentado nas categorias de análise.

No dia 8 de agosto de 2016, o relatório feito pelo senador Antônio Anastasia (PSDB), favorável ao *impeachment* de Dilma Rousseff, havia sido aprovado na Comissão Especial do

falante, conforme a posição dele no mundo, mas também corresponde ao lugar construído pelo discurso no contexto. “Ao tratar uma situação, uma fala constrói um lugar de fala na realidade social e no conjunto de discursos socialmente disponíveis.” (BRAGA, 2000, p. 169).

Senado e seguia para aprovação no plenário. Diante disso, Barros abordou o risco iminente de um racha no Partido dos Trabalhadores. De seu texto, destaca-se a seguinte argumentação:

O Campo Majoritário e a tendência Mensagem ao Partido, do ex-governador Tarso Genro, vêm adotando posições públicas cada vez mais difíceis de conciliar. Os dissidentes são um grupo importante, com capacidade de levar uma parte razoável do partido com eles. **No mínimo, a disputa interna deve se acirrar.**

Boatos sobre a saída da Mensagem já circulam há mais de um ano. Mas **a crise do segundo mandato de Dilma criou uma tensão.** Por um lado, vários grupos dentro do PT passaram a contemplar a possibilidade de sair da sigla. **Se Dilma tivesse conseguido fazer o ajuste com Levy/Barbosa, o racha teria sido inevitável.**

Por outro lado, a guerra do *impeachment* criou um constrangimento: **um êxodo em massa de petistas teria sido uma rendição sem honra diante da ofensiva conservadora, conduzida por partidos e setores à direita, inclusive, do PSDB.** (BARROS, 2016, grifos nosso).

O PT tem várias correntes internas, denominadas “tendências”.⁴⁷ Conforme informações disponíveis no site institucional do partido, o direito de constituir tendências internas garante “a pluralidade política e ideológica do partido. [...] as tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do partido, determinadas posições políticas”. Entre as tendências, estão o Campo Majoritário, que liderou o partido durante anos, e a Mensagem ao Partido, esta última criada por Tarso Genro em 2005, vista como a segunda maior força do PT. A Mensagem protagonizou críticas aos processos internos do PT e às políticas adotadas no governo Dilma. Com o anúncio de Joaquim Levi à frente da política econômica do segundo mandato de Dilma Rousseff, Tarso Genro teceu críticas à essa indicação⁴⁸. (RICCI, 2015).

Para entender as argumentações de Barros, é necessário ter um conhecimento prévio dessa estrutura partidária e das questões internas no âmbito do partido. As correntes internas do PT vêm se posicionando publicamente desde 2013 quando os brasileiros começaram as manifestações de rua contra o governo petista. Assim, os militantes começaram a expressar suas opiniões contrárias à legenda. O articulista enfatizou que tal cenário mostrava a intensa crise no partido e acirrava a disputa interna, inclusive apontando como os dissidentes

⁴⁷ Em 1991, foram registradas 16 tendências internas, no Primeiro Congresso Nacional do PT. (RICCI, 2015).

⁴⁸ Tarso Genro, em meio às denúncias que começavam a envolver o então ministro Zé Dirceu em casos de corrupção, rompe com o Campo Majoritário (Ex-Articulação). Deixou público, na oportunidade, suas críticas à Articulação Unidade na Luta (que dirigia o Campo Majoritário e que, hoje, se denomina CNB – Construindo um Novo Brasil). Na verdade, havia um movimento nesta direção protagonizado por outra tendência petista: a Democracia Socialista (DS). A DS incorporou, em 2005, duas correntes regionais (Alternativa Socialista e Movimento Socialista) e se aliou com alguns expoentes petistas (casos de Paul Singer, José Eduardo Cardoso, Tarso Genro, Fernando Haddad, Elói Pietá, Eduardo Suplicy e Marcelo Deda) para lançar a tese “Mensagem ao Partido”. A tese destacava a necessidade da recuperação ética do PT e propôs a “revolução democrática” e o “republicanismo” para a construção da sociedade socialista. A DS rompia, a partir daí, com a Quarta Internacional e atraía outros intelectuais petistas, como Marilena Chauí e Maria Victória Benevides. (RICCI, 2015).

poderiam arrastar alguns correligionários – “um êxodo em massa de petistas teria sido uma rendição sem honra diante da ofensiva conservadora”, conforme mencionou.

Barros fez também referência à política de ajuste fiscal do ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, que ocupou o cargo em 2015 e o deixou após meses de embates com o governo, responsabilidade que passou para o sucessor, o ex-ministro Nelson Barbosa. Houve uma reação negativa do mercado com a mudança dos ministros e a pauta da política de ajuste teria contribuído para o enfraquecimento do governo de Dilma Rousseff e, conseqüentemente, para o racha no PT.

Quando da publicação do artigo, faltavam mais de 20 dias para a votação final no Senado, entretanto, o articulista deixou claro qual era o desfecho esperado: “a batalha do *impeachment* está acabando e todos sabem qual será seu resultado. Em poucas semanas, não haverá mais o principal obstáculo ao racha.”

Na sequência, Barros elencou três eventos que teriam causado o aumento da dissidência no PT. O primeiro e mais importante foi a eleição para a presidência da Câmara, quando afirmou o seguinte: “enquanto os dirigentes do partido (Lula incluído) apoiavam Rodrigo Maia (DEM-RJ), parte importante da bancada se retirava do plenário. Os dissidentes não aceitam voltar a jogar o jogo tradicional da política brasileira.”

O segundo evento foi a manifestação pública do então presidente do PT nacional, Rui Falcão, ao recusar a tese da consulta popular por novas eleições presidenciais, como defendia Dilma Rousseff, classificada por Barros como “uma nova tensão” no PT. Ele destacou: “como notou o jornalista Kennedy Alencar, a declaração de Falcão foi o adeus do partido a Dilma.”

Barros argumentou o seguinte acerca da repercussão desse entrave no partido: “a posição do presidente do PT levou Tarso Genro a escrever, em uma rede social, que os dirigentes do PT ‘omitiram todos os erros sem um pio. Agora que Dilma aponta, corretamente, querer responder com a soberania popular, direção do PT diz não’”. Esse teria sido um dos principais motivos para o racha no partido naquele momento em que Dilma Rousseff enfrentava um processo de *impeachment* e que esperava o apoio da legenda para que fosse feita a consulta popular a fim de antecipar as eleições presidenciais.

Por último, de acordo com Barros, Dilma Rousseff demonstrava-se “propensa a romper com a direção do PT”, dava declarações pedindo autocrítica ao partido, as quais se intensificaram quando as “denúncias de dinheiro irregular em sua campanha eleitoral se tornaram mais críveis”. Barros alegou: “além de jogar a culpa no PT (que não deve mesmo ser inocente), Dilma deu sinais de que pretende cair com o discurso dos dissidentes” e ainda declarou que “seu grande erro foi tentar um ajuste fiscal rápido demais”. O articulista

continuou sua argumentação: “essa autocrítica pela esquerda é nova: em outros momentos, Dilma dizia que seu erro foi ter subestimado o tamanho da crise internacional em 2014, ou ter se aliado ao PMDB.” A crítica ao PT continuou:

O PT cometeu muitos erros, e não chega a ser uma surpresa que um grupo grande de militantes pense em deixar a legenda.

O problema é outro. Os dirigentes que cometeram crimes eram os que mais aceitavam as regras do jogo, tanto na política quanto na economia. Isso diz algo sobre as regras do jogo. Mas será muito ruim para o país se uma parte importante da esquerda, que inclui quadros de grande qualidade, se recusar a jogar. Isso diminuiria, inclusive, as chances de construirmos um novo jogo no pós-Lava Jato. (BARROS, 2016).

Nesse trecho, observa-se como o articulista relacionou o PT aos casos de corrupção, ao mencionar a Operação Lava Jato, além de culpar o partido por diversos erros e crimes praticados por dirigentes da sigla. Para Barros, tudo não passava de um jogo político. As argumentações ao longo do artigo representam um enquadramento antipetista, com ênfase no racha dentro do PT, na crise interna e na tensão criada entre a sigla e a tendência Mensagem ao Partido. De várias formas, ele mostrou que o PT era o principal responsável não somente pela crise na legenda como, também, pela crise política e econômica no país, consequentemente, pelo *impeachment* da ex-presidente.

Desse modo, Barros demonstrou seu posicionamento ideológico ao tecer tantas críticas ao PT. Miguel do Rosário⁴⁹, em seu blog, escreveu um texto sobre o articulista, com o título “A ingenuidade de Celso Rocha de Barros”, quando comentou, também, sobre alguns colunistas de opinião da Folha de S. Paulo que integram o portal. Assim, o classificou: “Celso Rocha de Barros escreve como um equilibrista caminha sobre uma corda estendida entre dois arranha-céus. Não podia ser diferente, claro”. Ele afirmou isso ao relatar sobre o papel da Folha no processo de deposição de Dilma Rousseff.

À Folha ficou reservado um papel mais ambíguo, mais cínico, e por isso não menos diabólico. Os métodos usados pela Folha são mais traiçoeiros. Por isso ela sempre teve necessidade de colunistas e abordagens diferenciados, puxados à esquerda, críticos ou questionadores de alguns pontos das narrativas centrais da mídia corporativa.

No meio de tanta pressão e cinismo, nasceu esta flor: Celso Rocha de Barros, que já tinha uma história na internet brasileira [...]

Barros, Laura Carvalho, Janio Freitas, o próprio Bernardo Mello Franco, são alguns colunistas que procuram fazer, cada um à sua maneira, um contraponto ideológico ao pensamento único do *main stream*.

⁴⁹ Miguel do Rosário é carioca, formado em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Trabalhou por 15 anos como jornalista especializado em café, depois passou a fazer análise de mídia e de política ao longo dos mais de 10 anos escrevendo para o blog “Óleo do Diabo”. Desde 2011, é autor do blog “O Cafezinho”.

Claro, é tudo muito controlado, como numa experiência de laboratório. Os tons de crítica precisam ser cuidadosamente calibrados, de maneira que tudo permaneça rigorosamente o mesmo.

Há limites diferenciados de liberdade, naturalmente, a depender de temas, atmosfera e a posição de cada um. (ROSÁRIO, 2017).

Miguel do Rosário sugeriu que a diversidade de columnistas/articulistas representa uma estratégia para caracterizar a pluralidade nos veículos da Folha de S. Paulo. Assim, apontou Barros como um dos estrategistas, que faria esse meio de campo, com a função de apresentar um contraponto ideológico para equilibrar a opinião entre conservadores e progressistas. Essa tentativa de equilíbrio foi observada no artigo analisado, entretanto, Barros pendeu para o lado conservador, pois tanto no artigo investigado nesta pesquisa quanto no texto de Barros que Miguel do Rosário analisou, o articulista atacou o PT e os progressistas. Além disso, como destacou Rosário (2017), Barros faz concessão ao “eixo central das grandes narrativas: a Lava Jato”, vinculando o Partido dos Trabalhadores à corrupção.

Assim, Rosário (2017), ao afirmar que: “a melhor coisa trazida pela internet, afinal, foi a transparência” e também que “o problema do artigo de Barros – e francamente não posso culpá-lo por isso, em vista do lugar onde ele escreve – é uma série de omissões fundamentais para se entender a conjuntura política nacional”, confirma que o lugar de fala tem um peso considerável, pois há um jogo de interesses por trás de toda a opinião publicada. Para Rosário (2017), “a mídia brasileira é a mais concentrada e plutocrática do mundo ocidental. Isso gera uma instabilidade política estrutural que não podemos naturalizar”. Essas questões são passíveis de serem observadas por meio dos textos opinativos, que complementam e/ou atravessam o conteúdo informativo da mídia hegemônica, como é investigado nesta pesquisa.

4.3.2.2 É chegada a hora de pensar no longo prazo

O artigo de Claudia Costin, intitulado “É chegada a hora de pensar no longo prazo” (ANEXO 3), datado de 26 de agosto de 2016, também tem como parâmetro um alinhamento de viés conservador. Costin é professora da Fundação Getúlio Vargas e professora-visitante de Harvard, desde 2016. Atuou como diretora global de Educação do Banco Mundial (Bird), de 2014 a 2016; como secretária municipal de Educação no Rio de Janeiro na administração de Eduardo Paes (PMDB), de 2009 a 2014; como secretária de Cultura de São Paulo na primeira gestão do ex-governador Geraldo Alckmim (PSDB), de 2003 a 2005 e como ministra da Administração e Reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), entre 1995 e 2000.

No início do texto, Costin descreveu o fim das olimpíadas e o que estava em pauta no momento na política nacional:

[...] encerramos um ciclo inesperadamente animador da vida nacional, com a realização bem-sucedida dos Jogos Olímpicos e uma atuação bastante razoável dos nossos atletas. Precisávamos disso. Desde os debates que marcaram o início do processo do *impeachment* e a disfuncional polarização a ele associado, estávamos de mau humor e com certa paralisia institucional. **Tudo mais havia saído de pauta, como se a questão central do país fosse a corrupção** e, sendo isso muito difícil de eliminar, estaríamos destinados ao fracasso. (COSTIN, 2016, grifo nosso).

A abordagem de Costin no artigo apresentou um clima de opinião acerca da sobreposição dos eventos de agosto de 2016, no caso abordou as eleições municipais e o *impeachment* de Dilma Rousseff. Também tratou da atuação da mídia e das pautas exploradas naquele contexto. Conforme a frase destacada no trecho anterior, ela criticou o enquadramento jornalístico prioritário à corrupção.

De forma interessante, a articulista salientou a convergência dos dois eventos em destaque: as eleições municipais 2016 e o *impeachment* de Dilma Rousseff (ela ponderou se referindo a “um eventual *impeachment*” – diferentemente dos outros articulistas/colunistas que já o apontavam como certo antes mesmo da votação final). Costin teceu a seguinte crítica: “nos dois, as discussões tendem a focar questões de curto prazo e avaliações políticas rasas. Não irão certamente focar o projeto de país que se quer construir.” Significa que, para ela, a cobertura da mídia sobre esses fenômenos não iria trazer discussões que ajudariam a repensar propostas para melhorias no país, uma vez que não era esse o enquadramento observado em torno dessas temáticas.

Apesar dos graves problemas na política nacional, algumas coisas boas aconteciam no Brasil, como as Olimpíadas no Rio de Janeiro, que, conforme Costin, surpreenderam pela organização e resultados dos atletas brasileiros, bem como pelo legado deixado no estado sede dos jogos. Entretanto, os casos de corrupção, a crise política e o *impeachment* de Dilma Rousseff dominavam o noticiário, como se apenas existissem essas pautas a serem debatidas. Ela ainda ressaltou:

[...]visto que falhamos em algumas coisas importantes, como assegurar uma educação de qualidade para crianças e jovens, ter uma produtividade do trabalho à altura do estágio de desenvolvimento do país, oferecer uma adequada atenção à saúde ou contar com uma infraestrutura que não engargale o crescimento ou prejudique o ambiente. Mais do que isso, garantir que avanços (e houve avanços, sem dúvida, nos últimos 20 anos) nessa direção se mantenham mesmo com mudanças de governos. (COSTIN, 2016).

Embora tenha apresentado alguns dos principais problemas no país, a articulista ressaltou os avanços, mesmo sem mencionar a quais se referia. Vale considerar que 13 anos foram de governo do PT, então, mesmo sendo de uma matriz conservadora, ela reconheceu a atuação dos ex-presidentes petistas em relação aos projetos que trouxeram benefícios para o país.

Segundo Costin, o debate eleitoral deveria contemplar as questões inerentes ao que ela considerava como “projeto de país”, no intuito de garantir mais avanços, também ressaltou que isso deveria acontecer “mesmo com mudanças de governos”. Ela tinha a expectativa de que os programas dos candidatos a prefeito contemplassem tais temáticas, como demonstrou: “se o debate eleitoral que se inicia e os programas dos próximos prefeitos contemplarem algumas dessas questões sairemos ganhando. Tenho minhas dúvidas, mas vale a pena esperar alguma ênfase nas questões de fundo do cenário nacional.” Mas não foi bem o que se viu na disputa eleitoral, os problemas na política, em âmbito nacional, foram a grande tônica dos debates, como previa no artigo.

Enquanto docente, Costin se atentou, em especial, para a questão da educação e comentou sobre um relatório divulgado no dia 22 de agosto de 2016 pela Comissão de Educação do Diálogo Interamericano, o qual apontava que o Brasil ainda precisava avançar nessa área. Ela ressaltou que temas dessa natureza seriam abordados na sua coluna semanal. Assim finalizou o artigo: “que desafios temos que enfrentar e como construir uma agenda de longo prazo que coloque o Brasil num outro patamar tanto em educação quanto em outras políticas públicas? Aceito sugestões.”

A articulista mostrou a necessidade de debater pautas divergentes das questões da corrupção, crise política e *impeachment*, naquele momento em que se iniciava a campanha das eleições municipais 2016, quando tantos temas deveriam ser discutidos em termos de propostas de campanha e projetos para melhorias nas cidades brasileiras o que, conseqüentemente, acarretaria em avanços para o país.

Com um enquadramento mais reflexivo sobre a corrupção, o *impeachment*, a polarização política e as eleições municipais 2016, Costin apontou a necessidade de se pensar no longo prazo, como mencionado no título, ou seja, projetos futuros, com ênfase no que deveria estar em pauta para além daquele conturbado cenário político e eleitoral.

4.3.2.3 Fora do tempo

A seguir, serão analisados dois textos de Bernardo Mello Franco, que assina a coluna Brasília na Folha de S. Paulo, escrita semanalmente. Jornalista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, já trabalhou no Rio, em Brasília e em São Paulo. Está na Folha desde março de 2010. Antes, passou pelo Jornal do Brasil e pelo O Globo. Constata-se que ambas as colunas analisadas têm um mesmo enquadramento, que reflete o clima de opinião favorável sobre a sobreposição das agendas políticas que compõem esta pesquisa.

No texto “Fora do tempo” (ANEXO 4), publicado no dia 10 de agosto de 2016, o jornalista argumentou que “um clima de desalento tomou os aliados de Dilma Rousseff no dia em que o Senado se reuniu para transformá-la em ré” e que ela não teria conseguido “virar um único voto a seu favor”. Pelo contrário, as previsões indicavam uma derrota pior do que a de maio, quando ela foi afastada do cargo pelo prazo de 180 dias.

Ao mencionar as previsões de derrota, o colunista utilizou um *hiperlink*, importante recurso do jornalismo de portal, como apontado no capítulo 3, direcionando para a matéria “Discursos de senadores indicam maioria pró-*impeachment*”.⁵⁰ O texto fez referência à fase de discursos durante votação no plenário do Senado, que ocorria naquele dia, e que mostrava um cenário majoritariamente a favor do *impeachment*. Naquela ocasião, foi decidido que Dilma Rousseff se tornaria ré no processo que julgava seu afastamento definitivo da Presidência da República.

Essa votação no Senado foi realizada concomitantemente às Olimpíadas disputadas no Rio de Janeiro, as quais dispersaram os senadores, como enfatizou Franco: “o desinteresse pelos discursos era visível no plenário. Alheios à tribuna, senadores consultavam os celulares em busca de notícias da Olimpíada. Enquanto os atletas competiam no Rio, a sensação em Brasília era de jogo encerrado”. O colunista foi oportunista ao fazer alguns trocadilhos entre o jogo do processo de *impeachment* e os jogos realizados no Brasil. Como já era esperado o resultado favorável em tornar a ex-presidente ré e, conseqüentemente, em afastá-la definitivamente do cargo, os senadores estavam desinteressados na votação e em busca de novidades sobre os jogos olímpicos, uma vez que o resultado no plenário já era previsível.

Franco mostrou que Dilma Rousseff perdeu muito tempo para buscar uma saída: “fora do alcance das câmeras, os náufragos do governo afastado buscavam explicações para o fracasso anunciado. Muitos repetiam que Dilma perdeu o ‘timing’ para esboçar uma reação”,

⁵⁰ Matéria publicada no dia 9 de agosto de 2016, assinada por Débora Álvares, Mariana Haubert e Daniela Lima, na editoria Poder do Portal Folha de S. Paulo.

fazendo uma alusão ao título “Fora do tempo”. Assim, ressaltou que “a ideia de divulgar uma carta aos senadores, com os últimos apelos contra o *impeachment*, teria sido tomada tarde demais”. Já não daria tempo de mudar as opiniões e os votos de quem se mostrava favorável à destituição da ex-presidente.

A declaração de um senador petista mostrou que os próprios companheiros de partido reconheciam que as estratégias foram tardias: “esta foi a tônica do governo dela. Até as decisões certas saíram na hora errada”. Trata-se de uma voz oculta, pois não foi mencionado o autor dessa lamentação. Franco argumentou: “os aliados também criticaram a hesitação em propor novas eleições. Quando Dilma finalmente aceitou a tese, alguns autores da ideia já haviam sido cooptados pelo grupo de Michel Temer”. O intuito foi mostrar que Dilma Rousseff perdeu mais uma vez o tempo de agir na hora certa e que perdeu novamente para o antigo aliado que tornou-se seu sucessor.

Além dessas diversas críticas feitas à então presidente Dilma Rousseff, outro enquadramento identificado, a exemplo do artigo de Barros, foi a crise interna no PT. Devido à falta de sintonia da petista com o partido, a tese de novas eleições causou ainda mais desgaste dentro da legenda. “Os choques com a sigla desmobilizaram entidades como MST (Movimento Sem Terra) e CUT (Central Única de Trabalhadores), que prometiam ocupar as ruas para defender o ‘Volta, Dilma’”, afirmou o jornalista. Com isso, Franco mostrou como esses choques afastaram militantes dos movimentos que pretendiam se manifestar em prol da ex-presidente. Esses argumentos reforçam que o PT estava cada vez mais sozinho e em crise.

Quando mencionou que “a direção do PT a desautorizou publicamente ao rejeitar a antecipação das eleições”, o jornalista trouxe o apoio de outro *hiperlink*, levando o leitor para a matéria “Presidente do PT descarta proposta de Dilma sobre novas eleições”⁵¹, assunto também abordado na coluna de Barros, como apresentado anteriormente. Mais uma vez, a declaração do então presidente nacional do PT, Rui Falcão, ao descartar a proposta de um plebiscito sobre a antecipação de novas eleições, como defendia Dilma Rousseff, foi apontada como motivo para embate na legenda.

Como era de se esperar, pela lógica dos discursos propagados na coluna, foi feita a articulação entre a Lava Jato e o PT, quando foi mencionado que a operação de combate à corrupção cercava Lula e o afastou da defesa de Dilma Rousseff. O jornalista salientou que o ex-presidente desembarcou na capital quando a votação no Senado para tornar a petista ré já estava praticamente encerrada. Ao trazer essa informação, mais um *hiperlink* foi utilizado

⁵¹ Matéria de Catia Seabra, publicada no dia 4 de agosto de 2016, na editoria Poder do Portal Folha de S. Paulo.

pelo colunista, acerca da matéria “Lula viaja a Brasília nesta terça para discutir carta de Dilma a senadores”⁵². A ida do ex-presidente a Brasília era para uma reunião com Dilma Rousseff, com o intuito de finalizar a última versão da carta que ela entregaria aos senadores em sua defesa.

Acredita-se que o recurso do *hiperlink*, acionado em três momentos ao longo do texto, tenha sido uma estratégia de buscar maior credibilidade ao que o colunista relatava e, ao mesmo tempo, uma forma de reenquadrar a temática, uma vez que reforçou o enquadramento do veículo e do colunista como favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff.

Franco ressaltou: “aliados diziam que o ex-presidente não via mais tempo hábil para salvar a sucessora. Sua missão era discutir o pós-*impeachment* e a sobrevivência do PT nas eleições municipais.” Não ficou claro se essa última afirmação era dos “aliados” ou do próprio jornalista, mas o fato é que, antes do julgamento de Dilma Rousseff, o *impeachment* e o fracasso do PT no pleito municipal 2016 já eram tratados como certos.

Como demonstraram os resultados das eleições municipais de 2016, realmente foi tarde demais, pois não houve tempo de salvar o partido que perdeu a maioria das prefeituras. Por isso, todas as tentativas do Partido dos Trabalhadores foram vistas como “fora do tempo”. Confirmou-se, então, o enquadramento antipetista, com ênfase no clima de “desalento” por parte dos aliados, como relatou o colunista, devido aos diversos embates internos ao partido, bem como o enquadramento pró-*impeachment*.

4.3.2.4 Embaralhando as cartas

A outra coluna de Bernardo Mello Franco, com o título “Embaralhando as cartas” (ANEXO 5), é datada de 17 de agosto de 2016. O jornalista foi enfático ao dizer que: “quem tentar entender a eleição municipal como um plebiscito sobre o *impeachment* corre o risco de cair do cavalo”. De acordo com ele, o alerta teria sido feito no dia 16 de agosto, primeiro dia da campanha das eleições municipais 2016, por ocasião do desembarque do ex-ministro Ciro Gomes (PDT)⁵³ no Rio de Janeiro para declarar apoio ao então candidato Pedro Paulo Teixeira (PMDB), nas eleições municipais 2016.

⁵² Matéria datada de 9 de agosto de 2016, postada na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo, assinada por Marina Dias.

⁵³ Ciro Gomes foi ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco, em 1994 e 1995, e ministro da Integração Nacional no governo Lula, entre 2003 e 2006. Foi prefeito e governador de Fortaleza, deputado estadual e federal. Também foi candidato à Presidência da República em 1998 e 2002. É presidenciável para 2018.

O colunista apresentou a disputa para a Prefeitura no Rio de Janeiro, que dividia defensores e apoiadores do *impeachment* de Dilma Rousseff. Assim, Franco mostrou que as cartas estavam embaralhadas, como forma de justificar que estariam cometendo um equívoco aqueles que tentavam entender a eleição municipal como um plebiscito sobre o *impeachment*. Esses, segundo ele, corriam o risco de “cair do cavalo”, pois o que se presenciava, de acordo com Franco, era um embaralhamento de cartas. Assim referiu-se ao apoio de Ciro Gomes:

Pré-candidato ao Planalto em 2018, ele indica que as eleições de outubro podem ignorar as divisões em Brasília para privilegiar temas locais. “Chegamos à conclusão de que o melhor para o Rio é o Pedro Paulo, pouco importa essa contradição da política nacional”, disse o pedetista. (FRANCO, 2016b, grifo do autor).

De acordo com Franco, a contradição política era muito significativa e não “pequena”, como Ciro Gomes afirmava. Com relação a isso, Franco assim esclareceu:

Em discursos e entrevistas, o ex-ministro tem se referido a Michel Temer como “traidor” e “salafário”, entre outros adjetivos. Ex-aliado de Dilma, Pedro Paulo é só elogios ao presidente interino. Já declarou, inclusive, que espera recebê-lo em seu palanque. (FRANCO, 2016b).

Franco destacou que Ciro Gomes era um “defensor enérgico de Dilma Rousseff” e, naquele momento, estava ao lado peemedebista Pedro Paulo Teixeira, “deputado que votou a favor de afastá-la da Presidência”.

Ao mencionar que o ex-ministro desembarcou no Rio para declarar apoio ao então candidato do PMDB, o colunista utilizou um *hiperlink* para a matéria “No Rio, Ciro anuncia apoio a Pedro Paulo e releva 'contradição da política’”⁵⁴ que enfatizou o apoio de Ciro Gomes ao peemedebista, uma forma de fazer com que os leitores pudessem entender melhor essa parceria, apesar das divergências entre Ciro e o PMDB acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff.

As eleições municipais 2016 no Rio contavam com três candidatos que defendiam Dilma: Marcelo Freixo (PSOL), Jandira Feghali (PCdoB) e Alessandro Molon (Rede). Assim, “ao optar por Pedro Paulo, Ciro embaralha as cartas de quem aposta na nacionalização da disputa”, como destacou o colunista. Esperava-se que ele apoiasse algum dos defensores de Dilma Rousseff. De fato, foi um pleito municipal que se configurou como nacionalizado –

⁵⁴ Matéria de autoria de Luisa Bustamante, publicada no dia 16 de agosto de 2016, na editoria Poder do Portal Folha de S. Paulo.

pelo menos no âmbito da cobertura, os próprios assuntos em pauta, como a crise política no país e o *impeachment* da ex-presidente, conduziram a isso.

Divisões dessa natureza ocorreram em diversos estados, quando antigos aliados políticos passaram a apostar em novas parcerias. A divergência relatada por Franco foi além das alianças partidárias. Aliados com visões diferentes juntos: um atacava Michel Temer (Ciro Gomes), o outro o elogiava e queria Temer em sua campanha eleitoral (Pedro Paulo). Realmente foi um cenário bastante contraditório, cada um defendendo seus interesses. Embora Ciro Gomes tenha apostado no peemedebista, pensando em parcerias futuras, não foi essa a opção dos eleitores, o prefeito eleito no Rio foi Marcelo Bezerra Crivella (PRB).

Em um segundo momento do texto, Franco mencionou que “uma curiosa série de coincidências tem pautado o calendário dos magistrados da Lava Jato.” E detalhou o que seriam tais coincidências:

Em março, o juiz Sergio Moro divulgou uma conversa telefônica entre Lula e Dilma na véspera de o ex-presidente assumir a Casa Civil. O grampo tumultuou a posse, radicalizou o ambiente político e acelerou a derrubada do governo.

Nesta segunda (15), o ministro Teori Zavascki **autorizou a abertura de inquérito contra Lula e Dilma**. O pedido estava em sua mesa desde o início de maio. Foi atendido um dia antes de a presidente afastada **ler sua carta contra o impeachment**. (FRANCO, 2016b, grifos nosso).

Ao trazer tais informações, o jornalista utilizou novamente o recurso de *hiperlink*, conforme destaques no trecho apresentado, quando direcionou, respectivamente, para as matérias “Teori autoriza inquérito para investigar Dilma na Lava Jato”⁵⁵ e “Em carta, Dilma pede que Senado não 'faça injustiça' e defende plebiscito”⁵⁶, ambas publicadas na mesma data.

Para a compreensão do contexto, a matéria do primeiro *hiperlink* trouxe as seguintes informações: “Dilma Rousseff tornou-se formalmente investigada sob suspeita de tentar obstruir as investigações da Operação Lava Jato, por decisão do ministro Teori Zavascki, relator do caso no STF (Supremo Tribunal Federal)” e complementou que “Teori determinou a abertura de inquérito para apurar as condutas de outras seis pessoas, além de Dilma: o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva [...]”. Conforme o texto, a suspeita era de que todos os nomes citados teriam participado de tentativa de atrapalhar o andamento da Lava Jato.

A matéria referente ao segundo *hiperlink* começou com as seguintes informações: “era para ser um último apelo antes do julgamento final do *impeachment*, mas a carta lida nesta

⁵⁵ Matéria escrita por Gabriel Mascarenhas e Aguirre Talento, publicada na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo, em 16 de agosto de 2016.

⁵⁶ Matéria divulgada 16 de agosto de 2016, assinada por em Marina Dias e Mariana Haubert, publicada na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo.

terça-feira (16) pela presidente afastada, Dilma Rousseff, não trouxe surpresas nem gerou comoção sequer entre seus aliados.” E assim continuou o texto: “ao contrário, o processo conturbado de divulgação do documento irritou a base política da petista que, nos bastidores, reconheceu o movimento como ‘tardio’ e ‘ineficaz’ para reverter os votos necessários e impedir seu afastamento definitivo.” Foram mencionados alguns trechos da carta lida pela ex-presidente em que ela “pediu aos senadores que ‘não façam a injustiça’ de condená-la por um crime que ‘não cometeu’ e “defendeu, pressionada por movimentos sociais, um plebiscito para a realização de novas eleições e a reforma política.” Tais matérias acionadas por meio de hiperlink ajudavam o leitor a entender “as coincidências” apontadas por Franco e, ao mesmo tempo, mostravam como Lula e Dilma passaram a ser alvos da Lava Jato, relacionando-os aos casos de corrupção, os quais contribuíram para a crise política no país e para o *impeachment* da petista.

Como pôde ser observado, nessa segunda parte da coluna, Franco trouxe elementos que, de modo implícito, remeteram à judicialização da política, nos termos de Boaventura Souza Santos⁵⁷, o qual fundamenta que os tribunais exercem funções políticas, com o intuito de garantir a normalidade democrática da sociedade, eles foram criados para resolverem conflitos individuais. Desse modo, como esclarece Santos (2017), “a judicialização da política ocorre quando os tribunais passam a resolver conflitos coletivos da sociedade e esses conflitos coletivos resultam, normalmente, do embate entre as elites políticas que dominam o sistema democrático.” Ele exemplifica que, julgar um caso de corrupção é normal, mas julgar vários casos de corrupção pode-se dizer que há uma judicialização da política. Franco, ao mencionar essas “coincidências” do “calendário dos magistrados da Lava Jato” tratou da midiaticização do Judiciário, que teve um papel de protagonista ao tomar medidas que influenciaram no contexto político.

Como principais enquadramentos, Franco enfatizou as alianças partidárias, por meio da polarização política nas eleições municipais no Rio, de forma a mostrar que, em algumas cidades, os partidos não estavam seguindo a tendência nacional, com apoios individuais, mesmo contrários ao que as siglas estabeleceram no contexto nacional, o que infere ao afastamento de outras siglas em relação ao PT; a contradição na política nacional que prejudicou principalmente o Partido dos Trabalhadores, a nacionalização das eleições municipais e a relação com a Operação Lava Jato, não por acaso Franco relatou que houve

⁵⁷ Boaventura de Souza Santos é diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Os conceitos sobre a judicialização da política foram apresentados por ele em um vídeo veiculado pela TV da Democracia, no episódio do “Democracia Conceitos”.

“uma curiosa série de coincidências”. Pode-se constatar que ambas as colunas de Bernardo Mello Franco analisadas tiveram como enquadramentos centrais o *impeachment* de Dilma Rousseff e o antipetismo em correlação com a Lava Jato.

Vale ressaltar que Franco deixou de ser jornalista e colunista da Folha. Em seu texto de despedida, publicado no dia 17 de janeiro de 2018, intitulado “A caravela vai partir”, ele ressaltou:

Assumi esta coluna em dezembro de 2014. Não faz tanto tempo, mas o país era bem diferente. Dilma ainda festejava a reeleição. Aécio era aplaudido em restaurantes. Lula descansava tranquilo num sítio que não é dele. Sarney continuava a nomear e demitir ministros... Bem, há coisas que nunca mudam no Brasil. Nestes três anos, nossa jovem democracia viveu sua maior crise. Uma presidente foi derrubada. Seu substituto ficou por um fio. O maior empreiteiro do país foi preso. A política voltou a dominar as conversas, seja nas redes ou nas mesas de bar. A Folha me deu a oportunidade de testemunhar a história de perto. Tive liberdade absoluta para informar, analisar e opinar. [...]
Depois de 735 colunas, chegou o momento de me despedir para enfrentar outro desafio. A caravela vai partir, como dizia o doutor Ulysses. Muito obrigado e até a próxima. (FRANCO, 2018).

O motivo de sua saída da Folha foi revelado no dia seguinte, pela página do jornalista no Facebook, em uma postagem sob o título “Navegar é preciso” ele justificou: “estou voltando ao jornal O Globo. Vou ancorar meu barquinho num porto conhecido, onde passei tempos felizes no começo da carreira.”

No site Brasil 247, a despedida do então colunista foi anunciada da seguinte forma: “conhecido por seus textos ácidos contra Michel Temer e seus aliados, o jornalista Bernardo Mello Franco se despediu nesta quarta de sua coluna na Folha de S. Paulo; texto final ironiza Sarney e fala dos desafios à democracia no Brasil”. Antes de reproduzir o trecho da última coluna publicada no portal Folha de S. Paulo, o qual foi apresentado acima, o texto do Brasil 247 reforçou que o jornalista se despediu do veículo onde “publicou diversos textos críticos a Michel Temer e seus principais aliados. Coluna final fala da frágil democracia no Brasil e ironiza José Sarney”.

O texto de despedida de Franco mencionou contextos analisados na pesquisa, quando citou que a “democracia viveu sua maior crise. Uma presidente foi derrubada [...]”, o que corrobora com a relação entre os contextos investigados.

4.3.2.5 Sem campanha, conseguimos fazer das eleições uma pantomima

O próximo artigo analisado é de Vladimir Safatle, professor do Departamento de Filosofia na Universidade de São Paulo, pesquisador internacionalmente reconhecido, com livros sobre Lacan, Hegel e Adorno traduzidos em várias línguas, inclusive temas de debates e seminários na França e nos Estados Unidos.

Conhecido como acadêmico de primeira ordem, Safatle é apresentado por Löwy (2017)⁵⁸ como “um pensador comprometido com a causa dos oprimidos e dos explorados, um homem de esquerda autêntico, que usa sua pluma para denunciar os crimes e as injustiças do sistema capitalista e para propor alternativas radicais.”

No texto intitulado “Sem campanha, conseguimos fazer das eleições uma pantomima” (ANEXO 6), publicado no dia 26 de agosto de 2016, Safatle fez uma crítica ao pleito municipal de 2016, como pano de fundo para mostrar que o desfecho do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff causaria muitos efeitos em todo o país. Pelo próprio título, ele mostrou que via as eleições como uma “pantomima”, uma farsa, ou seja, uma história para enganar.

O artigo misturou ironia⁵⁹, cinismo⁶⁰ e sarcasmo⁶¹. Safatle utilizou-se principalmente do cinismo como uma forma de crítica social, o que justifica ter usado tal modo discursivo para escrever o artigo analisado, em que teceu diversas críticas com fundo ideológico.

Quanto à ironia, ele se apropriou dessa figura de linguagem quando disse uma coisa com a intenção de fazer entender outra. Por exemplo, ao dizer que com o fim do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff “poderá começar uma nova e radiante era na história brasileira. Afinal, o povo se levantou em uma verdadeira sublevação cidadã contra a corrupção reinante no Estado e agora é senhor de seu destino.” No mesmo tom de cinismo, ironia e sarcasmo, armas discursivas tão bem conhecidas por ele, continuou:

⁵⁸ Michael Löwy escreveu o prefácio do livro “Só mais um esforço”, de Vladimir Safatle, publicado em 2017 pela editora Três Estrelas (SP), em que destaca a obra como “notável contribuição a uma futura refundação da esquerda brasileira em novas bases, críticas, subversivas e antissistêmicas.” Enfatiza que, na obra, “Safatle desenvolve uma análise e um ponto de vista que se destacam nitidamente do conformismo ambiente e da velha e repetida política de conciliação de classes, que tanto estrago fez à história da esquerda – e não só brasileira.”

⁵⁹ Segundo Safatle (2008, p. 30), “podemos tomar a definição clássica de ironia fornecida pela retórica de Quintiliano: a ironia é questão de *eironeuesthai*, ou seja, de pensar outra coisa do que se diz.” [...] a ironia é “um modo muito particular de abertura ao reconhecimento intersubjetivo.” (SAFATLE, 2008, p. 32).

⁶⁰ O cinismo é “a categoria adequada para expor a normatividade interna da forma de vida hegemônica no capitalismo contemporâneo”, ou ainda, é “o nome correto para um certo modo de funcionamento de padrões de racionalidade em sociedades ditas pós-ideológicas.” O cinismo é geralmente visto como “um problema de ordem moral vinculado à distorção de procedimentos de justificação da ação.” (SAFATLE, 2008, p. 12-13).

⁶¹ O sarcasmo se constitui em “um ato de fala que coloque em evidência certa lógica estrutural comum”. (SAFATLE, 2008, p. 31).

A economia entrará novamente nos trilhos, livre agora dos arcaísmos que a prendiam a uma legislação trabalhista oriunda do getulismo. A doutrinação ideológica que reinava nas escolas e universidades será enfim combatida e nossos alunos poderão pensar livremente. O mundo já percebe este novo país que nasce, deixando-se encantar pela simpatia e pelo gingado do Brasil com sua olimpíada contagiante e inesquecível. Celebremos então a ressurreição nacional. Agora, tudo ficará bem. (SAFATLE, 2016).

Interessante como a argumentação de Safatle reproduziu as posições da direita, naquele momento, e de setores hegemônicos com influência sobre a formação da opinião pública. Em continuidade, Safatle apresentou uma comparação, em tom irônico, entre o Brasil e a Argentina: “o governo Macri foi saudado [com base nas notícias divulgadas na mídia, era saudado por parte dos veículos de comunicação] como o fim do populismo fiscal e político. Seus resultados estão aí para quem quiser ver: no primeiro trimestre do ano, mais de 1,3 milhão de pessoas voltou à classe pobre”, criticou o articulista. Também recriminou a posição de determinados veículos: “a isto, certos jornais e revistas chamam de ‘sucesso’”⁶².

Safatle também fez um paralelo com o período da ditadura militar: “tínhamos que aguentar o cinismo de presidentes que diziam ‘O país vai bem, mas o povo vai mal’. A frase era muito boa. Havia um país do qual o povo não participava.” Ainda no mesmo tom sarcástico, ele prosseguiu com as críticas ao período da ditadura e, mais uma vez, ironizou, desta vez tendo como pano de fundo a questão da desigualdade: “país que produzia milagres que, como se dizia à época, faziam o bolo crescer para depois ser repartido. No final, o bolo cresceu, mas apenas para a casta de sempre. Bem, agora o país está pronto novamente a ir bem, enquanto seu povo cai no abismo.” A partir daí, Safatle passou a tecer críticas à direita e às propostas de Michel Temer:

Afinal, os peões já estão postos no tabuleiro. O "governo" e seu ministro banqueiro já anunciou corte de 45% da verba de investimentos das universidades, mostrando o nível do seu comprometimento com a educação nacional. Ele luta por novas leis trabalhistas que visam precarizar as condições de trabalho, generalizar as terceirizações e os parcos direitos que o trabalhador brasileiro. No mesmo momento em que políticas desta alcunha são gestadas, o lucro líquido dos cinco principais bancos brasileiros foi de R\$ 30 bilhões. Sim, alguém ganhou enquanto você perdia. (SAFATLE, 2016, grifo do autor).

⁶² Safatle não mencionou a quais jornais e revistas se referia. Em entrevista ao Diário do Centro do Mundo (DCM) e à TVT sobre os abusos da imprensa, conforme vídeo publicado no dia 12 de maio de 2016 no canal do DCM no YouTube, Safatle criticou “duramente a Globo e os demais veículos da grande mídia”, em relação a casos que chamou de “momentos mais baixos da história da República”. Ele citou como exemplo a divulgação oficial (para ele ilegal) de grampos da conversa entre Lula e Dilma, em pleno Jornal Nacional, que ele chamou de uma coisa “completamente aterradora”

As aspas usadas por Safatle podem ser entendidas como uma referência implícita ao que é referenciado como golpe e à legitimidade de Michel Temer. Vale enfatizar o qualificativo de “ministro banqueiro”, em menção a Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda. No trecho anterior, Safatle explicitou sua visão sobre a nova legislação trabalhista ao criticar o empenho de Meirelles na luta pela aprovação de novas leis que afetariam os trabalhadores. Também criticou que, naquele momento conturbado de crise política e econômica e de novas propostas do governo com foco na redução de gastos, os bancos obtiveram lucro elevado, por isso, fez alusão ao Ministro da Fazenda como banqueiro.

Essa contextualização feita no artigo deve levar em conta que, naquele momento, estavam em pauta diversas reformas propostas por Michel Temer, entre elas o ajuste fiscal. A mídia hegemônica enquadrou em sua cobertura o apoio à aprovação do teto para os gastos públicos que o governo Temer afirmava ser a base para que outras reformas fossem realizadas, sob a alegação de que o ajuste nas contas públicas era essencial para a recuperação da economia do país.

O portal Folha de S. Paulo mostrou, por meio de um infográfico, em uma matéria intitulada “Após *impeachment*, Temer se prepara para combater críticos”⁶³, que o calendário da economia iria se misturar com o da política depois do *impeachment*. Por exemplo: no dia 31 de agosto, data do fim do julgamento do processo de destituição de Dilma Rousseff coincidia com o último dia para apresentação ao Congresso da proposta de Orçamento de 2017, cuja meta do governo era reduzir o déficit para R\$ 139 bilhões, além da divulgação do PIB (Produto Interno Bruto) do 2º trimestre, quando se esperava que os números apontassem indícios de recuperação da economia. O período de propaganda eleitoral no rádio e na televisão (26 de agosto a 29 de setembro) também coincidiu com a apresentação do plano de concessões e privatizações do governo Temer (no início de setembro). No início de outubro houve a primeira votação da proposta de teto dos gastos públicos na Câmara que coincidiu com o primeiro turno das eleições municipais que transcorreu no dia 2 de outubro.

Essas pautas paralelas nos calendários da economia e da política justificam o tema do artigo de Safatle, em que ele criticou as propostas de Michel Temer para tentar recuperar a economia no país.

Quando a economia voltar a crescer, os níveis salariais médios serão ainda mais baixos, os níveis de desigualdade voltarão aos índices de sempre. Mas isto não fará muita diferença, pois sua casa será inundada, como na boa época da ditadura militar,

⁶³ Matéria intitulada assinada por Valdo Cruz, Gustavo Uribe, publicada em 22 de agosto de 2016, na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo.

com propaganda oficial travestida de notícia. Sempre haverá uma olimpíada para celebrar, sempre haverá um circo sem pão. [...] (SAFATLE, 2016).

Essa crítica também diz respeito ao alinhamento da mídia hegemônica com o governo Temer, uma vez que os meios de comunicação se constituem nos canais para que tais propagandas oficiais cheguem aos leitores em forma de notícias, de forma a influenciar na opinião pública. Até esse momento do texto, Safatle tratou apenas do âmbito nacional, dos contextos político e econômico. No trecho a seguir, apresenta-se a correlação estabelecida por ele com as eleições municipais 2016:

Enquanto isto ocorre, **a classe política resolveu neste momento brincar de eleições**. Sim, as eleições brasileiras sempre tiveram uma vocação para a farsa, haja vista a história de nossa República Velha com suas eleições de fachada que não passava de acerto entre grupos de oligarcas.

Ao que parece, elas voltaram com força. Afinal, eleições? Que eleições? Sem campanha, com regras feitas sob medida para esvaziar debates e excluir candidatos, com partidos que não representam nada, conseguimos fazer das eleições uma pantomima. O povo brasileiro percebe isto a ponto de mostrar um desinteresse soberano por uma eleição que ocorrerá em pouco mais de um mês. (SAFATLE, 2016, grifo nosso).

As críticas nesse trecho foram disparadas à classe política e à forma como sucedeu o pleito de 2016. Safatle justificou o porquê do título do artigo e explicou porque via as eleições como uma pantomima. Primeiro, precisou explicar a conjuntura política nacional para demonstrar como ela iria refletir no contexto municipal. Ele recriminou as mudanças nas regras eleitorais, como a redução do prazo para a campanha o que, para ele, restringiria o debate de ideias e beneficiaria apenas os políticos mais conhecidos. Também atacou os partidos políticos e mostrou o descrédito por parte dos eleitores com a disputa que se aproximava. De fato, as eleições de 2016 foram atípicas, marcadas não somente por um contexto político e econômico mais amplo quanto pelo desinteresse da população, devido aos graves casos de corrupção e à crise política de um modo geral.

Safatle relacionou todo esse contexto ao *impeachment* de Dilma Rousseff e relatou como ele teria sido constituído enquanto golpe:

Mas em um país no qual uma presidenta é afastada por uma claqué de corruptos a partir de um "crime" criado sob encomenda em um acerto de contas, em uma briga de gangues entre ocupantes do mesmo barco de "governabilidade", onde membros do seu próprio partido, como o prefeito de São Paulo, dizem que "golpe" é uma palavra muito dura, isto enquanto seu partido continua sua (sic) práticas políticas degradadas de sempre fazendo negociação no varejo com os próprios "golpistas", o que significa afinal "eleições"? (SAFATLE, 2016, grifos do autor).

Primeiro, ele chamou de corruptos os políticos que julgaram e condenaram Dilma Rousseff e também criticou que eles forjaram um crime por revanchismo político-governamental. Ressalta-se que, ao usar os termos crime e governabilidade entre aspas, Safatle quis enfatizá-los de alguma forma, marcando seu posicionamento contrário ou criticando seus usos ou, ainda, alguma outra intenção do autor que não se conseguiu precisar. Em um segundo momento, ele mostrou que existiam divergências dentro do próprio PT em relação ao termo golpe, o próprio Fernando Haddad, então prefeito de São Paulo, achava uma palavra muito dura. Por fim, Safatle criticou o que se configura para ele como as velhas políticas do Partido dos Trabalhadores e as próprias alianças nas eleições municipais com políticos e/ou legendas que apoiaram o *impeachment*, o que seria uma incoerência, mas aconteceu em algumas cidades que não seguiram a tendência nacional.

O enquadramento central no texto foi o fato de as eleições municipais serem tratadas como uma farsa, devido aos reflexos do *impeachment*, no caso retratado por ele como golpe, sofrido por Dilma Rousseff. Embora tenham sido feitas críticas ao PT, não se configura um enquadramento antipetista, como identificado nos demais artigos/colunas. Até o momento, foi o único dos textos de opinião sob o enquadramento do *impeachment* que se referiu ao termo golpe, marcando-o como um posicionamento do autor, ainda que entre aspas e como fala de outra fonte.

4.3.2.6 Ajuste fiscal do governo Temer tornou-se encenação

O último texto opinativo analisado é do senador Ronaldo Caiado do partido Democratas (DEM). Publicado no dia 27 de agosto, com o título “Ajuste fiscal do governo Temer tornou-se encenação” (ANEXO 7), teve também como enquadramento central o *impeachment* de Dilma Rousseff. Caiado é fundador da União Democrática Ruralista (UDR)⁶⁴ e criador da Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária (bancada ruralista), militância pró-*impeachment*. É médico ortopedista, membro de uma família de produtores rurais, senador da República pelo Estado de Goiás, presidente do DEM no Estado de Goiás e vice-presidente

⁶⁴ Trata-se de uma associação civil criada em maio de 1985 por grandes proprietários de terras, com a finalidade de defender a propriedade privada e como expressão da radicalização patronal rural contra a política agrária promovida pelo governo federal no começo da administração do presidente José Sarney (1985-1990). (BRUNO, 2009).

nacional do Democratas, líder do DEM no Senado Federal e da Minoria no Congresso Nacional.⁶⁵

Ronaldo Caiado é visto como um dos poucos senadores que gostam de criar polêmicas, “ruralista de cinco mandatos como deputado e eleito em 2014 para o Senado. Além de enxergar ‘práticas terroristas’ em movimentos de sem-terra e sem-teto, Caiado já ficou conhecido por ter chamado colegas para ‘resolver lá fora’”. (MEDEIROS; FONSECA, 2016, grifos dos autores).

No artigo analisado, Caiado criticou o ajuste fiscal proposto por Michel Temer e apresentou sua visão sobre as razões do *impeachment*. Assim começou o texto:

A saída de Dilma Rousseff não pode ser vista apenas como a queda de um governo e a ascensão de outro. Precisa simbolizar algo bem mais amplo e significativo: o fim efetivo de um projeto criminoso de poder (nas palavras do ministro Celso de Melo, do STF), de teor populista-bolivariano, que arruinou o Brasil. Além da ruína econômica, impôs uma queda de padrão moral sem precedentes à vida pública. Sucedê-lo implica redirecionar o país não apenas em termos políticos, econômicos e administrativos mas, sobretudo, quanto a valores e princípios. (CAIADO, 2016).

De início, o senador creditou ao governo Dilma Rousseff a ruína do país e o caracterizou como “um projeto criminoso de poder (nas palavras do ministro Celso de Melo, do STF), de teor populista-bolivariano⁶⁶”. Também, estabeleceu um entrelaçamento entre moral e política: “além da ruína econômica, impôs uma queda de padrão moral sem precedentes à vida pública [...] Sucedê-lo implica redirecionar o país [...] sobretudo, quanto a valores e princípios”.

Para fundamentar sua crítica, Caiado mencionou as quatro manifestações sucessivas, consideradas de direita, que levaram multidões a ocuparem as ruas em protesto contra a corrupção e por uma maneira oposta de governar. De acordo com ele, “a saída da presidente é um grande passo, mas insuficiente para lidar com o seu trágico legado. O país quer mais,

⁶⁵ A Minoria é o maior partido ou bloco parlamentar em oposição ao pensamento da Maioria sobre o governo federal (Poder Executivo). Assim, se a Maioria é favorável ao governo, a Minoria será o maior partido entre aqueles contrários ao entendimento do governo. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008).

⁶⁶ O caso do populismo é uma enorme desigualdade social que em alguns países é reforçada pela diversidade étnica. São sociedades marcadas pela distância abismal entre uma minoria muito rica e uma imensa maioria de muito pobres e pobres. (SOTELO, 2014). O bolivariano é termo originado do sobrenome do libertador Simón Bolívar, general venezuelano do século XIX. Convencionou-se, no entanto, chamar de bolivarianos os governos de esquerda na América Latina que questionam o neoliberalismo e o Consenso de Washington (doutrina macroeconômica ditada por economistas do FMI e do Banco Mundial). (GOMBATA, 2014). Nesse sentido, a política no Brasil vinha sendo comparada na mídia com a Venezuela. O historiador argentino Carlos Malamud, em entrevista publicada no portal Folha de S. Paulo, disse que “a ideia de golpe alardeada por Dilma e Lula ecoa o discurso bolivariano –do qual o Brasil se mantinha à distância. Hoje, o governo petista aderiu a essa retórica populista.” (ADGHIRNI, 2016).

embora entenda as limitações de um presidente que assume em tais condições.” Ele complementou que, ainda assim era possível dar os primeiros passos. Aqui, ele demonstrou o apoio ao *impeachment* de Dilma Rousseff e criticou o que ela deixou como herança para o país, ao mesmo tempo, ele cobrou uma boa atuação de Michel Temer mesmo frente aos problemas encontrados para continuar a governar.

No texto, Caiado defendeu a refundação da República e alegou: “mais que uma reforma política, é preciso reformar os políticos, a mentalidade vigente, trazendo-os a essa nova realidade que se descortina a partir do *impeachment*”. Também argumentou: “sabe-se, porém –e isso evidentemente influirá na votação–, do que de fato estamos tratando, do tamanho do estrago, que não se limita aos crimes de responsabilidade, embora sejam graves o suficiente para depor um presidente. Mas é bem mais.”,

Com essas afirmações, ele explicitou um posicionamento favorável à deposição de Dilma Rousseff. Vale lembrar que trata-se de um texto que pretende formar a opinião e foi publicado no portal Folha de S. Paulo três dias antes da votação final no Senado. O senador também deixou claro seu posicionamento antipetista ao mencionar que “trata-se de remover um projeto revolucionário e criminoso, que viveu por 13 anos, dilapidando e aparelhando o Estado e a própria sociedade civil, contaminando com a propaganda ideológica desde o ensino fundamental até a política externa.”

Entretanto, ao mesmo tempo, Caiado não se posicionou como favorável ao presidente Michel Temer e criticou que não bastava a simples troca de comando, seriam necessários sinais mais claros pelos sucessores do governo Dilma. E aí fundamentou a crítica que motivou o artigo:

O ajuste fiscal do governo Temer tornou-se uma encenação, que começou com a aprovação de reajustes para 14 categorias de servidores, e prossegue com mais uma leva de aumentos. O dos salários do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, repercute em cascata sobre outras remunerações, como a dos deputados e senadores. Como se não bastasse, fala-se na recriação de ministérios recém-extintos para acomodar aliados.

Diante disso, o ministro da Fazenda admite que, fracassando o ajuste – e, nos termos expostos, há chance de êxito? –, não hesitará em aumentar tributos. E o povo que pague. (CAIADO, 2016).

Este texto pode ser considerado como cobrança a Michel Temer de um ajuste fiscal mais rigoroso. Quando da publicação do artigo, por meio do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o governo alegava que o futuro do país dependia do ajuste fiscal, para tanto, seria necessário modificar a Constituição Federal. A chamada PEC dos Gastos Públicos (Proposta de Emenda Constitucional nº 55) estava em votação no Congresso. O governo aguardava,

ainda, a aprovação da reforma da Previdência e a conclusão da votação do projeto de renegociação da dívida dos estados. A administração Temer afirmava que, vencida a pauta do *impeachment*, se concentraria na pauta econômica, que era a prioridade, com foco no ajuste fiscal. A proposta defendida era de mudança na trajetória da evolução dos gastos públicos no país, que demandaria uma mudança constitucional a respeito de um ajuste estrutural, o qual limitaria o crescimento das despesas governamentais. (BECK; FADUL, 2016; OSWALD, 2016).

Caiado mostrou-se inconformado com as propostas do governo Temer, ao passo que reduzir os gastos públicos estava na contramão do aumento dos salários dos ministros do STF e seu consequente efeito cascata. Enquanto isso, a conta iria para o bolso dos cidadãos, com o aumento de impostos. Em tom de contrariedade, declarou: “não posso apoiar, nem política, nem moralmente, esse procedimento, sob pena de cumplicidade com uma prática que a população quer ver banida e a cujo clamor atendi ao votar pelo *impeachment* e pelo fim do bolivarianismo no Brasil.” Após essa argumentação, fez a única articulação no texto entre o *impeachment* e o pleito de 2016:

O que vejo, até aqui –e só posso falar do que vejo–, são **projetos populistas, a poucos dias das eleições municipais**. Nós, que clamamos pelo ajuste – e pelo início do saneamento da economia –, passamos por vilões, pois não nos curvamos ao lobby corporativo, enquanto os que se curvam, os verdadeiros vilões, passam por benfeitores. Desse teatro, definitivamente, não participo. (CAIADO, 2016, grifo nosso).

Nesse trecho, ele reforçou um discurso personalista: “O que vejo, até aqui –e só posso falar do que vejo” [...] “Desse teatro, definitivamente, não participo”. Ele disse que aqueles que clamam pelo ajuste são taxados de vilões por não se curvarem diante do lobby corporativo. Além disso, mostrou que era a favor do ajuste fiscal, mas não nos termos propostos pelo governo Temer.

O artigo de Caiado repercutiu em sites e blogs, como comentado no portal Goiás 24 Horas: “o senador goiano Ronaldo Caiado (DEM) não consegue ser aliado de governo algum e ser colaborativo junto a um projeto político. O parlamentar começa agora a atacar o presidente interino Michel Temer, que antes ele apoiava.” O site Brasil 247 destacou, em artigo com o título “Ajuste fiscal de Temer é encenação, ataca Caiado”, o seguinte: “ao comentar os sinais do presidente interino Michel Temer no comando da Nação, Ronaldo Caiado avaliou que são bem pouco animadores.”

Conforme levantamento da Agência Pública⁶⁷, “os maiores grupos do Senado defendem o agronegócio e o setor empresarial e não devem ter dificuldades em se alinhar às pautas do novo governo”. O grupo da agropecuária é composto por 32 dos 81 senadores, atrás apenas do grupo empresarial, que tem 36 parlamentares. A partir desse levantamento, acreditava-se que era “possível entender melhor o resultado da votação da admissibilidade do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT)”, também acreditava-se que era possível antecipar qual seria a receptividade da Casa aos projetos de Michel Temer. (MEDEIROS; FONSECA, 2016). No Senado, a bancada ruralista conseguiu o maior percentual de votos a favor do *impeachment* acima do índice geral, com 87,1%, apenas três senadores desse grupo foram contra a destituição de Dilma Rousseff. (MEDEIROS; SARDINHA, 2016). Esse contexto ajuda a reforçar o posicionamento de Caiado e as argumentações feitas no artigo.

Por fim, considera-se importante comparar os textos de Safatle e de Caiado que, inclusive, foram publicados um no dia seguinte ao outro. Ambos criticaram Michel Temer e as reformas propostas por ele. Entretanto, Safatle as recriminou de modo geral e se posicionou contra o *impeachment* de Dilma Rousseff. Caiado demonstrou concordar em partes, estava na corda bamba entre aliado e oposição ao governo Temer, mas deixou explícito que era pró-*impeachment*. Vale lembrar que esses dois últimos textos foram analisados no sentido de fazer um contraponto, com base no discurso de pluralidade, considerando-se um articulista com viés progressista (Safatle) e outro com viés conservador (Caiado).

Esse conjunto de textos opinativos ilustrou a forma como foram enquadrados os contextos da crise política e do *impeachment* de Dilma Rousseff em articulação com as eleições municipais 2016, quando constatou-se que a destituição da ex-presidente teria sido o eixo central e, inclusive, o tema mais agendado durante o pleito de 2016, mostrando as inúmeras consequências de todo esse cenário político-econômico nacional nos municípios brasileiros. Os textos evidenciaram a forte presença do antipetismo (no caso de Caiado) e de críticas ao PT (no caso de Safatle), o que mostrou, como se verá nos textos informativos, que a cobertura eleitoral foi, sobretudo, antiPT. O que depois foi corroborado pelo resultado eleitoral.

A pesquisa de Baptista (2017), constatou, por meio da análise de gráficos, que a percepção da corrupção foi o principal problema apontado em 2016, ultrapassando problemas como assuntos como saúde, violência / segurança pública, educação, dentre outros. Conforme

⁶⁷ A Agência Pública – fundada em 2011 – aposta num modelo de jornalismo sem fins lucrativos para manter a independência. As reportagens são livremente reproduzidas por uma rede de mais de 60 veículos. Entre os republicadores estão os maiores portais de notícias do Brasil.

a pesquisa, “a corrupção alcançou alto índice entre novembro de 2015 e julho de 2016, ultrapassando 30%. Em dezembro de 2016, a corrupção deixa de ser a principal preocupação e a saúde retoma o primeiro lugar.” (BAPTISTA, 2017, p. 182). Os resultados da pesquisa ainda mostraram que Dilma Rousseff era “responsabilizada pela ocorrência da corrupção na Petrobras em mais de 60%, desde a primeira sondagem em março de 2015 a outubro de 2016, quando o presidente já era formalmente Michel Temer.” (BAPTISTA, 2017, p. 187).

Essas constatações corroboram que, o fato de a corrupção ser uma das principais tônicas na cobertura da mídia, bem como nos textos opinativos, como foi analisado, ajudou a formar a opinião pública, em um período que compreendeu a campanha das eleições municipais 2016 e que houve o *impeachment* de Dilma Rousseff, acirrando ainda mais a crise política no país. Na mesma direção, serão analisados a seguir os textos informativos selecionados do portal Folha de S. Paulo.

4.3.3 Eleições municipais 2016, crise política e *impeachment* de Dilma Rousseff no âmbito do informativo

Com base nas categorias de análise definidas na metodologia, as matérias analisadas a seguir apresentam exemplos, por meio de alguns trechos e observações, que mostram a articulação dos contextos especificados: eleições municipais 2016, crise política e *impeachment* de Dilma Rousseff, bem como sinalizam o(s) enquadramento(s) adotado(s) e a configuração do posicionamento editorial do portal da Folha de S. Paulo.

4.3.3.1 Crise quebra alianças, e PT fica isolado nas eleições das capitais

A matéria “Crise quebra alianças, e PT fica isolado nas eleições das capitais” (ANEXO 8), publicada no dia 1º de agosto de 2016, assinada conjuntamente por João Paulo Pitombo (de Salvador) e Felipe Bächtold (de São Paulo), teve como enfoque a crise político-partidária e o isolamento do Partido dos Trabalhadores no pleito daquele ano, que resultaram no declínio do PT na disputa, conforme categorias de análise definidas na metodologia de pesquisa. A começar pelo título, ficou evidente o enquadramento central, por meio da articulação entre a crise política e as eleições municipais. Também foi correlacionado o *impeachment* de Dilma Rousseff.

O texto começou com a seguinte frase: “o PT deve disputar sua primeira eleição pós-*impeachment* em um acentuado isolamento nas capitais.” Chamou a atenção esse trecho, uma

vez que a data da postagem foi dia 1º de agosto, ou seja, bem antes da concretização do *impeachment*, que se deu no dia 31 de agosto. Entretanto, ao expressar dessa forma, os jornalistas já o tratavam como consolidado, o que infere a um posicionamento favorável ao afastamento definitivo da ex-presidente e, assim, se configura como pré-agendamento.

Em continuidade, o texto enfatizou a quebra nas alianças entre o PT e outras siglas: “a pressão da militância partidária, o rompimento com partidos que compunham a antiga base da presidente afastada Dilma Rousseff e até mesmo a rejeição de antigos parceiros farão o PT ter **alianças mais restritas** na campanha municipal deste ano.” O destaque refere-se a um *hiperlink* para a matéria “Política de aliança para eleições 2016 gera impasse em reunião do PT⁶⁸”, a qual apresentou a discussão ocorrida durante reunião do diretório nacional da sigla em torno da definição sobre a política de alianças que o PT iria adotar nas eleições municipais 2016. A matéria destacou que, por meio de uma resolução política, divulgada no fim do encontro, a cúpula petista fez uma forte e rara autocrítica e que só seria possível entender o *impeachment* se fossem avaliados os erros cometidos pelo partido e governos petistas.

Além disso, foi informado que outro documento teria sido elaborado para nortear as alianças de 2016. A matéria ressaltou: “a ordem é priorizar os partidos que apoiaram Dilma Rousseff no processo de *impeachment*, mas não fechar portas para outros acordos que seriam analisados ‘caso a caso’”. Entende-se que esse *hiperlink* serviu para situar o leitor sobre o que estava sendo discutido em torno das alianças entre o PT e outros partidos para as eleições municipais daquele ano, com base nas siglas contra e pró-*impeachment*.

De volta à análise da matéria “Crise quebra alianças, e PT fica isolado nas eleições das capitais”, Pitombo e Bächtold apresentaram uma projeção de que em 20 das 26 capitais do país o PT teria candidatos próprios, sendo que em 10 delas havia a tendência de chapa pura. Eles também projetaram o seguinte: “a composição deve se restringir a pequenos partidos ou aliados que se opõem ao *impeachment*, como o PC do B⁶⁹.” Vale ressaltar a referência feita aos partidos pequenos aliados ao PT e àqueles contrários ao *impeachment* de Dilma Rousseff como os únicos que apostavam nessa parceria, por exemplo, PCO, PSTU, Pros e PT do B.

Os jornalistas fizeram uma menção ao calendário eleitoral de 2016 quando informaram que o prazo para registro de candidatura se encerraria no dia 15 de agosto, como foi apresentado na seção 4.2. Assim, naquele momento, estava em construção o cenário

⁶⁸ Matéria de autoria de Marina Dias (de Brasília), datada de 17 de maio de 2016, postada na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo.

⁶⁹ Houve uma tentativa de acionar o *hiperlink* sob a sigla PC do B, porém, ao clicar, aparece erro (página não encontrada). Subtende-se que seria um direcionamento para a matéria “PC do B se alia a partidos pró-*impeachment* nas eleições municipais”, analisada na sequência, escrita pelos mesmos jornalistas, na mesma data e que se correlacionam.

eleitoral nos municípios, vale lembrar que, até as convenções eleitorais, os postulantes eram tratados como pré-candidatos.

A partir desse cenário, foram elencadas as alianças em algumas capitais. Rio Branco (AC) foi apresentado como exceção, pois o então prefeito petista Marcus Alexandre teve o apoio de 14 partidos⁷⁰. Para se manifestar sobre essa coligação, os jornalistas acionaram o secretário de organização do PT, Florisvaldo Souza, que proferiu a seguinte declaração: “a crise política influenciou nas alianças e tomamos a decisão de priorizar partidos contrários ao golpe.” Esse trecho, a princípio, articulou os três contextos abordados nesta pesquisa (eleições municipais, crise política e *impeachment*). Em um segundo momento, exemplificou uma das categorias de análise definidas: o uso do termo *impeachment* e não golpe; uma vez que a palavra golpe foi empregada na fala de uma fonte (o secretário do PT), entre aspas, além da inferência à outra categoria de análise, no caso, a crise político-partidária.

Em outro exemplo, o presidente do PT em Belém, Apolônio Brasileiro, também usou a expressão ao dizer que “é um partido que apoiou o golpe”, em referência ao PSOL, após criticar a aliança deste com o PV. Os jornalistas ainda salientaram que “há dois anos, os petistas apoiaram uma chapa formada por PMDB e DEM no Pará”, uma maneira de mostrar que esses partidos, até então aliados, tornaram-se adversários.

O trecho “a conjuntura de isolamento deve provocar uma espécie de volta às origens petistas, com candidatos menos competitivos, campanhas menos custosas e discurso mais à esquerda” é rico em elementos para configurar um posicionamento antipetista⁷¹. Os jornalistas reiteraram o isolamento do PT nas eleições municipais 2016, e avaliaram que, diante desse cenário, o partido teria que voltar às suas origens, inclusive, com um discurso “mais à esquerda”. Assim continuaram a relatar na matéria:

Em cidades como Florianópolis (SC), a mobilização de partidos e movimentos de esquerda contra o *impeachment*, com a criação de grupos como a "Frente Povo Sem Medo", também deixou marcas na articulação eleitoral.

"Entendemos que o campo de aliança é esse, mais de esquerda, inclusive pensando para 2018. Em 2012, era outra conjuntura no país", diz Gabriel Kazapi, pré-candidato petista na capital catarinense. (PITOMBO; BÄCHTOLD, 2016a).

⁷⁰ Conforme os resultados das eleições municipais 2016 no site do TSE, Marcus Alexandre (PT) conseguiu se reeleger no primeiro turno, com 54,87% dos votos. Em segundo lugar ficou Eliane Sinhasique (PMDB), com 32,02%. Carlos Gomes (REDE) teve 8,28% e Vaz (PR) obteve 4,84%.

⁷¹ Vale ressaltar que à esquerda é atribuído um discurso de combate à desigualdade social, de luta pela distribuição de forma mais igualitária de renda e de redução da injustiça social. (BOBBIO, 1995; BRESSER-PEREIRA, 2006; SOUZA, 2016).

Nessa parte do texto, foi feita a menção aos movimentos considerados de esquerda que apoiaram as manifestações contra o *impeachment* de Dilma Rousseff e a articulação desse contexto com a disputa nos municípios. Mais uma vez, foram acionadas as vozes de petistas para falarem sobre as alianças. O então pré-candidato em Florianópolis, Gabriel Kazapi, comparou as eleições municipais de 2012 e 2016, também destacou a importância de trabalhar as parcerias já pensando na conjuntura para a corrida eleitoral presidencial de 2018.

O então pré-candidato petista em Belo Horizonte, Reginaldo Lopes, iria para a eleição “sem a companhia dos partidos aliados do governador Fernando Pimentel [PT], como PMDB e PRB”, como ressaltaram os jornalistas para sinalizarem o rompimento entre as legendas devido ao embate no cenário nacional, conforme foi contextualizado no capítulo 2. “Não estou preocupado em negociar alianças sem ideologia e fazer uma campanha artificial na televisão. Quero romper com esse modelo”, declarou Reginaldo Lopes como justificativa ao distanciamento em relação aos antigos aliados.

Em um segundo momento da matéria, sob o subtítulo “Sem PMDB”, os jornalistas mencionaram novamente algumas comparações entre as eleições municipais 2012 e 2016:

Na campanha municipal de 2012, disputada no auge da popularidade de Dilma, o PT lançou chapa pura em apenas três capitais. Aliados no plano federal na época, como PR e PSB, eram comuns nas chapas petistas pelo país.

A negociação com o PMDB, partido do hoje presidente interino Michel Temer, estabeleceu naquele ano o apoio ao peemedebista Eduardo Paes no Rio em troca da aliança com candidatos petistas em Belo Horizonte e em São Luís (MA).

Quatro anos depois, o PT não terá o apoio nem apoiará o PMDB em nenhuma das capitais. Os **dois partidos** estarão juntos somente em **Aracaju (SE)**, numa aliança em torno do PC do B. (PITOMBO; BÄCHTOLD, 2016a).

Entre os enquadramentos identificados, destacou-se o rompimento entre o PT de Dilma Rousseff e o PMDB de Michel Temer, a exemplo: “o PT não terá o apoio nem apoiará o PMDB em nenhuma das capitais”, como citou a matéria. As palavras em negrito na citação anterior referem-se a *hiperlinks*. O primeiro deles – “os dois partidos” – direcionou para a matéria “Após impasse, PT não vai proibir aliança com PMDB nas eleições⁷²”, a qual resalta a decisão apresentada na data de publicação da matéria (17/08/2016) pelo então presidente do PT, Rui Falcão, que o partido não proibiria alianças com o PMDB, mas iria “priorizar o diálogo” com siglas que se posicionaram contra o *impeachment* de Dilma Rousseff e vetar apoio a candidatos que foram publicamente favoráveis ao afastamento definitivo da ex-presidente.

⁷² Matéria datada do dia 17 de agosto de 2016, assinada por Mariana Dias, publicada na editoria Poder do Portal Folha de S. Paulo.

O texto do *hiperlink* apresentou a seguinte declaração do dirigente petista: “Vamos priorizar o PC do B e o PDT e outras [legendas] vamos discutir caso a caso”. Em outro momento, foi reproduzido este depoimento: “Se alguém do PMDB quiser participar conosco, que não tenha apoiado o *impeachment* publicamente, desde que adote programas do PT, não há nenhuma objeção”. Entende-se que o *link* para esta matéria tivesse a intenção de mostrar o posicionamento do PT em relação às alianças partidárias com legendas que apoiaram o *impeachment*, como forma de melhor situar os leitores e enfatizar que, apesar do rompimento entre PT e PMDB no contexto nacional, para as eleições municipais, poderiam haver parcerias em algumas localidades, a depender de cada situação.

A matéria do *hiperlink* também mencionou a política de alianças para o pleito municipal, assunto que já foi abordado na matéria em análise, quando foi citada a expressão “alianças mais restritas”, ou seja, foi uma forma de reforçar os conchavos políticos para a disputa que estava em curso.

O outro *hiperlink* – sob a palavra Aracaju (SE) – fez a ligação para a matéria “PMDB vai apoiar chapa PCdoB-PT em Aracaju⁷³”, que mostrou a situação na única capital do país em que PT e PMDB dividiam a mesma chapa. No caso, o governador de Sergipe, Jackson Barreto (PMDB), apoiou o ex-prefeito Edvaldo Nogueira (PCdoB) para prefeito e o PT indicou o candidato a vice-prefeito, como destacou a matéria, uma parceria entre “os partidos que entraram em rota de colisão após o *impeachment* da presidente afastada Dilma Rousseff (PT) e a ascensão de Michel Temer (PMDB) ao posto de presidente interino.” Também enfatizou que “mesmo filiado ao PMDB, o governador Jackson Barreto posicionou-se contra o *impeachment* de Dilma e tem feito críticas ao governo Temer”, uma forma de mostrar que nem todos os peemedebistas concordavam com a sucessão de Michel Temer ao poder e que PT e PMDB conseguiram caminhar juntos em uma instância local.

Ainda na matéria de Pitombo e Bächtold, foram citados exemplos desse rompimento em algumas capitais: “em Goiânia (GO), a união de oito anos dos dois partidos chegou ao fim em março deste ano [2016]. O PT irá às urnas com aliados de menor expressão, como Pros e PT do B.” E no mesmo sentido continuaram:

O partido será mais competitivo em Fortaleza (CE), Recife (PE) e Porto Alegre (RS), onde escalou como candidatos ex-prefeitos.

⁷³ Matéria publicada no dia 27 de junho de 2016, assinada por João Pedro Pitombo (de Salvador), postada na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo.

Na capital gaúcha, o PT tirou da aposentadoria Raul Pont, 72, conhecido por ter concorrido à presidência do PT pela tendência de esquerda Democracia Socialista no auge da crise do mensalão, em 2005.

Em Fortaleza, Luizianne Lins tenta voltar ao posto em chapa pura. No Recife, o ex-prefeito João Paulo é uma das principais apostas do partido e vai enfrentar o atual prefeito Geraldo Júlio (PSB). (PITOMBO; BÄCHTOLD, 2016a).

Os jornalistas citaram algumas estratégias adotadas pelo PT, como a tentativa de eleger políticos já conhecidos e nomes antigos da legenda, além disso, fizeram uma alusão à crise do Mensalão, em 2005, mencionada no capítulo 2, e reforçaram o isolamento do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 2016.

Em um terceiro momento, foi inserido o subtítulo “A situação em algumas capitais”. O destaque foi para as alianças partidárias em Porto Alegre, apresentada pelos jornalistas como “a antiga vitrine do PT no período anterior a Lula” e que teve como candidato petista nas eleições municipais 2016 o ex-prefeito Raul Pont; São Paulo, onde não foi reeditada a aliança entre PT, PP e PSB que elegeu o petista Fernando Haddad em 2012 – quando publicada a matéria, o PT estava fechado com quatro partidos, sendo que o vice era do PDT; por fim, Maceió, que teve como candidato petista Paulão, em chapa pura, na tentativa de “romper a polarização entre o prefeito Rui Palmeira (PSDB) e o deputado Cícero Almeida (PMDB).

Além do recurso de *hiperlinks*, a matéria apresentou um mapa que sinalizou, estrategicamente com bolinhas vermelhas (cor do logotipo do PT), as 20 capitais que apresentavam candidatos pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais 2016, no qual os leitores podiam ver a cidade, o nome do candidato e a chapa, de forma a sintetizar as alianças em torno do PT. Entende-se que, ao dar destaque a candidatos de alguns estados, inclusive com fotos deles e informando as alianças partidárias, o intuito tenha sido mostrar os cenários mais desfavoráveis ao Partido dos Trabalhadores.

Essa matéria teve como enquadramentos principais o isolamento do PT nas eleições municipais 2016, as alianças mais restritas e a consequente polarização político-partidária, o declínio do PT devido à crise política e ao *impeachment* de Dilma Rousseff, contextos que influenciaram nas alianças, e o rompimento entre PT e PMDB.

4.3.3.2 PC do B se alia a partidos pró-*impeachment* nas eleições municipais

A matéria “PC do B se alia a partidos pró-*impeachment* nas eleições municipais” (ANEXO 9), também escrita por João Pedro Pitombo (de Salvador) e Felipe Bächtold (de São Paulo), foi publicada na mesma data do texto analisado anteriormente, 1º de agosto. O título

evidenciou o enquadramento de alianças partidárias nas eleições municipais 2016, com enfoque no rompimento entre PC do B e PT e a aliança do partido comunista com siglas que apoiaram o *impeachment* de Dilma Rousseff. O parágrafo inicial foi destacado em negrito: **“aliado histórico dos petistas, o PC do B vai deixar de lado o discurso do ‘golpe’ e apoiar nas eleições pelo país candidatos da base do presidente interino Michel Temer, como PSB e até mesmo o PSDB.”**

A narrativa foi construída em torno do afastamento de um partido de esquerda, que era aliado ao PT, e que não só mais utilizaria o “discurso do golpe” como passaria a apoiar, naquele momento, “candidatos da base do presidente interino Michel Temer”. Assim como na matéria anterior, a palavra golpe foi usada entre aspas, como forma de sinalizar que não representava o posicionamento do portal Folha de S. Paulo.

Entende-se que essa matéria seria um desdobramento do texto analisado anteriormente, pois seguiu a mesma linha de construção e também destacou o cenário partidário em algumas capitais, dentro da configuração apresentada de rompimento do PC do B com o PT.

Em Teresina (PI), o PC do B endossa a reeleição do prefeito Firmino Filho (PSDB), que concorrerá contra o deputado estadual Dr. Pessoa (PSD) e o jornalista Amadeu Campos (PTB), este último apoiado pelos petistas.

Aliado da família Calheiros em Alagoas, governada por Renan Filho (PMDB), os comunistas vão apoiar o peemedebista Cícero Almeida em Maceió (AL). Deputado federal, ele **votou a favor** do afastamento de Dilma. (PITOMBO; BÄCHTOLD, 2016b).

Nesses trechos, foram evidenciadas as alianças do PC do B com o PSDB e com o PMDB. Em contrapartida, o PT passou a ser visto como adversário dos comunistas. No texto em negrito, os autores fizeram um *hiperlink* para a matéria “Câmara dá aval a *impeachment* de Dilma; Senado decidirá afastamento⁷⁴”, a qual especificou que a Câmara dos Deputados aprovou, no dia 17 de abril de 2016, a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, por 367 votos a favor e 127 contra.

Além de mencionar sobre os votos de alguns parlamentares que mudaram seus posicionamentos na hora da votação, a matéria do *hiperlink* também informou que a decisão dos deputados precisava ser referendada pelo Senado. O texto ainda destacou que a ex-presidente foi “atingida pela queda de popularidade em razão da crise econômica e das investigações da Lava Jato”. Entende-se que, ao usar o recurso do *hiperlink* nesse momento, o

⁷⁴ Matéria publicada na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo, no dia 17 de abril de 2016, não é assinada, apenas tem a identificação “De Brasília”.

intuito tenha sido relembrar os leitores de como foi a votação na Câmara para aprovar a abertura do processo de *impeachment* que, quando da publicação da matéria, estava em tramitação no Senado.

Os jornalistas também citaram a aliança entre PC do B e PSB em Recife (PE), quando mencionaram que “os seis deputados do PSB de Pernambuco votaram pelo *impeachment*”, o que mostrou o afastamento dos dois partidos de esquerda em relação ao PT. Esse rompimento também foi reforçado pelo seguinte trecho: “o movimento do PC do B vai na contramão do PT, que neste ano **rompeu alianças regionais** com caciques peemedebistas como Renan, Jader Barbalho (PA) e José Sarney (MA).” O negrito representou mais um *hiperlink*, desta vez para a matéria “Crise quebra alianças e PT fica isolado nas eleições das capitais”, a qual foi analisada anteriormente, o que reforçou a ideia de que essas matérias são correlacionadas.

A declaração da presidente nacional do PC do B, deputada federal Luciana Santos, enfatizou que a realidade local pode se sobrepor em uma eleição municipal, ou seja, podem haver divergências entre as alianças partidárias nos cenários nacional e local. “‘Se fosse só apoiar quem foi contra o *impeachment*, sobriariam o PT, uma parte do PDT e o PSOL. É um arco muito restrito’, diz ela, que classifica alianças com tucanos e peemedebistas como ‘exceções’”. Esse trecho reafirmava o descrédito do PT em relação aos demais partidos, apenas duas siglas ainda se dispunham em fazer coligações com os petistas.

Ao final do texto, Pitombo e Bächtold apresentaram um cenário mais específico do PC do B nas eleições das capitais. Eles encerraram a matéria com a informação: “no Rio, a deputada **Jandira Feghali** será apoiada pelo PT”, com um *hiperlink* no nome da parlamentar chamando a atenção para a matéria “Em ato no Rio, Lula diz que as pessoas vão ter que ‘colocar a mão no bolso’”⁷⁵. Tal declaração do ex-presidente foi pronunciada no lançamento da pré-candidatura da deputada do PC do B para prefeita, com o intuito de mostrar que, ao contrário dos outros estados, no Rio de Janeiro, a aliança entre PC do B e PT continuava. A fala de Lula foi referente ao fim do financiamento empresarial nas campanhas eleitorais, por isso, como ele disse, “as pessoas” teriam que contribuir financeiramente com a disputa municipal.

Como enquadramentos centrais nessa matéria foram identificados: o rompimento do PC do B com o PT, em função do *impeachment* de Dilma Rousseff; o apoio do PC do B a partidos da base do governo Temer; as alianças regionais para as eleições municipais 2016 em

⁷⁵ Matéria publicada na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo, no dia 20 de junho de 2016, não é assinada, apenas tem a identificação “Do Rio”.

um momento de convenções partidárias, com destaque para o distanciamento em relação ao PT, o que sugeriu um posicionamento antipetista e pró-*impeachment*.

4.3.3.3 PT diz em nota que não abandonou Dilma Rousseff

Catia Seabra (de São Paulo) assinou a matéria “PT diz em nota que não abandonou Dilma Rousseff” (ANEXO 10), publicada no dia 2 de agosto de 2016. Ela começou o texto, que destacou em negrito, com a seguinte argumentação:

Embora dirigentes do PT duvidem das chances de o partido voltar ao Palácio do Planalto neste ano, o presidente do partido, Rui Falcão, divulgou nesta segunda-feira (1º) uma nota em que diz "repudiar" a ideia de que o partido teria abandonado a presidente afastada, Dilma Rousseff. (SEABRA, 2016a, grifos da autora).

Notou-se que o enfoque nesse trecho foi a crise interna no PT que se intensificou a partir da declaração do então presidente nacional do partido, Rui Falcão, em repudiar o plebiscito para novas eleições presidenciais, como defendia Dilma Rousseff. Esse assunto foi analisado nos textos opinativos, especificamente no artigo “O PT vai rachar?”, do professor Celso Rocha de Barros (seção 4.3.2.1); o jornalista Bernardo Mello Franco também fez menção a esse contexto nas colunas analisadas “Fora do Tempo” (seção 4.3.2.3) e “Embaralhando as cartas” (seção 4.3.2.4), quando utilizou, de forma didática, o recurso de *hiperlinks* para matérias sobre essa temática.

A jornalista enfatizou que “na nota, publicada no site do partido, Falcão diz que o partido ‘reafirma seu compromisso integral na luta pelo retorno à Presidência da companheira Dilma’”. Entretanto, os próprios integrantes da cúpula do PT reconheciam como “uma fadiga” a defesa do mandato da ex-presidente e que “ninguém acreditava numa mobilização capaz de levar Dilma de volta à Presidência, nem nas chances de vitória no Senado Federal”, palavras de um dos dirigentes, segundo a jornalista, mas sem citar o nome, o que, muitas vezes, é uma estratégia de jornalistas omitir as fontes, mas não foi possível inferir o propósito de não citar o nome da fonte.

Entende-se que, para complementar o assunto, Seabra utilizou-se de dois *hiperlinks*, um para a matéria “Senadores retomam análise do processo de *impeachment*⁷⁶”, que apresentou um cenário praticamente definido naquele momento em que a Comissão Especial do *Impeachment* retornou aos trabalhos, após o recesso parlamentar de julho, para analisar o

⁷⁶ Matéria assinada por Mariana Haubert, publicada no dia 31 de julho de 2016, na coluna Poder do Portal Folha de S. Paulo.

relatório final do Senador Antonio Anastasia (PSDB), favorável à cassação do mandato de Dilma Rousseff. A matéria detalhou os passos seguintes da tramitação do processo no Senado, mas a derrota da ex-presidente era dada como certa no texto. O outro *hiperlink* direcionou para a matéria “Senado deve iniciar julgamento final do *impeachment* em 29 de agosto⁷⁷”, a qual informou as previsões para a votação no plenário do Senado, conforme estimativas de técnicos do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Senado. Essa matéria também abordou sobre a análise do relatório do senador Anastasia e os passos seguintes quanto à tramitação do processo de *impeachment* até o julgamento final.

A jornalista informou que “dirigentes do PT ouvidos pela Folha afirmaram que, se aprovado o afastamento definitivo de Dilma da Presidência, ela não participará de campanhas eleitorais, dedicando-se à sua própria defesa.” Ainda enfatizou: “petistas admitem também que a imagem de Dilma poderá prejudicar candidatos do PT nas eleições municipais”, ou seja, os próprios correligionários tentavam afastar a ex-presidente da disputa eleitoral nos municípios cientes de que o processo de *impeachment* influenciaria negativamente nos resultados do pleito. Seabra citou o exemplo do então candidato à Prefeitura do maior colégio eleitoral do país: “o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, é um dos que resistem à ideia de contar com Dilma em sua campanha à reeleição.” Essa afirmação comprovou a crise institucional petista durante as eleições municipais 2016, como consequência do processo para a deposição de Dilma Rousseff.

Em um subtítulo “Entrevistas”, a jornalista ressaltou o seguinte:

Mesmo após um movimento de aproximação de Dilma com o partido, petistas ficaram contrariados com o fato de, em entrevistas recentes, ela responsabilizar o PT pelo suposto pagamento ao marqueteiro João Santana com recursos de caixa dois.

Para dirigentes do partido, Dilma poderia se eximir de responsabilidade, mas deveria evitar transferi-la diretamente ao partido. (SEABRA, 2016a).

Esse trecho reforçou ainda mais os embates internos no partido. Ao ressaltar a contrariedade de petistas com entrevistas concedidas por Dilma Rousseff, a jornalista fez um *hiperlink* para a matéria “Dilma nega que sua campanha tenha pago João Santana com caixa dois⁷⁸”, o que, de certa forma, serviu para vincular o PT à corrupção.

A matéria do *hiperlink* destacou que a ex-presidente negou o pagamento de US\$4,5 milhões de caixa dois para o marqueteiro João Santana na campanha dela de 2010 e afirmou

⁷⁷ Autoria de Mariana Haubert e Márcio Falcão, publicada na coluna Poder do Portal Folha de S. Paulo, em dia 30 de julho de 2016.

⁷⁸ Matéria publicada na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo, no dia 27 de julho de 2016; não é assinada, apenas identificada como “de Belo Horizonte”.

que ele teria cobrado dívidas da eleição para a tesouraria do partido, pois, segundo Dilma Rousseff, Santana disse ter recebido essa quantia em 2013 e a campanha se encerrou em 2010, assim, justificou que as pendências passam a ser responsabilidade do partido. Tais declarações foram concedidas em entrevista à rádio Educadora, de Uberlândia (MG). Assim, a ex-governante teria responsabilizado o partido pelo pagamento com recursos de caixa dois, o que contrariou a cúpula petista.

Ainda no subtítulo “Entrevistas”, Seabra voltou a falar da nota publicada pelo presidente do PT, em que ele “chama de ‘invençionices’ informações sobre o suposto abandono de Dilma”. A jornalista salientou: “Falcão diz que essa é uma ‘versão forjada’ pelo que chama de apoiadores do golpe interessados na ‘continuidade do governo usurpador’ e por ‘setores da mídia monopolizada’”. Como nos outros textos, o termo golpe foi adotado como sendo o posicionamento do dirigente petista e não do portal. As aspas nas expressões “governo usurpador”, referindo-se a Michel Temer, e “mídia monopolizada”, como forma de criticar a mídia hegemônica, foram usadas criteriosamente para marcar a fala do presidente do PT, ou seja, que o veículo não corroborava com tal posição.

Seabra reproduziu um trecho da nota publicada pelo então presidente do partido: “o PT repele e desmente mais esta invençionice, sustentada por fontes anônimas, e reafirma seu compromisso integral na luta pelo retorno à Presidência da companheira Dilma”. Percebe-se, nesse caso, uma tentativa de suavizar a crise interna em relação à polêmica entre o PT e a ex-presidente.

A matéria foi encerrada com a declaração do secretário nacional de Formação do PT, Carlos Henrique Árabe que o partido “deve escolher que caminho tomar dentro de uma derrota: a conciliação, preparando-se para 2018, ou o combate ao golpe, reivindicando novas eleições.” Mais uma vez, enfatiza-se o uso da palavra golpe entre aspas, na fala de um militante petista, também salienta-se a inferência a novas eleições presidenciais em função do *impeachment* de Dilma Rousseff e uma preparação para o cenário das eleições majoritárias de 2018. O petista também demonstrou estar convicto da derrota de Dilma Rousseff.

Concluiu-se nessa matéria de Catia Seabra os seguintes enquadramentos: crise interna no PT, o embate sobre o abandono do partido a Dilma Rousseff, o descrédito dos próprios integrantes da cúpula petista com relação à vitória no Senado, o afastamento de Dilma Rousseff das campanhas referentes às eleições municipais 2016 e a resistência dos próprios candidatos petistas, a associação do PT à corrupção em razão de pagamento com dinheiro de caixa dois na campanha de 2010, ou seja, como nas demais matérias analisadas anteriormente, um cenário totalmente desfavorável ao PT, portanto antipetista e pode-se dizer antidilmitista.

4.3.3.4 Perto da eleição, políticos trocam de lado em São Paulo

Com o título “Perto da eleição, políticos trocam de lado em São Paulo⁷⁹” (ANEXO 11), a matéria assinada por Catia Seabra, Giba Bergamim Jr. e Bruno Fávero (de São Paulo), postada no dia 7 de agosto de 2016, apresentou um cenário local nas eleições municipais de 2016 na maior capital do país. O texto começou com uma interessante síntese:

Tucanos ao lado da ex-petista Marta Suplicy (PMDB). Petista histórico flertando com o **líder nas pesquisas**, Celso Russomanno (PRB). Uma filha do presidente interino, Michel Temer (PMDB), no palanque do prefeito Fernando Haddad (PT). A conturbação política atual produziu um fenômeno na disputa pela prefeitura de São Paulo dentro da lógica de que ninguém é de ninguém. (SEABRA; BERGAMIM JR.; FÁVERO, 2016).

Desde o início, percebeu-se ser um texto marcado por expressões que sinalizaram o jogo político na disputa para a prefeitura em São Paulo, para configurar um cenário cheio de embates partidários. O texto em negrito diz respeito a um *hiperlink* para a matéria “Datafolha mostra liderança de Celso Russomanno na disputa por SP”⁸⁰, que apresentou o resultado de uma pesquisa do instituto do Grupo Folha. Conforme o Datafolha, a um mês para o início da campanha eleitoral, o deputado federal Celso Russomanno (PRB) liderava de maneira isolada a disputa na capital paulista, com 25% das intenções de voto, e venceria todos os adversários em simulações de segundo turno⁸¹.

A matéria do *hiperlink* citou: “o deputado do PRB, partido ligado à Igreja Universal, pode ser impedido de concorrer caso o Supremo Tribunal Federal conforme condenação dele por peculato (desvio de dinheiro público).”⁸² Assim, foi apresentado um cenário eleitoral sem a candidatura de Russomanno, quando Marta Suplicy (PMDB) estaria à frente na disputa. Esse *hiperlink* serviu para situar o e(leitor) paulista sobre o panorama eleitoral, por meio da divulgação de uma pesquisa de opinião pública.

Outro *hiperlink* foi empregado no trecho: “O primeiro exemplo de quem está virando a casaca é o do ainda petista Cândido Vaccarezza. Líder do governo Lula e antigo colaborador

⁷⁹ A matéria foi postada em uma seção especial denominada “eleições 2016”, dentro da editoria Poder do portal Folha de S. Paulo.

⁸⁰ Matéria de Felipe Bächtold (de São Paulo), publicada no dia 15 de julho de 2016, na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo.

⁸¹ Conforme dados do TSE, João Doria (PSDB) foi eleito em primeiro turno com 53,29% dos votos. Fernando Haddad (PT) ficou em segundo lugar com 16,70%, Celso Russomanno (PRB) em terceiro com 13,64%, Marta Suplicy (PMDB) em quarto com 10,14%, Luiza Erundina (PSOL) em quinto com 3,18%. A disputa em São Paulo ainda teve outros seis candidatos Major Olimpio (SD - 2,02%), Ricardo Young (REDE - 0,45%), Levy Fidelix (PRTB - 0,37%), João Bico (PSDC - 0,10%), Altino (PSTU - 0,08) e Henrique Áreas (PCO - 0,02%).

⁸² Conforme informações do TSE, Russomanno foi absolvido da acusação de peculato, no dia 9 de agosto de 2016. Assim, concorreu normalmente nas eleições municipais daquele ano.

de **Marta Suplicy** durante seu mandato de prefeita (2001 a 2004)”, quando foi ressaltado que ele estava prestes a declarar voto a Russomanno e iria se filiar ao PTB, pois deixaria o PT naquela semana. Inclusive, a matéria apresentou a foto de Vaccarezza, cuja legenda destacou que ele apoiaria Celso Russomanno (PRB). O texto ainda enfatizou: “ex-deputado federal, ele não conseguiu se eleger em 2014. Em junho passado, Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro⁸³, citou seu nome entre beneficiários de propina. Ele nega.” Dessa forma, o então petista foi relacionado a casos de corrupção, o que também se enquadra em uma das categorias de análise, conforme a relação: crise política = *impeachment* = PT = corrupção (Operação Lava Jato).

O *hiperlink* sob o nome da então candidata peemedebista direcionou para a matéria “Em convenção, PMDB oficializa candidatura de Marta Suplicy⁸⁴”, quando foi informado sobre a confirmação da chapa com o nome da senadora Marta Suplicy à Prefeitura de São Paulo e do vereador Andrea Matarazzo (PSD) como vice, em convenção realizada no dia 30 de junho. Conforme o texto, “Marta fez críticas duras ao PT, partido em que militou por três décadas, lembrou os principais feitos de seu mandato quando foi prefeita, de 2001 a 2004, e elogiou o PMDB e sua história.” Ainda para reforçar o embate entre PT e PMDB, foram publicadas outras declarações da ex-petista:

"Eu saí [do partido] quando constatei que o PT não reunia mais nenhuma condição de mudar os rumos que seus dirigentes escolheram para o partido e para o país [...]. Eu vejo no PMDB, nesta altura dos acontecimentos, o desejo de trilhar o caminho certo para recuperar a economia, restabelecer a confiança das pessoas no futuro e devolver a todos os brasileiros a esperança sequestrada por uma sequência de equívocos", discursou. (TUROLLO JR.; REVERBEL, 2016).

O texto do *hiperlink*, ainda enfatizou que “Caciques do PMDB nacional não subiram no palanque – conforme estratégia definida pelo presidente interino, Michel Temer, ao menos até o desfecho definitivo do *impeachment* no Senado.” Percebe-se uma desqualificação do PT nessa matéria e um favorecimento ao PMDB, característica do que foi percebido como posicionamento editorial do portal Folha de S. Paulo, conforme postura adotada em outras publicações.

Ainda nessa linha, a matéria “Perto da eleição, políticos trocam de lado em São Paulo” enfatizou:

⁸³ A Transpetro é subsidiária da Petrobras que atua na área de transporte e logística de combustíveis e alvo de investigações da Operação Lava Jato, inclusive com a prisão de alguns dirigentes. O ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado fez acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República. (FALCÃO; TALENTO; VALENTE, 2016).

⁸⁴ Matéria publicada na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo, por Reynaldo Turolo Jr. e Paula Reverbel (de São Paulo), em 30 de julho de 2016.

Já a secretária de Assistência Social da gestão Haddad, Luciana Temer, contrariou os apelos do próprio pai ao aderir à reeleição do prefeito. Luciana pediu desligamento do PMDB na semana passada, após a convenção que homologou a candidatura de Marta pelo partido.

Esse trecho mostrou que houve racha também no PMDB, a ponto de a filha de Michel Temer deixar o partido do pai para apoiar o então candidato petista Fernando Haddad, colocando, mais uma vez os ex-aliados políticos PT e PMDB como adversários. A matéria ainda apontou: “as divergências também abalam o ninho tucano.” Nesse caso, foi informado que o ex-governador de São Paulo, o tucano Alberto Goldman, declarou que não votaria no candidato do partido, João Doria. E continuou: “Ele diz que o vice de Marta, Andrea Matarazzo – que deixou o PSDB após ter seu nome rejeitado pelo partido – seria o melhor candidato. Hoje, admite que seu voto deve ser da peemedebista. ‘Não vejo nenhum problema em votar em Marta’”.

Outros desacordos foram mencionados, como o caso do líder do governo FHC, o ex-deputado Arnaldo Madeira, anunciou que ele e um grupo de tucanos apoiariam um adversário de Doria. Assim, “o PSDB rachou na escolha de seu candidato. Sem apoio do governador Geraldo Alckmin (PSDB), Matarazzo saiu do partido reclamando de favorecimento do Palácio dos Bandeirantes a Doria.” Constatou-se que a crise não era apenas dentro do PT, mas outras das principais legendas, como PMDB e PSDB, também viviam embates internos, como resultado da crise política nacional.

Mais um *hiperlink* foi utilizado ao ser citado o nome da ex-petista Luiza Erundina, com ligação para a matéria “Erundina critica restrição em debates durante caminhada na zona leste⁸⁵”, em que a então candidata pelo PSOL defendeu sua participação em debates, durante caminhada de campanha eleitoral. Ela estaria em terceiro lugar na disputa, segundo pesquisa do Datafolha, e não tinha a participação garantida segundo a nova lei eleitoral, que determinou a realização de debates com candidatos de partidos com mais de nove deputados federais, sendo que o PSOL contava com seis. Conforme a regra, para participar, Luiza Erundina dependia da aprovação de dois terços dos outros integrantes do debate. Nessa matéria, o deputado federal Ivan Valente, então candidato a vice-prefeito em São Paulo, também do Partido Socialismo e Liberdade, criticou a reforma da Previdência e alegou que o governo Temer queria “mais sacrifício dos trabalhadores para pagar a conta da crise”, assim, o *hiperlink* reforçou o posicionamento do partido de esquerda contra Michel Temer.

⁸⁵ Matéria postada em 5 de agosto de 2016, assinada por Carolina Linhares (de São Paulo), postada na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo.

De volta à matéria sobre a troca de lado em São Paulo, também foi argumentado que a disputa entre Luiza Erundina e Fernando Haddad dividia o voto de militantes de movimentos contrários ao *impeachment* de Dilma Rousseff, ou seja, a esquerda estava dividida. Depoimentos de representantes dessas militâncias foram reproduzidos. O coordenador do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), Guilherme Boulos, admitiu que “o movimento tem maior afinidade com Erundina, embora Haddad tenha atendido a reivindicações do MTST”, como destacou a matéria. A declaração de Boulos justificou a opção do grupo: “O MTST tem uma identidade forte com Erundina e, ao mesmo tempo, entende que o momento é de fortalecimento das alternativas de enfrentamento ao conservadorismo e à direita”.

Algumas declarações de personalidades também foram publicadas na matéria, como forma de mostrar o apoio de simpatizantes do PT e do PSOL. A favor de Luiza Erundina, manifestaram voto Frei Beto, apresentado como “assessor especial de Lula no começo do seu governo”, e padre Júlio Lancellotti, “amigo da candidata do PSOL há 30 anos”. Como contraponto, foi argumentado: “entre movimentos de moradia, porém, Haddad, conseguiu manter outros apoios.

Mesmo elogiando as gestões de Erundina e Marta, a Frente de Luta por Moradia (FLM) diz que ficará com Haddad.” Observou-se que, embora tenha sido apresentado um posicionamento a favor do PT, foi ressaltado que a FML aprovava os governos das candidatas do PSOL e do PMDB, o que ainda foi reforçado no depoimento da líder do movimento, Carmem Ferreira: “o governo Erundina foi, para a gente, um dos melhores, mas seguia diretrizes do partido, assim como a Marta. Por isso, optamos pela continuidade”.

Um contraponto para mostrar que também houve quem mudasse para o lado do PT foi a manifestação de Raimundo Bonfim, da Central de Movimentos Populares, e que foi assessor da Secretaria de Habitação na gestão Marta, ao dizer que criaria um comitê sindical para dar suporte a Haddad: “será um espaço para potencializar a campanha nos movimentos sociais e na periferia”, ressaltou.

As divergências e as trocas de lados apresentadas na matéria apontaram não apenas mudanças de posicionamentos de militantes e simpatizantes como, também, a crise interna nos partidos às vésperas das eleições municipais 2016, que foram uma das mais turbulentas da história do país, devido aos contextos da grave crise e do *impeachment* de Dilma Rousseff. Assim, confirmaram-se os enquadramentos da crise político-partidária, com alianças locais divergentes do contexto nacional, além de apoio de movimentos e lideranças políticas em

âmbito municipal. Mesmo com uma tentativa de neutralidade, prevaleceu o posicionamento desfavorável ao PT.

4.3.3.5 Eleição em Fortaleza vai opor PT e governador petista

João Pedro Pitombo (de Salvador) assinou a matéria “Eleição em Fortaleza vai opor PT e governador petista” (ANEXO 12), publicada no dia 8 de agosto de 2016, quando destacou que a ex-prefeita Luiziane Lins (PT) não tinha o apoio do governador Camilo Santana, do mesmo partido, uma vez que ele resolveu apoiar o então prefeito Roberto Cláudio (PDT), ou seja, o PT estava em lados opostos nas eleições municipais 2016 em Fortaleza. A justificativa foi a seguinte:

O governador, eleito em 2014 em aliança com o ex-governador Cid Gomes (PDT), vai retribuir apoiando a reeleição do prefeito Roberto Cláudio (PDT), afilhado político de Cid. Já os petistas lançaram a candidatura da ex-prefeita Luiziane Lins. Com mediação da direção nacional do PT, o governador foi "liberado" para subir no palanque de Roberto Cláudio, que terá como vice o deputado Moroni Torgan (DEM), velho adversário dos petistas no Ceará [...]. (PITOMBO, 2016b).

Esse contexto específico em Fortaleza confirmou que os conchavos político-partidários são feitos considerando-se as particularidades locais quando diz respeito a uma disputa municipal, assim, são analisados caso a caso. O próprio PT permitiu que o governador ficasse ao lado de um adversário, como retribuição ao apoio recebido nas eleições nacionais de 2014. A matéria enfatizou a opinião da candidata petista a esse respeito: “para Luizianne Lins, que governou a capital cearense entre 2005 e 2012, a decisão do governador ‘é pessoal’ e não afetará a campanha nem o discurso da candidatura, que é de oposição expressa ao atual prefeito”, ou seja, ela estava conformada com essa divisão do partido em Fortaleza.

A ex-prefeita declarou: "Não no (sic) sentimos representados pelo prefeito que atuou na desconstrução de projetos e políticas sociais do nosso governo", diz a petista, que vai para a disputa **sem nenhum partido aliado.**” O negrito representou um *hiperlink* para a matéria “Crise quebra alianças, e PT fica isolado nas eleições das capitais”, que foi analisada na seção 4.3.3.1 deste capítulo, quando foi transcrito o seguinte trecho: “Em Fortaleza, Luizianne Lins tenta voltar ao posto em chapa pura [...]”. Entende-se que o intuito tenha sido reforçar a configuração das alianças políticas no país em torno do PT.

A matéria apontou que essa situação não era inédita na capital cearense: “em 2004, a própria Luizianne Lins foi eleita prefeita após lançar candidatura à revelia da direção nacional

do partido, que na época optou por apoiar Inácio Arruda (PC do B)”, ou seja, essa divisão no PT em Fortaleza não foi um contexto singular das eleições municipais 2016 e a petista se mostrou independente do partido em mais de uma ocasião.

Por outro lado, o então candidato apoiado pelo governador do PT apostava “na força dos padrinhos políticos e em obras feitas na cidade para conquistar a reeleição.”⁸⁶ Ele declarou: “apesar do cenário político nacional agitado, acredito que a disputa vai se dar em torno de propostas para a cidade. Vamos defender o legado que deixamos para Fortaleza e a importância da continuidade”, o que reforçou o impacto da nacionalização de uma disputa em um contexto de eleições municipais, uma vez que o panorama político de 2016 era preponderante à conjuntura local. O petista ainda mencionou a importância de ter o apoio do governador petista mesmo naquele “momento de crise e adversidade” em que o PT era um dos protagonistas.

Em um segundo momento da matéria, no subtítulo “Candidatos Fortes”, foi dado destaque à pulverização partidária em Fortaleza, que teve candidatos a prefeito de oito diferentes siglas. O mesmo se viu em outras capitais do país, mas foram enfatizados nas matérias apenas os nomes de candidatos dos grandes partidos e/ou de maior capital político, como PMDB, PT, PSDB, PDT, DEM⁸⁷. Quando apareciam os postulantes dos partidos de menor expressão era para mostrar as alianças ou divergências em relação às principais legendas.

A matéria apresentou os nomes dos demais candidatos à Prefeitura de Fortaleza em 2016 e os temas principais de suas campanhas, destacando os mais cogitados para o segundo turno. A ênfase foi para a coligação em torno da legenda do governo peemedebista: “entre os partidos da base do presidente interino Michel Temer (PMDB), o principal candidato será o deputado estadual Capitão Wagner (PR), que fechou aliança com o PMDB do senador Eunício Oliveira e o PSDB do senador Tasso Jereissatti.” O texto ressaltou que o deputado estadual Heitor Férrer (PSB) também era considerado nome forte na disputa: “adversário dos irmãos Cid e Ciro Gomes, Férrer deixou o PDT após 28 anos de filiação para não ficar no mesmo partido dos ex-governadores”, informou Pitombo. Os concorrentes com menores

⁸⁶ Segundo o TSE, Roberto Claudio (PDT) foi eleito prefeito em Fortaleza no segundo turno com 53,57% dos votos (obteve 40,81% no primeiro turno). Em segundo lugar, ficou Capitão Wagner (PR) com 46,43% (31,15% no primeiro turno). Luizianne Lins (PT) ocupou a terceira posição no primeiro turno com 15,06% dos votos. A disputa ainda teve outros cinco candidatos: Heitor Férrer (PSB - 7,04%), Ronaldo Martins (PRB - 4,02%), João Alfredo (PSOL - 1,40%), Tin Gomes (PHS - 0,36%) e Gonzaga (PSTU - 0,17%).

⁸⁷ No TSE, são 35 legendas registradas. Conforme dados de novembro de 2017, o PMDB tem o maior número de filiados, 2.396.880. Em seguida, o PT com 1.585.958; na terceira posição, o PSDB com 1.456.534; em quarto o PP com 1.439.994; em quinto o PDT com 1.255.726; em sexto o PTB com 1.192.302; em sétimo lugar o DEM com 1.095.371. (TSE, 2017).

chances na disputa foram apenas citados para mostrar a configuração eleitoral, o que é uma das características das matérias sobre campanhas, como forma de ressaltar a pulverização partidária, mas enfatizar os candidatos das principais legendas.

A matéria apresentou as fotos dos dois adversários que dividiram o PT em Fortaleza, com a seguinte legenda: “a ex-prefeita Luiziane Lins (PT) e o prefeito Roberto Cláudio (PDT), apoiado pelo governador petista”. O texto não mencionou que a então candidata é deputada federal pelo estado do Ceará, mas a foto traz essa informação ao mostrar que ela está no plenário da Câmara dos Deputados.

4.3.3.6 Petistas do Nordeste insistem em ter Dilma na campanha

Se por um lado alguns candidatos pelo PT não queriam Dilma Rousseff em suas campanhas para as eleições municipais 2016, como foi mostrado na matéria “PT diz em nota que não abandonou Dilma Rousseff” (seção 4.3.3.3), por outro alguns faziam questão de que a ex-presidente estivesse presente, como a matéria “Petistas do Nordeste insistem em ter Dilma na campanha” (ANEXO 13), publicada no dia 10 de agosto de 2016. Vale ressaltar que ambas as matérias as quais trazem esse contexto são de autoria de Catia Seabra (de São Paulo).

O texto já começou de forma categórica: “candidato à Prefeitura de Maceió pelo PT, o deputado federal Paulo Fernando dos Santos já solicitou à presidente afastada, Dilma Rousseff, a gravação de uma mensagem para exibição na propaganda eleitoral. E assim continuou:

“Paulão” é espécie rara: a dos candidatos que reivindicam a participação efetiva de Dilma, em pleno processo de *impeachment*. “Estou aguardando a gravação de Dilma”, diz Paulão, que mostrou uma mensagem do ex-presidente Lula durante a convenção partidária que o lançou. (SEABRA, 2016b).⁸⁸

O tom dado a esse trecho da matéria é visto como uma crítica, ao mencionar que ele era uma “espécie rara” por reivindicar a presença de Dilma Rousseff na campanha para prefeito em meio ao processo de *impeachment*. Outro exemplo foi mencionado: “o ex-prefeito do Recife João Paulo é outro petista que afirma contar com presença efetiva de Dilma na campanha, ainda que definitivamente afastada”, ressaltou a jornalista⁸⁹.

⁸⁸ Conforme o resultado das eleições no site do TSE, “Paulão” foi o quinto colocado em Maceió, o prefeito eleito foi Rui Palmeira (PSDB).

⁸⁹ João Paulo foi para o segundo turno das eleições em Recife, mas perdeu para Geraldo Julio (PSB).

Assim como no caso de Paulo dos Santos, João Paulo deixou clara a importância para ele de ter a participação do ex-presidente petista: “Lula sempre teve peso grande”, declarou. Segundo o então candidato, Dilma o ajudaria, mas, como destacou a jornalista, ele ainda não havia conversado com ela sobre sua aparição na campanha quando da publicação do texto. A matéria foi complementada com a foto do ex-prefeito de Recife, cuja legenda destacou que ele tentaria voltar ao cargo, uma vez que João Paulo era um dos poucos que fazia questão de ter a presença de Dilma Rousseff em sua campanha.

O Nordeste é considerado um dos principais redutos do PT. Assim, Seabra enfatizou a participação de Lula na convenção partidária em Natal e que ele viajaria à cidade em setembro. Entretanto, não havia naquele momento a previsão da presença de Dilma Rousseff: “mais frequentes no Nordeste, onde as gestões petistas são historicamente mais bem avaliadas, solicitações de uso de imagem de Dilma escasseiam em Sul e Sudeste, onde é mais alta a rejeição ao PT”, salientou a jornalista.

A partir daí, Seabra mostrou posicionamentos de alguns petistas e argumentou: “quando questionados sobre a hipótese de participação de Dilma nas campanhas pelo Estado de São Paulo, candidatos do PT costumam afirmar que não há qualquer decisão e que seriam necessárias pesquisas para avaliar o impacto de sua imagem.” Isso porque, a figura de Dilma Rousseff estava bastante desgastada e traria prejuízos nas eleições municipais 2016, uma vez que estava em curso o processo de *impeachment*, além do auge da crise política.

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, por exemplo, diz não saber se terá Dilma em sua campanha. O candidato do PT em Campinas, Márcio Pochmann, também não definiu se terá a presidente afastada na propaganda. Em São Bernardo, berço petista, ela não deverá ser convidada.

Os colaboradores de Dilma ainda não sabem se ela pretende participar ativamente da campanha ou se vai se recolher depois da votação do *impeachment* no Senado. Segundo integrantes da cúpula do partido, ela se dedicará exclusivamente à sua defesa. (SEABRA, 2016b).

Essas argumentações reforçaram a tese de que o cenário político nacional trouxe consequências efetivas para a disputa nos municípios em 2016, em um contexto singular como foi apresentado no capítulo 2. A exemplo das outras matérias analisadas, as vozes oficiais foram acionadas, principalmente de líderes petistas: “segundo um dirigente partidário, ‘ela não sairá de Brasília’. Presidente do PT de São Paulo, Emídio de Souza, diz que a própria Dilma ‘não quer gravar’”. Conforme essas declarações, a própria ex-presidente evitava participar das campanhas eleitorais, uma vez que a preocupação dela era se defender no julgamento. Para não ficar totalmente ausente, ela “se restringiu ao envio de mensagens a

algumas convenções petistas, como a de Haddad e a do candidato em Porto Alegre, Raul Pont”, como enfatizado na matéria.

Ex-prefeito da cidade, Pont diz que não vê problema na presença de Dilma na sua campanha. Mas que essa "não é uma questão de vida e morte". "Vamos ver se é possível, se não teremos empecilhos. A legislação pode dificultar", disse Pont, lembrando que trabalha abertamente contra o *impeachment* da presidente afastada. Secretário de Comunicação do PT, Alberto Cantalice afirmou que pretende propor uma agenda para atuação de Dilma nas campanhas municipais, mas que isso ainda não foi discutido no comando partidário. (SEABRA, 2016b).

Como no decorrer da matéria, esse último trecho confirmou que os petistas estavam divididos sobre a participação de Dilma Rousseff nas campanhas eleitorais do pleito de 2016, entretanto, a maioria era contra a aparição dela, mesmo no Nordeste, onde o PT sempre foi bem visto e teve grande aceitação, por ser uma das regiões mais beneficiadas com os programas sociais dos governos Lula e Dilma. Essa divergência de ter ou não a ex-presidente nas campanhas também configurou o enquadramento da crise político-partidária, o antipetismo, além de antidilimismo, salientando a crise interna no PT e, ao mesmo tempo, percebeu-se como um posicionamento do portal Folha de S. Paulo de mostrar que os próprios então candidatos às prefeituras pelo PT rejeitavam a presença da ex-mandatária, o que se configura, também, como um enquadramento do próprio PT.

4.3.3.7 Lula pede união do PT para reconstruir partido pós-*impeachment*

A matéria “Lula pede união do PT para reconstruir partido pós-*impeachment*”⁹⁰ (ANEXO 14), também publicada no dia 10 de agosto de 2016, é assinada por Marina Dias (de Brasília). A começar pelo título, entende-se que, ao empregar o termo “pós-*impeachment*” antes mesmo do julgamento, que transcorreu somente no final do mês de agosto, o portal Folha de S. Paulo já tinha como certo o afastamento definitivo de Dilma Rousseff, o que infere um posicionamento favorável ao *impeachment*.

Mais uma vez, o PT foi o enfoque, especificamente a crise interna no partido, como foi visto no início da matéria:

Diante de divisões internas e do desgaste entre parlamentares e dirigentes do PT, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu nesta quarta-feira (10) "união" aos petistas para traçar uma estratégia de mobilização e reconstruir o partido após o *impeachment* de Dilma Rousseff. (DIAS, 2016, grifo da autora).

⁹⁰ Identificou-se que essa matéria é da agência de notícias Folhapress, do Grupo Folha, a qual foi publicada em outros portais de notícias, como o Valor Econômico, Bocão News, Elite Política,

Mais uma vez, o *impeachment* foi tratado como já concretizado, além do mais, nesse trecho, não ficou claro se Lula teria usado a expressão “após o *impeachment*”, sem ponderar que o processo ainda estava em curso e que tinha esperança, uma vez que a expressão não foi apresentada entre aspas como uma fala dele (Lula adotou o termo golpe). Num segundo momento, foi mencionada a declaração do líder petista como vendo uma saída: “para o ex-presidente é importante a união do partido e das bancadas para que o PT consiga ‘sair dessa’ o quanto antes.” Por esse pronunciamento, comprovou-se que ele ainda acreditava em uma reviravolta. Assim, inferiu-se que os termos “pró-*impeachment*”, no título, e “após o *impeachment*”, no texto, seriam adotados pela jornalista.

A expressão “*impeachment* de Dilma Rousseff” apresentou um *hiperlink* para a matéria “Senado vota e passa à fase final do processo de *impeachment* de Dilma”⁹¹, a qual trouxe informações sobre a aprovação do parecer do relator Antonio Anastasia (PSDB), cuja votação ocorreu na madrugada do dia 10 de agosto de 2016, quando foi decidido, por 59 votos favoráveis e 21 contrários, sem nenhuma abstenção, que Dilma Rousseff iria a julgamento no Senado. Como ressaltou o texto, era preciso maioria simples (mais da metade dos senadores presentes) para que fosse aprovado. Na matéria, foram apresentados detalhes da votação, com os posicionamentos de alguns senadores, além de informações sobre o *impeachment* e uma infografia onde é possível consultar o voto de cada senador.

Na matéria “Lula pede união do PT para reconstruir partido pós-*impeachment*”, a jornalista destacou: “em reunião com as bancadas do PT na Câmara e no Senado em Brasília, Lula adotou suas usuais metáforas de futebol para dizer que a legenda não pode ser um time em que cada jogador acha que vai resolver a partida sozinho”, ou seja, o ex-presidente acreditava que a união dos dirigentes e demais militantes poderia ajudar a resolver a situação do partido naquele momento de grave crise política, de crise interna e que o PT estava sendo tirado do governo.

Em vários momentos, foram mencionados trechos nos quais Lula tentava unir o partido, ele pediu que os parlamentares defendessem o PT e que houvesse sintonia entre a direção e as bancadas no Congresso. Como já analisado em outras matérias, foi citada a posição contrária do então presidente do PT nacional, Rui Falcão, acerca do plebiscito para novas eleições, o que irritou senadores petistas, como foi informado:

⁹¹ Matéria postada no dia 10 de agosto de 2016, na editorial Poder do portal Folha de S. Paulo, escrita por Mariana Haubert, Débora Álvares e Daniela Lima (De Brasília).

Os parlamentares defendiam a ideia junto a senadores que se diziam indecisos e avaliaram que Falcão colocou uma “pá de cal” na “única ideia” em que a presidente afastada ainda poderia se apoiar para tentar voltar ao Planalto. [...]

O presidente do PT não falou de *impeachment* e preferiu focar sua exposição nas eleições municipais deste ano, dando informes sobre as disputas regionais. Florence falou sobre a agenda do partido na Câmara, enquanto Costa fez uma avaliação do quadro de Dilma no Senado. (DIAS, 2016).

A matéria apresentou Afonso Florence (BA) como líder do PT na Câmara dos Deputados e Humberto Costa (PE) como líder no Senado. Eles discursaram durante a reunião, após as falas de Lula e de Rui Falcão. Ao citar que “o presidente do PT não falou de *impeachment* e preferiu focar sua exposição nas eleições municipais” foi a única articulação dos contextos investigados na pesquisa, sem entrar em detalhes do que foi mencionado em relação às campanhas eleitorais.

Ao final do texto, foi informado que Dilma Rousseff havia virado ré na véspera da publicação da matéria (9 de agosto) no processo de seu afastamento, por 59 votos a 21. O senador Humberto Costa afirmou, na ocasião, que o cenário foi o “esperado” e falou da necessidade de tentar convencer outros senadores a votarem a favor da ex-presidente no julgamento final. A jornalista encerrou o texto ressaltando o seguinte: “mesmo os petistas avaliam que tentar reverter o placar será uma ‘luta inglória’”, pois não viam perspectiva de virarem o jogo em relação ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Toda essa configuração, a exemplo de outras matérias analisadas anteriormente, também confirmou os enquadramentos da crise político-partidária e do antipetismo.

4.3.3.8 Na zona leste com Lula, Haddad diz que processo contra Dilma é golpe

A matéria “Na zona leste com Lula, Haddad diz que processo contra Dilma é golpe” (ANEXO 15), postada no dia 13 de agosto de 2016, é da autoria de Giba Bergamim Jr. (de São Paulo). De imediato, identificou-se uma das categorias de análise definidas na pesquisa, o uso do termo golpe, mencionado no título como na fala de uma fonte petista.

Durante ato político, a quatro dias do início da campanha oficial, o então candidato à reeleição pelo PT em São Paulo, Fernando Haddad, na companhia do ex-presidente Lula, se pronunciou a respeito do afastamento de Dilma Rousseff. Conforme informado na matéria, foi a primeira ação eleitoral de Lula na periferia paulista para as eleições municipais 2016. Sob o nome do ex-presidente Lula, o leitor foi direcionado para a matéria “Lula pede união do PT para reconstruir partido pós-*impeachment*”, analisada anteriormente, na seção 4.3.3.7. O título dessa matéria do *link* deu a entender que Lula, em seu discurso, teria mencionado o termo

impeachment. Porém, no decorrer do seu texto, Bergamim Jr. deixou claro que Lula falou em golpe, como se verá adiante.

No texto foi enfatizado: “o bairro escolhido foi Guaianases, no extremo leste da cidade, onde há exatos 13 anos Lula inaugurou o primeiro CEU (Centro Educacional Unificado), a maior vitrine eleitoral da então prefeita Marta Suplicy, na época no PT.” Vale ressaltar que o número 13 simboliza o PT e que Marta Suplicy (PMDB) tornou-se adversária política do Partido dos Trabalhadores.

Ao longo da matéria, o jornalista detalhou como foi a recepção de Haddad, Lula e do então candidato a vice, Gabriel Chalita (PDT) em um centro esportivo lotado de militantes, com fotos gigantes de Lula e Haddad nas paredes. Assim foi descrito: “com voz rouca, Lula usou o espaço para falar do que chamou de golpe contra Dilma Rousseff. Haddad, que evita a expressão golpe, também a usou desta vez”. A exemplo de outros textos analisados, o termo golpe foi empregado como falas dos petistas, complementado com o trecho a seguir: “[...] em entrevista ao jornal ‘O Estado de S. Paulo’, o prefeito disse **a palavra golpe ‘é um pouco dura’** para descrever o processo contra a presidente.”

Observou-se que, primeiramente, a declaração foi pronunciada em entrevista de um veículo concorrente à Folha e, em segundo momento, o então candidato petista assumiu que considerava golpe uma palavra inadequada. O negrito no depoimento acima sinalizou mais um *hiperlink*, conduzindo à matéria “Para Haddad, ‘golpe’ é termo ‘duro’ para falar sobre processo contra Dilma”⁹², na qual foi apresentada a declaração do então candidato petista sobre o *impeachment* da ex-presidente: “Golpe é uma palavra um pouco dura, que lembra a ditadura militar. O uso da palavra golpe lembra armas e tanques na rua”, disse Haddad.

De início, é oportuno reforçar como o uso do *hiperlink* sugeriu a intenção de dar saliência a uma oposição ao uso do termo golpe e, ao mesmo tempo, demarcou a disputa discursiva e política travada nas ruas e nas redes, ou seja, a forte polarização política. Mais uma vez, são palavras em disputa. A fala de Haddad ganhou destaque, inclusive, com o título da matéria do *hiperlink* - de modo distinto das demais – exatamente porque corroborou a posição do grupo Folha. Ainda como destacou a matéria, o petista criticou Michel Temer: “não me parece de bom tom o que vem acontecendo: um vice se insurgir contra a cabeça de chapa”, disse Haddad que, inclusive, “afirmou considerar ‘casuísmo’ o processo de *impeachment*”.

⁹² Matéria do dia 10 de agosto de 2016, sem autoria, identificada apenas como “De São Paulo”, publicada na editoria Poder do Portal Folha de S. Paulo.

De volta à análise da matéria principal, Haddad chamou de traidores aqueles que se viraram contra Dilma Rousseff e voltou a empregar o termo golpe:

Estamos no momento em que a nossa presidente sofreu uma conspiração de gente que traiu a confiança dela. Uma traição absurda de pessoas que estavam do lado dela e se voltaram contra ela. Fazem isso para depois suprimir direitos, mudar a Constituição. Esta luta contra o golpe é uma luta a favor da democracia. São Paulo precisa do PT, precisa continuar se desenvolvendo, afirmou Haddad. (BERGAMIM JR., 2016).

Vale ressaltar que essa citação em defesa de Dilma e do PT pareceu ser contrária ao que o jornalista buscava salientar. Quando citou a fala de Haddad – a palavra golpe ‘é um pouco dura’, Bergamim Jr. usou o recurso de *hiperlink* para a matéria com essa afirmação. Entendeu-se ser uma estratégia inerente ao jornalismo político, ou seja, uma forma utilizada pelo jornalista para reforçar um posicionamento. O portal Folha de S. Paulo adotou o termo *impeachment*, como mostrado em outras análises, assim, a declaração de Haddad serviu para mostrar que, entre petistas, havia quem não concordava com o termo golpe.

O jornalista informou que Lula pediu aos militantes que apoiassem Haddad nas eleições municipais 2016 e provocou adversários, inclusive as ex-petistas Marta Suplicy (PMDB) e Luiza Erundina (PSOL). Foi reproduzida a seguinte declaração do ex-presidente: “eu sei que tem candidatos que foram do PT e não dizem que saíram do PT (...). Ele [Haddad] vai comparar o que fez com o que qualquer outro prefeito ou prefeita dessa cidade e veremos que ele foi o melhor prefeito da história de São Paulo”. Essa foi uma forma de criticar aqueles que mudaram de lado por descrédito em relação ao PT.

No subtítulo “Transporte”, o jornalista usou expressões pronunciadas por Lula: “o ex-presidente diz que é necessário combater o ‘ódio ao PT’, segundo ele, iniciado porque o partido deu oportunidades aos pobres e disseminado durante o processo de *impeachment*.” Na matéria, ainda foi informado que Lula apresentou alguns feitos de Haddad enquanto prefeito em São Paulo, como a redução na velocidade das marginais, também salientou os investimentos na educação. Lula fez uma recomendação de modo incisivo aos participantes do evento em Guaianases: “vocês não devem xingar o Temer. Devem dizer: Temer, devolva o meu voto”. Outra fala de Haddad mereceu destaque:

“Vocês sabem porque chegamos atrasados, porque nós não viemos de ônibus. Se a gente tivesse vindo pelas faixas de ônibus, teríamos chegado mais rápido”, disse ao falar da criação de faixas exclusivas na cidade. O prefeito reclamou que notícias sobre os feitos de sua gestão não têm destaque na imprensa. (BERGAMIM JR., 2016).

Nesse trecho, chamou a atenção como o prefeito petista, ao mesmo tempo, justificou o atraso de três horas dele e de Lula para um evento político e criticou a imprensa por não mostrar as melhorias e investimentos feitos por ele. Essa foi a única das matérias analisadas que deu voz aos petistas para criticarem adversários nas eleições municipais 2016 e para apresentarem propostas e ações realizadas pelo então candidato à reeleição em São Paulo.

4.3.3.9 Confira a repercussão do *impeachment* de Dilma Rousseff

A seguir, a última matéria analisada, com o título “Confira a repercussão do *impeachment* de Dilma Rousseff” (ANEXO 16), publicada no dia 31 de agosto de 2016, exatamente o dia do afastamento definitivo da ex-presidente. A matéria não tem assinatura, apenas identificada como “de São Paulo”, por isso, subentendeu-se que teria sido redigida a várias mãos e que dá a ver o posicionamento editorial do portal Folha de S. Paulo. Assim iniciou-se:

Logo depois que o Senado **aprovou o *impeachment*** de Dilma Rousseff (PT), a Frente Brasil Popular, que reúne movimentos de esquerda, divulgou uma carta aberta à petista afirmando que a maioria dos senadores "dobrou-se à fraude e à mentira" e impôs "governo usurpador", ao aprovar "um golpe parlamentar contra a Constituição, a soberania popular e a classe trabalhadora".

"As forças reacionárias, ao interromper vosso legítimo mandato, impuseram um governo usurpador, que não esconde seu perfil misógino e racista. Atropelaram o resultado eleitoral, condenaram uma mulher inocente e sacramentaram o mais grave retrocesso político desde o golpe militar de 1964", diz o texto. (CONFIRA..., 2016, grifo nosso).

A matéria ressaltou o apoio de movimentos de esquerda contrários ao *impeachment* de Dilma Rousseff, por meio de uma carta aberta em defesa da ex-presidente. No documento, foi enfatizado o uso do termo golpe, inclusive foi feita a comparação com o golpe militar que marcou o período da ditadura. Também foi salientada a visão de tais grupos em relação ao governo Temer, definido por eles como usurpador e golpista. O negrito sinaliza o *hiperlink* para a matéria “Senado cassa mandato de Dilma; Congresso dará posse efetiva a Temer”⁹³, a qual confirmou a aprovação do *impeachment* no Senado e a posse de Michel Temer. Ainda afirmou que a decisão “ocorreu quase nove meses após o início da tramitação do processo na Câmara dos Deputados e três meses e meio depois do afastamento provisório de Dilma.”

Conforme detalhado na matéria do *hiperlink*, “por 61 votos a 20, o Senado condenou a petista por crime de responsabilidade pelas chamadas ‘pedaladas fiscais’”, sendo esclarecido

⁹³ Matéria publicada no dia 31 de agosto de 2016, na editoria Poder do portal Folha de S. Paulo, sem autoria, apenas com a indicação “De Brasília”.

que se tratava do atraso no repasse de recursos do Plano Safra a bancos públicos, também apontou a edição de decretos de créditos suplementares sem o aval do Congresso. O resultado teve “7 votos a mais do que o mínimo necessário – 54 das 81 cadeiras do Senado.” O texto apresentou detalhes da votação, o voto de cada senador, informações sobre Michel Temer e desdobramentos do *impeachment*.

Retomando para a análise da matéria “Confira a repercussão do *impeachment* de Dilma Rousseff, a carta da Frente Brasil Popular criticou as propostas de Michel Temer: “Os golpistas querem, entre outras medidas, reduzir investimentos em saúde, educação e moradia, eliminar direitos trabalhistas, acabar com a vinculação da aposentadoria básica ao salário mínimo, enterrar a reforma agrária e esvaziar programas sociais.” A sociedade foi convidada a resistir ao governo que assumiu o poder e ir às ruas contra o *impeachment*.

Na matéria, além de trechos da carta da Frente Popular Brasil, a outra fonte favorável a Dilma foi Luiza Erundina, apresentada como deputada e então candidata do PSOL à Prefeitura de São Paulo. Em nota, ela afirmou “que o *impeachment* foi fruto de chantagem do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e que os direitos dos trabalhadores estão em risco.” Assim foi reproduzido sobre a nota:

“O povo brasileiro está de luto pelo atentado à democracia e inominável injustiça”, diz o texto. “A história registrará essa farsa como um golpe contra a soberania popular. A história é implacável ao julgar conspiradores, golpistas e traidores do povo.”

“A democracia precisa ser defendida com mais e mais afinco. Os golpistas não merecem trégua. Que o nosso luto se transforme em luta!”, afirma o texto. (CONFIRA..., 2016).

A estrutura do texto foi apresentar, primeiramente, trechos da carta e, depois, uma sequência de declarações favoráveis ao *impeachment*, por diversas fontes.

A FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) também divulgou documento em que pressiona o novo presidente, Michel Temer, a efetivar as reformas fiscal, da Previdência e política, além de um novo processo de privatizações, “ainda mais ousado do que o ocorrido na década de 1990”. A entidade disse que, por não ter compromisso político, “a princípio”, de reeleição, Temer “estará isento de pressões para tomar as medidas, muitas vezes, impopulares”. (CONFIRA..., 2016).

Nessa mesma direção, “o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse que ‘o *impeachment*, não há como negar, é traumático’, mas ‘consolida o processo democrático’. Ainda foi informado que “o tucano defendeu reformas. ‘Tem que retomar rápido [a economia].’”

Chamou a atenção a forma como foi apresentada essa declaração:

O partido Solidariedade, do deputado Paulinho da Força (SP), um dos principais algozes de Dilma, comemorou o *impeachment* como "ponto final nos desmandos com o bem público". "O Brasil encerra um capítulo vergonhoso, que levou o país à mais grave crise de sua história. A partir de hoje, a ex-presidente Dilma é página virada do cenário político e econômico", disse a legenda, em nota. (CONFIRA..., 2016).

Interessante como, ao mencionar que o Solidariedade comemorou o *impeachment*, a posição de Paulinho da Força se estendeu para todo o partido. Vale ressaltar também a apresentação feita – “um dos principais algozes de Dilma”, embora não seja mencionado motivo de tal denominação. A equipe de reportagem também procurou outros movimentos e entidades para se manifestarem sobre o *impeachment*, sendo que esses se mostraram favoráveis e criticaram a manutenção dos direitos políticos da ex-presidente, conforme foi apresentado na matéria.

Procurado pela Folha, o MBL (Movimento Brasil Livre) elogiou o *impeachment* mas criticou a manutenção dos direitos políticos de Dilma. Fernando Holiday (DEM), um dos líderes nacionais do grupo, classificou as decisões do Senado como "uma sentença incompleta". "É uma incoerência completa. É um absurdo sem precedentes porque o senado acabou de definir que a presidente da República é culpada pelo crime de responsabilidade, porém, disseram que ela não deve pagar pelo que a lei prevê, que seria com inegibilidade por oito anos", argumenta. O MBL foi um dos principais organizadores dos protestos a favor do *impeachment* realizados em 2015 e neste ano. (CONFIRA..., 2016).

A outra entidade mencionada foi a SRB (Sociedade Rural Brasileira) que, conforme a matéria, “também reprovou a não inabilitação dos direitos da ex-presidente” e, por meio de nota oficial, se mostrou preocupada sobre “a decisão final do Senado, dizendo que o desfecho do julgamento ‘trouxe insegurança jurídica’ ao país. No entanto, define a saída de Dilma como ‘uma vitória para a democracia’.

Por fim, foi apresentada a declaração de Celso Russomanno (PRB), deputado federal e então candidato a prefeito de São Paulo, com a informação de que ele também comemorou o *impeachment*. “‘Acho que daqui para a frente melhora a situação do país e essa crise tende a diminuir’, disse. Ele afirmou que o partido ao qual pertence foi o primeiro a sair da base de Dilma.” Russomanno, que disputava as eleições municipais 2016, relacionou o *impeachment* de Dilma Rousseff à crise político-econômica, como investigou esta pesquisa. Em complemento à matéria, foi apresentado um infográfico com o voto de cada senador referente

ao julgamento final do impeachment e uma foto de Dilma Rousseff em seu discurso de defesa no Senado.

Pelas declarações apresentadas, confirmou-se que a maioria das vozes presentes na matéria mostrou-se favorável ao *impeachment*, o que representou, também, o posicionamento editorial do portal Folha de S. Paulo que enquadrou essa e as demais matérias de forma a se mostrar a favor do afastamento definitivo de Dilma Rousseff, o que reforçou os enquadramentos do antipetismo e antidilismo e de que o PT seria o culpado pela crise política.

A matéria “Confira a repercussão do *impeachment* de Dilma Rousseff”, assim como outras, a exemplo “Petistas do Nordeste insistem em ter Dilma na campanha” e “Lula pede união do PT para reconstruir partido pós-*impeachment*”, foi publicada na seção especial intitulada “o *impeachment*”, a qual apresentou os *links* “Entenda a tramitação do pedido de *impeachment*”, “Repercussão”, “Petrolão⁹⁴” e “Operação Zelotes⁹⁵”. Identificou-se que o intuito foi estabelecer a ligação entre o afastamento de Dilma Rousseff e o impacto nas eleições municipais 2016, o que se enquadrou, também, na categoria de análise à qual estabelece que: crise política = *impeachment* = PT = corrupção (Operação Lava Jato).

4.3.3.10 Alguns apontamentos

Como foi constatado, a política é um dos grandes alvos da midiaticização, mas, conforme foi observado nas análises, existe mais uma politização da mídia, por meio de uma partidarização. Com base nas análises dos textos opinativos e informativos do portal Folha de S. Paulo, foi possível constatar a politização do veículo, no sentido de se comportar como antipetista e pró-*impeachment*, além de se mostrar favorável aos partidos conservadores, o que pode ser comprovado, por exemplo, por meio dos enquadramentos adotados, das fontes acionadas e dos recursos utilizados, como *hiperlinks*.

Assim, pelo posicionamento editorial identificado, o portal se enquadraria no que foi definido como partido de oposição ao governo Dilma (PT), conforme declarado por Judith Brito, diretora-superintendente da empresa Folha de S. Paulo, quando na condição de

⁹⁴ O portal Folha de S. Paulo usa o termo Petrolão em alusão à Operação Lava Jato, que investiga casos de corrupção envolvendo a Petrobras.

⁹⁵ Conforme informações da seção especial no portal Folha de S. Paulo, a Operação Zelotes, da Polícia Federal, foi deflagrada no fim de março de 2015 e investiga um dos maiores esquemas de sonegação fiscal já descobertos no país. Suspeita-se que quadrilhas atuavam junto ao Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), órgão ligado ao Ministério da Fazenda, revertendo ou anulando multas. A operação também foca lobbies envolvendo grandes empresas do país.

presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), e reforçado por Abramo (2006), Lima (2006a; 2010), Gomes (2004), Aldé, Mendes e Figueiredo (2007), Sader (2016), Motta (2014) e Costa (2013). O portal Folha de S. Paulo se apresentou como oposição ao PT por enfatizar, em sua cobertura, o declínio do partido e o isolamento diante das demais legendas no pleito de 2016, além de ser apontado como culpado pela crise nacional e pelo próprio *impeachment*.

Desde a ascensão do PT ao governo, ao longo dos 13 anos de mandato, passando por dois mandatos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e dois de Dilma Rousseff, os veículos de comunicação que integram o chamado jornalismo de referência demonstraram fazer oposição aos governos petistas e um certo favorecimento aos partidos de direita, como apontaram Miguel e Biroli (2017a).

Os veículos do Grupo Folha tentam se mostrar como apartidários, como estabelece o projeto editorial de 2017, mas como se viu, a forma como o portal enquadrou sua cobertura e, para além disso, a tentativa de pluralidade no quadro de articulistas e colunistas deixaram explícitos os posicionamentos políticos contrários aos partidos de esquerda, especificamente o PT. Constatou-se maior destaque à crise política e ao *impeachment* de Dilma Rousseff em um contexto eleitoral. Embora as eleições municipais, muitas vezes, não sejam tratadas com a devida importância como as eleições nacionais para presidente, governadores, deputados e senadores, viu-se um pleito municipal nacionalizado. A exemplo do que constatou Pires (2016) em relação à disputa discursiva da palavra democracia, identificou-se uma disputa discursiva e de sentidos em torno dos termos *impeachment/golpe*, como forma de sinalizar posicionamentos políticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como geralmente acontece no campo científico, esta pesquisa foi marcada por uma série de idas e vindas. A começar pela opção de um tema atual, quando, primeiramente, decidiu-se investigar as eleições municipais 2016, uma vez que era um ano eleitoral bastante singular, marcado por um contexto político mais amplo, como a grave crise política nacional e o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT). Entretanto, observou-se mais uma invisibilidade e/ou silenciamento midiático das eleições municipais 2016, assim, optou-se por investigar a correlação entre os contextos abordados. O panorama apresentado decorreu de vários fatores, como as manifestações de rua, desde junho de 2013, os embates políticos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a Operação Lava Jato que, desde março de 2014, tem investigado casos de corrupção do país, com fatos inéditos, como prisões de líderes políticos e empresários envolvidos no esquema.

Como apresentado na introdução, diversos estudos recentes trataram dos assuntos em pauta, mas não com o recorte de correlacionar as eleições municipais 2016, o *impeachment* de Dilma Rousseff e a crise política nacional. A partir da escolha desse tema, percebeu-se, por meio de pesquisa exploratória, que as eleições municipais 2016 foram relegadas a segundo plano, ou seja, toda essa conjuntura nacional tinha maior destaque no noticiário de modo geral e, mesmo nas publicações sobre o pleito municipal essas temáticas eram recorrentes, pois eram pautas das campanhas eleitorais e a mídia não conseguia desvincular esses assuntos.

Assim, decidiu-se fazer tal investigação, com o intuito de identificar como era feita a articulação desses contextos e como eles eram enquadrados especificamente no âmbito do portal Folha de S. Paulo. Por meio de uma análise de enquadramento, foi possível averiguar a cobertura do referido portal e apontar posicionamentos editoriais e até mesmo políticos por meio de textos opinativos e informativos.

Primeiramente, foram analisados os textos de opinião de articulistas e colunistas. O portal Folha de S. Paulo segue o que estabelece o projeto editorial do Grupo Folha e, assim, parte do princípio da pluralidade, principalmente em relação aos articulistas e colunistas, como uma tentativa de mostrar diferentes opiniões acerca dos assuntos divulgados. Apesar disso, foi observado que essa pluralidade não se procede como deveria, há uma disparidade evidente no número de colunistas conservadores em relação aos progressistas, isso já compromete tal princípio propagado.

Como foi observado, a ombudsman Paula Cesarino Costa, em seu texto, abordou justamente o desafio diante do “paradoxo da pluralidade”, em um contexto eleitoral, visto que

o portal Folha de S. Paulo figura entre um dos principais do país e tem forte influência na formação da opinião pública. Ao analisar a coluna da ombudsman, foi possível perceber como, de fato, é um desafio manter a pluralidade em um veículo.

Os próprios eleitores, como bem sinalizou a jornalista, criticaram essa pluralidade, colocando-a em xeque. Pelo que foi analisado, eles têm toda razão de questionarem. Considerando-se os autores dos textos opinativos analisados, constatou-se que quatro deles tiveram um posicionamento de viés conservador (Celso Rocha de Barros, Bernardo Mello Franco, Ronaldo Caiado e Claudia Costin) e apenas um com posicionamento progressista (Vladimir Safatle).

Pode-se constatar que, analisar textos de opinião implica ir além do que o colunista/articulista escreve, é necessário conhecer um pouco mais do autor, seu posicionamento ideológico e político, buscar informações sobre sua atuação, como ele é visto na mídia e também por formadores de opinião, bem como a repercussão do que é publicado, dentre outros fatores.

De um modo geral, os textos opinativos evidenciaram a forte presença do antipetismo, por meio de constantes críticas ao PT. Nos textos informativos, confirmou-se, também, que a cobertura eleitoral foi, sobretudo, antiPT. Esse antipetismo verificado na cobertura do portal que, no nível do discurso se apresenta como plural, sugere o papel central que a mídia hegemônica desempenhou e desempenha na desconstrução da imagem do PT, tal como também sugere estudos recentes apresentados ao longo da pesquisa.

Torna-se ainda mais desafiador tentar ser plural em um ambiente em que prevalecem as opiniões conservadoras, alinhadas ao posicionamento editorial e/ou político do veículo, que se mostrou não só antipetista, mas pró-*impeachment*. Mesmo apresentando os dois lados ou os vários lados da notícia, deixou sobressair as opiniões em apoio à cassação do mandato de Dilma Rousseff, ou seja, a escolha de determinadas fontes apresentou-se como uma das marcas das estratégias discursivas dos jornalistas.

Dos 16 textos analisados, sendo 7 opinativos e 9 informativos, 12 deles articularam as eleições municipais 2016 especificamente com o *impeachment* de Dilma Rousseff (6 artigos/colunas e 6 matérias), 2 relacionaram as eleições somente à crise política (1 texto de opinião e 1 matéria) e 2 fizeram a correlação entre eleições municipais, *impeachment* e crise (apenas matérias). Na maioria deles, a ênfase foi o declínio e descrédito do PT na disputa municipal, como consequência do que ocorria no cenário político nacional.

O emprego do termo *impeachment* nos títulos e textos dos articulistas colunistas/ e jornalistas, por um lado, e o uso da palavra golpe sempre nas falas das fontes, geralmente

entre aspas, por outro lado, reforçou o posicionamento pró-*impeachment* do portal, como uma disputa política em torno dessas expressões, uma vez que, para os conservadores foi *impeachment*, para os progressistas foi golpe, o que se apresentou, por vezes, como um embate entre direita e esquerda, conforme trechos descritos ao longo das análises.

As vozes acionadas eram, em sua maioria, fontes oficiais, grande parte relacionadas ao PT (por exemplo, Lula, o então presidente do partido, Rui Falcão, outros militantes e candidatos a prefeito). De certa forma, mostrou que os próprios petistas estavam desacreditados com o partido no pleito municipal e não esperavam que a ex-presidente escapasse do *impeachment*. Constatou-se, ainda, que o termo *impeachment* foi usado, em vários momentos, como sinônimo de “Dilma”, de “PT”, de “Lula” e de corrupção (sobretudo, com menções a Operação Lava Jato).

Em diversos momentos, foram usados *hiperlinks*, entende-se que, algumas vezes para corroborar o que era informado, outros de forma didática com o intuito de complementar a informação e, em certas ocasiões, como uma estratégia para apontar posicionamentos editoriais e/ou políticos de forma mais implícita.

Para além disso, observou-se alguns enquadramentos recorrentes, como as alianças político-partidárias, a crise política e também a crise interna nos partidos, em especial no PT, o afastamento de legendas como PMDB e PSDB em relação ao PT, a troca de lados entre os então candidatos e apoiadores, bem como a ênfase na repercussão negativa do *impeachment* da ex-presidente para o PT nas eleições municipais 2016.

Conforme proposto, foi possível aprofundar o estudo sobre a interface entre mídia, política e eleições municipais, além de ter apreendido como se estabeleceu essa relação, por meio de uma fundamentação teórica que ajudou a compreender o papel central que a mídia representa na política contemporânea, bem como seu poder e influência .

A elaboração do estado da arte sobre jornalismo político e posicionamento editorial, a contextualização do cenário da crise política e do *impeachment* em que transcorreram as eleições municipais 2016, a caracterização do jornalismo de portal e do portal Folha de S. Paulo e, por fim, o mapeamento dos termos crise política e *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) nos textos opinativos e informativos do portal Folha de S. Paulo foram essenciais para compreender o contexto investigado e observar, na empiria, as teorias acionadas ao longo da pesquisa, como correlacionado nos apontamentos.

A pesquisa permitiu ir além da midiatização para compreender a política contemporânea, de forma a enfatizar o processo de politização da mídia e a sua consequente partidarização. Assim, constatou-se que, ao fazer certas escolhas, como o ângulo da notícia, as

fontes, bem como as falas utilizadas dessas fontes, a adoção de certos termos, no caso a guerra política e semântica entre *impeachment*/golpe, reforça uma mídia politizada e partidária. Mesmo o veículo de comunicação, no contexto deste estudo, o portal Folha de S. Paulo, ao tentar não explicitar tais questões e posicionamentos, o faz o tempo todo.

Essas argumentações, se comprovam, inclusive, pelo fato de as eleições municipais 2016 terem sido ofuscadas pela crise política e pelo processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, ao passo que, mesmo nos textos cujo enfoque era a disputa eleitoral, essas temáticas foram a tônica das informações. Há uma infinita discussão sobre a imparcialidade da mídia, cujo debate ganha fôlego quando se coloca em xeque a própria politização e partidarização da mídia, o que reflete interesses político-partidários-econômicos, dentre outros.

Quanto ao enquadramento, este é o ponto de partida, uma vez que o contexto o reflete, diz respeito ao que pode ser visto por meio daquele cenário, sugere intelegibilidade, provoca reflexões, ou seja, faz o público pensar, não se limita, assim, à questão técnica. Pode-se questionar: por que foram definidos tais enquadramentos? O que pode-se inferir a partir deles? Acredita-se que há diversas motivações e interpretações para eles. Ao enquadrar um texto, a mídia tenta impor o que o público deve pensar sobre determinado tema. Assim como, ao fazer circular opiniões convergentes em textos opinativos e informativos, percebe-se o intuito de reforçar posicionamentos e fazê-los ganharem força junto à opinião pública. É necessário, também, pensar no que está por trás do enquadramento dado, as entrelinhas.

Toda a fundamentação apresentada tornou-se imprescindível para refletir e inferir, com base nos enquadramentos identificados, à luz do que fundamentaram Goffman (2006), Porto (2002), Mendonça e Simões (2012), Carvalho (2008; 2009), dentre outros autores, e aqui se afirma serem no plural, pois foram vários os enquadramentos verificados, sobre o posicionamento editorial e até mesmo político do portal Folha de S. Paulo na cobertura da crise política, do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e das eleições municipais 2016, conforme apresentados os enquadramentos: antipetista, antidilmista e pró-*impeachment*. Embora foram constatados vários enquadramentos, pode-se identificar que eles levaram a um enquadramento macro, no caso antiesquerda.

Por fim, vale ressaltar a possibilidade de, por meio da confrontação entre textos opinativos e informativos do Portal Folha de S. Paulo, colocar em questão o que foi postulado em seu novo projeto editorial, uma vez que a pluralidade não é praticada conforme se estabeleceu, dado o maior número de textos com viés conservador em detrimento do viés progressista.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. **Significado político da manipulação da grande imprensa**. 2006. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/artigos/significado-politico-da-manipulacao-na-grande-imprensa>>. Acesso em 14 jul. 2017.
- ADGHIRN, Samy. Ideia de que *impeachment* é golpe ecoa retórica bolivariana, diz historiador. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 abr. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2015/brasil-em-crise/>>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- AJUSTE fiscal de Temer é encenação, ataca Caiado. **Brasil 247**. Goiás, 27 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/goias247/252046/Ajuste-fiscal-de-Temer>>. Acesso em 12 dez. 2017.
- ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. In: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação.
- ÁLVARES, Débora; HAUBERT, Mariana; LIMA, Daniela. Discursos de senadores indicam maioria pró-*impeachment*. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 ago. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1800914-discursos-de-senadores-indicam-maioria-pro-impeachment.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2017.
- ALVES FILHO, Francisco. **A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo**. 2005. 268f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Os jornais paulistas e a eleição municipal de 2000. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioli de (Org.). **A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000**. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- BÄCHTOLD, Felipe. Datafolha mostra liderança de Celso Russomano na disputa por SP. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 jul. 2016, Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1791908-datafolha-mostra-lideranca-de-celso-russomano-na-disputa-por-sp.shtml>>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- BAPTISTA, Érica Anita. **Corrupção e opinião pública: o escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff**. Belo Horizonte, 2017. 245 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.
- BARBOSA, Suzana. A informação de proximidade no jornalismo *online*. **Contracampo**, Brasil, v. 7, n. 0, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/contracampo/article/view/17/16>>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- BARBOSA, Suzana. Jornalismo de portal: novo formato e categoria para o jornalismo digital. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Orgs.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/117393289/Modelos-de-Jornalismo-Digital>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo online: dos sites noticiosos aos portais locais. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: INTERCOM, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzana-jornalismo-online.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

BARROS, Celso Rocha de. O PT vai rachar? **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 ago. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2016/08/1800113-o-pt-vai-rachar.shtml>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

BARROS FILHO, Clóvis de. PRAÇA, Sérgio. Sofrimento e rugas: a imagem do debate. In: BARROS FILHO, Clóvis de (Org.). **Comunicação na Pólis**: ensaio sobre mídia e política. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. *Impeachment* – Crime de Responsabilidade – Exoneração do Cargo. **Revista de Direito Administrativo**, vol. 212, p. 174, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47174/45642>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

BASTOS, Marco Toledo. Medium, media, mediação e midiaticização: a perspectiva germânica. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs.). **Mediação & midiaticização**. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, 2012.

BECK, Martha; FADUL, Sérgio. ‘Nossa missão é realizar o ajuste fiscal’, diz Henrique Meirelles. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 ago. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/nossa-missao-realizar-ajuste-fiscal-diz-henrique-meirelles-20008636>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

BERGAMIM JR., Giba. Na zona leste com Lula, Haddad diz que processo contra Dilma é golpe. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 ago. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1802459-na-zona-leste-com-lula-haddad-diz-que-processo-contradilma-e-golpe.shtml>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

BIROLI, Flávia. O jornalismo como gestor de consensos. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de Comunicação, preferências e voto no Brasil. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017.

BOOBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs.). **Mediação & midiaticização**. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, 2012.

BRAGA, José Luiz. “Lugar de Fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In: **Mídias e processos socioculturais**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000, p.159-184.

BRAGA, José Luiz. Miatização: a complexidade de um novo processo social. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos** - IHU On-Line, 2009. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2477&secao=289>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BRASIL. **A Lei do Impeachment** (Lei 1079/50) define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128811/lei-do-impeachment-lei-1079-50>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.450**, de 03/12/2015, que instrui sobre o Calendário Eleitoral (Eleições de 2016). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/arquivos/tse-instrucao-calendario-eleitoral-versao-consolidada>>. Acesso em 10 out. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, n. 74, p. 25-45, mar. 2006.

BRUNO, Regina. **União Democrática Ruralista (UDR)**. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-ruralista-udr>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

BUSTAMANTE, Luisa. No Rio, Ciro anuncia apoio a Pedro Paulo e releva 'contradição da política'. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 ago. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1803735-no-rio-ciro-anuncia-apoio-a-pedro-paulo-e-releva-contradicao-da-politica.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

CAIADO, Ronaldo. Ajuste fiscal do governo Temer tornou-se encenação. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldo-caiado/2016/08/1807314-o-ajuste-fiscal-do-governo-temer-tornou-se-uma-encenacao.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CÂMARA dá aval a *impeachment* de Dilma; Senado decidirá afastamento. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 abr. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761977-camara-da-aval-a-impeachment-de-dilma-senado-decidira-afastamento.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Papel e história da Câmara**. 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/como-funciona>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História da Folha. As diferentes etapas. In: MELO, José Marques de. et al. **Um país aberto**: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2003.

CARDON, Dominique. A democracia Internet: promessas e limites. Tradução de Nina Vicent e Tiago Coutinho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CARVALHO, Carlos Alberto de. O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo. **Anais...** CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0206-1.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2017.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporanea**, vol. 7, nº 2, Salvador, 2009. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3701>>. Acesso em: 2 out. 2017.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Miatização: investigações brasileiras e europeias e o midiacentrismo. XXV ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2016. **Anais...**, Goiânia, GO. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/artigocomp%C3%B3s2016_3348.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CARVALHO, Carlos Alberto de; LAGE, Leandro. Miatização e reflexividade das mediações jornalísticas. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs.). **Mediação & miatização**. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, 2012.

CASSEB, Norma Cristina Brasil; MELLO, Cristina Helena Pinto de. A inserção externa da economia brasileira a partir dos anos 1990 e os desafios da crise. In: **A crise brasileira**: coletânea de contribuições de professores da PUC/SP, São Paulo: Editora Contracorrente, 2016.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. **Jornalismo e política**: escândalos e relação de poder na Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Hacker, 2004.

CONFIRA a repercussão do *impeachment* de Dilma Rousseff. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808844-confira-a-repercussao-do-impeachment-de-dilma-rousseff.shtml>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

COSTA, Caio Túlio. Jornalismo de internet. In: MELO, José Marques de. et al. **Um país aberto**: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2003.

COSTA, Homero de Oliveira. **A mídia partidarizada**. Carta Potiguar, 2013. Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2013/03/12/a-midia-partidarizada/>>. Acesso em: 2 out. 2017.

COSTA, Paula Cesarino. Frente ao desafio das eleições, jornal enfrentará 'paradoxo da pluralidade'. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/08/1807762-frente-ao-desafio-das-eleicoes-jornal-enfrentara-paradoxo-da-pluralidade.shtml>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

COSTIN, Claudia. É chegada a hora de pensar no longo prazo. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/>>

claudia-costin/2016/08/1807032-e-chegada-a-hora-de-pensar-no-longo-prazo.shtml>. Acesso em: 10 out. 2017.

CRUZ, Valdo; URIBE, Gustavo, Após *impeachment*, Temer se prepara para combater críticos. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1805485-apos-impeachment-temer-se-prepara-para-combater-criticos.shtml>>. Acesso em 26 dez. 2017.

DIAS, Marina. Após impasse, PT não vai proibir aliança com PMDB nas eleições. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2016a. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1772287-apos-impasse-pt-nao-vai-proibir-alianca-com-pmdb-nas-eleicoes.shtml>>. Acesso em 26 dez. 2017.

DIAS, Marina. Lula viaja a Brasília nesta terça para discutir carta de Dilma a senadores. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 ago. 2016b. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1800738-lula-viaja-a-brasilia-nesta-terca-para-discutir-carta-de-dilma-a-senadores.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

DIAS, Marina. Lula pede união do PT para reconstruir partido pós-*impeachment*. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 ago. 2016c. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1801528-lula-pede-uniao-do-pt-para-reconstruir-partido-pos-impeachment.shtml>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

DIAS, Marina; HAUBERT, Mariana. Em carta, Dilma pede que Senado não 'faça injustiça' e defende plebiscito. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 ago. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1803598-em-carta-dilma-pede-que-senado-nao-faca-injustica-e-defende-plebiscito.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

DICIONÁRIO infopédia de Siglas e Abreviaturas [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [consult. 2018-01-15 00:49:08]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/siglas-abreviaturas/BBS> Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/siglas-abreviaturas/BBS>>.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. Vol. I. São Paulo: Editora Ártica, 1987.

DILMA nega que sua campanha tenha pago João Santana com caixa dois. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jul. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1795971-dilma-nega-que-sua-campanha-tenha-pago-joao-santana-com-caixa-dois.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

EM ATO no Rio, Lula diz que as pessoas vão ter que 'colocar a mão no bolso'. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1783780-em-ato-no-rio-lula-diz-que-as-pessoas-vaio-ter-que-colocar-a-mao-no-bolso.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

EXPEDITO FILHO; TOSTA, Wilson; CIOCCARI, Vanice. Dossiê Vedoin foi decisivo para queda. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 out. 2006. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/323024>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

FALCÃO, Márcio; TALENTO, Aguirre; VALENTE, Rubens. Protagonista de crise, Sérgio Machado negocia delação premiada com PGR. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 mai. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774143-protagonista-de-crise-sergio-machado-negocia-delacao-premiada-com-pgr.shtml>>. Acesso em 18 dez. 2017.

FAUSTO, Rui. A direita no ataque. In: FAUSTO, Rui. **Caminhos da esquerda**: elementos para uma reconstrução. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FOLHA revela os primeiros frutos do paywall poroso. **ADNEWS**, 16 abr. 2014. Disponível em: <<http://adnews.com.br/midia/folha-revela-os-primeiros-frutos-do-paywall-poroso.html>>. Acesso em 12 ago. 2017.

FONSECA, Francisco. A democracia virtual: a mídia sem freios e contrapesos. In: IANNI, Otavio et. al. **Desafios da Comunicação**. São Paulo: Vozes, 2000. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt03-9/4355-ffonseca-a-democracia/file>>. Acesso em 15 dez. 2017.

FORMIGA, Fábio de Oliveira Nobre. **A evolução da hipótese de agenda-setting**. 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2257/3/Formiga,%20F.%20A..pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

FRANCO Bernardo Mello. Fora do tempo. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 ago. 2016a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2016/08/1801040-fora-do-tempo.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FRANCO Bernardo Mello. Embaralhando as cartas. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2016b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2016/08/1803804-embaralhando-as-cartas.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FRANCO Bernardo Mello. A caravela vai partir. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 jan. 2018. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2018/01/1951026-a-caravela-vai-partir.shtml>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

FRANCO, Bernardo Mello. **Navegar é preciso**. São Paulo: Facebook, 18 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/bernardomellofranco/jornalista/posts/1997602103821099>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

FUKS, Mario; CERVI; Emerson Urizzi. A cobertura da mídia impressa nas eleições municipais de Curitiba 2000. XXV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2000, **Anais...** Caxambu, MG. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st03-3/4557-fuks-cervi-a-cobertura/file>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: los marcos de la experiencia**. 2. ed. Boston: Northeastern University Press. Tradução de José Luis Rodríguez. Cambádge: Massachusetts, 2006.

GOMBATA, Marsílea. Você sabe o que é o bolivarianismo?. **CartaCapital**, Política, 7 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-e-bolivarianismo-2305.html>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.

HAUBERT, Mariana. Senadores retomam análise do processo de *impeachment*. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1797192-senadores-retomam-analise-do-processo-de-impeachment.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

HAUBERT, Mariana; FALCÃO, Márcio. Senado deve iniciar julgamento final do *impeachment* em 29 de agosto. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1797234-senado-iniciara-julgamento-final-do-impeachment-em-29-de-agosto.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

LAVAREDA, Antonio. Principais marcas das eleições municipais brasileiras de 2008. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara de Souza. **Como o eleitor escolhe seu prefeito**. Campanha e voto nas eleições municipais. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara de Souza. **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro FGV Editora, 2016.

LAVAREDA, Antonio et al. Eleições municipais 2012 e sinais para adiante. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara de Souza. **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro FGV Editora, 2016.

LEMOS, André. **Morte aos Portais**. Porto Alegre, junho de 2000. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/portais.html>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

LIEDTKE, Paulo Fernando. **Governando com a mídia: duplo agendamento e enquadramento no governo Lula (2003-2006)**. 2006. 414 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia) Política.

LIMA, Venício A. de. **A mídia e as eleições de 2006**. Teoria e Debate. Edição 68, 2006. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/?q=colunas/midia/midia-e-eleicoes-de-2006>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

LIMA, Venício A. de. **Os partidos políticos e a mídia**. Teoria e Debate. Edição 86, 2010. Disponível em: <<http://teoriaedebate.org.br/index.php?q=colunas/midia/os-partidos-politicos-e-midia>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

LINHARES, Carolina. Erundina critica restrição em debates durante caminhada na zona leste. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 ago. 2016. Poder. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1799515-erundina-critica-restricao-em-debates-durante-caminhada-na-zona-leste.shtml>>. Acesso em 26 dez. 2017.

LÖWY, Michael. Prefácio. In: SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

MANRICH, Christian; DINIZ, Eduardo Henrique; SANDES-GUIMARÃES, Luisa Veras de. Jornais brasileiros e sua atuação na internet. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em:

<http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/diniz_3.pdf>. Acesso em 2 ago. 2017.

MARQUES, Rosa Maria; ANDRADE, Patrick Rodrigues. Doze anos de governo PT: o preço da não escolha. In: DOWBOR, Ladislau; MOSANER, Marcelo (coords). **A crise brasileira: coletânea de contribuições de professores da PUC/SP**, São Paulo: Editora Contracorrente, 2016.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MASCARENHAS, Gabriel; TALENTO, Aguirre. Teori autoriza inquérito para investigar Dilma na Lava Jato. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 ago. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1803750-teori-autoriza-inquerito-contradilma-na-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

MATTOS, Geísa. A voz do bairro: um candidato fora do mundo da política. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de (Org.). **A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MATTOS, Maria Ângela et al. Estudos de Recepção: possível deslocamento para uma epistemologia das interações. **Portal de Periódicos – UTP**, Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional. Revista do Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Tuiuti do Paraná - UTP Curitiba, v. 15, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2013. ISSN: 1980-5276. Disponível em: <seer.utp.br/index.php/i/article/download/212/183>. Acesso em: 14 out. 2017.

MEDEIROS, Étore; FONSECA, Bruno. As bancadas do Senado. **Agência Pública**, São Paulo, 2 jun. 2016. Truco no Congresso. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/06/truco-as-bancadas-do-senado/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

MEDEIROS, Étore; SARDINHA, Edson. Bancadas de investigados e empreiteiras votaram para afastar Dilma. **Agência Pública**, São Paulo, 12 mai. 2016. Truco no Congresso. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/05/truco-bancadas-de-investigados-e-empreiteiras-votaram-para-afastar-dilma/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

MEDIA Ownership Monitor (MOM). **Quem controla a mídia no Brasil**. Brasil. Pesquisa divulgada pelo MOM-Brasil, em 31/10/2017, Disponível em: <brazil.mom-rsf.org>. Acesso em: 31 out. 2017.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MELLO Franco se despede da Folha. Brasil 247, 17 de Janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/337335/Mello-Franco-se-despede-da-Folha.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

MENDES, António Mira Marques. **Subsídios para uma Teoria das Crises Políticas**. In: CONGRESSO SOPCOM, 4, 2005. Aveiro, Portugal. Livro de Actas. Lisboa: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 2005, p. 765-774. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/mendes-antonio-subsidios-teoria-criSES-politicas.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. **Enquadramento**: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. RBCS, vol. 27, n° 79, junho/2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcSOC/v27n79/a12.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

MIELNICZUK, Luciana. **Características e implicações do jornalismo na Web**. 2001. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Introdução: mídia, conflito e formação de preferências. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017a.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Conclusão: a mídia e a democracia no Brasil. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017b.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Caso Lava Jato**: entenda o caso. Brasília: MPF, 2014. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MOTTA, Luiz G. O partido da mídia. **Jornal de Debates** - Ecos da Eleição, edição 822, 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed822_o_partido_da_midia/>. Acesso em: 5 nov. 2017.

NA FOLHA de S. Paulo, Caiado ataca Michel Temer: ajuste fiscal é apenas encenação. **Goiás 24 horas**, Goiás, 27 ago. 2016. Disponível em: <<http://goias24horas.com.br/56011-na-folha-de-s-paulo-caiado-ataca-michel-temer-ajuste-fiscal-e-apenas-encenacao/>>. Acesso em 12 dez. 2017.

O JULGAMENTO do Mensalão. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2012. Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/ojulgamento-domensalao/ojulgamento/o_esquema.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2017.

O QUE é o cargo de ombudsman? **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 set. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/2014/09/1520973-o-que-e-o-cargo-de-ombudsman.shtml>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

OSWALD, Vivian. Meirelles: eleições municipais não devem interferir em ajustes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 set. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/meirelles-eleicoes-municipais-nao-devem-interferir-em-ajustes-20054671>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

PAIVA, Denise; RIBEIRO, Pedro Floriano; BEZERRA, Heloisa Dias. Crônica de uma vitória anunciada: a reeleição de Íris Rezende em Goiânia. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara de Souza. **Como o eleitor escolhe seu prefeito**. Campanha e voto nas eleições municipais. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PARADOXO. Origem da palavra paradoxo. **Dicionário Etimológico**: etimologia e origem das palavras. 2008. Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/paradoxo/>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

PARADOXO. **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=8ad32>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

PARA HADDAD, ‘golpe’ é termo ‘duro’ para falar sobre processo contra Dilma. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 ago. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1801494-para-haddad-golpe-e-termo-duro-para-falar-sobre-processo-contradilma.shtml>>. Acesso em 28 dez. 2017.

PASQUINO, Gianfranco. Crise. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Tradução de Carmem C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/dicionario_de_politica_norberto_bobbio.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2017.

PICARD, Robert G. Contemplating Democracy without the Press. Annual Report 2009 Stiftelsen Tinius. Disponível em: <http://www.academia.edu/31045811/Contemplating_Democracy_without_the_Press>. Acesso em: 11 out. 2017.

PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. Manifestações pró-*impeachment* Dilma Rousseff e comunicação política no Twitter. In: LUVIZOTTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; ROTHBERG, Danilo (Orgs). **Mídia e sociedade em transformação**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2016.

PITOMBO, João Pedro. Eleição em Fortaleza vai opor PT e governador petista. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 ago. 2016b. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1800462-eleicao-em-fortaleza-vai-opor-pt-e-governador-petista.shtml>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

PITOMBO, João Pedro. PMDB vai apoiar chapa PCdoB-PT em Aracaju. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jun. 2016a. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1786262-pmdb-vai-apoiar-chapa-pcdob-pt-em-aracaju.shtml>>. Acesso em 26 dez. 2017.

PITOMBO, João Pedro; BÄCHTOLD, FELIPE. Crise quebra alianças, e PT fica isolado nas eleições das capitais. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 ago. 2016a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1797427-crise-quebra-aliancas-e-pt-fica-isolado-nas-eleicoes-das-capitais.shtml>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

PITOMBO, João Pedro; BÄCHTOLD, FELIPE. PC do B se alia a partidos pró-*impeachment* nas eleições municipais. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 ago. 2016b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1797433-pc-do-b-se-alia-a-partidos-pro-impeachment-nas-eleicoes-municipais.shtml>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da Mídia e Política**. In: XXV Congresso da Intercom. Anais. Salvador: UNEB, 2002.

PROCESSO de *Impeachment* de Dilma - Da eleição ao *impeachment*. **Portal G1**. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma/da-eleicao-ao-impeachment/>>. Acesso em 10 out. 2017.

RABAÇA, Carlos Alves; BARBOSA, Gustavo. Dicionário de Comunicação. São Paulo: Ática, 1987, 401. In: MELO, José Marques de. **Jornalismo Brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

RAMADAN, Nancy Nuyen Ali. Discussão da pauta política nos produtos informativos *on-line*. In: BARROS FILHO, Clóvis (Org.). **Comunicação na pólis**: ensaios sobre mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

RICCI, Rudá. As origens das tendências no PT. **Blog do Rudá**. 2015. Disponível em: <www.rudacci.com.br>. Acesso em 27 nov. 2017.

RODRIGUES, Hammes Rosângela. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo**: cronotopo e dialogismo. 2001. 347 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Teses/rosangela_rodrigues.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

RODRIGUES, Valter A. Poder e [im]potência da mídia: a alegria dos homens tristes. In: BARROS FILHO, Clóvis (Org.). **Comunicação na pólis**: ensaios sobre mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ROSÁRIO, Miguel do. A ingenuidade de Celso Rocha de Barros. **O Cafezinho**, 4 nov. 2017. Arquivo Arquivo, 2017. Disponível em: <<https://www.ocafezinho.com/2017/11/04/ingenuidade-de-celso-rocha-barros/>>. Acesso em 26 nov. 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Eleições e (Idade) Mídia. In: BARROS FILHO, Clóvis (Org.). **Comunicação na pólis**: ensaios sobre mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SADER, Emir. Governo deve tratar mídia como partido de oposição. **Brasil 247**, 5 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/blog/emirsader/212088/Governo-deve-tratar-m%C3%ADdia-como-partido-de-oposi%C3%A7%C3%A3o.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAFATLE, Vladimir. **Entrevista:** Safatle comenta os grampos de Dilma e Lula. YouTube, 12 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R1mKEcl7A54>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

SAFATLE, Vladimir. Sem campanha, conseguimos fazer das eleições uma pantomima. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2016/08/1806883-sem-campanha-conseguimos-fazer-das-eleicoes-uma-pantomima.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SALES, Tainah. Aspectos jurídicos do *impeachment*, dos crimes de responsabilidade e das “pedaladas fiscais”. **Revista de Direito Brasileira**. São Paulo, v. 16., n. 7, 2017. Disponível em: <<http://www.rdb.org.br/ojs/index.php/rdb/article/view/431>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Judicialização da política**. YouTube, 22 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6OaqzrO89M0>>. Acesso em: 1 jan. 2018.

SARTORI, Goovanni. **A teoria da democracia revisitada**. Vol. I. São Paulo: Editora Ártica, 1987.

SEABRA, Catia. Petistas do Nordeste insistem em ter Dilma na campanha. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 ago. 2016b. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1801017-petistas-do-nordeste-insistem-em-ter-dilma-na-campanha.shtml>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SEABRA, Catia. Presidente do PT descarta proposta de Dilma sobre novas eleições. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 ago. 2016c. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1798944-pt-descarta-proposta-de-dilma-sobre-novas-eleicoes.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

SEABRA, Catia. PT diz em nota que não abandonou Dilma Rousseff. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 ago. 2016a. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1797804-pt-diz-em-nota-que-nao-abandonou-dilma-rousseff.shtml>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SEABRA, Catia; BERGAMIM JR. Giba; FÁVERO, Bruno. Perto da eleição, políticos trocam de lado em São Paulo. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 ago. 2016, Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1799759-perto-da-eleicao-politicos-trocam-de-lado-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SENADO cassa mandato de Dilma; Congresso dará posse efetiva a Temer. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 2016. Poder. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808784-senado-cassa-mandato-de-dilma-congresso-dara-posse-efetiva-a-temer.shtml?mobile>>. Acesso em 28 dez. 2017.

SENADO FEDERAL. Pedalada fiscal. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SERVA, Leão. *Jornalismo on-line*. In: MELO, José Marques de. et al. **Um país aberto**: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Jornalismo, disseminação e democracia*. In: MELO, José Marques de. et al. **Um país aberto**: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2003.

SILVA, Juremir Machado da. *Da Utopia à atopia: a tecnologia fora do lugar*. In: BARROS FILHO, Clóvis (Org.). **Comunicação na pólis**: ensaios sobre mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SILVA JUNIOR, José Afonso. **Jornalismo 1.2**: características e usos da hipermídia no jornalismo, com estudo de caso do Grupo Estado de São Paulo. 2000. 239 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Disponível em: <http://gjol.net/wp-content/uploads/2012/12/2000_silvajr_dissertacao.pdf>. Acesso em 19 abr. 2017.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?**. Tradução de Milton Camargo Mota. Edições Loyola: São Paulo, 2002.

SINGER, André. *Políticas de antecipação: a Folha na abertura democrática*. In: MELO, José Marques de. et al. **Um país aberto**: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2003.

SODRÉ, Muniz. **A interação humana atravessada pela midiaticização**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos - IHU On-Line. Entrevista publicada em 13 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2476&secao=289>.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOTELO, Ignacio. *El populismo bolivariano: el rasgo principal del sistema venezolano es hacer política social cubana dejando el capitalismo*. **El País**, Tribuna, 30 jun. 2014. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2014/06/30/actualidad/1404141737_942921.html>. Acesso em: 1 dez. 2017.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SUA EXCELÊNCIA, o consumidor de notícias. 2017. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2017. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/sua-excelencia-o-consumidor-de-noticias.shtml>>. Acesso em: 14 out. 2017.

STRÖMBÄCK, Jesper. **Midiaticização da Política**: sobre uma estrutura conceitual para pesquisa comparativa. Departamento de Jornalismo da Universidade Mid Sweden, 2014. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/gpcomunicpublicapolitica/cap-19-midiaticizacao-da-politica-sobre-uma-estrutura-conceitual-para-pesquisa-comparativa>>. Acesso em 30. set. 2016.

TELLES, Helcimara de Souza; LOURENÇO, Luiz Cláudio; STORNI, Tiago Prata. Eleições de oposição, alianças sem partidos: o voto para prefeito em Belo Horizonte. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. **Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Conheça as novas regras das Eleições Municipais de 2016**. 5 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Janeiro/conheca-as-novas-regras-das-eleicoes-municipais-de-2016>>. Acesso em: 10 out. 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas do eleitorado: eleitores filiados**, nov. 2017. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/filiados>>. Acesso em 10 out. 2017.

TUROLLO JR., Reynaldo; REVERBEL, Paula. Em convenção, PMDB oficializa candidatura de Marta Suplicy. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1797175-em-convencao-pmdb-oficializa-candidatura-de-marta-suplicy.shtml>>. Acesso em 26 dez. 2017.

VANNUCHI afirma que imprensa age como “partido de oposição”. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo. Poder. 31 mar. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3103201015.htm>>. Acesso em 10 out. 2017.

VENANCIO, Rafael Duarte Oliveira. **Jornalismo e linha editorial: construção das notícias na imprensa partidária comercial**. E-papers: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=jXTOzVY1-rUC&oi=fnd&pg=PA5&dq=linha+editorial+&ots=y6SIrZMiZp&sig=x9JKadcYjZwDE8bfhOK0w9XjhdQ#v=onepage&q=linha%20editorial&f=false>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

VIGGIANO, Mário Francisco Ianni. **Entre o “interesse público” e o “interesse do público”**: um estudo dos dispositivos de enunciação do atual contrato de leitura do jornal Estado de Minas. 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Comunicacao_ViggianoMF_1.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2018.

VIZEU, Rodrigo. Mês de agosto deve selar destino de Dilma, Cunha e Russomanno. **Portal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 ago. 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1797558-mes-de-agosto-deve-selar-destino-de-dilma-cunha-e-russomanno.shtml>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

WESTIN, Ricardo. **Dois presidentes do Brasil sofreram impeachment em 1955**. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dois-presidentes-do-brasil-sofreram-impeachment-em-1955>>. Acesso em 26 out. 2016.

ZILLER, Joana; MOURA, Maria Aparecida. Jornalismo de portal e tradução intersemiótica: apontamentos para debate da prática jornalística na internet. In: SILVA, Aldo Clécio Neres; JANONES, Flávio Alves (Orgs.). **Olhares contemporâneos: comunicação, moda e cinema**. Belo Horizonte: Ius; Una, 2011.

ANEXO 1 - Frente ao desafio das eleições, jornal enfrentará 'paradoxo da pluralidade'

A mais curta campanha eleitoral desde a redemocratização começou de fato na semana passada com a divulgação das primeiras pesquisas de intenção de voto com os candidatos registrados e a veiculação dos programas eleitorais no horário obrigatório do rádio e da televisão.

Com os desdobramentos esperados do *impeachment* de Dilma Rousseff, a eleição de 2016 tende a acirrar novamente os ânimos de (e)leitores, transferindo para o nível municipal a disputa efervescente da campanha presidencial de 2014.

O clima de polarização entre tucanos e petistas, direitistas e esquerdistas ou pró e contra impeachment transbordou para os jornais.

A múltipla oferta de conteúdo permitida pelas novas tecnologias trouxe uma proliferação de sites supostamente noticiosos, além de postagens e páginas tendenciosas, muitas das quais criadas e manipuladas por grupos políticos ou serviços contratados por estes.

Esse ambiente belicoso ajuda a despertar em parte expressiva dos (e)leitores o desejo de que o mundo, e, conseqüentemente, os jornais, se limite às suas crenças e convicções, como se o diferente e o antagonico não compusessem ou não devessem compor uma sociedade democrática.

O jornalismo que a **Folha** se propõe exercer, consolidado nos últimos 30 anos sob o lema de crítico, apartidário e pluralista, parece hoje menos compreendido e mais desafiado. Reza o Manual da Redação que "todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal".

Historicamente, grupos políticos se manifestam, de um lado ou de outro do espectro, em desacordo com as posições da **Folha**.

Ao longo das décadas, o jornal procurou e obteve relativo sucesso em manter-se equidistante dos agrupamentos no poder, sem abrir mão dos valores jornalísticos que tornaram a **Folha** o que é.

Leitores, no entanto, têm questionado com frequência a ombudsman sobre a forma como o jornal exerce seu pluralismo. O leitor Luiz Groff opinou: "Ao colocar em suas páginas vários políticos da direita à esquerda e militantes de diferentes ideologias e sexualidades, a **Folha** abriu mão do seu principal atributo, a análise crítica simétrica."

Alguns veem exagero na dose de pluralismo; outros, mais extremados, apontam capitulação. O leitor Carlos Eduardo Gomes acusou a **Folha** de exercer um "falso pluralismo" ao abrir espaço para colunista com pensamento contrário ao seu.

Nas últimas semanas, leitores têm intensificado críticas, mais do que ao próprio noticiário, às páginas de opinião do jornal, aquelas que deveriam ser o porto seguro da diversidade de pensamento.

Da escolha de colunistas da página 2 a artigos publicados na seção Tendências/Debates, passando pelas charges, muitos leitores demonstram não estar dispostos a aceitar que "seu" jornal traga vozes divergentes da sua ou com posicionamentos que desaprove.

Este não é, entretanto, um fenômeno estritamente brasileiro tanto na crítica ao jornalismo quanto na polarização política.

Pesquisa divulgada na semana passada pelo Poynter Institute, centro de estudos de jornalismo norte-americano, mostrou como o consumo de relatos políticos opinativos ou tendenciosos afeta a relação dos leitores com órgãos de mídia por meio dos quais deveriam se informar sobre os acontecimentos.

Os pesquisadores relataram ter evidências persuasivas de que o consumo de sites com notícias tendenciosas promove crenças imprecisas.

Afirmam que o consumidor desse tipo de mídia acaba incentivado a acreditar em informações distorcidas ou imprecisas, independentemente das evidências a que tiveram acesso.

Constatam também que a exposição ao que chamam de mídia ideológica estimula mal-entendidos e aumenta a desconfiança sobre relatos que lhe desagradam.

"É lamentável que as pessoas pareçam querer ler e ouvir aquilo em que elas já acreditam. Quanto mais se movem em direção aos extremos, mais isso acontece.

Por essa razão, o desejo de uma cobertura justa e neutra é menor, e isso prejudica o jornalismo", resumiu com perfeição Margaret Sullivan, ex-defensora dos leitores do "New York Times".

Jornalismo não é uma ciência exata, mas jornalistas e leitores têm elementos factuais dos quais não podem se afastar.

Primeiro, opinião é opinião e assim deve vir embalada. Um jornal plural deve se esforçar para refletir pontos de vista vários, contraditórios mesmo, em suas páginas de opinião.

Outra coisa são os valores informativos que devem embasar a produção do noticiário. Em tempos de redes sociais combativas, o jornalismo torna-se necessário e relevante quanto mais exercer seu papel investigador e analítico de fatos acurados e precisos.

Uma cobertura justa e neutra passa a ser ponto de qualificação e garantia de permanência. A longo prazo, os leitores reconhecerão tal esforço.

ANEXO 2 - O PT vai rachar?

Há um risco real de o PT rachar. O Campo Majoritário e a tendência Mensagem ao Partido, do ex-governador Tarso Genro, vêm adotando posições públicas cada vez mais difíceis de conciliar. Os dissidentes são um grupo importante, com capacidade de levar uma parte razoável do partido com eles. No mínimo, a disputa interna deve se acirrar.

Boatos sobre a saída da Mensagem já circulam há mais de um ano. Mas a crise do segundo mandato de Dilma criou uma tensão. Por um lado, vários grupos dentro do PT passaram a contemplar a possibilidade de sair da sigla. Se Dilma tivesse conseguido fazer o ajuste com Levy/Barbosa, o racha teria sido inevitável.

Por outro lado, a guerra do impeachment criou um constrangimento: um êxodo em massa de petistas teria sido uma rendição sem honra diante da ofensiva conservadora, conduzida por partidos e setores à direita, inclusive, do PSDB.

A batalha do impeachment está acabando e todos sabem qual será seu resultado. Em poucas semanas, não haverá mais o principal obstáculo ao racha. Três eventos recentes sugerem que o risco de dissidência cresceu.

O mais importante, sem dúvida, foi a eleição da presidência da Câmara. Enquanto os dirigentes do partido (Lula incluído) apoiavam Rodrigo Maia (DEM-RJ), parte importante da bancada se retirava do plenário. Os dissidentes não aceitam voltar a jogar o jogo tradicional da política brasileira. Entendo quem não queira fazê-lo, mas, por enquanto, é o jogo que temos.

Na semana passada, uma nova tensão surgiu quando Rui Falcão, presidente do PT, recusou publicamente a tese da consulta popular por novas eleições caso Dilma sobreviva ao impeachment. A própria presidente havia manifestado simpatia por novas eleições. Como notou o jornalista Kennedy Alencar, a declaração de Falcão foi o adeus do partido a Dilma.

A posição do presidente do PT levou Tarso Genro a escrever, em uma rede social, que os dirigentes do PT "omitiram todos os erros sem um pio. Agora que Dilma aponta, corretamente, querer responder com a soberania popular, direção do PT diz não".

E Dilma, por sua vez, parece propensa a romper com a direção do PT. As declarações da presidente pedindo autocrítica do partido se tornaram mais frequentes desde que as denúncias de dinheiro irregular em sua campanha eleitoral se tornaram mais críveis.

Além de jogar a culpa no PT (que não deve mesmo ser inocente), Dilma deu sinais de que pretende cair com o discurso dos dissidentes: em entrevista recente à **Folha**, declarou que seu grande erro foi tentar um ajuste fiscal rápido demais.

Essa autocrítica pela esquerda é nova: em outros momentos, Dilma dizia que seu erro foi ter subestimado o tamanho da crise internacional em 2014, ou ter se aliado ao PMDB.

O PT cometeu muitos erros, e não chega a ser uma surpresa que um grupo grande de militantes pense em deixar a legenda.

O problema é outro. Os dirigentes que cometeram crimes eram os que mais aceitavam as regras do jogo, tanto na política quanto na economia. Isso diz algo sobre as regras do jogo. Mas será muito ruim para o país se uma parte importante da esquerda, que inclui quadros de grande qualidade, se recusar a jogar. Isso diminuiria, inclusive, as chances de construirmos um novo jogo no pós-Lava Jato.

ANEXO 3 - É chegada a hora de pensar no longo prazo

Nesta semana, encerramos um ciclo inesperadamente animador da vida nacional, com a realização bem-sucedida dos Jogos Olímpicos e uma atuação bastante razoável dos nossos atletas. Precisávamos disso. Desde os debates que marcaram o início do processo do impeachment e a disfuncional polarização a ele associado, estávamos de mau humor e com certa paralisia institucional. Tudo mais havia saído de pauta, como se a questão central do país fosse a corrupção e, sendo isso muito difícil de eliminar, estaríamos destinados ao fracasso.

Passada a constatação de que somos capazes de organizar os Jogos e mesmo deixar um legado para a cidade do Rio de Janeiro, na forma de museus, revitalização do centro e complexos viários, parece ter chegado o momento de recolocar, agora em termos mais animados, outros temas na agenda.

E é neste momento que a convergência de dois eventos entra em cena: as discussões sobre um eventual impeachment e a campanha eleitoral. Nos dois, as discussões tendem a focar questões de curto prazo e avaliações políticas rasas. Não irão certamente focar o projeto de país que se quer construir.

Mas este é o grande tema que deveria nos mobilizar daqui para a frente, visto que falhamos em algumas coisas importantes, como assegurar uma educação de qualidade para crianças e jovens, ter uma produtividade do trabalho à altura do estágio de desenvolvimento do país, oferecer uma adequada atenção à saúde ou contar com uma infraestrutura que não engargale o crescimento ou prejudique o ambiente. Mais do que isso, garantir que avanços (e houve avanços, sem dúvida, nos últimos 20 anos) nessa direção se mantenham mesmo com mudanças de governos.

Se o debate eleitoral que se inicia e os programas dos próximos prefeitos contemplarem algumas dessas questões, sairemos ganhando. Tenho minhas dúvidas, mas vale a pena esperar alguma ênfase nas questões de fundo do cenário nacional.

Em educação, de acordo com o relatório lançado segunda-feira (22) pela Comissão de Educação do Diálogo Interamericano, o Brasil ainda tem muito o que fazer. Apesar de ter sido o país que mais avançou em matemática no Pisa, exame internacional de qualidade da educação, ainda se posiciona em 58º lugar entre as 65 economias que participaram da prova e levaria, no andar da carruagem, 27 anos para alcançar a média dos países da OCDE.

São esses temas que vou abordar na minha coluna semanal aqui na Folha. Que desafios temos que enfrentar e como construir uma agenda de longo prazo que coloque o Brasil num outro patamar, tanto em educação quanto em outras políticas públicas? Aceito sugestões.

ANEXO 4 - Fora do tempo

Um clima de desalento tomou os aliados de Dilma Rousseff no dia em que o Senado se reuniu para transformá-la em ré no processo de impeachment. Afastada há quase três meses, a presidente não conseguiu virar um único voto a seu favor. Ao contrário: na noite de terça (9), todas as previsões indicavam que ela sofreria uma derrota pior que a de maio, quando foi retirada do cargo.

O desinteresse pelos discursos era visível no plenário. Alheios à tribuna, senadores consultavam os celulares em busca de notícias da Olimpíada. Enquanto os atletas competiam no Rio, a sensação em Brasília era de jogo encerrado.

Fora do alcance das câmeras, os náufragos do governo afastado buscavam explicações para o fracasso anunciado. Muitos repetiam que Dilma perdeu o "timing" para esboçar uma reação. A ideia de divulgar uma carta aos senadores, com os últimos apelos contra o impeachment, teria sido tomada tarde demais.

"Esta foi a tônica do governo dela. Até as decisões certas saíram na hora errada", lamentava um senador petista. Os aliados também criticaram a hesitação em propor novas eleições. Quando Dilma finalmente aceitou a tese, alguns autores da ideia já haviam sido cooptados pelo grupo de Michel Temer.

Fora do poder, a presidente afastada voltou a esbarrar num problema antigo: a falta de sintonia com seu partido. Na semana passada, a direção do PT a desautorizou publicamente ao rejeitar a antecipação das eleições. Os choques com a sigla desmobilizaram entidades como MST e CUT, que prometiam ocupar as ruas para defender o "Volta, Dilma".

Cercado pela Lava Jato, Lula também se afastou da defesa de Dilma. Ontem ele desembarcou na capital quando a maioria dos senadores já havia anunciado seus votos. Aliados diziam que o ex-presidente não via mais tempo hábil para salvar a sucessora. Sua missão era discutir o pós-impeachment e a sobrevivência do PT nas eleições municipais.

ANEXO 5 - Embaralhando as cartas

Quem tentar entender a eleição municipal como um plebiscito sobre o impeachment corre o risco de cair do cavalo. O alerta surgiu nesta terça-feira (16), primeiro dia de campanha pelas prefeituras.

O ex-ministro Ciro Gomes desembarcou no Rio para declarar apoio ao candidato do PMDB, Pedro Paulo Teixeira. O encontro selou a aliança de um defensor enérgico de Dilma Rousseff com um deputado que votou a favor de afastá-la da Presidência.

A eleição carioca terá três candidatos que se engajaram na defesa de Dilma: Marcelo Freixo (PSOL), Jandira Feghali (PC do B) e Alessandro Molon (Rede). Ao optar por Pedro Paulo, Ciro embaralha as cartas de quem aposta na nacionalização da disputa.

Pré-candidato ao Planalto em 2018, ele indica que as eleições de outubro podem ignorar as divisões em Brasília para privilegiar temas locais. "Chegamos à conclusão de que o melhor para o Rio é o Pedro Paulo, pouco importa essa contradição da política nacional", disse o pedetista.

A contradição pode importar pouco para Ciro, mas não é pequena. Em discursos e entrevistas, o ex-ministro tem se referido a Michel Temer como "traidor" e "salafrário", entre outros adjetivos. Ex-aliado de Dilma, Pedro Paulo é só elogios ao presidente interino. Já declarou, inclusive, que espera recebê-lo em seu palanque.

*

Uma curiosa série de coincidências tem pautado o calendário dos magistrados da Lava Jato.

Em março, o juiz Sergio Moro divulgou uma conversa telefônica entre Lula e Dilma na véspera de o ex-presidente assumir a Casa Civil. O grampo tumultuou a posse, radicalizou o ambiente político e acelerou a derrubada do governo.

Nesta segunda (15), o ministro Teori Zavascki autorizou a abertura de inquérito contra Lula e Dilma. O pedido estava em sua mesa desde o início de maio. Foi atendido um dia antes de a presidente afastada ler sua carta contra o impeachment.

ANEXO 6 - Sem campanha, conseguimos fazer das eleições uma pantomima

Provavelmente na semana que vem o processo de impeachment de Dilma Rousseff estará encerrado. Com ele, poderá começar uma nova e radiante era na história brasileira. Afinal, o povo se levantou em uma verdadeira sublevação cidadã contra a corrupção reinante no Estado e agora é senhor de seu destino. A economia entrará novamente nos trilhos, livre agora dos arcaísmos que a prendiam a uma legislação trabalhista oriunda do getulismo. A doutrinação ideológica que reinava nas escolas e universidades será enfim combatida e nossos alunos poderão pensar livremente. O mundo já percebe este novo país que nasce, deixando-se encantar pela simpatia e pelo gingado do Brasil com sua olimpíada contagiante e inesquecível. Celebremos então a ressurreição nacional. Agora, tudo ficará bem.

Talvez não seja desta forma que você esteja a vivenciar este momento, mas parece ser assim que alguns setores hegemônicos da formação da opinião pública gostaria que fosse.

Não foi muito diferente na Argentina. O governo Macri foi saudado como o fim do populismo fiscal e político. Seus resultados estão aí para quem quiser ver: no primeiro trimestre do ano mais de 1,3 milhão de pessoas voltou à classe pobre, fazendo este número saltar de 29% da população argentina para 34%. A isto, certos jornais e revistas chamam de "sucesso".

O Brasil tem uma grande "expertise" nesta área. Já na ditadura militar, tínhamos que aguentar o cinismo de presidentes que diziam "O país vai bem, mas o povo vai mal". A frase era muito boa. Havia um país do qual o povo não participava. País que produzia milagres que, como se dizia à época, faziam o bolo crescer para depois ser repartido. No final, o bolo cresceu, mas apenas para a casta de sempre. Bem, agora o país está pronto novamente a ir bem, enquanto seu povo cai no abismo.

Afinal, os peões já estão postos no tabuleiro. O "governo" e seu ministro banqueiro já anunciou corte de 45% da verba de investimentos das universidades, mostrando o nível do seu comprometimento com a educação nacional. Ele luta por novas leis trabalhistas que visam precarizar as condições de trabalho, generalizar as terceirizações e os parques diretos que o trabalhador brasileiro.

No mesmo momento em que políticas desta alcunha são gestadas, o lucro líquido dos cinco principais bancos brasileiros foi de R\$ 30 bilhões. Sim, alguém ganhou enquanto você perdia.

Quando a economia voltar a crescer, os níveis salariais médios serão ainda mais baixos, os níveis de desigualdade voltarão aos índices de sempre. Mas isto não fará muita diferença, pois sua casa será inundada, como na boa época da ditadura militar, com propaganda oficial travestida de notícia. Sempre haverá uma olimpíada para celebrar, sempre haverá um circo sem pão. Como dizia Oswald de Andrade e Pagu em seu jornal "O homem do povo": "Nesta vida tudo é passageiro, menos o motorista e o motorneiro", pois estes vão precisar trabalhar em condições draconianas de sempre para o ônibus continuar a andar e garantir a riqueza dos cartéis.

Enquanto isto ocorre, a classe política resolveu neste momento brincar de eleições. Sim, as eleições brasileiras sempre tiveram uma vocação para a farsa, haja vista a história de nossa República Velha com suas eleições de fachada que não passava de acerto entre grupos de oligarcas.

Ao que parece, elas voltaram com força. Afinal, eleições? Que eleições? Sem campanha, com regras feitas sob medida para esvaziar debates e excluir candidatos, com partidos que não representam nada, conseguimos fazer das eleições uma pantomima. O povo brasileiro percebe isto a ponto de mostrar um desinteresse soberano por uma eleição que ocorrerá em pouco mais de um mês.

Mas em um país no qual uma presidenta é afastada por uma claque de corruptos a partir de um "crime" criado sob encomenda em um acerto de contas, em uma briga de gangues entre ocupantes do mesmo barco de "governabilidade", onde membros do seu próprio partido, como o prefeito de São Paulo, dizem que "golpe" é uma palavra muito dura, isto enquanto seu partido continua suas práticas políticas degradadas de sempre fazendo negociação no varejo com os próprios "golpistas", o que significa afinal "eleições"?

ANEXO 7 - Ajuste fiscal do governo Temer tornou-se encenação

A saída da presidente Dilma Rousseff não pode ser vista apenas como a queda de um governo e a ascensão de outro. Precisa simbolizar algo bem mais amplo e significativo: o fim efetivo de um projeto criminoso de poder (nas palavras do ministro Celso de Melo, do STF), de teor populista-bolivariano, que arruinou o Brasil.

Além da ruína econômica, impôs uma queda de padrão moral sem precedentes à vida pública. Sucedê-lo implica redirecionar o país não apenas em termos políticos, econômicos e administrativos mas, sobretudo, quanto a valores e princípios.

As multidões, que em quatro manifestações sucessivas ocuparam as ruas, condensavam nos protestos contra a corrupção os anseios por uma nova e diametralmente oposta maneira de governar.

Nela, não há espaço para a demagogia, que leva o governante a jogar para a arquibancada, em detrimento do bom senso e do genuíno interesse público.

Não há mais condições de governar sob o jugo corporativo, de minorias organizadas, subsidiadas com dinheiro público, que pretendem se sobrepor à sociedade. E não há espaço para a política fisiológica, em que a máquina do Estado é moeda de troca. Impõe-se algo maior: a refundação da República.

A saída da presidente é um grande passo, mas insuficiente para lidar com o seu trágico legado. O país quer mais, embora entenda as limitações de um presidente que assume em tais condições. Mas essas limitações não impedem que se deem os primeiros passos.

Mais que uma reforma política, é preciso reformar os políticos, a mentalidade vigente, trazendo-os a essa nova realidade que se descortina a partir do impeachment. Ele não ocorre por questões pontuais, embora esteja juridicamente limitado a elas.

Sabe-se, porém –e isso evidentemente influirá na votação–, do que de fato estamos tratando, do tamanho do estrago, que não se limita aos crimes de responsabilidade, embora sejam graves o suficiente para depor um presidente. Mas é bem mais.

Trata-se de remover um projeto revolucionário e criminoso, que viveu por 13 anos, dilapidando e aparelhando o Estado e a própria sociedade civil, contaminando com a propaganda ideológica desde o ensino fundamental até a política externa.

A simples troca de comando não será suficiente para bani-lo. É preciso que sinais claros sejam emitidos pelos que o sucedem. E não estão sendo. O ajuste fiscal do governo Temer tornou-se uma encenação, que começou com a aprovação de reajustes para 14 categorias de servidores, e prossegue com mais uma leva de aumentos. O dos salários do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, repercute em cascata sobre outras remunerações, como a dos deputados e senadores. Como se não bastasse, fala-se na recriação de ministérios recém-extintos para acomodar aliados.

Diante disso, o ministro da Fazenda admite que, fracassando o ajuste –e, nos termos expostos, há chance de êxito?–, não hesitará em aumentar tributos. E o povo que pague.

Não posso apoiar, nem política, nem moralmente, esse procedimento, sob pena de cumplicidade com uma prática que a população quer ver banida e a cujo clamor atendi ao votar pelo impeachment e pelo fim do bolivarianismo no Brasil.

O que vejo, até aqui –e só posso falar do que vejo–, são projetos populistas, a poucos dias das eleições municipais. Nós, que clamamos pelo ajuste –e pelo início do saneamento da economia–, passamos por vilões, pois não nos curvamos ao lobby corporativo, enquanto os que se curvam, os verdadeiros vilões, passam por benfeitores. Desse teatro, definitivamente, não participo.

ANEXO 8 - Crise quebra alianças, e PT fica isolado nas eleições das capitais

O PT deve disputar sua primeira eleição pós-impeachment em um acentuado isolamento nas capitais.

A pressão da militância partidária, o rompimento com partidos que compunham a antiga base da presidente afastada Dilma Rousseff e até mesmo a rejeição de antigos parceiros farão o PT ter alianças mais restritas na campanha municipal deste ano.

O partido deve lançar candidatos próprios em 20 das 26 capitais e, até agora, a tendência é de chapa pura em dez dessas cidades.

Em outros Estados, a composição deve se restringir a pequenos partidos ou aliados que se opõem ao impeachment, como o PC do B.

A exceção é Rio Branco (AC), onde o prefeito petista Marcus Alexandre tentará a reeleição aliado a 14 siglas. O prazo para registro das candidaturas vai até o próximo dia 15.

"A crise política influenciou nas alianças e tomamos a decisão de priorizar partidos contrários ao golpe. Vamos para a campanha defender o nosso legado e mostrar nossa visão política humanizada", diz Florisvaldo Souza, secretário de organização do PT.

A conjuntura de isolamento deve provocar uma espécie de volta às origens petistas, com candidatos menos competitivos, campanhas menos custosas e discurso mais à esquerda.

Em Palmas (TO), por exemplo, a iniciativa do PT é de montar uma chapa com vice do PSOL, partido fundado em 2005 por dissidentes petistas e oposição nos anos Lula e Dilma. Em Manaus (AM), as conversas são até com o PCO e o PSTU.

Em Belém (PA), a ex-deputada Regina Barata (PT) vai enfrentar o favorito Edmilson Rodrigues (PSOL), deputado federal e ex-prefeito. A posição de coadjuvante dentro da própria esquerda gera antes cenários inimagináveis.

O presidente do PT em Belém, Apolônio Brasileiro, por exemplo, acusa o PSOL de pragmatismo por aliar-se ao PV. "É um partido que apoiou o golpe", reclama. Há dois anos, os petistas apoiaram uma chapa formada por PMDB e DEM no Pará.

Em cidades como Florianópolis (SC), a mobilização de partidos e movimentos de esquerda contra o impeachment, com a criação de grupos como a "Frente Povo Sem Medo", também deixou marcas na articulação eleitoral.

"Entendemos que o campo de aliança é esse, mais de esquerda, inclusive pensando para 2018. Em 2012, era outra conjuntura no país", diz Gabriel Kazapi, pré-candidato petista na capital catarinense.

Em Belo Horizonte (MG), o partido vai para eleição sem a companhia dos partidos aliados do governador Fernando Pimentel, como PMDB e PRB.

"Não estou preocupado em negociar alianças sem ideologia e fazer uma campanha artificial na televisão. Quero romper com esse modelo", diz Reginaldo Lopes, pré-candidato.

SEM PMDB

Na campanha municipal de 2012, disputada no auge da popularidade de Dilma, o PT lançou chapa pura em apenas três capitais. Aliados no plano federal na época, como PR e PSB, eram comuns nas chapas petistas pelo país.

A negociação com o PMDB, partido do hoje presidente interino Michel Temer, estabeleceu naquele ano o apoio ao peemedebista Eduardo Paes no Rio em troca da aliança com candidatos petistas em Belo Horizonte e em São Luís (MA).

Quatro anos depois, o PT não terá o apoio nem apoiará o PMDB em nenhuma das capitais. Os dois partidos estarão juntos somente em Aracaju (SE), numa aliança em torno do PC do B.

Em Goiânia (GO), a união de oito anos dos dois partidos chegou ao fim em março deste ano. O PT irá às urnas com aliados de menor expressão, como Pros e PT do B.

O partido será mais competitivo em Fortaleza (CE), Recife (PE) e Porto Alegre (RS), onde escalou como candidatos ex-prefeitos.

Na capital gaúcha, o PT tirou da aposentadoria Raul Pont, 72, conhecido por ter concorrido à presidência do PT pela tendência de esquerda Democracia Socialista no auge da crise do mensalão, em 2005.

Em Fortaleza, Luizianne Lins tenta voltar ao posto em chapa pura. No Recife, o ex-prefeito João Paulo é uma das principais apostas do partido e vai enfrentar o atual prefeito Geraldo Júlio (PSB).

A situação em algumas capitais

PORTO

ALEGRE

(RS)

Antiga vitrine do PT no período anterior à eleição de Lula, a capital gaúcha terá como candidato petista **Raul Pont**, prefeito de 1997 a 2000. Em 2012, o PT lançou Adão Villaverde, ligado ao comando nacional petista, que acabou apenas em terceiro lugar

SÃO

PAULO

(SP)

A aliança que elegeu **Fernando Haddad** em 2012 não será reeditada. PP e PSB deixaram o prefeito, que, por enquanto, já fechou acordo com quatro partidos, incluindo o PDT, que terá o vice na chapa

MACEIÓ

(AL)

Dois anos depois de firmar aliança que elegeu o filho do senador Renan Calheiros, Renan Filho (PMDB), e reelegeu Fernando Collor (PTC) ao Senado, o PT vai concorrer com o deputado federal **Paulão** em chapa pura. Tentará romper a polarização entre o prefeito Rui Palmeira (PSDB) e o deputado Cícero Almeida (PMDB)

ANEXO 9 - PC do B se alia a partidos pró-impeachment nas eleições municipais

Aliado histórico dos petistas, o PC do B vai deixar de lado o discurso do "golpe" e apoiar nas eleições pelo país candidatos da base do presidente interino Michel Temer, como PSB e até mesmo o PSDB.

Em Teresina (PI), o PC do B endossa a reeleição do prefeito Firmino Filho (PSDB), que concorrerá contra o deputado estadual Dr. Pessoa (PSD) e o jornalista Amadeu Campos (PTB), este último apoiado pelos petistas.

Aliado da família Calheiros em Alagoas, governada por Renan Filho (PMDB), os comunistas vão apoiar o peemedebista Cícero Almeida em Maceió (AL). Deputado federal, ele votou a favor do afastamento de Dilma.

No Recife (PE), o partido vai reeditar a dobradinha com o prefeito Geraldo Júlio (PSB), que disputa a reeleição. Os seis deputados do PSB de Pernambuco votaram pelo impeachment, incluindo o hoje ministro das Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.

O movimento do PC do B vai na contramão do PT, que neste ano rompeu alianças regionais com caciques peemedebistas como Renan, Jader Barbalho (PA) e José Sarney (MA).

Presidente nacional do PC do B, a deputada federal Luciana Santos diz que, em uma eleição municipal, a realidade local pode se sobrepor.

"Se fosse só apoiar quem foi contra o impeachment, sobrariam o PT, uma parte do PDT e o PSOL. É um arco muito restrito", diz ela, que classifica alianças com tucanos e peemedebistas como "exceções".

O PC do B vai lançar candidatos próprios em três capitais, menos do que na eleição de 2012.

Porém, ao contrário da eleição anterior, apenas Edvaldo Nogueira (Aracaju) e Alice Portugal (Salvador) vão para as urnas com uma ampla aliança. Na capital sergipana, o candidato terá o apoio do governador Jackson Barreto (PMDB).

No Rio, a deputada Jandira Feghali será apoiada pelo PT.

ANEXO 10 - PT diz em nota que não abandonou Dilma Rousseff

Embora dirigentes do PT duvidem das chances de o partido voltar ao Palácio do Planalto neste ano, o presidente do partido, Rui Falcão, divulgou nesta segunda-feira (1º) uma nota em que diz "repudiar" a ideia de que o partido teria abandonado a presidente afastada, Dilma Rousseff.

Na nota, publicada no site do partido, Falcão diz que o partido "reafirma seu compromisso integral na luta pelo retorno à Presidência da companheira Dilma".

Apesar da manifestação pública, integrantes da cúpula do PT reconhecem "uma fadiga" para a defesa do mandato de Dilma.

Nas palavras de um deles, ninguém acredita numa mobilização capaz de levar Dilma de volta à Presidência, nem nas chances de vitória no Senado Federal. Nesta terça (2), o Senado retomará a análise do julgamento do impeachment, que deve começar a ser votado em plenário no dia 29 de agosto.

Dirigentes do partido ouvidos pela **Folha** afirmam que, se aprovado o afastamento definitivo de Dilma da Presidência, ela não deverá participar de campanhas eleitorais, dedicando-se à sua própria defesa.

Petistas admitem também que a imagem de Dilma poderá prejudicar candidatos do PT nas eleições municipais. O partido deverá se reunir nesta semana para discutir se ela terá alguma aparição na propaganda eleitoral dos candidatos a prefeito.

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, é um dos que resistem à ideia de contar com Dilma em sua campanha à reeleição.

ENTREVISTAS

Mesmo após um movimento de aproximação de Dilma com o partido, petistas ficaram contrariados com o fato de, em entrevistas recentes, ela responsabilizar o PT pelo suposto pagamento ao marqueteiro João Santana com recursos de caixa dois.

Para dirigentes do partido, Dilma poderia se eximir de responsabilidade, mas deveria evitar transferi-la diretamente ao partido.

Na nota publicada no site do PT nesta segunda, Falcão chama de "invencionices" informações sobre o suposto abandono de Dilma. Falcão diz que essa é uma "versão forjada" pelo que chama de apoiadores do golpe interessados na "continuidade do governo usurpador" e por "setores da mídia monopolizada".

"O PT repele e desmente mais esta invencionice, sustentada por fontes anônimas, e reafirma seu compromisso integral na luta pelo retorno à Presidência da companheira Dilma".

O secretário nacional de Formação do PT, Carlos Henrique Árabe, afirma, porém, que o partido "deve escolher que caminho tomar dentro de uma derrota: a conciliação, preparando-se para 2018, ou o combate ao golpe, reivindicando novas eleições".

ANEXO 11 - Perto da eleição, políticos trocam de lado em São Paulo

Tucanos ao lado da ex-petista Marta Suplicy (PMDB). Petista histórico flertando com o líder nas pesquisas, Celso Russomanno (PRB). Uma filha do presidente interino, Michel Temer (PMDB), no palanque do prefeito Fernando Haddad (PT).

A conturbação política atual produziu um fenômeno na disputa pela prefeitura de São Paulo dentro da lógica de que ninguém é de ninguém.

O primeiro exemplo de quem está virando a casaca é o do ainda petista Cândido Vaccarezza. Líder do governo Lula e antigo colaborador de Marta Suplicy durante seu mandato de prefeita (2001 a 2004), ele está prestes a declarar voto a Russomanno e se filiar ao PTB.

Amigo de Campos Machado, presidente do partido, Vaccarezza anunciará sua saída do PT nesta semana.

Ex-deputado federal, ele não conseguiu se eleger em 2014. Em junho passado, Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, citou seu nome entre beneficiários de propina. Ele nega.

Já a secretária de Assistência Social da gestão Haddad, Luciana Temer, contrariou os apelos do próprio pai ao aderir à reeleição do prefeito.

Luciana pediu desligamento do PMDB na semana passada, após a convenção que homologou a candidatura de Marta pelo partido.

As divergências também abalam o ninho tucano.

Ex-governador de São Paulo e amigo do ministro das Relações Exteriores, José Serra (PSDB), o tucano Alberto Goldman declarou que não votará no candidato do partido, João Doria.

Ele diz que o vice de Marta, Andrea Matarazzo –que deixou o PSDB após ter seu nome rejeitado pelo partido– seria o melhor candidato. Hoje, admite que seu voto deve ser da peemedebista. "Não vejo nenhum problema em votar em Marta", afirmou.

Líder do governo FHC, o ex-deputado Arnaldo Madeira é outro dissidente. Segundo ele, um grupo de tucanos anunciará neste mês apoio a um adversário de Doria.

O PSDB rachou na escolha de seu candidato. Sem apoio do governador Geraldo Alckmin (PSDB), Matarazzo saiu do partido reclamando de favorecimento do Palácio dos Bandeirantes a Doria.

Com a ex-petista Luiza Erundina (PSOL) –prefeita de 1989 a 1992– na disputa contra Haddad, movimentos contrários ao impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff (PT), também se dividem na hora do voto.

Coordenador do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), Guilherme Boulos, diz que o movimento discutirá apoios nas próximas semanas. Ele admite que o movimento tem maior afinidade com Erundina, embora Haddad tenha atendido a reivindicações do MTST.

O prefeito autorizou, por exemplo, mudança no Plano Diretor da cidade para aumentar áreas destinadas a moradias populares.

"O MTST tem uma identidade forte com Erundina e, ao mesmo tempo, entende que o momento é de fortalecimento das alternativas de enfrentamento ao conservadorismo e à direita", disse.

Frei Betto, que foi assessor especial de Lula no começo de seu governo, declara voto em Erundina. "Votei em Haddad e ele fez muito pela população da periferia, mas falhou na saúde e na ampliação de creches. Erundina tem um programa sintonizado com movimentos sociais e fez uma gestão excelente."

Amigo da candidata do PSOL há 30 anos, o padre Júlio Lancellotti também declara voto à ex-prefeita, lembrando que não pode explicitar seu apoio em público a favor da candidata do PSOL por orientação da Igreja.

Ele diz que a municipalização do atendimento à população de rua, ocorrida no mandato dela, é um modelo de "coragem e honradez".

Entre movimentos de moradia, porém, Haddad, conseguiu manter outros apoios.

Mesmo elogiando as gestões de Erundina e Marta, a Frente de Luta por Moradia (FLM) diz que ficará com Haddad. "O governo Erundina foi, para a gente, um dos melhores, mas seguia diretrizes do partido, assim como a Marta. Por isso, optamos pela continuidade", disse Carmen Ferreira, líder da FLM.

Raimundo Bonfim, da Central de Movimentos Populares, diz que criará um comitê sindical para dar suporte a Haddad. "Será um espaço para potencializar a campanha nos movimentos sociais e na periferia", disse Bonfim, que foi assessor da Secretaria de Habitação na gestão Marta.

ANEXO 12 - Eleição em Fortaleza vai opor PT e governador petista

A eleição para prefeitura de Fortaleza deverá colocar em polos opostos o governador Camilo Santana (PT) e o seu próprio partido.

O governador, eleito em 2014 em aliança com o ex-governador Cid Gomes (PDT), vai retribuir apoiando a reeleição do prefeito Roberto Cláudio (PDT), afilhado político de Cid. Já os petistas lançaram a candidatura da ex-prefeita Luiziane Lins.

Com mediação da direção nacional do PT, o governador foi "liberado" para subir no palanque de Roberto Cláudio, que terá como vice o deputado Moroni Torgan (DEM), velho adversário dos petistas no Ceará. O apoio foi anunciado publicamente por Camilo Santana no último sábado (6).

Para Luizianne Lins, que governou a capital cearense entre 2005 e 2012, a decisão do governador "é pessoal" e não afetará a campanha nem o discurso da candidatura, que é de oposição expressa ao atual prefeito.

"Não nos sentimos representados pelo prefeito que atuou na desconstrução de projetos e políticas sociais do nosso governo", diz a petista, que vai para a disputa sem nenhum partido aliado.

A situação não é inédita na capital cearense. Em 2004, a própria Luizianne Lins foi eleita prefeita após lançar candidatura à revelia da direção nacional do partido, que na época optou por apoiar Inácio Arruda (PC do B).

O prefeito Roberto Cláudio, por sua vez, aposta na força dos padrinhos políticos e em obras feitas na cidade para conquistar a reeleição.

Após amargar baixa popularidade de nos primeiros anos de mandato, Roberto Cláudio fortaleceu-se após inaugurar obras que melhoraram o trânsito da cidade, como viadutos e corredores de ônibus.

"Apesar do cenário político nacional agitado, acredito que a disputa vai se dar em torno de propostas para a cidade. Vamos defender o legado que deixamos para Fortaleza e a importância da continuidade", afirma Roberto Cláudio à **Folha**.

O prefeito ainda afirma que considera natural o apoio do petista à sua candidatura. "Fico honrado com este apoio do governador. Será fundamental para nossa campanha e para a prefeitura neste momento de crise e adversidade", diz.

CANDIDATOS FORTES

Mesmo com a disputa entre o prefeito e a ex-prefeita, a expectativa é de uma eleição pulverizada em Fortaleza.

A disputa na capital cearense terá outros seis candidatos, sendo dois deles considerados mais fortes e com possibilidade de chegar ao segundo turno.

Entre os partidos da base do presidente interino Michel Temer (PMDB), o principal candidato será o deputado estadual Capitão Wagner (PR), que fechou aliança com o PMDB do senador Eunício Oliveira e o PSDB do senador Tasso Jereissatti.

Ex-líder da greve da Polícia Militar, Wagner foi deputado estadual mais votado do Ceará em 2014, sendo também campeão de votos na capital. Com histórico na polícia, promete levar o tema da segurança pública para o debate municipal.

"Ao contrário do que se fala, essa responsabilidade não é só dos Estados. Há diversas formas de a prefeitura colaborar", diz Wagner. No início de julho, a capital cearense viveu dias de tensão com ônibus queimados ataques de bandidos a delegacias.

Também é considerado nome forte na disputa o deputado estadual Heitor Férrer (PSB), que teve desempenho surpreendente em 2012, quando terminou a disputa em terceiro lugar com 21% e quase chegou ao segundo turno.

Adversário dos irmãos Cid e Ciro Gomes, Férrer deixou o PDT após 28 anos de filiação para não ficar no mesmo partido dos ex-governadores.

Na eleição deste ano, terá o apoio apenas da Rede Sustentabilidade, que indicará o vice. Mesmo sem muitos aliados, está otimista.

"Quanto mais nomes na disputa, mas chance tenho de chegar ao segundo turno. Tenho um eleitorado de classe média que não muda de candidato facilmente", diz Férrer, que deve ter a saúde como principal bandeira de campanha.

Ainda participam das eleições em Fortaleza o deputado federal Ronaldo Martins (PRB), o deputado estadual Tin Gomes (PHS), o vereador João Alfredo (PSOL), além de Francisco Gonzaga (PSTU).

ANEXO 13 - Petistas do Nordeste insistem em ter Dilma na campanha

Candidato à Prefeitura de Maceió pelo PT, o deputado federal Paulo Fernando dos Santos já solicitou à presidente afastada, Dilma Rousseff, a gravação de uma mensagem para exibição na propaganda eleitoral.

"Paulão" é espécie rara: a dos candidatos que reivindicam a participação efetiva de Dilma, em pleno processo de impeachment. "Estou aguardando a gravação de Dilma", diz Paulão, que mostrou uma mensagem do ex-presidente Lula durante a convenção partidária que o lançou.

O ex-prefeito do Recife João Paulo é outro petista que afirma contar com presença efetiva de Dilma na campanha, ainda que definitivamente afastada. João Paulo diz que "Lula sempre teve peso grande" em Pernambuco e que Dilma o ajudaria. O candidato, no entanto, ainda não conversou com Dilma sobre sua aparição na campanha.

Afirmando que pesquisas internas o apontam na liderança, João Paulo diz: "Todo mundo me conhece e sabe quem eu sou". Pesquisa Ipspe de junho o mostra à frente da disputa em empate técnico com o prefeito Geraldo Júlio (PSB).

Em Natal, Lula participou da convenção partidária e viajará à cidade em setembro. Mas não há previsão de presença de Dilma.

Mais frequentes no Nordeste, onde as gestões petistas são historicamente mais bem avaliadas, solicitações de uso de imagem de Dilma escasseiam em Sul e Sudeste, onde é mais alta a rejeição ao PT.

Quando questionados sobre a hipótese de participação de Dilma nas campanhas pelo Estado de São Paulo, candidatos do PT costumam afirmar que não há qualquer decisão e que seriam necessárias pesquisas para avaliar o impacto de sua imagem.

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, por exemplo, diz não saber se terá Dilma em sua campanha. O candidato do PT em Campinas, Márcio Pochmann, também não definiu se terá a presidente afastada na propaganda. Em São Bernardo, berço petista, ela não deverá ser convidada.

Os colaboradores de Dilma ainda não sabem se ela pretende participar ativamente da campanha ou se vai se recolher depois da votação do impeachment no Senado. Segundo integrantes da cúpula do partido, ela se dedicará exclusivamente à sua defesa.

Segundo um dirigente partidário, "ela não sairá de Brasília". Presidente do PT de São Paulo, Emídio de Souza, diz que a própria Dilma "não quer gravar". Até agora, Dilma se restringiu ao envio de mensagens a algumas convenções petistas, como a de Haddad e a do candidato em Porto Alegre, Raul Pont.

Ex-prefeito da cidade, Pont diz que não vê problema na presença de Dilma na sua campanha. Mas que essa "não é uma questão de vida e morte". "Vamos ver se é possível, se não teremos empecilhos. A legislação pode dificultar", disse Pont, lembrando que trabalha abertamente contra o impeachment da presidente afastada.

Secretário de Comunicação do PT, Alberto Cantalice afirmou que pretende propor uma agenda para atuação de Dilma nas campanhas municipais, mas que isso ainda não foi discutido no comando partidário.

ANEXO 14 - Lula pede união do PT para reconstruir partido pós-impeachment

Diante de divisões internas e do desgaste entre parlamentares e dirigentes do PT, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu nesta quarta-feira (10) "união" aos petistas para traçar uma estratégia de mobilização e reconstruir o partido após o impeachment de Dilma Rousseff.

Segundo a **Folha** apurou, em reunião com as bancadas do PT na Câmara e no Senado em Brasília, Lula adotou suas usuais metáforas de futebol para dizer que a legenda não pode ser um time em que cada jogador acha que vai resolver a partida sozinho.

Para o ex-presidente é importante a união do partido e das bancadas para que o PT consiga "sair dessa" o quanto antes.

Participantes da reunião relataram à **Folha** que Lula destacou a necessidade de pensar uma "estratégia comum de mobilização" mas nada ficou definido na reunião desta quarta.

O ex-presidente também pediu que os parlamentares façam a defesa mais assertiva do partido e que haja "sintonia" entre a direção do PT e as bancadas no Congresso.

Nos últimos dias, senadores petistas se irritaram com a postura do presidente da sigla, Rui Falcão, que divulgou posição contrária ao plebiscito para novas eleições que seria uma das principais bandeiras da carta que Dilma prepara para divulgar aos senadores e à população do país.

Os parlamentares defendiam a ideia junto a senadores que se diziam indecisos e avaliaram que Falcão colocou uma "pá de cal" na "única ideia" em que a presidente afastada ainda poderia se apoiar para tentar voltar ao Planalto.

Com a voz bastante rouca, Lula falou por cerca de 40 minutos diante de quase 50 parlamentares após discursos de Falcão e dos líderes do PT na Câmara, Afonso Florence (BA), e no Senado, Humberto Costa (PE).

O presidente do PT não falou de impeachment e preferiu focar sua exposição nas eleições municipais deste ano, dando informes sobre as disputas regionais. Florence falou sobre a agenda do partido na Câmara, enquanto Costa fez uma avaliação do quadro de Dilma no Senado.

Nesta terça (9), a petista virou ré no processo de seu afastamento por 59 votos a 21. O senador afirmou que o cenário foi o "esperado" e que é preciso trabalhar para tentar convencer outros sete senadores a votar a favor de Dilma no julgamento final, marcado para o fim do mês.

Ela precisa de pelo menos 28 votos para não ser afastada definitivamente, mas mesmo os petistas avaliam que tentar reverter o placar será uma "luta inglória".

ANEXO 15 - Na zona leste com Lula, Haddad diz que processo contra Dilma é golpe

A quatro dias do início da campanha oficial, o ex-presidente Lula fez seu primeiro ato político na periferia ao lado do candidato à reeleição, Fernando Haddad (PT), na noite desta sexta-feira (12).

O bairro escolhido foi Guaianases, no extremo leste da cidade, onde há exatos 13 anos Lula inaugurou o primeiro CEU (Centro Educacional Unificado), a maior vitrine eleitoral da então prefeita Marta Suplicy, na época no PT.

Marta, que será uma das adversárias de Haddad nas eleições, se filiou ao PMDB do presidente interino, Michel Temer, no ano passado.

Um centro esportivo foi lotado de militantes para receber Haddad, Lula e o candidato a vice, Gabriel Chalita (PDT). Nas paredes, fotos gigantes de Lula e Haddad.

Com voz rouca, Lula usou o espaço para falar do que chamou de golpe contra Dilma Rousseff. Haddad, que evita a expressão golpe, também a usou desta vez.

Nesta semana, em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", o prefeito disse a palavra golpe "é um pouco dura" para descrever o processo contra a presidente.

"Estamos no momento em que a nossa presidente sofreu uma conspiração de gente que traiu a confiança dela. Uma traição absurda de pessoas que estavam do lado dela e se voltaram contra ela. Fazem isso para depois suprimir direitos, mudar a Constituição. Esta luta contra o golpe é uma luta a favor da democracia. São Paulo precisa do PT, precisa continuar se desenvolvendo", afirmou Haddad.

Ao pedir que a plateia apoie o prefeito nas eleições, Lula provocou adversários, duas delas as ex-petistas Marta e Luiza Erundina.

"Eu sei que tem candidatos que foram do PT e não dizem que saíram do PT (...). Ele [Haddad] vai comparar o que fez com o que qualquer outro prefeito ou prefeita dessa cidade e veremos que ele foi o melhor prefeito da história de São Paulo", disse Lula.

TRANSPORTE

O ex-presidente diz que é necessário combater o "ódio ao PT", segundo ele, iniciado porque o partido deu oportunidades aos pobres e disseminado durante o processo de impeachment.

Lula falou da "coragem" de Haddad em reduzir a velocidade nas marginais, o que diminuiu o número de mortes na cidade. "Se morrer um, vão jogar a culpa nele. Se deixar de morrer 50, ninguém vai falar que nada", disse, ao criticar a imprensa.

Segundo Lula, São Paulo é a única cidade que terá prefeito e vice comprometidos "até o último fio de cabelo" com educação –Haddad foi ministro e Chalita foi secretário de Educação.

Atacou também o presidente interino. "Vocês não devem xingar o Temer. Devem dizer: "Temer, devolva o meu voto".

O lançamento oficial da campanha acontece no próximo dia 16, mas sem a confirmação da presença de Lula.

Haddad enfatizou que dará prioridade à periferia e atacou opositores com o argumento de que opositores dão mais importância ao centro expandido.

Em evento previsto para as 18h, Haddad e Lula chegaram por volta das 21h.

"Vocês sabem porque chegamos atrasados, porque nós não viemos de ônibus. Se a gente tivesse vindo pelas faixas de ônibus, teríamos chegado mais rápido", disse ao falar da criação de faixas exclusivas na cidade. O prefeito reclamou que notícias sobre os feitos de sua gestão não têm destaque na imprensa.

O ex-presidente disse no lançamento da candidatura de Haddad, no mês passado, que iria priorizar São Paulo durante as eleições municipais.

Lula deve participar de plenárias de prestações de contas do mandato.

Durante cerca de sete minutos, o prefeito falou das principais medidas de governo que serão exploradas na campanha.

Citou a criação de cerca de 100 mil vagas em creches e ensino infantil, de 400 km de faixas exclusivas de ônibus, o passe livre para 630 mil estudantes e a renegociação da dívida do município, que, segundo a gestão, caiu de R\$ R\$ 70 bilhões para R\$ 30 bilhões.

Haddad também busca fixar a imagem de prefeito que afastou os corruptos, com a criação da Controladoria do município.

Ciente de que Marta deve usar em sua campanha bandeiras como a criação dos CEUs, Haddad —que inaugurou um CEU em Heliópolis— vai enfatizar na campanha que equipou os centros educacionais com universidades semi-presenciais (Uniceus).

ANEXO 16 - Confirma a repercussão do impeachment de Dilma Rousseff

Logo depois que o Senado aprovou o impeachment de Dilma Rousseff (PT), a Frente Brasil Popular, que reúne movimentos de esquerda, divulgou uma carta aberta à petista afirmando que a maioria dos senadores "dobrou-se à fraude e à mentira" e impôs "governo usurpador", ao aprovar "um golpe parlamentar contra a Constituição, a soberania popular e a classe trabalhadora".

"As forças reacionárias, ao interromper vosso legítimo mandato, impuseram um governo usurpador, que não esconde seu perfil misógino e racista. Atropelaram o resultado eleitoral, condenaram uma mulher inocente e sacramentaram o mais grave retrocesso político desde o golpe militar de 1964", diz o texto.

A carta convoca os que participaram das manifestações contra o impeachment a "resistir" ao "governo golpista" e aponta o discurso de oposição à gestão Michel Temer. "Os golpistas querem, entre outras medidas, reduzir investimentos em saúde, educação e moradia, eliminar direitos trabalhistas, acabar com a vinculação da aposentadoria básica ao salário mínimo, enterrar a reforma agrária e esvaziar programas sociais."

"Hoje a resistência apenas começa. Nas ruas e nas instituições. Nos locais de estudo, trabalho e moradia. Mais cedo do que pensam os usurpadores, o povo brasileiro será capaz de rechaçar seus planos e retomar o caminho das grandes mudanças", afirma o documento.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse que "o impeachment, não há como negar, é traumático", mas "consolida o processo democrático".

O tucano defendeu reformas. "Tem que retomar rápido [a economia]. Pois se você crescer de pouquinho em pouquinho, você não retoma o emprego, já que há ociosidade na indústria. Tem que retomar rápido, fazer reformas rápidas e investir muito na construção civil, saneamento, infraestrutura, logística, moradia popular", afirmou.

A FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) também divulgou documento em que pressiona o novo presidente, Michel Temer, a efetivar as reformas fiscal, da Previdência e política, além de um novo processo de privatizações, "ainda mais ousado do que o ocorrido na década de 1990". A entidade disse que, por não ter compromisso político, "a princípio", de reeleição, Temer "estará isento de pressões para tomar as medidas, muitas vezes, impopulares".

O partido Solidariedade, do deputado Paulinho da Força (SP), um dos principais alcoses de Dilma, comemorou o impeachment como "ponto final nos desmandos com o bem público". "O Brasil encerra um capítulo vergonhoso, que levou o país à mais grave crise de sua história. A partir de hoje, a ex-presidente Dilma é página virada do cenário político e econômico", disse a legenda, em nota.

Procurado pela **Folha**, o MBL (Movimento Brasil Livre) elogiou o impeachment mas criticou a manutenção dos direitos políticos de Dilma. Fernando Holiday (DEM), um dos líderes nacionais do grupo, classificou as decisões do Senado como "uma sentença incompleta".

"É uma incoerência completa. É um absurdo sem precedentes porque o senado acabou de definir que a presidente da República é culpada pelo crime de responsabilidade, porém, disseram que ela não deve pagar pelo que a lei prevê, que seria com inelegibilidade por oito anos", argumenta. O MBL foi um dos principais organizadores dos protestos a favor do impeachment realizados em 2015 e neste ano.

A SRB (Sociedade Rural Brasileira) também reprovou a não inabilitação dos direitos da ex-presidente. Em nota oficial, a entidade manifesta "preocupação" sobre a decisão final do Senado, dizendo que o desfecho do julgamento "trouxe insegurança jurídica" ao país. No entanto, define a saída de Dilma como "uma vitória para a democracia".

Luiza Erundina, deputada e candidata do PSOL à Prefeitura de São Paulo, afirmou em nota que o impeachment foi fruto de chantagem do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e que os direitos dos trabalhadores estão em risco.

"O povo brasileiro está de luto pelo atentado à democracia e inominável injustiça", diz o texto. "A história registrará essa farsa como um golpe contra a soberania popular. A história é implacável ao julgar conspiradores, golpistas e traidores do povo."

"A democracia precisa ser defendida com mais e mais afinco. Os golpistas não merecem trégua. Que o nosso luto se transforme em luta!", afirma o texto.

O deputado federal e candidato a prefeito de São Paulo, Celso Russomanno (PRB), comemorou o impeachment. "Acho que daqui para a frente melhora a situação do país e essa crise tende a diminuir", disse. Ele afirmou que o partido ao qual pertence foi o primeiro a sair da base de Dilma.